

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**EM LUTO E LUTA:  
construindo a memória da FEB**

**APRESENTADA POR**

**Patricia da Silva Ribeiro**

Rio de Janeiro, Abril, 2013

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS  
DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**PROFESSOR(A) ORIENTADOR(A): Ângela de Castro Gomes**

**Patrícia da Silva Ribeiro**

**EM LUTO E LUTA:  
construindo a memória da FEB**

Tese de Doutorado apresentada ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Rio de Janeiro, Abril, 2013

**Ribeiro, Patricia da Silva**

**Em luto e luta : construindo a memória da FEB / Patricia da Silva  
Ribeiro. – 2013.  
301 f.**

**Tese (Doutorado) - Centro de Pesquisa e Documentação de História  
Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História,  
Política e Bens Culturais.**

**Orientadora: Ângela Castro Gomes.**

**Inclui bibliografia.**

**1. Brasil. Exército. Força Expedicionária Brasileira. 2. Guerra Mundial,  
1939-1945. I. Gomes, Ângela Maria de Castro, 1948- . II. Centro de  
Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.  
Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III.  
Título.**

**CDD – 981.06271**



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS

**PATRICIA DA SILVA RIBEIRO**


**EM LUTO E LUTA: CONSTRUINDO A MEMÓRIA DA FEB**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Doutora em História, Política e Bens Culturais.

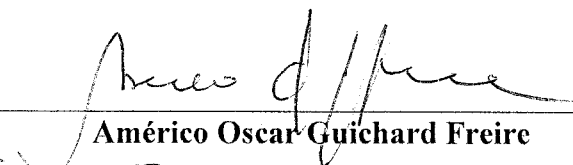
Data da defesa: 08/04/2013

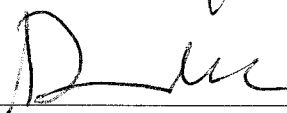
Aprovada em:

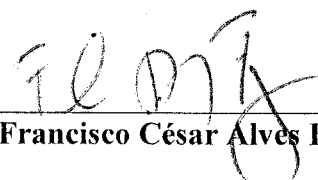
**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE TESE**

  
**Angela Maria de Castro Gomes**  
Orientador (a)

  
**Celso Corrêa Pinto de Castro**

  
**Américo Oscar Guichard Freire**

  
**Daniel Aarão Reis**

  
**Francisco César Alves Ferraz**

À memória do major Ruy de Oliveira  
Fonseca, que resiste à sua morte.

## AGRADECIMENTOS

“Isso de querer ser exatamente aquilo que a gente é ainda vai nos levar além”. Tendo como propósito pessoal a determinação de Leminski, concluo esse trabalho. O caminho percorrido para chegar até aqui teria sido mais difícil se eu não tivesse contado com a ajuda, direta ou indireta, de pessoas e instituições. Assim, como de praxe, começo agradecendo ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas pelo apoio no desenvolvimento desta tese e por ter proporcionado um ambiente propício ao meu crescimento intelectual. Agradeço também à FAPERJ pela bolsa de estudos e pela confiança depositada na pesquisa.

À professora Ângela de Castro Gomes um agradecimento especial, não só pela enorme satisfação de poder contar novamente com a sua orientação, sinônimo de competência e talento, mas também pelo incentivo constante, o carinho e a amizade, de longa data, que me ajudaram a seguir em frente e concluir este trabalho. Nada que eu escreva será capaz de expressar minha gratidão pela sua dedicação e disponibilidade na minha orientação. Sinto-me privilegiada em ter compartilhado com ela minha trajetória pessoal e acadêmica.

Aos professores Daniel Aarão Reis e Celso Castro, agradeço as indicações e sugestões, na ocasião do exame de qualificação, que tornaram possível a redefinição de alguns pontos visando o aprimoramento do trabalho. Agradeço também a disposição em tomarem parte nessa banca, repetindo a parceria de tempos atrás na minha dissertação de mestrado. A Daniel Aarão Reis, meu professor na graduação e no mestrado, ambos realizados na Universidade Federal Fluminense, pelo olhar crítico e generoso, próprio daqueles que conseguem ver além. A Celso Castro, expressei meu sincero agradecimento pelo incentivo, pela interlocução e pelos questionamentos que, muitas vezes, me abriram os olhos para outras possibilidades de análise.

Ao professor Américo Freire, que me acolheu no período de realização do estágio docente, agradeço o apoio e a oportunidade do aprendizado que me inspiraram a seguir com o cansativo, porém gratificante trabalho no magistério. Agradeço também pelas aulas ministradas no curso sobre historiografia brasileira contemporânea e as conversas e indicações de leituras que se fazem presentes, em alguma medida, neste trabalho.

Ao professor Francisco Ferraz, sou grata por aceitar participar desta banca e por ter contribuído através de seus trabalhos sobre a FEB para enriquecer esse campo de pesquisa

outrora tão árido, lançando luz sobre discussões importantes das quais pude me beneficiar para o desenvolvimento desta tese.

Agradeço ainda aos professores Verena Alberti e Jorge Luiz Ferreira que gentilmente se dispuseram a participar como suplentes desta banca.

À minha família, pela compreensão e o carinho durante o período de dedicação a este trabalho. Em especial, às minhas meninas, Sofia e Alice, que muito se ressentiram da minha ausência forçada mas que, espero, um dia entendam que foi por uma boa causa. A Felipe, pelo incentivo permanente e a certeza inabalável de que eu conseguiria dar conta desta feita e, principalmente, por seu amor e bom humor que me fazem ver o mundo mais colorido.

E por fim, mas não menos importante, deixo aqui registrada a minha gratidão ao major Ruy de Oliveira Fonseca, que fará falta pela retidão de caráter e exemplo de fé com que norteou sua vida. Agradeço a generosidade e disposição em dividir comigo suas memórias e impressões, sem as quais, esse trabalho não existiria. Por isso, dedico somente a ele esta tese.

# Sumário

<b><i>Introdução.....</i></b>	<b><i>12</i></b>
-------------------------------	------------------

<b><i>Capítulo 1.....</i></b>	<b><i>31</i></b>
-------------------------------	------------------

<b>Mobilizando a FEB: o herói entre o “caxias” e o malandro.....</b>	<b>31</b>
1.1 O herói da FEB entre o “caxias” e o malandro.....	32
1.2 A força de Washington .....	41
1.3 O Brasil como “aliado especial” .....	45
1.4 Mobilizando a FEB: a partida do herói.....	51

<b><i>Capítulo 2.....</i></b>	<b><i>59</i></b>
-------------------------------	------------------

<b>Fim da jornada: o retorno como heróis.....</b>	<b>59</b>
2.1 A preparação do retorno: o Desfile da Vitória.....	63
2.2 Os heróis da Pátria em desfile.....	70
2.3 O corpo místico do herói .....	86
2.4Colecionando a FEB.....	94

<b><i>Capítulo 3.....</i></b>	<b><i>105</i></b>
-------------------------------	-------------------

<b>Desmobilizando a FEB: a ameaça da invisibilidade do herói.....</b>	<b>105</b>
3.1 Silenciando o herói vitorioso.....	113
3.2 Memórias sensíveis: lidando com traumas .....	123

<b><i>Capítulo 4.....</i></b>	<b><i>139</i></b>
-------------------------------	-------------------

<b>O herói no espelho: <i>traçando o perfil da FEB</i>.....</b>	<b>139</b>
4.1 Uma tentativa de interpretação.....	140
4.2 Você sabe de onde eu venho? .....	144
4.3 O herói no espelho.....	152



## **Capítulo 5.....165**

### **Associações de veteranos: lugares de resistência e disputa.....165**

- 5.1 Sobre associações de guarda da memória .....166
- 5.2 Veteranos em ação: de volta à luta .....169
- 5.3 Os primeiros tempos das associações: somando e dividindo .....179
- 5.4 Novos tempos, velhos problemas .....193

## **Capítulo 6.....200**

### **“Eu sou eu e minhas circunstâncias”.....200**

- 6.1 O desafio da escrita de si.....201
- 6.2 “Aos moços de hoje”: do diário de guerra ao milblog.....210
- 6.3 Colecionando a própria existência: um diário em três suportes.....220

## **Capítulo 7.....237**

### **Os usos do diário no tempo: colecionando os dias.....237**

- 7.1 O diário como catarse.....241
- 7.2 O diário e as cartas como trincheiras.....259
- 7.3 O diário como memória de papel .....269
- 7.4 O diário como instrumento de ação.....275

## **Epílogo.....284**

## **Referências Bibliográficas.....288**

## **Resumo**

O presente trabalho procura investigar como se configura atualmente o campo da disputa memorial sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) durante a Segunda Guerra Mundial. Para isso, foi preciso levar em conta não apenas os sujeitos políticos que atuam nesse processo – entre outros: Estado, Exército, Associações de veteranos e sociedade – como também as flutuações e apropriações de memória das quais se valem. As memórias traumáticas que os veteranos guardam desse episódio ganham voz através das diversas modalidades da escrita de si – com destaque para os diários, as correspondências e entrevistas – e remetem à noção do dever de memória na luta por reparação e reconhecimento.

**Palavras-chave:** Segunda Guerra Mundial – Força Expedicionária Brasileira (FEB) – memória – escrita de si – trauma – dever de memória – reparação

## **Abstract**

This thesis aims at the investigation of how the issue of conflicting memories about the participation of the Brazilian Expeditionary Force (BEF) during World War II is configured today. To accomplish this goal, it was necessary to take into account not only the political players that act in this process – among others: State, Army, Veteran's Associations and society – as well as the fluctuations and appropriations of their memory. Traumatic memories of the veterans about this event arise through different ways of self-writing – with special emphasis on journals, letters and interviews – and lead to the notion of the duty of memory in the fight for reparation and recognition.

**Key Words:** World War II – Brazilian Expeditionary Force (BEF) – memory – self-writing – trauma – duty of memory – reparation

# Introdução

---

A vida não é a que a gente viveu, e sim a que a gente recorda, e como recorda para contá-la.

(Gabriel García Márquez, *Viver para contar*, 2003.)

Começo esta tese contando a história de um fato que não aconteceu. Principalmente, de como a sua não realização adquiriu, de maneira paradoxal, extrema centralidade no meu trabalho. Tal fato representa aqui um sinal de resistência e definição de posição num campo de batalha de memórias inaugurado no pós-segunda guerra e ainda hoje em disputa. Vale destacar, a exemplo da citação de Gabriel García Márquez, que não são apenas as experiências “reais” – os fatos – que vão informar e formar versões memoriais. Mas, em especial, as recordações que se guardam delas e a maneira como são lembradas. Nesse sentido, pode-se dizer que, assim como a vida, a história – tecida pela memória – é também composta por ausências, esquecimentos e não realizações. Na busca dos significados dessas e de outras variáveis, o pesquisador muitas vezes é forçado a encarar fontes e objetos a partir de novas e profícuas perspectivas. E isso não foi diferente no caso do qual agora me ocupo.

Em junho de 2009, participei do *I Seminário de estudos sobre a FEB* – realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ) em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL). Nesse seminário, eu levantava hipóteses sobre os possíveis impactos do fechamento da *Casa da FEB*<sup>1</sup> para a preservação da memória dos veteranos brasileiros que lutaram na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. O interesse no tema foi despertado pelas notícias que vinham circulando, desde fins de março de 2008, nos órgãos de imprensa e na rede mundial de computadores<sup>2</sup>, de que a *Casa da FEB* teria que fechar suas portas em janeiro de 2009. Sessenta e quatro anos após o término da Segunda Guerra Mundial, o acelerado processo de dilaceração do grupo – já em idade avançada (a maioria entre 80 e 90 anos) – representava uma ameaça permanente à manutenção da memória que desejavam preservar através de suas associações. Sobretudo, nos anos 2000, quando uma preocupação constante entre eles era: o que fazer com as associações

---

<sup>1</sup> Também conhecida como Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ), localizada à Rua das Marrecas nº 35, Lapa, RJ.

<sup>2</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,MUL463446-5601,00-ex-combatentes+da+FEB+fecham+museu+e+associação.html>>. Ver também <<http://www.veteranos.org.br/>> e <<http://cobrafumando.wordpress.com/2008/12/29/o-fim-da-anvfef-depois-de-45-anos/>>. Acesso em: junho de 2009.

de veteranos, principais lugares de guarda dessa memória, quando os últimos associados morrerem? Em 1996, quando fiz minhas primeiras visitas à *Casa da FEB*, essa dúvida já era motivo de angústia entre os associados e com o tempo ela só se agravou.<sup>3</sup>

De acordo com a Ata da Assembleia Geral da associação, realizada no dia 30 de abril de 2008, a “*Casa da FEB* foi fechada em virtude de sua exaustão financeira, decorrente do envelhecimento e consequente drástica redução do seu quadro de associados”<sup>4</sup>. Além disso, diz a Ata, ela nunca recebeu qualquer ajuda financeira dos Poderes Públicos da República. Enfim, depois de muitas tentativas para manter a *Casa da FEB* aberta, sua direção decidiu dispensar os funcionários no final de maio de 2008 e suspender, temporariamente, a partir de 1º janeiro de 2009, suas atividades. Manteve apenas, no mínimo necessário, o funcionamento da secretaria, tesouraria e contabilidade. A expectativa era de que, nos meses seguintes, fosse possível encontrar alguma solução para os problemas que a associação vinha enfrentando. Ainda no final desse mês de janeiro, uma parte do problema parecia estar resolvida. Depois de longo processo de negociação entre a diretoria da associação e o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), foi comunicada, em 27 de janeiro de 2009, a transferência do acervo da *Casa da FEB* para o Museu Militar Conde de Linhares (MMCL), localizado em São Cristóvão, na cidade do Rio de Janeiro. O acordo estabelecia a adoção de algumas medidas envolvendo o DECEX e a direção da *Casa da FEB*.<sup>5</sup> O DECEX, com a ajuda de recursos oriundos do Ministério da Defesa, seria responsável pela construção, no museu, de uma segunda sede da *Casa da FEB* para abrigar o acervo. A direção da associação, por sua vez, aguardaria que o Ministério Público aprovasse pequenas alterações em seu estatuto para transformá-la em uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de acordo com a Lei 9.790 de 1999, permitindo, assim, o apoio financeiro por órgãos públicos. A sede da associação, na Rua das Marrecas, continuaria disponível para abrigar a direção e o restante do espaço seria liberado para locação, gerando recursos próprios.

Eu acompanhava essas notícias de perto e, por diversas vezes, procurei estabelecer contato com a direção da *Casa da FEB*, na tentativa de apurar detalhes sobre as mudanças em curso. Porém, a associação permanecia com os telefones desligados e sem funcionários para atendimento ao público. Apenas dois cabos do Exército se encontravam na portaria fazendo a guarda do prédio. Recorri também ao MMCL com a esperança de descobrir a data da

---

<sup>3</sup> Recorri à *Casa da FEB* para realizar entrevistas com os ex-combatentes associados, visando o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado (RIBEIRO, 1999) realizada sob orientação da prof.<sup>a</sup> Ângela de Castro Gomes.

<sup>4</sup> Disponível em <<http://www.anvfeb.com.br>>. Acesso em: junho de 2009.

<sup>5</sup> Disponível em <<http://www.exercito.gov.br/05notic/Informex/2009/esclar1.htm>>. Acesso em: junho de 2009.

transferência do acervo, como ela seria feita. Também me interessava pelo local em que pretendiam expor esse material. Mas as informações obtidas eram vagas e imprecisas. Concluí então que, naquele momento, poderia contar apenas com a documentação oficial resultante das negociações entre o DECEX e a *Casa da FEB*. Os documentos, disponíveis na página eletrônica do Centro de Comunicação Social do Exército e da própria associação, não deixavam dúvidas de que o Exército acenava com a possibilidade de se tornar o guardião desse acervo e de que os veteranos viam nessa alternativa uma maneira de garantir a perenidade de suas memórias.

Foi somente no dia da realização do seminário que, finalmente, tive a oportunidade de conversar com alguns dos veteranos associados da *Casa da FEB*<sup>6</sup>, que se misturavam ao público, aos pesquisadores e aos militares da ativa que foram prestigiar a abertura do evento. Já conhecia alguns deles do tempo em que fiz as entrevistas para a pesquisa de mestrado, e me aproximei com a intenção de confirmar, embora com algum pesar, as notícias sobre o fim da associação. O que eu não imaginava é que aquela desprestigiada conversa revelaria não apenas que a transferência do acervo não aconteceria, como também que essa possibilidade nunca chegou a ser cogitada como solução por alguns dos associados. Em fração de segundos experimentei um misto de surpresa e, àquela altura, porque não dizer, aflição. Afinal, dentro de algumas horas estaria apresentando um trabalho cujo título – *A Casa da FEB em novo endereço*<sup>7</sup> – indicava uma mudança que, só naquele momento, eu descobrira que não se realizaria. Quer dizer, não havia novo endereço a comunicar. Confesso que minha primeira ideia, impulsionada pela urgência da situação, foi de acrescentar ao título um ponto de interrogação. Uma pequena alteração, porém muito significativa, que resolveria em parte meus problemas naquele momento. Mas, na verdade, o que me afligia era como explicar as notícias e documentos que alardeavam, nos últimos meses, a transferência e o fechamento da associação? O fato foi que as negociações foram realizadas pela, naquele momento, antiga direção da *Casa da FEB*. Porém, de imediato, se constituíram em motivo de controvérsia e cisão entre os associados. Se para alguns deles a criação de uma nova sede da *Casa da FEB* no Museu Militar era a única alternativa para preservar seu acervo; para outros, a mudança implicaria uma descaracterização total da associação como um lugar de memória e definição

---

<sup>6</sup> Entre os quais estavam presentes os tenentes Manoel Adão Floriano, então presidente da ANVFEB/RJ, Israel Rosenthal, presidente do Conselho Deliberativo da ANVFEB/RJ e o major Antônio André, diretor de patrimônio da ANVFEB/RJ.

<sup>7</sup> Disponível em: [http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/Mudancas\\_e\\_permanencias\\_a\\_polemica\\_sobre%20.pdf](http://www.lemp.ifcs.ufrj.br/revista/Mudancas_e_permanencias_a_polemica_sobre%20.pdf) >. Acesso em: maio de 2010.

da identidade dos veteranos. Ou seja, era o fim da *Casa da FEB*. A disputa acabou resultando na saída, em meados do mês de maio de 2009, dos membros da “antiga” direção, que conduziram as negociações com o Exército.

Ainda em 2009, sob nova direção, a *Casa da FEB* passou por grandes transformações. Entre os meses de agosto e novembro, o 2º, 3º e 4º pavimentos foram totalmente remodelados graças ao patrocínio da empresa *Tecnolach*<sup>8</sup>. De acordo com o diretor de planejamento, Breno Amorim, a empresa se interessou em prestar auxílio financeiro à *Casa da FEB* após ter tomado conhecimento, pela imprensa, de que a associação tinha encerrado suas atividades em 2009 devido à carência de recursos e problemas de infraestrutura. Ao assumir o patrocínio para a revitalização da *Casa da FEB*, a empresa pretendia viabilizar sua transformação em um novo centro cultural voltado ao estudo, documentação e divulgação da história militar do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Esses espaços abrigam a secretaria, o salão de eventos e o auditório da *Casa da FEB*. As reformas incluíram também a climatização dos ambientes e fornecimento de arquivos deslizantes, vitrines, expositores, móveis, cadeiras e insumos de arquivamento. Para a empresa, uma ação de “responsabilidade social” e, ao mesmo tempo, boa vitrine da marca. A inauguração da 1ª fase do projeto de recuperação da *Casa da FEB* aconteceu em clima de festa, no dia 10 de dezembro de 2009.<sup>9</sup> A 2ª fase do projeto, concluída no início de 2011, contemplou o salão de exposições, a biblioteca e o museu da *Casa da FEB*. Além da reforma estrutural, o projeto incluiu também a restauração, preservação e informatização do acervo em parceria com técnicos especializados. Esta foi a etapa mais demorada do processo, cujos resultados ainda não estavam integralmente disponíveis para o público no período de finalização desta tese.

Sem dúvida, tais mudanças anunciam novos tempos para a *Casa da FEB*. No entanto, é cedo arriscar qualquer prognóstico quanto ao futuro da instituição. É provável que a morte dos últimos veteranos modifique, em alguma medida, o perfil da *Casa da FEB*, trazendo repercussões nas disputas memoriais que ainda estão por vir. Tudo isso, evidencia o grau de dinamismo e transformação que incide, até hoje, sobre o campo das memórias da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Tais disputas podem, em determinados momentos, se manifestar de forma mais velada ou, até mesmo, nem se vislumbrar. Mas podem também

---

<sup>8</sup> Com sede em São José dos Pinhais (PR), a empresa fabrica e instala equipamentos para arquivamento e armazenagem de acervos. Ver mais em: <<http://www.tecnolach.com.br/index2.htm>>. Acesso em: maio de 2010.

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://rjtv.globo.com/Jornalismo/RJTV/0,,MUL1411506-9101,00-CASA+DA+FORCA+EXPEDICIONARIA+BRASILEIRA+E+REINAUGURADA.html>>. Acesso em: maio de 2010.

adquirir uma visibilidade inegável, como no episódio da transferência do acervo da *Casa da FEB* para o Museu Militar. Afinal, por que, a despeito de todas as dificuldades há muito reconhecidas, um grupo de associados resistiu em confiar suas memórias à guarda do Exército? O não fechamento da instituição, anunciado pela imprensa e documentado pelas instituições envolvidas, é revelador das tensões e nuances que coexistem nesse campo de memórias.

Assim, se, por um lado, a transferência do acervo da *Casa da FEB*, para alguns, poderia garantir a sobrevivência da memória preservada pela associação, para outros, ela poderia, ocasionar o seu silenciamento. A transferência “física” da guarda de memória é assim vivida como uma morte simbólica do trabalho de construção de uma versão memorial. Versão esta, há décadas em disputa com o Exército. Nesse sentido, para alguns ex-combatentes, conferir ao Exército a condição de guardião da memória da *Casa da FEB* não era uma estratégia que garantisse sua sobrevivência. Ainda que tenha sido o Exército a primeira instituição que assumiu publicamente essa responsabilidade, e que os ex-combatentes tenham consciência de que rejeitar tal oferta poderia representar a perda da memória que tanto lutam para preservar, escolhem resistir e buscar, por outros meios, novas estratégias para manter “sua” instituição/memória. No entanto, apesar desses esforços, não se pode desconsiderar a possibilidade de que, com a morte dos ex-combatentes, caiba mesmo ao Exército a tarefa de preservar a memória da FEB. Afinal, quem, senão o Exército, pode comemorar a FEB? De certo que ao seu modo e, ao que tudo indica, em dissonância com a versão que a *Casa da FEB* se empenhou em perpetuar ao longo de sua trajetória.

A polêmica sobre o destino da *Casa da FEB* se constituiu, então, em um episódio emblemático na medida em que atualizou antigas disputas entre as versões memoriais consolidadas pelo Exército e pela *Casa da FEB*, evidenciando-as nesse novo cenário. A tese procurará acompanhar os embates que se travam nesse campo memorial, constantemente, em mudança. Vale destacar, que a origem dessas disputas remonta à própria origem da instituição. A primeira associação de ex-combatentes organizada no Brasil chamava-se, exatamente, Associação de ex-combatentes do Brasil. Ela foi criada apenas três meses após o retorno da FEB ao país, ou seja, em outubro de 1945. Tinha como sede o Silogeu Brasileiro, situado na Avenida Augusto Severo nº 4, e, como presidente, o filho do ex-chanceler Oswaldo Aranha<sup>10</sup>,

---

<sup>10</sup> Como Ministro das Relações Exteriores de 1938 a 1944, foi importante defensor da necessidade de uma política de solidariedade continental entre o Brasil e os EUA, frente aos perigos iminentes da guerra enfrentando forte oposição da facção neutralista do governo Vargas, acusada de simpatizar com o Eixo e que incorporava, dentre outros, os generais Dutra e Góis Monteiro, respectivamente, Ministro da Guerra e Chefe do Estado-Maior



o cabo Oswaldo Gudolle Aranha, que serviu na artilharia da FEB. Mas, devido ao envolvimento de alguns membros da direção dessa associação com forças políticas ligadas ao Partido Comunista, na época um partido legal, Oswaldo Gudolle Aranha renunciou à presidência. Em 1947, aliás o ano da cassação do registro do PCB, o tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu o cargo.<sup>11</sup>

Muitos vieram depois dele e, com o passar do tempo, aumentaram as dificuldades para que a associação se mantivesse apartidária e coesa. Assim, em 1963, ano em que, por plebiscito, restabeleceu-se o presidencialismo, a Associação de ex-combatentes do Brasil se dividiu. Um grupo dissidente fundou o Clube dos Veteranos da Campanha da Itália e sua sede foi construída num casarão – na Rua das Marrecas nº 35 (Lapa/RJ), onde atualmente se localiza a *Casa da FEB*. O prédio foi doado em comodato pelo então governador do estado da Guanabara, o udenista e anti varguista, Carlos Lacerda.<sup>12</sup> Antes de se chamar ANVFEB, esta associação passou ainda por duas alterações. Em 1969, adotou o nome de Associação dos Veteranos da FEB e, somente em 1972, assumiu a designação que mantém em 2013.

Mas, vale ressaltar, a Associação de ex-combatentes do Brasil não se dissolveu. Sua sede se localiza, até 2013, na rua do Lavradio nº 38 (Lapa/RJ), num prédio doado em 1954 pelo então Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. As duas associações contam com núcleos espalhados por vários estados do Brasil e a principal diferença entre elas diz respeito ao fato de que na Associação de ex-combatentes do Brasil eram aceitos todos os ex-combatentes que, de alguma forma, estiveram envolvidos no esforço de guerra – como determinado pela Lei nº 616<sup>13</sup> que ampliou o conceito legal de ex-combatentes. Já na *Casa da FEB* só eram recebidos

---

do Exército.

<sup>11</sup> Durante a II Guerra Mundial, o então tenente-coronel Humberto de Alencar Castelo Branco fez parte da Seção de Planejamento e Operações da FEB como membro do Estado-Maior na campanha da Itália e teve sua carreira alavancada no pós-guerra. No final de 1963, quando a suposta ameaça comunista, representada pela figura do então presidente João Goulart, se fazia insustentável na perspectiva norte-americana, os generais Castelo Branco, Cordeiro de Farias – comandante da artilharia da FEB – e Golbery do Couto e Silva – que também serviu na FEB como oficial de inteligência estratégica e informações – formaram a linha de frente do movimento que derrubou Goulart e estabeleceu uma ditadura que durou 21 anos. Castelo Branco tornou-se o primeiro presidente do regime civil militar que se instaurou no país após março de 1964.

<sup>12</sup> Durante o processo de redemocratização do país, em 1945, filiou-se à União Democrática Nacional (UDN) apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à presidência e moveu forte campanha através dos jornais *Correio da Manhã* e, posteriormente, *Tribuna da Imprensa* – de sua propriedade – contra as forças políticas vinculadas ao getulismo.

<sup>13</sup> Decretada em 02 de fevereiro de 1949, a lei alterou os artigos 1º e 6º da Lei nº 288, de 8 de junho de 1948. De acordo com o art. 1º os oficiais das Forças Armadas, que serviram no teatro de guerra da Itália, ou tenham cumprido missões de patrulhamento, vigilância e segurança do litoral, e operações de guerra e de observações em qualquer outro teatro de operações definidas pelo Ministério respectivo, inclusive nas ilhas de Trindade, Fernando de Noronha e nos navios da Marinha de Guerra, que defenderam portos nacionais em zonas de operações de guerra, passaram a ser considerados ex-combatentes. Assim, quando fossem transferidos para a reserva remunerada, ou reformado, esses oficiais seriam previamente promovidos ao posto imediato, com os

como membros os ex-combatentes que estiveram no Teatro de Operações na Itália. Um grupo menor e que se entendia, em suas palavras, como os “verdadeiros” ex-combatentes: os que participaram, “de fato”, da guerra no *front* europeu.

A alta frequência dos ex-combatentes ao setor de assistência da associação indica o quanto se sentiram desamparados após a desmobilização da FEB e como foi problemática essa fase de readaptação social. A tentativa de suprir essa carência foi um dos principais objetivos da fundação da *Casa da FEB*, assim como da maioria das associações deste tipo. Mas ele não foi único problema enfrentado. A necessidade de criar uma entidade que representasse seus interesses junto às autoridades competentes, e que, ao mesmo tempo fosse também uma referência para criar e reforçar a identidade de ex-combatente, preservando sua memória, foram outros objetivos que impulsionaram a proliferação dessas associações pelo país. Após a traumática desmobilização das tropas no retorno ao Brasil, os ex-combatentes se depararam com dois grandes desafios: a rearticulação do grupo dispersado após o desembarque, e a construção de uma nova identidade baseada no binômio combatente/ex-combatente. Assim, à medida em que passava o tempo e que se somavam conquistas – com benefícios assegurados por lei –, a associação foi se configurando, cada vez mais, como um *lugar de sociabilidade* fundamental para a preservação da identidade do grupo, sendo a guardiã de sua memória.

Os motivos que levaram o governo a promover a desmobilização envolvem desde problemas políticos – como a ameaça que podiam representar à estabilidade do regime –, até questões militares, que dizem respeito às dificuldades operacionais de incorporação do efetivo da FEB ao Exército. Com o curso da guerra e o retorno das tropas, a manutenção do autoritarismo do Estado Novo, inaugurado em 1937, ficava insustentável. O final da guerra trazia a certeza de que a redemocratização era inevitável e que o retorno da FEB ao país contribuiria para acelerar esse processo. A FEB passa a ser, então, uma espécie de presença indesejada para a ditadura varguista e também para o Exército, projetando novas lideranças e criando áreas de tensão interna, ou seja, conturbando a hierarquia militar em um momento muito delicado politicamente. A desmobilização efetiva das tropas acabava, em parte, com estas questões. Mas, para além das razões que levaram à desmobilização, cabe chamar a atenção para a conduta do governo varguista nesse episódio: para a maneira como a FEB foi

---

respectivos vencimentos integrais. Posteriormente, em 12 de setembro de 1967, foi instituída a Lei nº 5.315 regulamentando o art. 178 da Constituição do Brasil que dispõe sobre os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial, definindo os termos nos quais poderiam comprovar legalmente sua condição. Disponível em < <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1967/5315.htm> > . Acesso em: maio de 2010.

rapidamente dissolvida<sup>14</sup>, e para os desdobramentos desse ato, que causaram profundos ressentimentos entre os veteranos.

Sem nenhuma dúvida, a guerra é uma experiência traumática que imprime uma forte carga negativa às memórias daqueles que dela participaram. Nesse sentido, pode parecer lugar comum tratar de trauma nessas memórias. Porém, o trauma a que me refiro não é apenas aquele decorrente das experiências nos campos de batalhas, mas, especialmente, aquele que foi vivido no pós-guerra. E, dentre todos os traumas da guerra, figura, com destaque, o episódio da desmobilização. Passada a euforia do desfile apoteótico após o desembarque das tropas no Brasil, os veteranos foram obrigados a enfrentar uma longa lista de decepções, que começou com a proibição do uso do uniforme da FEB e o descaso na entrega das medalhas e condecorações. Contudo, esses foram apenas os primeiros eventos que amargaram a vida dos veteranos nos anos do imediato pós-guerra. Após a desmobilização da FEB, apenas os oficiais puderam optar por permanecer nos quadros do Exército; aos soldados e cabos não foi oferecida essa possibilidade. Ainda profundamente traumatizados pela experiência da guerra, enfrentavam uma dupla rejeição: o Exército os tinha dispensado e a sociedade também não estava preparada para recebê-los. Assim, para os ex-combatentes civis, esse período foi especialmente difícil, porque, dentre outros obstáculos, não conseguiam emprego, sofriam com as sequelas da guerra e com o precário atendimento médico. Até para aqueles oficiais que optaram em seguir a carreira militar, o pós-guerra não foi menos traumático. A hostilidade com que foram recebidos pelos militares não-febianos, a tentativa de desestimulá-los a permanecer no Exército – designando-os para unidades militares bastante distantes de suas casas – e as resistências que encontraram na progressão da carreira militar foram dificuldades que não favoreceram em nada sua readaptação.

Desta forma, esses homens rapidamente entenderam como era fundamental rearticular o grupo e construir uma nova identidade, fundada em sua memória da guerra, que possibilitasse um tipo de auxílio no processo de reintegração à sociedade. As emoções que foram experimentadas intensamente durante a guerra não podiam ser esquecidas ou sufocadas, pois já faziam parte de suas trajetórias de vida, transformando para sempre suas

<sup>14</sup> Em trabalho sobre o processo de reintegração social dos veteranos da FEB, Francisco Ferraz chama atenção para a sutil diferença entre a dissolução e a desmobilização da FEB: “A dissolução da unidade combatente é uma fase da desmobilização. Foi possível dissolver a DIE/FEB, isto é, a estrutura da FEB para a luta no T. O. da Itália, e manter os homens mobilizados, pois o que determinava a desmobilização de cada expedicionário é o fato de deixar de estar à disposição do Estado, ser vestido e alimentado por ele, estar sob sua responsabilidade e ficar submetido aos seus regulamentos de direitos e deveres. Dessa forma, os expedicionários que retornaram ao país, e ficaram alguns dias à espera do licenciamento, estavam ainda mobilizados, pelo menos até o licenciamento.” (FERRAZ, 2002: 126)

visões de mundo. É preciso levar em conta que, antes da guerra, a maioria deles desempenhava funções variadas, ligadas ou não ao universo militar, mas nem sequer cogitavam a possibilidade de se envolverem nesse marcante acontecimento. Com a entrada das tropas brasileiras no conflito, tiveram que assumir uma nova identidade imposta pela situação de guerra: a de combatentes. Certamente isso não anulava suas experiências anteriores, mas influenciaria definitivamente a forma de encará-las. Após a experiência da guerra, muitas convicções são revistas e adquirem novos significados; outras são banidas ou relativizadas. É um momento de inflexão e descoberta em que os indivíduos precisam conjugar os elementos que compunham suas “identidades anteriores” para, assim, construir uma nova identidade conforme sua realidade de ex-combatente. Desta forma, é possível dizer que a desmobilização é o grande marco na trajetória dos ex-combatentes e um dos motivos fundamentais da existência das próprias associações. É ela que faz a passagem entre a condição de combatente e ex-combatente; no caso, uma passagem tão traumática, como o fora a guerra. Só que esta cedo ou tarde, acabaria. Já o novo campo de batalha do pós-guerra seria para toda a vida a ser vivida.

A criação da *Casa da FEB* se apresentava, assim, como uma solução que atenderia a um só tempo aos anseios emocionais – ao promover a integração social entre os ex-combatentes – e aos anseios materiais – providenciando, na medida do possível, empregos para os ex-combatentes civis. Além disso, era fundamental o estabelecimento de orientação jurídica ou atendimento médico e psiquiátrico para os companheiros doentes, promovendo sua readaptação à sociedade, já que nem o Exército, nem o governo, se mobilizaram o suficiente para tanto. Apesar de terem existido algumas tentativas, como a *Comissão de Readaptação dos Incapazes das Forças Armadas* (CRIFA), criada em 1945 pelo Exército, e a *Legião Brasileira de Assistência* (LBA), criada em 1942 pelo governo Vargas, elas não foram eficazes na tarefa de atender os ex-combatentes<sup>15</sup>.

Assim, é possível concluir que as associações de ex-combatentes foram criadas, em parte, para suprir a ineficiência dos órgãos que deveriam promover essa reintegração. Portanto, a fundação e manutenção da *Casa da FEB* foi fruto primordial do empenho e dedicação dos próprios veteranos, muitos deles afirmando com orgulho que ela foi fundada por iniciativa do próprio grupo, sem interferência ou participação do Exército. Ainda que seja necessário relativizar essa afirmação, uma vez que parte do acervo que compõe o Museu do

---

<sup>15</sup> Sobre a atuação da CRIFA, ver o trabalho de Francisco Ferraz (2002).

Expedicionário foi doada pelo Exército, e que em alguns momentos a instituição prestou auxílio à *Casa da FEB*, não se pode desconsiderá-la. É fundamental avaliar o que essa “ajuda” representou efetivamente diante de um esforço coletivo de mais de 60 anos de dedicação dos ex-combatentes à *Casa da FEB*. Também não se pode esquecer que em outras situações, as solicitações da associação ao Exército não foram atendidas, especialmente durante a difícil fase de readaptação à sociedade, quando os ex-combatentes mais precisavam de auxílio. Talvez isso explique, em boa medida, o fato de que nos anos de 1940/50 as associações tiveram um caráter mais combativo, buscando assegurar direitos a seus membros. Com o passar do tempo, principalmente após os benefícios previstos pela Constituição de 1988, esse confronto foi cedendo espaço a relações mais sistemáticas com o Estado e o Exército.

Apesar da direção da *Casa da FEB* ter passado a manter contatos amistosos com o Exército, eles nunca foram isentos de conflitos. No entanto, vale dizer que tais embates não resultaram, pelo menos até hoje, em uma ruptura definitiva das relações entre estas instituições. Ao insistirem, após tantas décadas, que o Exército não possuía nenhuma ligação com a associação, os veteranos não desejavam demarcar uma posição radicalmente antagônica diante dessa instituição. A ruptura não era desejável, nem muitas vezes factível, já que é o envolvimento desses homens, como soldados/combatentes, com o Exército que torna possível a construção da identidade de ex-combatente. É, portanto, nos limites dessa tensão que se constrói a relação dos veteranos da FEB com o Exército. Isso é válido, em especial, para aqueles que se encontram reunidos na *Casa da FEB*, indicando a centralidade da experiência de guerra em suas trajetórias. Como foi constatado na polêmica sobre o destino da *Casa da FEB*, essa tensão não se limita apenas às relações “mais objetivas” entre o Exército e a associação; ela se reproduz também no campo das memórias sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial.

É nesse ponto que entram em ação as políticas de memória, adotadas tanto pelo Estado quanto pelo Exército na tentativa de superar conflitos e promover a “pacificação” com um passado traumático. Entre outras, merecem destaque: o aproveitamento no serviço público, sem a exigência de concurso e com garantia de estabilidade; aposentadoria com proventos integrais aos vinte e cinco anos de serviço efetivo, em qualquer regime jurídico; assistência médica, hospitalar e educacional, se carente de recursos; prioridade na aquisição da casa própria, para os que não a possuísem ou para suas viúvas ou companheiras; isenção do imposto de renda; pensão à viúva ou companheira ou dependentes.

Nas últimas décadas, essas políticas têm sido alvo de constantes discussões, especialmente nas sociedades marcadas pela transição da ditadura para a democracia, que procuram dar conta das violações dos direitos humanos cometidas por forças repressoras dos Estados autoritários. As sociedades que atravessam essa transição adotam soluções variadas para enfrentar o legado da repressão: anistia, julgamentos, indenizações e criação de comissões de verdade encarregadas de investigar o universo das vítimas. Nesse contexto, as políticas de memória são acionadas com o intuito de expurgar os traumas e garantir justiça às vítimas da repressão. As afirmações sobre os efeitos das políticas de memória na reparação desses traumas são constantemente questionadas. Por um lado, há os que acreditam que ao reconhecerem publicamente a dor das vítimas, reintegram-nas à sociedade, garantindo-lhes uma forma de justiça. Por outro, defende-se que é necessário um ajuste de contas com o passado através de investigações, revelações e punições que poderiam evitar, em alguma medida, a repetição das injustiças. A análise e enfrentamento do passado são encarados como aliados no combate ao esquecimento, à negação e à amnésia social, mecanismos muitas vezes acionados para justificar ou tentar apagar as experiências traumáticas.

Os renovados e constantes debates sobre o Holocausto, a síndrome de Vichy e o complexo vietnamita nos EUA são alguns indícios de um passado que não passa e emerge no presente como ferida latente. Ainda hoje, são fontes de conflitos na esfera judicial, política e social, apesar de não fazerem mais parte de políticas públicas. É certo que entre a memória que se guarda desses eventos – em alguns casos, afetos a toda a humanidade – e a memória da FEB – restrita, na maioria das vezes, a grupos sociais que de alguma forma tiveram um envolvimento mais direto com a participação do Brasil na guerra – existe um abismo. Dentre esses eventos, é, sem dúvida, o Holocausto que inaugura o debate historiográfico sobre o trauma, quer pela sua dimensão, quer pelo seu impacto sobre a opinião pública. Mas eles são bons para pensar o que acontece no caso da FEB. Portanto, é importante deixar claro que a intenção ao citar tais episódios, não é fazer entre eles uma comparação nas mesmas bases, mas, apenas, apontar aquilo que eles têm, em maior ou menor grau, em comum: um passado traumático e memórias em disputa. Não se trata, assim, de mensurar numa escala de sofrimentos esses traumas – como se isso fosse possível – mas de investigar de que maneira essas experiências são lembradas e sentidas pelos veteranos da FEB. Mais uma vez, volto aqui à citação de Gabriel García Márquez que inspira esse trabalho: o que acontece na vida das pessoas não é aqui o mais importante, mas sim o que elas recordam e como recordam.

Convém destacar que, em determinados casos, existem heranças históricas dolorosas que sobrevivem a diferentes políticas de memória e também à ausência delas. Com o tempo, as memórias são reformuladas e adquirem outros significados, o que, consequentemente, implica em uma revisão – ou mesmo criação – de políticas de memória que atendam a essas novas demandas. Muitos fatores podem contribuir para o sucesso ou fracasso dessas investidas, como por exemplo: o processo de formulação das políticas, os diferentes níveis de interesse social que produzem, os significados que as instituições e a sociedade lhe atribuem e as expectativas que despertam. Por outro lado, a ausência de políticas de memória durante um determinado tempo não impede que as experiências e lembranças do passado continuem a determinar, de diversas maneiras, ações políticas e sociais no presente. No entanto, em alguns casos, a justiça retrospectiva pode sofrer atrasos, muitas vezes irreparáveis. Punir os responsáveis por injustiças cometidas há muito tempo e num contexto diferente daquele em que os crimes ocorreram pode ser, até mesmo, impossível, tanto pela falta de provas, quanto pela morte dos culpados. Da mesma maneira, é possível que, em algumas circunstâncias, as vítimas já não possam ser compensadas, como aconteceu com os veteranos que morreram antes da aprovação de leis que os beneficiavam. Porém, é importante ressaltar que o fato de serem acionadas políticas de memória não assegura, de forma alguma, a cura de profundas feridas que podem, eventualmente, nunca cicatrizar.

Para além da reintegração à sociedade e das compensações econômicas, uma das principais expectativas em torno dos efeitos dessas políticas é a de que sejam capazes de promover uma pacificação dos traumas do passado. Aliás, nos últimos anos, essa tem sido a tônica da atuação das políticas de memória para o caso da FEB. Se, no que diz respeito aos anseios materiais, muitas compensações foram garantidas após longas batalhas legais, o mesmo não pode-se dizer quanto às expectativas de reconhecimento de suas contribuições e superação de suas dificuldades. Já no fim da vida, os veteranos lutam ainda pela preservação de suas memórias e pela reconciliação com o passado. Nesse sentido, talvez, em alguns casos, seja mais apropriado falar de coexistência pacífica, uma vez que o termo reconciliação pressupõe uma ideia de unidade. Assim, reconciliar seria restabelecer a união entre partes em conflito. O que se observa é que, em se tratando de passados carregados de ressentimentos, vítimas e algozes oferecem forte resistência em perdoar, inviabilizando, desta forma, a reconciliação. As fortes convicções de ambos os lados fazem com que velhos ressentimentos persistam, tornando indesejável – e até mesmo impossibilitando – a unidade. O passado

continua, então, a ser fonte de disputas entre os grupos que atestam ter legitimidade para definir o que deve ser esquecido, ou recordado, e de que maneira.

A recente polêmica sobre a *Casa da FEB* evidencia o quanto esse processo de reconciliação é, ainda hoje, penoso e sensível para os veteranos. Apesar de terem sido adotadas políticas de memória – através de uma extensa, ainda que tardia, legislação em seu benefício, de realizarem cerimônias em sua homenagem; do conhecimento pelo público de seu sofrimento e da construção de monumentos que comemoram a FEB – na tentativa de pacificar a memória dos traumas e construir um passado suportável, não podemos dizer que elas tenham sido suficientes. Nesse sentido, mesmo os projetos de justiça retrospectiva promovidos pelas políticas de memória não foram plenamente capazes de promover essa pacificação; eles foram somente os primeiros passos nessa direção. Certamente, podem desencadear uma catarse mas, também, podem perpetuar o conflito.

A rejeição da oferta do Exército de se responsabilizar pela preservação da memória da *Casa da FEB* – oferta que em si revela também uma política de memória – evidencia que esses esforços, não tiveram um efeito apaziguador na memória dos veteranos. Uma rejeição que pode, em parte, ser explicada pelo sentimento de injustiça que emerge do trabalho de memória realizado pelos veteranos. Sentimentos como o de injustiça não obedecem a um padrão, até porque dependem do estabelecimento e da violação de normas sociais, que são altamente variáveis nos diferentes tipos de sociedade. É exatamente essa variação que dificulta definir, precisamente, diante de quais circunstâncias o sentimento de injustiça se manifestará (MOORE, 1987). Entre os veteranos ele aflora, em especial, ao avaliarem os episódios vivenciados durante e após a guerra, nos quais julgam terem sido abandonados pelo Exército. São julgamentos subjetivos, que se situam no âmbito das emoções e, por isso, difíceis de precisar. Nesse caso, a questão não é restrita à esfera legal, ou seja, não é uma avaliação do que é justo ou injusto diante de parâmetros estabelecidos pela lei. Essas, assim como tantas outras variáveis que determinam a emergência desse sentimento, podem ganhar visibilidade isoladamente ou em combinação com outros fatores, dificultando ainda mais a determinação precisa de sua origem.

No entanto, apesar das dificuldades de estabelecer um padrão para a ocorrência do sentimento de injustiça, é possível verificar que em determinados contextos ele emerge mais frequentemente. Como, por exemplo, em grande parte das sociedades hierarquizadas nas quais os indivíduos recorrem à autoridade para organizar a coletividade. Esse comportamento



é reproduzido internamente nessas sociedades em diversos tipos de instituições que se organizam igualmente em torno da autoridade. O Exército é, certamente, um desses casos. Uma instituição fundada em um conjunto de regras e de obrigações mútuas criadas com a intenção de limitar as ações de comandantes e de comandados.

É nesse limite entre a obediência e a desobediência que eles – comandantes e comandados – devem atuar. Os comandados reconhecem na instituição Exército sua autoridade, personificada na figura de seus superiores e, por isso, obedecem aos limites impostos para sua atuação. Os comandantes, por sua vez, devem exercer essa autoridade dentro de parâmetros pré-determinados com vistas a assegurar o reconhecimento e a legitimidade fundamentais para o exercício do cargo. Diante disso, torna-se legítimo supor que a autoridade não se impõe simplesmente pelo temor e a coerção, mas que implica, também, em obediência aos limites estipulados na relação entre comandantes e comandados. A reciprocidade presente nessa relação é o que define obrigações a cada uma das partes. O que significa dizer que o fracasso de qualquer uma delas na execução dessas tarefas se constitui fundamento para que a outra se recuse também a executar suas obrigações (MOORE, 1987). É no contexto da violação dessa reciprocidade que as concepções de tratamento injusto afloram e que, portanto, se justificam ações de desobediência aos parâmetros que regem as sociedades e instituições organizadas em torno da autoridade.

Evidentemente constitui-se uma ingenuidade supor que essa reciprocidade não seja, com alguma frequência, corrompida por fatores de diversas naturezas. O abuso da autoridade com a intenção de impor regras próprias em desacordo com os parâmetros definidos na relação comandantes/comandados é bastante recorrente em algumas sociedades e instituições, em especial, nas militarizadas. O desrespeito aos limites entre a obediência e desobediência resulta, em última instância, no não reconhecimento da legitimidade da autoridade dos comandantes e, conseqüentemente, no rompimento do compromisso de reciprocidade. Assim, podemos concluir que o mau uso da autoridade, quer seja pelo abuso, quer seja pela omissão, traz desdobramentos que autorizam ações de desobediência por parte dos comandados.

Vale ressaltar que essas relações de autoridade e obediência não se limitam apenas às esferas institucionais; elas se reproduzem também em outras esferas de diferentes dimensões que atuam dentro de sociedades hierarquizadas. Como não seria diferente, são relações que se reproduzem igualmente entre o Exército e a FEB. Nesse caso, especificamente, é importante destacar que a relação de reciprocidade é negociada em bases definitivas e irrevogáveis,

potencializando enormemente o compromisso entre comandantes e comandados. Afinal, estamos falando do envolvimento numa guerra. O que está em jogo é a vida daquelas pessoas, e isso, certamente, coloca esse compromisso numa perspectiva de maior escala. É, literalmente, um compromisso de vida ou morte. É recorrente entre veteranos, sem distinção entre comandantes e comandados, o sentimento de união e lealdade que somente aqueles que passaram por experiências-limite, como a guerra, podem partilhar. O que se pede em nome da Pátria – outro ator de peso que entra em cena nas relações entre o Exército e a FEB – é o maior dos sacrifícios. *À Pátria tudo se dá, nada se lhe pede*, já ensina um dos mais tradicionais lemas, que há gerações inspira os soldados. Uma ideia que fere frontalmente a lógica da reciprocidade que se estabelece entre comandantes e comandados. Configura-se, assim, uma relação de assimetria na qual aquilo que se pede é, em essência, tudo que se tem – a vida – sem nenhuma recompensa. Não se trata apenas de recompensas materiais, que no caso dos veteranos da FEB até foram alcançadas após muitas batalhas judiciais; mas de recompensas que o dinheiro não pode trazer. Enfim, espera-se, a gratidão e o reconhecimento pelo dever cumprido quer por parte do Exército, quer por parte da sociedade.

Essa é, em grande medida, a origem do sentimento de injustiça que permeia as memórias dos veteranos. Para eles, as injustiças, tanto as de natureza material quanto simbólica, das quais julgam terem sido vítimas foram decorrentes da negligência do Exército no cumprimento de suas obrigações. Sendo assim, uma vez que a reciprocidade foi violada, eles se julgam livres da obrigação de obediência a essa instituição. Mais do que isso, não reconhecem nela, autoridade legítima e moral para guardar a versão memorial consolidada por eles e institucionalizada na *Casa da FEB*. Deste modo, recusam a ajuda do Exército na tarefa de perpetuar suas memórias. Tal recusa evidencia os limites impostos ao Exército e ao Estado na gestão dessas vivências traumáticas do passado. Na tentativa de elaborar a memória desses traumas, os veteranos se valem de uma série de mecanismos – negação, amnésia e silêncio – que permitem, de maneiras diversas, realizar o trabalho de luto das lembranças penosas, e assim, buscar fazer as pazes com um passado sensível. É na confluência deste trabalho, de memória e de luto, que se impõe de modo mais imperativo a ideia de justiça. O senso de justiça, “ao extrair das lembranças traumáticas seu valor exemplar, transforma a memória em projeto” (RICOEUR, 2007:101). É esse o trabalho de memória desenvolvido pelos veteranos em suas trajetórias na *Casa da FEB*. Um projeto de vida que adquire uma dimensão enorme no momento em que eles se encontram no final de suas trajetórias. Manter a *Casa da FEB* em

funcionamento assegura o sentimento de que o trabalho de toda uma vida não foi em vão e acreditar nisso é o que resta aos veteranos. Mas não são apenas eles que têm que enfrentar essas lembranças. No outro extremo da relação, o Exército – apontado como o principal responsável por grande parte dos traumas que marcam a vida dos veteranos – e, em uma instância maior, o Estado, também ao seu modo precisam adotar políticas de memória para lidar com esse passado<sup>16</sup>. Assim, apesar da coexistência, não há nas relações entre esses atores sociais evidências de reconciliação. Falta nesse acerto de contas um elemento essencial para a reconciliação: o perdão.

É o perdão que permite a reconciliação com o passado difícil e ele só é possível quando realizamos um trabalho de memória que não silencia os traumas, mas que se lembra deles sem cólera (RICOEUR, 2007). A *política justa de memória* opera nessa chave da memória e do perdão. Ela cumpre o dever de saldar a dívida que o Estado e a sociedade têm com as vítimas, fazendo-lhes justiça. O perdão anula a carga de culpabilidade presente na dívida. No entanto, não esquece o fato que a originou. Adotar uma *política justa de memória*, implicaria assim, em evocar, paralelamente, o esquecimento e a lembrança dos traumas através de um trabalho de luto que supera esse sofrimento para, enfim, consolidar uma memória em paz com o passado. Em outras palavras, o que precisa ser destruído é a dívida e não o esquecimento. Este, ao ligar-se ao trabalho de luto, assume a finalidade terapêutica de viabilizar o perdão e é, nesse sentido, que possibilita a cura dos traumas. Desse modo, em essência, o que o perdão acrescenta ao trabalho de memória e de luto é a sua generosidade. Nessa perspectiva, ele não é trabalho, mais do que isso, é um dom que, para além da sua dimensão religiosa, tem efeitos na esfera política.

Cabe aqui referir, conforme lembra Ricoeur (2005), as discussões propostas por Hannah Arendt (2001) acerca da relação entre uma concepção plural e discursiva da política e

---

<sup>16</sup> Uma dessas medidas que mereceu destaque foi a criação, através da Portaria do Ministério do Exército nº 583, em 26 de outubro de 1999, do Projeto de História Oral do Exército Brasileiro. Inicialmente motivado pelo tema da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, o projeto estendeu-se nos anos seguintes, para outros eixos temáticos: Projeto Rondon (4 volumes); 1964, 31 de Março (15 volumes); Engenharia Militar (1 volume); Artilharia de Costa (1 volume); Formação da reserva (1 volume) e Operações de Paz (1 volume). A edição das entrevistas sobre a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial foi publicada em 8 volumes e constou com o depoimento de 162 colaboradores, dentre militares (oficiais e praças) do Exército, oficiais da Marinha, Aeronáutica e civis. De acordo com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, são objetivos do projeto: registrar o relato de personalidades que, direta ou indiretamente, atuaram dentro daquele segmento temático; recuperar dados e informações sobre fatos e episódios importantes para a História do Brasil, através de depoimentos de seus participantes e construir um acervo, adequadamente preparado, para consultas e pesquisas de fundamental interesse para todos os brasileiros, em particular para as Forças Armadas. Neste trabalho, não serão enfocados, especificamente, os desdobramentos deste projeto na preservação da memória dos veteranos da FEB.

a experimentação do uso público do perdão. De acordo com a tese arendtiana, é impossível perdoar o que não se pode punir e, tampouco, é possível punir o imperdoável. A impossibilidade do perdão diz respeito, a seu ver, aos crimes nazistas praticados durante a Segunda Guerra Mundial. A inadequação da legislação e o ineditismo desses crimes, dado a sua incrível crueldade, constituem, assim, obstáculos para a punição tornando ineficaz e insuficiente qualquer pena prevista pelas leis. Sem a punição proporcional, o crime permanece imperdoável. A noção de perdão em Arendt encontra-se, então, regulada por um terceiro elemento que interfere na relação entre a vítima e o agressor: o ordenamento político-jurídico.

A questão é também contemplada por Jacques Derrida (2012) mas, diferentemente, sua perspectiva se aproxima mais da ética cristã que pressupõe o perdão como algo divino, ainda que, excepcionalmente, possível de ser exercido pelos homens. A crítica de Derrida se concentra na ideia da banalização do pedido de perdão, ao que classifica como “mundialização do perdão”. Fenômeno que o autor identifica como próprio do contexto pós-1945, no qual emerge a noção dos crimes contra a humanidade e, paralelamente, se multiplicam pelo mundo cenas de arrependimento e confissões de culpa protagonizadas por instituições, entre as quais merecem destaque, a Igreja católica e o Estado. A situação, por si só, já descaracterizaria o pedido de perdão porque são de instituições, e não de pessoas, que partem esses pedidos. O corpo anônimo das instituições públicas não pode ser perdoado. O poder público pode julgar, mas, de acordo com essa concepção, o perdão não tem relação com julgamentos porque não se situa na esfera política ou jurídica. A generalização dos pedidos de perdão pode transformar todos indistintamente em culpados, a tal ponto em que ninguém seja capaz de assumir a posição árbitro. Para evitar esse risco, Derrida alerta que é preciso preservar a natureza extraordinária que caracteriza o perdão. Desse modo, segundo ele, só seria possível perdoar o que é considerado imperdoável. A discussão é longa, mas a despeito das diferenças, os autores parecem partilhar da ideia de que o perdão é capaz de interferir no curso dos acontecimentos. Seja, como defende Arendt, por conta de sua força em alterar o caráter irreversível do que já foi feito, ao dissociar o agressor do evento traumático, viabilizando, assim, o surgimento de uma nova ação no presente; seja, como em Derrida, por sua excepcionalidade que ao colocar à prova o impossível, modifica o fluxo ordinário da existência humana.<sup>17</sup>

No entanto, convém lembrar que o perdão não é uma imposição, mas um pedido. Isso

---

<sup>17</sup> Sobre as concepções de perdão em Arendt e Derrida, ver mais no trabalho de Cláudia Perrone-Moisés (2006).

significa dizer que a relação entre as partes envolvidas não se resume apenas à concessão do perdão, consiste também na sua solicitação. O pedido é, assim, o primeiro passo no caminho do perdão e, como em qualquer pedido, é preciso enfrentar a possibilidade da recusa. É, portanto, na interação com a vítima que o perdão pode se concretizar. Nesse sentido, ele depende, fundamentalmente, da alteridade, somente adquirindo realidade na presença do outro. O pedido de perdão se constitui, desse modo, como parte do processo de reconciliação. Para que ele se realize em sua plenitude, é fundamental também, ser perdoado. Ao que tudo indica, no caso dos veteranos da FEB, esse processo não se consolidou.

\*\*\*

A tese divide-se em sete capítulos que procuram responder a essas inquietações. O primeiro capítulo trata do processo de mobilização da Força Expedicionária Brasileira (FEB) procurando situar o “herói expedicionário” em meio as debates sobre a simbologia do culto a *Caxias* para o Exército Brasileiro e a construção discursiva da figura do *malandro*. O capítulo também contempla as negociações políticas que viabilizaram o projeto de participação da FEB na Segunda Guerra Mundial e as relações que se desenvolveram no decorrer das décadas de 1930/40 entre o Brasil e outros países – com destaque para Alemanha e os EUA – que são, sem dúvida, singulares para a compreensão dos tortuosos caminhos que nos levaram, alguns anos depois, à democracia. O estudo destas alianças permite avaliar, não apenas os efeitos da tentativa de projeção do Brasil na esfera internacional, mas, particularmente, investigar as próprias relações que se estabeleceram entre sua política externa e interna. O segundo capítulo procura recuperar, através das notícias de alguns dos jornais de grande circulação, as repercussões do Desfile da vitória realizado, no Rio de Janeiro, por ocasião do retorno da FEB ao Brasil e a construção do discurso que os transforma em heróis nacionais. O terceiro capítulo trata da desmobilização da FEB e das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos ex-combatentes durante o processo de readaptação social que, em grande medida, colocam em risco a imagem do herói. O quarto capítulo é uma tentativa de traçar um perfil histórico sociológico dos combatentes da FEB a partir da interpretação das informações contidas nas 1.166 cópias dos certificados de reservistas que encontram-se catalogadas no Arquivo Histórico do Exército (AHEx). A investigação procura dar conta de responder a pergunta – *Você sabe de onde eu venho?* – que intitula a canção do expedicionário, considerada o hino da

FEB. Os embates entre duas versões da canção – a oficial e a proibida pelo Exército – são examinados com a intenção de apresentar indícios do quão fragmentadas podem se apresentar as memórias sobre a FEB e seus expedicionários, debate que nos leva de volta à questão levantada no primeiro capítulo: afinal, entre o “caxias” e o malandro, onde podemos situar o combatente da FEB? O quinto capítulo analisa a trajetória das associações de ex-combatentes enquanto instituições de guarda de memória e, como tal, palco de embates políticos e de disputas memórias desde a sua fundação em 1945 até os dias de hoje. Os dois últimos capítulos tratam propriamente da análise da produção autobiográfica do major Ruy de Oliveira Fonseca, situando-a em meio aos debates que se travam no campo das memórias sobre a FEB. Considerando a natureza autorreferencial da documentação analisada, e reconhecendo – e assumindo – as interferências próprias da interação pesquisador/pesquisado impostas por esse tipo de análise, algumas passagens desses capítulos assumem intencionalmente uma construção discursiva na primeira pessoa do singular. Assim, o sexto capítulo é dedicado à avaliação das práticas de arquivamento adotadas pelo major Ruy de Oliveira Fonseca na produção de seu diário de guerra, bem como, ao exame dos processos de conversão de suporte sofridos pelo documento em questão ao longo de sua existência. E, finalmente, o sétimo capítulo que concentra esforços na investigação das possibilidades de uso do diário no tempo, quer seja, considerado-o em sua forma mais primordial – a do arquivo e da guarda de memória propriamente dita – o que pode sugerir, em alguns casos equivocadamente, inércia; quer seja, utilizando-o como instrumento de luta, potencializando, assim, o efeito catalisador que a escrita de si pode assumir em determinados contextos.

# Capítulo 1

---

***Mobilizando a FEB:  
o herói entre o “caxias” e o malandro***

## 1.1 O herói da FEB entre o “caxias” e o malandro<sup>18</sup>

### *Rio 42*

Se a guerra for declarada  
Em pleno domingo de carnaval  
Verás que um filho não foge à luta  
Brasil, recruta  
O teu pessoal  
Se a terra anda ameaçada  
De se acabar numa explosão de sal  
Se aliste, meu camarada  
A gente vai salvar o nosso carnaval  
Vai ter batalha de bombardino  
A colombina na Cruz Vermelha  
Vai ter centelha na batucada  
Rajada de tamborim  
A melindrosa mandando bala  
O mestre-sala curvando a Europa  
A tropa do general da banda  
Dançando o samba em Berlim  
Se a guerra for declarada  
A rapaziada ganha na moral  
Se aliste, meu camarada  
A gente vai salvar o nosso carnaval

(Chico Buarque de Holanda – 1985)

A marchinha *Rio 42*, composta por Chico Buarque de Holanda para a versão cinematográfica da peça *Ópera do malandro*<sup>19</sup>, também de sua autoria, ao promover a fusão poética de dois universos distintos – a guerra e o carnaval – traça um perfil bem humorado de uma sociedade que vivia, no início da década de 1940, a expectativa da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Escrita originalmente em 1978, em plena ditadura militar, foi somente em 1985, já no contexto de abertura política, que a *Ópera do malandro* foi adaptada para o cinema numa produção assinada por Ruy Guerra. Apesar de ter sido escrita no conturbado período pós golpe militar de 1964, a *Ópera*, não por acaso, tem sua história ambientada no contexto da ditadura varguista. O cenário é a Lapa, reduto da malandragem

<sup>18</sup> O título faz referência ao artigo de Celso Castro (2000) intitulado *Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército brasileiro*. Dialogando oportunamente com o referido trabalho, abordarei ao longo do capítulo a simbologia do culto a Caxias para o Exército brasileiro em oposição à construção da imagem do malandro proposta pela obra, *Carnavais, malandros e heróis*, de Roberto Da Matta (1979).

<sup>19</sup> O filme foi uma adaptação, dirigida por Ruy Guerra, da peça *Ópera do malandro* escrita por Chico Buarque de Holanda em 1978. Inspirada originalmente na *Ópera do mendigo* (1728), de John Gay, e na *Ópera dos três vinténs* (1928), de Bertolt Brecht, a peça conta a história das peripécias de um malandro carioca para sobreviver no Rio de Janeiro da década de 1940. Para uma análise mais detalhada da *Ópera do malandro* ver o trabalho de Sandra LUNA e Harlon H. Lacerda Sousa (2008).



carioca, já então consolidada, como característica marcante da identidade nacional e severamente combatida pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) criado no Estado Novo. A fuga para um outro tempo histórico, aparece aqui, e em tantas outras produções artísticas brasileiras desse período, como um recurso do autor para criticar as arbitrariedades das ditaduras e, ao mesmo tempo, driblar a censura imposta pelo regime civil militar. É por ocasião da produção do longa-metragem que Chico Buarque compõe a trilha sonora, na qual destacam-se algumas composições, como *A volta do malandro*, *Geni e o Zepelim*<sup>20</sup> e *O meu amor* que se tornaram clássicos da MPB, além de outras, como *Rio 42*, de menor repercussão.

A constatação não indica, de maneira alguma, uma possível inferioridade na qualidade musical dos versos que, na verdade, são um chamado, em ritmo de carnaval, para a guerra que então se anunciava. A associação entre guerra e carnaval, se faz presente não apenas através da atuação dos personagens – *a colombine na Cruz Vermelha*, *a melindrosa mandando bala*, *o mestre-sala curvando a Europa* e *a tropa do general da banda dançando o samba em Berlim* –, mas também do ritmo da composição, uma *marcha*, estreitamente ligada ao universo dos desfiles militares. São esses personagens, filhos da mãe-pátria, que, se chamados, não fugiriam à luta e se alistariam para *salvar nosso carnaval*. Nesse contexto, *salvar nosso carnaval* equivale a dizer, salvar nossa pátria. Com uma bela licença poética, Chico Buarque une dois universos que Roberto Da Matta (1979), em seu estudo clássico sobre a sociedade brasileira, trata como distintos. Assim, em Da Matta, a formalidade, a hierarquia e a disciplina típicas do universo militar, no qual a guerra é indiscutivelmente um acontecimento central, contrasta amplamente com a informalidade, a integração, a inversão e a espontaneidade do carnaval. Para comparar esses universos, Da Matta fundamenta sua análise em dois eventos por meio dos quais considera que se pode *ritualizar no mundo brasileiro*: a parada militar, tomando como paradigma as comemorações do Dia da Pátria, e os desfiles carnavalescos. A análise se estende posteriormente às procissões mas, vale destacar que, para este trabalho, os dois primeiros casos são, sem dúvida, mais significativos. Nas próprias palavras do autor, esses são:

(...) como dois momentos sociais contrastantes ou para ser mais preciso, como rituais simétricos e inversos no quadro da vida social brasileira. De fato, à primeira vista pode-se dizer que o Dia da Pátria é um rito formal que celebra a estrutura, em oposição ao carnaval, que é um rito informal que cria *communitas*. (DA MATTA, 1979:63)

---

<sup>20</sup> Essa escrita, originalmente, em 1978.

Por outro lado, apesar de contrastantes em muitos aspectos, Da Matta também lembra que, no caso dos rituais da vida brasileira, tais classificações rígidas podem apresentar problemas, uma vez que essas definições não são mutuamente excludentes. Embora possam ser considerados conceitualmente como rituais distintos, na prática, como narra a marchinha de Chico Buarque, estão profundamente ligados. Assim, ainda que durante o momento solene da parada do Dia da Pátria se acentue a *estrutura*, isso não elimina a possibilidade da criação de um momento de *communitas*<sup>21</sup>; bem como os desfiles de carnaval, quando inegavelmente se vive um momento de *communitas*, sirvam também, em alguma medida, para reforçar a posição dos indivíduos na sociedade (DA MATTA, 1979:64-65); Isso fica claro quando Da Matta afirma que:

Pode-se, então, apresentar como hipótese que a *communitas* também surge quando se reforça *exageradamente* a estrutura; especialmente quando existe uma chamada “quebra de protocolo” pela autoridade, fenômeno que (...) pode ser considerado uma técnica de promover (...) solidariedade em momentos em que a separação de papéis e posições sociais é dominante. [Já] o carnaval é, pois, uma “festa popular” (...) que dá ênfase sobretudo as categorias mais abrangentes, como a vida em oposição à morte, a alegria em oposição à tristeza, os ricos em oposição aos pobres etc. Mas aqui também não se pode dizer que a estrutura não se faça presente. De fato, o carnaval é um período definido como “preparatório” para um ciclo de penitência e arrependimento, a Quaresma (...) (DA MATTA, 1979:68)

Partindo, então, da análise desses três tipos de festividades – paradas militares, carnaval e procissões – o trabalho de Da Matta nos indica a formação um “triângulo de rituais” que, no caso brasileiro, tem como vértices, respectivamente, o Estado, o povo e a Igreja. A cada vértice desse triângulo corresponde um tipo de “herói” que é enfatizado de modo particular nesses momentos ritualísticos: o *caxias*, o malandro e o renunciador. O *caxias*, cujo nome, como se pode supor, deriva do patrono do Exército, duque de Caxias, surge como o representante de um mundo hierarquizado e uniforme definido pela presença marcante da totalidade materializada nas leis e nas regras, em oposição ao mundo da malandragem, marcado pela individualização, o sentimento e a improvisação. Entre o universo do *caxias* e o do malandro – da ordem e da desordem<sup>22</sup> – temos o renunciador, o

<sup>21</sup> O termo *communitas* foi definido, em 1969, por Turner como sendo uma experiência de dissolução das diferenças individuais e de pertencimento a um coletivo por meio de rituais.

<sup>22</sup> Vale lembrar aqui, a definição da “dialética da ordem e da desordem” proposta por Antônio Cândido (1993) ao procurar entender – a partir da análise do romance *Memórias de um Sargento de Milícias*, de Manuel Antônio de

herói de um mundo social renovado e promissor, como, por exemplo, o idealizado por Antônio Conselheiro. Desse modo, enquanto o *caxias* reforça a manutenção da ordem social e o malandro procura driblar, burlar e sobreviver a ela, sem tentar modificá-la, o renunciador busca criar uma outra realidade.

Da Matta observa ainda que, para além da clara associação dos três rituais com esses heróis, cada um deles mantêm relações de transformação entre si e, por isso, não devem ser tomados como tipos estáticos e definitivos. O espaço social ocupado por eles cobre uma ampla área, repleta de complexidades e gradações, o que permite, portanto, a coexistência com outros personagens. Um *renunciador*, que assume uma posição extrema de rompimento com a realidade social, não está sozinho nesse universo; dividem com ele esse espaço, o *peregrino*, o *romeiro* e o *fiel*. Renegando a sociedade em que vivem, esses tipos fogem da ordem estabelecida pelo sistema, prosseguindo na busca de um “outro mundo”. O mesmo ocorre com o *caxias* que age totalmente dentro da ordem, como também o fazem, o *quadrado*, o *otário* e o *ingênuo*. Cidadãos crédulos, sempre dispostos a obedecer e, por isso, vítimas prediletas dos malandros. Esses por sua vez, ocupam igualmente um espaço social igualmente diversificado que vai “da malandragem socialmente aprovada e vista entre nós como esperteza e vivacidade, ao ponto mais pesado do gesto francamente desonesto”. Ao cruzar essa frágil linha divisória, o malandro transforma-se, então, em verdadeiro bandido (DA MATTA, 1979:269).

Como se pode notar, há nesse engendrado sistema de ritos uma ampla mobilidade que diz respeito não apenas aos variados espaços sociais em que esses personagens atuam, como também em relação ao papel que assumem nesses espaços. É graças a essa mobilidade que podemos encarar, sem estranhamento, a participação do *malandro na guerra*, como sugere a marcha de Chico Buarque que abre este capítulo ao descrever personagens típicos do carnaval carioca – do qual o maior símbolo é, sem dúvida, o malandro – em alerta para o conflito no campo de batalha. Já em outra conhecida canção de Chico Buarque, que também integra a trilha sonora da *Ópera do malandro*, é o próprio herói que se reinventa e “muda de lado”, assumindo um novo papel. Em *Homenagem ao malandro*<sup>23</sup>, o compositor narra a história do malandro regenerado que, pode-se dizer, em certa medida transformou-se quase num *caxias*.

---

Almeida – a dinâmica social vigente no Rio de Janeiro do século XIX. Cândido encontrou na figura do malandro, no caso Leonardo Pataca, o personagem que melhor integra este universo. Nessa perspectiva, o malandro encarna uma nova forma de se portar socialmente que se situa entre o universo das leis e da ordem e o da transgressão e da desordem. Num movimento de gangorra, o malandro transita entre um universo e o outro procurando a melhor maneira de “se dar bem”.

<sup>23</sup> Composta, em 1978, para a peça *Ópera do malandro*.

Ele passou a levar uma vida como qualquer outro cidadão “comum” que vive dentro da ordem e das regras impostas pela sociedade. Nos últimos versos da música, o autor faz, em tom saudosista, um apelo em nome da preservação da imagem do “bom” malandro, deixando clara essa inversão de papéis.

Mas o malandro pra valer  
- não espalha  
Aposentou a navalha  
Tem mulher e filho e tralha e tal.

Dizem as más línguas que ele até trabalha  
Mora lá longe chacoalha  
Num trem da Central.

Tais observações nos permitem concluir que a mobilidade, que a princípio poderia parecer limitada ao espaço e ao papel desempenhado por esses heróis em seus campos de atuação, tende a se fragmentar cada vez mais, descortinando aos olhos dos analistas uma realidade social muito mais complexa e multifacetada, bem ao modo da que encontramos no Brasil. É em meio a essa multiplicidade de atores que transita, dentre outros, o herói da FEB. Para ser mais precisa, na fronteira entre dois desses tipos de personagens paradigmáticos: o *caxias* e o malandro.

Em estudo já referido, Celso Castro (2000) investiga a institucionalização de Caxias como patrono do Exército brasileiro, enfatizando que, a despeito da grande popularidade que Manuel Luís Osório – comandante das forças brasileiras na maior batalha da Guerra do Paraguai (a Batalha de Tuiuti, em 24 de maio de 1866) – sempre desfrutou junto às tropas, existiu, a partir da década de 1920 e nas duas décadas seguintes, um forte investimento simbólico da elite militar na construção do culto a Caxias. Na intenção de cumprir esse propósito, o Exército baixou, em 25 de agosto de 1923, um aviso ministerial instituindo, em caráter permanente, que a festa de Caxias passaria a ser comemorada naquela data, na qual também se celebrava seu nascimento. Foi somente dois anos depois, em 1925, que o aniversário de Caxias passou a ser comemorado como Dia do Soldado, numa tentativa de vincular, simbolicamente, o soldado ao seu guia (CASTRO, 2000). No entanto, como afirma Castro, a imposição oficial de Caxias como patrono do Exército, e o consequente “esquecimento” da figura de Osório, ocorreu principalmente a partir das décadas de 1940/50 e ocasionou divergências no meio militar. Não tenho aqui a intenção de me estender nessa análise mas, em especial, ressaltar duas observações que dizem respeito à relação entre as

tropas da FEB e o culto a Caxias feitas por Castro (2002) em outro trabalho. A primeira dá conta de que, ignorando os investimentos do Exército na imagem de seu patrono Caxias, era recorrente ouvir entre os combatentes da FEB a afirmação de que pertenciam ao Exército Nacional de Osório. E a outra, que reforça essa ideia, revela que os próprios combatentes, quando em campanha na Itália, faziam distinção entre o Exército da FEB/Osório e o Exército de Caxias que, segundo eles, havia ficado no Brasil (CASTRO, 2000). A FEB representava, nesse contexto, uma grande possibilidade de renovação institucional em função de sua experiência na guerra. Na verdade, em oposição ao modelo inatingível, porque extremamente rigoroso em disciplina do Exército de Caxias, o Exército da FEB se apresentava com suas falhas e contradições, mas vitorioso e corajoso. Essas observações nos levam a crer que, apesar de todo o esforço institucional no sentido de oficializar o culto a Caxias, não houve, como se poderia supor a priori, uma identificação entre os soldados da FEB e o patrono do Exército. E esse fenômeno não se limitou apenas à FEB. De acordo com Castro, a *exaltação quase mística* da figura de Caxias, transformando-o em depositário de todas as virtudes militares, acabou dificultando, ao contrário do que desejava o Exército, a identificação dos soldados – “seres falíveis e cheios de fraquezas demasiado humanas” – com seu líder.

Com vistas a situar, simbolicamente, a exemplo do exercício proposto por Da Matta, o herói da FEB entre o mundo do “caxias” e o do malandro, podemos concluir que, em certa medida, é essa dimensão humana do soldado – valente, mas vulnerável e imperfeito – que o aproxima do malandro. Consequentemente, é ela também que, em sentido contrário, o distancia do “caxias” e de Caxias e seu “exército”. Assim, a *humanidade* que “falta” em Caxias, cultuado como símbolo de perfeição, “sobra” no malandro. Este, figura controversa do imaginário brasileiro, assumiu, ao longo de nossa história, papéis que, se por um lado, levaram a consolidação de uma imagem negativa da malandragem, em geral associada à criminalidade; por outro, foram também responsáveis pela concepção “positiva”, digamos *ligh*t, do malandro como um “sujeito bem-humorado, bom de bola e de samba” (SCHWARCZ, 1995). De forma semelhante ao samba e ao futebol, essa malandragem “positiva” se transformou, sobretudo a partir das décadas de 1930 e 1940, em ícone da identidade nacional. Foi nesse período, mais precisamente em 1942, que nasceu do traço criativo de Walt Disney e sob influência dessa concepção do “bom malandro”, o personagem Zé Carioca.<sup>24</sup> Criado para estrear em *Alô, amigos!*, filme de propaganda da Política da Boa

---

<sup>24</sup> É também nesse contexto que, em 1943, o pernambucano Péricles de Andrade Maranhão cria um dos personagens mais populares do humor gráfico brasileiro, o Amigo da Onça. Grande sucesso da revista

Vizinhança, o papagaio malandro se encarrega de apresentar ao Pato Donald, entre outras peculiaridades brasileiras, o samba e a cachaça. O carismático papagaio, elegantemente trajado – terno, gravata, chapéu e guarda-chuva – que vivia de pequenas espertezas, representava, em essência, “o olhar que vinha de fora [e] reconhecia nesse malandro simpático uma espécie de síntese local, ou ao menos, uma boa imagem a ser exportada” (SCHWARCZ, 1995). De acordo com Schwarcz, o estereótipo da malandragem personificada no papagaio bon-vivant serviu para reafirmar, na década de 1950, a concepção freyriana de que por aqui *tudo tende a se adaptar*, como apregoa o famoso “jeitinho” brasileiro. Dentre outros, Pedro Malasartes, Macunaíma e o próprio Zé Carioca são bons exemplos de como, no Brasil, os heróis se afastam de um rígido modelo “politicamente correto”, pré-requisito básico para a fabricação de heróis em diferentes sociedades. A essa perspectiva singular e, tipicamente brasileira, do malandro como herói, soma-se a ideia da *malandragem como uma modalidade mestiça* que, segundo afirma Schwarcz, nos ajuda a repensar a

antiga fábula das três raças, curinga para a representação da mestiçagem nacional. Uma mestiçagem que de romântica se transforma em biológica e degenerada, para virar símbolo de cultura nacional, ícone do Estado nos anos 30, exemplo para o mundo na década de 50, e associar-se à malandragem (SCHWARCZ, 1995:60).

Os perigos do atraso e da miscigenação legitimavam o discurso de uma identidade marcada pela “falta” que tendia a confirmar a ideia pessimista – disseminada pelos intelectuais da geração de 1870 – do “povo que não é”. Esse pensamento é, em síntese, o que Schwarcz chamou de *complexo de Zé Carioca*. Tratado como um problema que levaria à degeneração da espécie no século XIX, a identidade mestiça passou a ser, durante a década de 1930, aquilo que nos diferenciava do restante do mundo e, a partir de então, o *complexo* transformou-se em *virtude*. É, portanto, essa mistura racial que nos une, qualifica e individualiza diante do olhar do outro. Produto nacional “tipo exportação”, o mestiço/malandro, personificado no papagaio da Disney, foi “vendido” para o mundo como a

---

ilustrada *O Cruzeiro*, o personagem foi desenhado por seu criador até 1961. Após o suicídio de Péricles, em dezembro de 1961, Carlos Estevão assume sua autoria até o ano de 1972. De cabelo engomado, calças pretas, paletó branco e gravata borboleta – numa clara alusão aos trajes do malandro carioca –, o Amigo da Onça estava sempre pronto para tirar vantagem de tudo, o que, em geral, acabava por levar seus interlocutores a ter que enfrentar situações humilhantes e constrangedoras. Durante quase trinta anos nas páginas semanais da revista *O Cruzeiro*, assumiu diversos papéis sociais que oscilaram, entre outros, do mendigo ao grã-fino, do patrão ao empregado, do ladrão ao policial, o que indica a universalidade da falta de valores e da suspensão de juízo crítico que orientava a conduta do personagem.

essência da alma brasileira. O personagem também fez sucesso entre o nosso público, que reconhecia na irreverente malandragem carioca, um espelho de si mesmo. Nascido em 1942, ano anterior à criação da FEB, Zé Carioca foi presença constante no dia a dia das tropas em campanha, ora servindo de inspiração para o título de um tabloide que circulava semanalmente no *front* italiano, ora emprestando seu nome para apelidar os uniformes brasileiros<sup>25</sup>. O *Zé Carioca* era um dos vários “jornais de trincheira”<sup>26</sup> – como *Cruzeiro do Sul*, *A Cobra Fumou*, *Sampaio* e *Vem rolando* – que circulavam nas Unidades e Regimentos com a autorização do comando. O jornal, mimeografado pelo Serviço Especial da FEB, era muito popular entre os soldados por conta de seu conteúdo leve e de suas páginas de humor, características que lhe renderam a associação com o papagaio malandro. Já no episódio do “batismo” dos uniformes, nem a graça, muito menos a elegância típica do personagem, foi responsável por essa associação. É conhecida a passagem do desembarque da FEB na Itália em que os brasileiros foram hostilizados pela população italiana por terem sido confundidos com prisioneiros alemães. Sobre isso o oficial Túlio C. Campello de Souza comentou:

(...) os uniformes da FEB foram confeccionados às vésperas do embarque. Por isso, muitas peças do uniforme só foram usadas na Itália. O brim verde oliva, de algodão, era vergonhoso, encolhia muito, deixando quem o usasse ridículo, por isso foi apelidado de “Zé Carioca”. (...) A curiosidade foi pelo fato dos uniformes brasileiros serem confeccionados no formato e na cor, com extrema semelhança, aos uniformes usados pelos alemães. O fato mais curioso seria cômico se não fosse verdade, os pracinhas chegaram à Nápoles após uma travessia do Atlântico, num navio americano extremamente lotado, seu aspecto não era dos melhores, além disso, estavam todos desarmados. Juntando tudo isto ao fato dos uniformes brasileiros serem de tal forma semelhantes aos dos nazistas, que ao desfilar pelas ruas de Nápoles foram confundidos pelos italianos com os prisioneiros nazistas, sendo recebidos a pedradas (SOUZA, 1950:210).

Definitivamente, nesse caso, podemos dizer que a relação com o carismático papagaio não é positiva, uma vez que ridículo é a última coisa que um soldado quer parecer ser quando se encontra numa frente de batalha. O verde predominante nos uniformes brasileiros foi associado à ave símbolo do país e, em consequência, ao personagem. Devido à semelhança com o uniforme dos alemães e à qualidade ruim do material, os uniformes brasileiros foram substituídos por outros confeccionados pelo Exército norte americano que eram, assim como

<sup>25</sup> A referência ao personagem aparece também na dissertação de mestrado de Alfredo Salun (2004) que recorre aos depoimentos dos pracinhas brasileiros que participaram da Segunda Grande Guerra para investigar a história e a memória da FEB.

<sup>26</sup> Sobre esse assunto ver mais no trabalho de Luciano B. Meron (2009).

os deles, na cor caqui. Mas não foi apenas com o Zé Carioca que a malandragem se fez presente na guerra. Ela também ficou inscrita na “ginga” dos brasileiros para se adaptarem à vida em campanha. Assim, não foram poucos os registros de soldados que, desacostumados ao rigoroso inverno europeu, forravam as botas com feno e pedaços de cobertor para fugir do frio (SILVEIRA, 1989:106), ou daqueles que se encarregavam de animar a retaguarda improvisando rodas de samba tendo como “instrumentos” panelas e talheres, ou ainda dos que para atender a necessidade de tomar um banho, se ajeitavam com latas transformadas em “chuveiros”.

A habilidade imaginativa dos soldados entrou em ação logo e apareceram minúsculos chuveiros, feitos com latas de 2 ou 3 litros de capacidade, que eram penduradas nas árvores e possuíam um ou alguns furos na parte inferior. Um pedacinho de pau, roliço, tapava aqueles furos e permitia que se abrisse ou vedasse a passagem de água, conforme a necessidade. Simples, engenhoso e eficiente. Tomei vários banhos daquelas latinhas. (...) Algumas vezes, durante os dias em que os banheiros estavam vedados aos brasileiros, eu dirigia-me ao encarregado das instalações, que era um soldado americano. Usando meu então incipiente inglês travei conhecimento com ele e consegui assim “dar um jeitinho” e tomar vários banhos extras (SOUZA, 1950:205).

Assim foi o herói da FEB, nem tão “caxias” de modo que se possa dizer um soldado exemplar, nem tão malandro, a ponto de se aproveitar da ingenuidade dos outros. Era antes de tudo, o retrato de um Brasil pobre, doente e mestiço. Como a sociedade brasileira do século XIX, a FEB também parecia ser vítima do *complexo de Zé Carioca*. Articulando os mesmos signos que configuram a construção de uma identidade nacional marcada pela falta, pode-se, por conseguinte, dizer que o soldado da FEB é, em certa medida, “o herói que não é”: economicamente privilegiado, saudável, letrado, treinado, nem preto, nem branco e, com grande frequência, nem militar. Os boletins de saúde dos soldados brasileiros atestam que a incidência de moléstias como cáries, verminoses e doenças sexualmente transmissíveis estava muito longe dos padrões aceitos pelo Exército norte-americano, ao qual a FEB se integraria. Inicialmente a rigidez na seleção médica, que tinha como modelo as orientações norte-americanas – estatura mínima de 1,60 m, peso mínimo 60 quilos e, ao menos, 26 dentes naturais – resultou na recusa de 80% dos efetivos examinados. Devido ao excessivo número de homens considerados incapazes para o serviço militar, foi feita uma segunda seleção médica, bem menos exigente que a anterior, que desconsiderou “pequenos problemas” e levou para o *front*, como registrado em depoimento do veterano José Alfio Piason – tenente da



infantaria que embarcou com o 1º escalão da FEB e médico na vida civil – “tuberculosos, sífilíticos, epiléticos, 'quase-cegos ou surdos', 'pés chatos', paranoicos, débeis mentais entre outros” (PIASON, 1950:88).<sup>27</sup> Os baixos índices de escolaridade e a mestiçagem, confirmados pelos dados dos certificados de reservistas que serão alvo de investigação mais detalhada no capítulo 4, completavam esse quadro. Foi, enfim, em clima de descrédito que a FEB embarcou para a Itália. Como relata o marechal Floriano de Lima Brayner, na época coronel e oficial do Estado-Maior da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária, “o povo brasileiro acreditava muito mais no Carnaval e no Campeonato de futebol do que numa Força Expedicionária para lutar ombro a ombro com os aliados e face a face com os alemães” (BRAYNER, 1968: 49-50). Pesava sob a FEB a pecha de ser uma tropa mal treinada, desnutrida, doente e obsoleta. Diante do prognóstico negativo, o soldado/mestiço, como o *Macunaíma* de Mário de Andrade, teria que se reinventar para fazer valer os versos cantados na marchinha de Chico Buarque: “Se a guerra for declarada/ A rapaziada ganha na moral/ Se aliste, meu camarada/ A gente vai salvar o nosso carnaval”.

## 1.2 A força de Washington

As negociações que viabilizaram o projeto de participação da FEB na Segunda Guerra Mundial e as relações que se desenvolveram no decorrer das décadas de 1930/40 entre o Brasil e outros países – com destaque para Alemanha e os EUA – são, sem dúvida, singulares para a compreensão dos tortuosos caminhos que nos levaram, alguns anos depois, à democracia. O estudo destas alianças permite avaliar, não apenas os efeitos da tentativa de projeção do Brasil na esfera internacional, mas, particularmente, investigar as próprias relações que se estabeleceram entre sua política externa e interna.

No campo político externo, podemos dizer que se os países latino-americanos eram, por um lado, amplamente influenciados pelo pensamento militar germânico e pela admiração que nutriam por seu poderio bélico. De outro lado, desde a crise econômica de 1929, o governo norte-americano via na América Latina uma valiosa fonte de matérias-primas e, ao mesmo tempo, a possibilidade de ampliar o mercado consumidor para suas manufaturas. Porém, com o início dos conflitos na Europa, os EUA percebem que, para manter sua posição hegemônica no continente, não bastava exercer controle apenas sobre o campo econômico,

---

<sup>27</sup> Ver também na mesma obra o artigo de Clóvis Garcia intitulado: “Como um combatente viu os serviços médicos.”

era fundamental também combater a influência das ideias nazifascistas do outro lado do Atlântico. Em nome dessa preocupação foi implantado no Brasil, assim como em outros países da América Latina, o *Birô Interamericano*. Criado por iniciativa do governo norte-americano, o órgão era responsável pela exaltação do *pan-americanismo*, através do incentivo à criação de projetos de solidariedade hemisférica e da difusão do *american way of life*.

Já no plano interno, a política econômica adotada pelo governo Vargas defendia, em especial a partir de 1937, um projeto de desenvolvimento industrial centrado no capital nacional, sem, no entanto, excluir os possíveis investimentos do capital internacional. A concretização desse projeto, encontrava diversos entraves, particularmente, no que dizia respeito à captação de recursos. Aprofundar o processo de industrialização no Brasil se configurava, em fase de crise do comércio externo e baixa disponibilidade de capital internacional, numa tarefa bastante complexa já que, para isso, era fundamental assegurar a entrada de crescente de equipamentos e máquinas importadas. Outro obstáculo considerável era a oposição das classes dominantes, que não viam com bons olhos a interferência direta do Estado no setor econômico e, menos ainda, a reforma tributária que possibilitaria arrecadar mais recursos para o projeto varguista. Buscando uma solução para o problema, Vargas procura se aproximar da Alemanha através do comércio de compensação, trocando matérias-primas por bens de capital e armamentos. Entretanto, isso implicaria no alinhamento definitivo à política germânica, o que, naquele momento, não era consenso – nem entre as Forças Armadas nem entre as classes dominantes –, por representar uma ameaça às bases de sustentação do Estado Novo e deixar o Brasil vulnerável a possíveis represálias norte-americanas. Além disso, era provável que a Alemanha, que se preparava para a guerra, não tivesse condições de financiar esses investimentos no Brasil. O projeto de industrialização do governo se encontrava, então, estagnado (CORSI, 2008).

Diante de tantas incertezas, Vargas evitou, durante os períodos dos Governos Provisório (1930-1934) e Constitucional (1934-1937), definir alinhamentos políticos externos, negociando com as potências interessadas em transformar o Brasil em “área de influência”. No entanto, com a proximidade da Segunda Grande Guerra (1939-1945) e o acirramento das disputas no plano internacional, tornou-se cada vez mais difícil a manutenção dessa política de *equilíbrio equidistante*.<sup>28</sup> É nesse contexto, já às vésperas do conflito, que os EUA, visando

---

<sup>28</sup> Em *Sucessos e ilusões*, Gérson Moura (1991) utiliza esse conceito para definir a peculiar relação do Brasil com os EUA e a Alemanha na década de 30: o governo Vargas explorava as possibilidades oferecidas pelos acordos estabelecidos com esses países, mas sem definir claramente uma aliança com um deles.

manter sua supremacia na América Latina, acenam com a possibilidade de contribuir com o projeto de desenvolvimento industrial de Vargas – o que indica uma nova postura do governo Roosevelt nas relações econômicas com o Brasil, até então limitadas a questões referentes à dívida externa e às transações comerciais. Além disso, o governo norte-americano estava ciente da posição geográfica estratégica do Brasil diante de uma eventual ofensiva ao território norte-americano, bem como da inclinação de Vargas e, principalmente, de seu Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, ao fascismo. Imbuídos do espírito da Política da Boa Vizinhança e na tentativa de fortalecer sua posição de liderança no continente, os EUA vinham, desde de 1936, realizando foros multilaterais em diversos países latino-americanos para discutir a criação de mecanismos de segurança coletiva, a posição de neutralidade diante do conflito, iniciado em 1939, e a consolidação da noção de solidariedade continental face à possibilidade de uma agressão externa. No entanto, a partir de dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, o discurso da neutralidade difundido pelo governo norte-americano é definitivamente banido e, em 1942, os EUA declaram guerra ao Eixo. Esses episódios colocaram em cheque a posição de neutralidade assumida pelo próprio governo brasileiro diante do conflito que, a partir de então, se anuncia cada vez mais alinhado com os EUA.

De fato, a aproximação com a política de Washington já havia começado a se delinear mais claramente ainda em fevereiro de 1939, quando o Ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha – notadamente um ferrenho defensor da aliança Brasil-EUA – chefou uma missão aos EUA com a intenção de discutir possíveis acordos econômicos e comerciais. A *Missão Aranha* foi o marco inicial no alinhamento político ideológico entre o governo brasileiro e o norte-americano que culminaria, anos mais tarde, com a participação efetiva do Brasil no cenário de guerra europeu. Apesar disso, durante esse período, levando em conta que o resultado da guerra era ainda uma incógnita, Vargas não fechou as portas para as negociações com a Alemanha e, simultaneamente, condicionou o apoio aos EUA ao investimento de capitais e fornecimento de armamentos. Para o governo brasileiro as condições de seu alinhamento estavam atreladas à concretização do projeto nacional desenvolvimentista de Vargas que enxergava na industrialização a saída para a definitiva ascensão econômica do país e a legitimação da ditadura estado-novista. Em meio a esse projeto, a criação da Usina Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no Rio de Janeiro, assumia grande centralidade e Vargas tinha consciência de que, para isso, o financiamento

internacional era essencial. Desta forma, como assinala Moura (1991), a barganha estava posta na ordem do dia.

A *III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas*, realizada entre 15 e 28 de janeiro de 1942, no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, estreitou ainda mais os laços de cooperação entre os governos brasileiro e norte-americano e promoveu a articulação dos países latino-americanos em torno dos objetivos estratégicos dos EUA. Dentre algumas de suas principais resoluções destacam-se o comprometimento dos países latino-americanos em fornecer matérias-primas estratégicas para a indústria bélica norte-americana e a criação de condições que assegurassem o trânsito livre de capitais e a manutenção da ordem interna a fim de evitar a modificação das negociações estabelecidas com os EUA. Apesar de não ter estabelecido nenhum acordo na área militar, o governo norte-americano “recomendou” o rompimento das relações diplomáticas dos países latino-americanos com o Eixo. Posição que, em 28 de janeiro de 1942, ao término da Reunião dos Chanceleres no Rio de Janeiro, foi enfim adotada pelo governo brasileiro, após ter firmado com Roosevelt o compromisso de reequipar nossas Forças Armadas.

Assim, embora o governo brasileiro tenha procurado, enquanto pode, manter uma posição equidistante em relação aos EUA e a Alemanha, suas decisões apontavam na direção de um crescente e inevitável alinhamento aos interesses de Washington. A essa altura, a aliança Brasil-EUA estava longe do ideal de solidariedade hemisférica de outrora. Tratava-se, de fato, do resultado de um árduo processo de negociações, que Moura (1991) chamou de *adesão negociada* e definiu bem mais do que os rumos de nossa política externa. Apesar de se encontrar em condições desiguais na política internacional, o Brasil era, sem dúvida, uma área estratégica para os EUA, tanto em termos geográficos como no que diz respeito ao fornecimento de matérias-primas. Vargas soube tirar vantagens deste trunfo, criando espaços para fazer suas barganhas. É nesse contexto que surgem as reivindicações brasileiras para o financiamento da construção da Usina Siderúrgica de Volta Redonda e o reequipamento das Forças Armadas, em troca da exigência norte-americana de instalação de bases militares no Nordeste, que permitiriam o acesso mais fácil ao norte da África.

A partir daí confirma-se, definitivamente, a supremacia militar norte-americana no continente e a ideia do alinhamento com a política de Washington, que ganha força com os episódios dos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros. Até julho de 1942, treze embarcações brasileiras já haviam sido abatidas. Os ataques mais devastadores

ocorreram na costa do nordeste brasileiro, entre o litoral da Bahia e Sergipe, nos dias 15 e 17 de agosto daquele mesmo ano, quando o submarino alemão U-507 torpedeou cinco navios,<sup>29</sup> causando a morte de mais de 600 pessoas, inclusive mulheres e crianças. A indignação tomou conta da população e diversas entidades, dentre elas a União Nacional dos Estudantes (UNE), se mobilizaram para promover comícios e passeatas que exigiam a entrada do Brasil na guerra. Aos poucos, a comoção popular foi dando espaço a uma série de manifestações violentas contra imigrantes e descendentes de alemães, italianos e japoneses. As represálias, que compreendiam, entre outras ações, hostilidades verbais, perseguições políticas e, até mesmo, a depredação de estabelecimentos comerciais que pertenciam a esses imigrantes tenderam a se ampliar com a participação do Brasil na guerra (SANDER, 2007). A imprensa também se mobiliza na cobertura do evento fazendo coro com estudantes e políticos liberais na cobrança de uma postura mais enérgica do governo. Afinal, o Brasil havia sofrido um ataque estrangeiro em seu próprio território, o que feria os brios da nação, que precisava reagir à altura. Muitas empresas, bancos, associações comerciais se unem à população, e incentivavam a participação direta do Brasil no conflito, com o envio de tropas ao cenário de guerra. Em resposta à agressão nazista, o governo brasileiro pressionado tanto no plano interno – pela sociedade – quanto no externo – pelas negociações com Washington –, decretou em nota oficial, no dia 22 de agosto de 1942, estado de beligerância e, posteriormente, em 31 de agosto do mesmo ano, declarou guerra à Alemanha e Itália. O episódio consagrou, enfim, o alinhamento do Brasil à política norte-americana, reafirmando uma aproximação que na verdade já vinha se realizando lenta e gradualmente, em especial, desde 1941, com o ataque a Pearl Harbor.

### 1.3 O Brasil como “aliado especial”

De acordo com Moura (1991), existem determinadas condições que asseguram a um aliado subordinado uma boa margem de negociação no plano internacional. A guerra é uma delas, na medida em que altera a dinâmica da esfera internacional, ampliando os espaços de

---

<sup>29</sup> No dia 15 de agosto de 1942, o torpedeamento do *Baependi* deixou 270 mortos, entre os quais se encontravam soldados do Exército com destino ao Nordeste. No mesmo dia, foram atacados também o *Araraquara*, com 131 mortos e o *Anibal Benévolo*, com 150, ambos saíram de Salvador com destino a região norte do país. Dois dias depois, em 17 de agosto, foi a vez do *Itagiba*, que teve 36 mortos, e do *Arará* que foi atacado enquanto socorria os sobreviventes do *Itagiba*, tendo 26 mortos. Para mais detalhes ver os trabalhos de Ricardo Bonalume Neto (1995) e Roberto Sander (2007).

barganha entre os países envolvidos no conflito. Assim, se por um lado, a guerra aumenta a polarização inviabilizando a neutralidade de países “menores”, por outro, confere uma singular importância a alguns deles, em função de sua posição política, econômica e estratégica. Era essa a situação que se apresentava para o Brasil na década de 1940, em especial entre 1942 e 1947. A nova dinâmica internacional imposta pelas negociações entre o Brasil e os EUA levaram o governo Vargas a se colocar na condição de “aliado especial” dos norte-americanos. Tal condição, na perspectiva do governo Vargas, garantiria ao Brasil, além da ajuda econômica dos EUA, a posição de país associado, e não subordinado, no pós-guerra, assegurando seu papel de liderança na América Latina. Uma perspectiva ambiciosa que, a princípio, parece não levar em conta as reais possibilidades e limitações do governo brasileiro no quadro da política externa. Isso equivale a dizer que, apesar de existirem brechas nas quais o governo Vargas barganhava suas exigências, era preciso reconhecer que as margens dessas negociações esbarrariam sempre nas firmes pretensões norte-americanas de estabelecer sua supremacia no continente.

A política do governo norte-americano para a América Latina, com destaque para o Brasil, tinha, como já foi dito, o objetivo de garantir nossa colaboração política e econômica, mas principalmente visava eliminar de vez a influência do Eixo, concentrando seus esforços no estabelecimento de sua própria influência na organização social, política, econômica e cultural destes países. Com base nestas diretrizes, os EUA consolidaria aquilo que Moura chamou de *sistema de poder*<sup>30</sup>. A construção desse sistema evidenciava o desejo norte-americano de extirpar o poder dos inimigos e subordinar, sempre que possível, o poder de seus aliados, como aconteceu no caso do Brasil e de outros países latino-americanos. A incorporação brasileira a este sistema de poder passava por negociações políticas bilaterais que visavam, em última instância, a assegurar o domínio norte-americano.

Assim, apesar das evidências atestarem o contrário, o governo brasileiro apostava no pressuposto de que o país ocupava uma posição privilegiada ao lado do governo norte-americano e, mais ainda, que estender esses laços a uma parceria militar no campo de batalha poderia, além de reforçar essa posição, render ganhos maiores no pós-guerra. Em nome disso, Vargas aceitou os programas militares, políticos e econômicos que legitimavam a hegemonia dos EUA. No entanto, não se pode descartar a ideia de que a crença no Brasil como aliado especial tenha sido um artifício utilizado pelo governo brasileiro para efeito de propaganda

---

<sup>30</sup> Segundo o próprio esta expressão corresponde ao que Gramsci chamou de hegemonia e que frequentemente aparece sob o nome de “área de influência”.

política, do que um projeto com reais chances de se concretizar. Como observou pertinentemente Maria Celina D'Araujo (1998), o próprio Vargas tinha clareza de que depois do alinhamento Brasil-EUA, pouca coisa poderia ser considerada como conquista de soberania em nosso país. Em seu diário, Vargas afirmava que apesar dos esforços para transformar o Brasil numa nação forte e autônoma, não restavam muitas alternativas fora dos limites estabelecidos pela política de Washington. Seus registros revelam que era com pesar que fazia as concessões aos norte-americanos, muitas vezes, ferindo os princípios da soberania nacional que tanto prezava. Em alguns trechos, é possível perceber claramente que o alinhamento aos EUA foi encarado como uma imposição, visto que não restava muitas alternativas ao governo brasileiro. Em 16 de janeiro de 1942, Vargas escreveu: “A maioria dos países americanos que adotaram essas soluções de declarar guerra ou romper relações não o fez espontaneamente. Foram coagidos pela pressão americana” (D'ARAÚJO, 1998:58).

Enfático defensor dessa “aliança especial”, Oswaldo Aranha no papel de Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou de 1938 a 1944, não mediu esforços para viabilizar, o quanto antes, o estreitamento das relações com os EUA. Isso porque estava claro para Vargas que, à medida em que o término da guerra se aproximava, anunciando um desfecho favorável para os Aliados, o Brasil perdia, paulatinamente, a importância estratégica que tivera no início do conflito, reduzindo, então, seus espaços de barganha. Nesse contexto, o fornecimento de matérias-primas para o esforço de guerra norte-americano também já não era tão necessário, uma vez que, superada a recessão causada pela crise de 1929, os EUA emergiam, ao final da guerra, como uma superpotência. No entanto, conforme indica Corsi (2008), embora Roosevelt considerasse o Brasil um aliado subordinado e com uma economia dependente dos investimentos externos, incentivava as avaliações otimistas do governo Vargas sobre sua posição privilegiada no cenário internacional. A fragilidade da política de “aliado especial” fica particularmente evidente em determinados episódios, como o da *Missão Cooke*, a tentativa de obter assento permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) e as negociações que viabilizaram o envio da FEB para o *front* europeu (CORSI, 2008).

A *Missão Cooke*, composta por uma equipe de doze técnicos estadunidenses liderados por Morris Llewellyn Cooke, chegou ao Brasil em 1942 com o objetivo de realizar uma radiografia da economia brasileira, investigando, entre outros aspectos, a disponibilidade de recursos existentes e as possíveis contribuições para o esforço de guerra norte-americano,

sobretudo no que dizia respeito à capacidade de desenvolvimento do setor industrial. A *Missão*, solicitada pelo governo brasileiro por incentivo de Oswaldo Aranha, também tinha a intenção de acompanhar o processo de construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), inclusive com autonomia para liberar ou vetar a compra de equipamentos e máquinas. Embora fosse uma *Missão* de caráter predominantemente investigativo, o governo brasileiro alimentava grandes expectativas de que, com base no diagnóstico de nossas potencialidades, os EUA ampliassem os financiamentos destinados à industrialização do país. Dentre as sugestões propostas pelos técnicos estavam a melhoria do sistema de transportes e de energia, a ampliação dos investimentos nos programas de educação profissionalizante, visando formar mão de obra qualificada, e a redução das importações, incluindo os produtos norte-americanos, como forma de estimular a industrialização nacional – ponto mais difícil de ser apontado para a *Missão*.

Afinada, como era de se esperar, com as ambições imperialistas dos EUA, a *Missão* reafirmava o discurso da superioridade norte-americana diante da recente industrialização brasileira, e a necessidade de tomarmos como exemplo, seu modelo de desenvolvimento para superar nossas deficiências nessa área. As críticas desagradaram alguns setores do governo brasileiro, gerando constrangimentos entre as embaixadas dos dois países e no Ministério das Relações Exteriores, que viam na exposição das “falhas” uma tentativa de fortalecer a ideia da dependência econômica do Brasil em relação aos EUA, dotando a *Missão* de um caráter assistencialista que não era sua função primordial.

Embora Vargas e Oswaldo Aranha tenham avaliado a *Missão* de forma positiva, encarando-a como parte da Política da Boa Vizinhança, podemos dizer que ela não resultou em muito mais do que insatisfações por aqui. As esperanças do governo brasileiro de conseguir fechar, a exemplo do financiamento da CSN, novos acordos com os norte-americanos foram definitivamente por terra, quando o presidente Roosevelt declarou que não pretendia financiar as sugestões da *Missão*. De acordo com o Departamento de Estado dos EUA, responsável pelas diretrizes da política externa do país, as demandas apontadas no relatório final da *Missão* não estavam em sintonia com a política norte-americana. Como destaca Corsi (2008), os ganhos se limitaram a liberação de recursos para ampliação da produção e fornecimento de borracha, fundamentais para o esforço de guerra. O episódio é um indicativo de como, na maioria das vezes, a política norte-americana tendia a retardar o processo de desenvolvimento industrial dos países latino-americanos.



A esta altura, ficava cada vez mais difícil acreditar que, de fato, Roosevelt fosse atender às expectativas industrializantes do governo brasileiro no pós-guerra. Apesar disso, o governo Vargas seguia firme no propósito de manter-se como fiel aliado dos EUA sem, no entanto, perder de vista o respeito à soberania nacional. Assim, na perspectiva do governo, os esforços em prol da afirmação do Brasil como “aliado especial” não eram incompatíveis com o projeto nacionalista de Vargas. Ao defender a política nacional desenvolvimentista, Vargas não pretendia fechar as portas aos investimentos externos – que eram, em grande medida, até muito desejáveis e necessários – nem, muito menos, se colocar contra os interesses estrangeiros, desde que ambos estivessem subordinados aos interesses nacionais, configurando assim uma situação que Moura (1980) definiu como *autonomia da dependência*. Tal postura do governo tinha como principal objetivo consolidar o Brasil como uma potência emergente no cenário internacional do pós-guerra. A tentativa de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU e a criação da FEB foram esforços que caminharam nesse sentido.

A formação de um corpo expedicionário para lutar na Europa ao lado dos norte-americanos foi, por assim dizer, a última cartada do governo Vargas para conquistar a tão sonhada proeminência do país na América Latina. Mais uma vez, Vargas soube se utilizar de um momento de tensão no cenário internacional e abriu espaço para barganhar. Diante do golpe militar que derrubou o governo pró-aliado na Bolívia, em fins de 1943, o equilíbrio de forças no Cone Sul se rompeu e parecia pender para os argentinos. Tanto para o governo norte-americano como para o brasileiro, o golpe havia sido influenciado pela Argentina que – mesmo com a proximidade do final da guerra e a possível vitória dos aliados – ainda insistia em manter uma neutralidade extremamente inconveniente para os interesses da política de Washington<sup>31</sup>. Os EUA passam, então, a pressionar o “mau vizinho”, a Argentina, fortalecendo militarmente o “bom vizinho”, o Brasil, considerado modelo para os outros países latino-americanos. Além da necessidade de “disciplinar” os argentinos, Roosevelt, já pensando no pós-guerra, queria manter as bases militares estabelecidas durante o conflito, incluindo as brasileiras. Por isso, apesar da oposição dos militares norte-americanos, cedeu a derradeira pretensão do Brasil de enviar tropas para a frente de batalha. Depois da criação da FEB, os espaços para a efetivação da política de barganhas se fecham para o governo brasileiro colocando em cheque a crença na ideia do Brasil como “aliado especial”.

---

<sup>31</sup> Sobre a questão com a Argentina, ver o trabalho de Vágner Alves (2007).

A primeira vez que se cogitou a participação do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU – ao lado dos EUA, Grã-Bretanha, União Soviética, China e França – foi em 1944, na Conferência de Dumbarton Oaks, realizada com a intenção de aprovar propostas para o estabelecimento da nova organização internacional no pós-guerra<sup>32</sup>. Considerando o Brasil um modelo de “bom vizinho”, Roosevelt lançou a ideia de seu ingresso no Conselho de Segurança sem, nem mesmo, consultar previamente o governo Vargas. A concepção regionalista de Roosevelt acerca do ordenamento que deveria emergir após o conflito, além do reconhecimento pela contribuição brasileira durante a guerra, o levava a considerar o Brasil como o único país capaz – dado que a Argentina, com sua política de neutralidade que não conseguia esconder suas fortes inclinações para o Eixo, era o exemplo do “mau vizinho” – de assumir o posto de representante da América Latina. Ainda que os EUA fossem capazes de garantir sozinhos a segurança do Hemisfério Ocidental, seria útil para a política de Washington poder contar com um fiel aliado latino-americano como o Brasil nas decisões do Conselho. Exatamente essa possibilidade que motivava os EUA, era o principal argumento da União Soviética para rejeitar a proposta. Com base na avaliação da posição brasileira nos acordos econômicos e diplomáticos selados no contexto da guerra, o governo soviético afirmava que Brasil seguiria as orientações norte-americanas nas votações, ampliando a força dos EUA entre os membros permanentes do Conselho. A Grã-Bretanha, embora não tivesse nenhuma grave objeção à entrada do Brasil, também não era grande entusiasta da ideia, uma vez que o país estava longe de representar, para os interesses britânicos, a importância política que assumia para as ambições norte-americanas. Somadas a essas dificuldades, outras tantas, enfrentadas durante os processos de negociações que viabilizaram a participação da FEB na guerra, deixavam distante a concretização do ideal do Brasil como potência. A Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944, afastou ainda mais essa possibilidade, ao defender a tese do livre-comércio como elemento reorganizador do comércio internacional. Para Moura, essa tese rapidamente tornou-se um *dogma* do governo brasileiro, porque estava em consonância com a ideia do Brasil como uma *economia essencialmente agrícola*. Sendo assim, “deveríamos exportar matérias-primas e alimentos e importar os manufaturados de que necessitávamos. Daí à liberação das licenças de importação era um passo simples; foi dessa maneira que entre 1946-1947 o Brasil foi inundado de

---

<sup>32</sup> Para uma análise mais detalhada do assunto o trabalho de Eugênio V. Garcia (2011). Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292011000100010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292011000100010&script=sci_arttext)>. Acesso em: abril de 2012.

produtos *made in USA* (MOURA,1986:37).”

Assim, segundo Moura (1991), se durante o governo Vargas a situação do Brasil como potência associada aos EUA já estava bastante distante da realidade, durante o governo Dutra, ela não passava de uma ilusão. Evidentemente, esta desilusão estava intimamente ligada ao contexto político mundial do pós-guerra, quando, os EUA deslocam seus interesses para a Europa e a Ásia. O Brasil faz parte de um continente em que a hegemonia norte-americana já estava assegurada e onde não era mais necessário investir muitos esforços. A preocupação dos norte-americanos em conter o avanço da União Soviética, plenamente incorporada pelo Brasil, ganhava terreno no pós-guerra e garantia a urgência dos assuntos europeus e asiáticos sobre os latino-americanos, com o total apoio do nosso governo.

#### **1.4 Mobilizando a FEB: a partida do herói**

Especialmente a partir de 1942, o crescente envolvimento brasileiro no esforço de guerra norte-americano – potencializado pelo episódio do torpedeamento dos navios por submarinos alemães – levou nossas lideranças políticas e militares a elaborar um plano em que o país participasse de forma mais direta no conflito. Após a declaração de guerra à Alemanha, em 31 de agosto de 1942, o governo Vargas, em negociações com o governo norte-americano, começa a cogitar o envio de um corpo de expedicionários brasileiros para a guerra.

O primeiro passo para a criação da FEB foi dado alguns meses depois, em 15 de março de 1943, quando Vargas aprova a proposta do general Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra (1936-1945), que condicionava o envio das tropas ao reaparelhamento bélico das Forças Armadas Brasileiras. Mas foi somente em 09 de agosto de 1943, de acordo com a Portaria Ministerial nº 47/44, que a FEB foi oficialmente instituída. Composta por mais de 25 mil soldados, sob o comando do então general Mascarenhas de Moraes, a força seria integrada às tropas do V Exército norte-americano, comandado pelo general Mark W. Clark. A princípio, a FEB seria composta por três divisões de infantaria, somando um total de 60.000 homens, mas, como já mencionado, diante das dificuldades enfrentadas durante o processo de seleção dos efetivos, apenas uma Divisão de Infantaria Expedicionária (1ª DIE) foi enviada para a Itália.

Após intensas negociações com Washington, a FEB nasce como um projeto político-militar reivindicado pelo governo brasileiro, no qual diversos atores e instituições, de variados países têm pesos diferenciados. Com a criação da FEB renovavam-se as esperanças – alimentadas pela propaganda política do governo Vargas – de um futuro promissor no qual o Brasil se firmaria definitivamente no cenário internacional. O argumento serviu não apenas para influenciar a avaliação do governo, dos militares e, de modo geral, da sociedade em relação à FEB, como também implicou num redimensionamento, tanto na esfera nacional quanto internacional, do papel dos atores e instituições responsáveis pela sua criação.

Em meados da década de 1940, o Brasil vivia ainda sob o Estado Novo, regime ditatorial centrado na figura de Vargas, que tinha nos militares sua principal base de apoio. Porém, o desenrolar da guerra e a vitória cada vez mais próxima dos Aliados anunciavam o fim desse regime e a necessidade urgente de uma mudança de postura do presidente. Nesse contexto, o empenho pessoal de Vargas na consolidação da FEB pode ser entendido como parte do projeto de construção de uma imagem para o pós-guerra, desvinculada do modelo autoritário, notadamente influenciado pelo fascismo europeu, inaugurado com o golpe em 1937. No quadro político interno, a tentativa de legitimar, através de uma consulta popular que acaba não se realizando, a Constituição de 1937, já dava mostras dessa iniciativa. Com o disfarçado intuito de atribuir um caráter popular ao texto constitucional outorgado, Vargas autoriza a instituição de um plebiscito, cujo o prazo para realização expirava em 1942, deixando evidente que o problema da institucionalização política do regime era ainda, nesse período, uma questão que gerava discussões controvertidas entre os aliados do presidente e, mais ainda, entre seus opositores. Em meio a esse clima de hesitação, a problemática da organização da FEB ganhava múltiplos contornos e era, mesmo entre as autoridades do governo Vargas, um convite ao dissenso. Dividido em defensores pró-americanos e pró-germânicos, o governo buscava equilibrar suas forças, sem perder de vista as manifestações da opinião pública que tendiam, influenciadas pela imprensa – especialmente após os ataques dos submarinos alemães na costa brasileira –, em favor dos Aliados.

Sem dúvida um dos maiores representantes da ala pan-americanista do governo foi Oswaldo Aranha. Sua reconhecida admiração pela democracia norte-americana, herdada do período em que fora embaixador em Washington (1934-1937), fez dele uma figura essencial no projeto de criação da FEB. Mas, de acordo com Alves, é preciso relativizar o peso decisório do Ministro das Relações Exteriores neste episódio. Segundo sua análise, a

correlação de forças entre o Alto Comando do Exército, o Itamaraty e o governo se configurava, nesse caso, da seguinte forma: “(...) o Exército e seus líderes eram partes necessárias da decisão, ainda que não suficientes. O Itamaraty tinha poder de influência, não mais que isso.” E Vargas era quem, efetivamente, estava à frente das decisões no campo da política externa, “o que fazia de Aranha apenas o segundo (...) nos assuntos internacionais brasileiros” (ALVES, 2007:94). As negociações que deram origem ao Corpo Expedicionário dependiam, portanto, da articulação entre os interesses, por vezes conflitantes, desses atores/instituições para ter sucesso. Um complexo processo que exigiu das partes envolvidas habilidade e determinação para agregar suas forças em torno de um projeto, maior do que o da FEB, que era o de transformar o Brasil – de um país de vocação rural e industrialmente em desenvolvimento – em uma potência mundial. Embora a campanha, liderada por Aranha, pelo alinhamento com a política norte-americana tenha resultado, em última instância, na decisão de enviar as tropas brasileiras para guerra, a FEB não era encarada pelo ministro como uma condição primordial nas relações Brasil-EUA. Em alguns momentos, como também observa Alves (2007), Aranha chega até mesmo a considerar desnecessário arriscar soldados brasileiros nos campos de batalha, uma vez que o objetivo principal das relações Brasil-EUA era assegurar ao país a posição de segunda potência mais influente no continente americano. A avaliação de Aranha ganha força se levarmos em conta que, nesse jogo de interesses políticos e econômicos, a FEB se afirma muito mais como uma exigência brasileira e uma concessão norte-americana, do que o contrário. Sendo assim, o desenvolvimento industrial, a ampliação do poder bélico do Exército brasileiro e a projeção do país na esfera internacional – principais objetivos da aliança na perspectiva de Aranha – estariam assegurados, independentemente da concretização do projeto expedicionário.

Não se pode esquecer que nesse projeto, a atuação do Itamaraty se concentrava na tarefa de capitalizar aliados para sua causa – estreitar os laços com os EUA – e que, portanto, seu poder decisório se comparado ao do governo ou do Alto Comando do Exército, era em certa medida limitado. Nesse “cabo de guerra”, os militares estavam em vantagem, porque ainda que desejasse, o Ministro das Relações Exteriores não poderia influenciar o presidente a se colocar numa posição contrária a do Alto Comando do Exército. A observação é pertinente especialmente se considerarmos que, pelo menos até o ataque dos submarinos alemães aos navios brasileiros em agosto de 1942, a opinião militar era, em sua maioria, pró-Eixo. Estava lançado, então, para as autoridades brasileiras, o desafio de equacionar a ala

germanófila do governo, que tinha nos generais Dutra e Goes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército (1937-1943), seus principais representantes, com a necessidade de assegurar o financiamento norte-americano que viabilizaria o treinamento e armamento da FEB. Vargas tinha ciência de que somente com o auxílio técnico e econômico dos EUA, seria possível lutar no *front* europeu. O Exército Brasileiro, ainda nessa época influenciado pelo obsoleto modelo militar francês, sofria com o material bélico precário e o despreparo das tropas. Não bastasse isso, a maior parte do seu efetivo era composto por homens pobres, desnutridos e analfabetos sem qualquer experiência em táticas de combate. Modernizar e treinar o Exército brasileiro, segundo o modelo militar norte-americano, se colocava, assim, como condição *sine qua non* para a participação da FEB na guerra.

Mais uma vez, a análise de Alves (2007) nos fornece dados que permitem entender os motivos que levaram os militares, a despeito da possível inclinação para as potências do Eixo, organizarem a FEB para combater ao lado das tropas norte-americanas. A explicação mais comumente aceita, partilhada por outros autores dedicados ao estudo do tema<sup>33</sup>, para essa guinada de posição, é a necessidade de fortalecer e modernizar o Exército brasileiro, objetivo perseguido pelas autoridades militares desde o início do Estado Novo. Esse é, sem dúvida, um fator decisivo nas negociações que deram origem à FEB. No entanto, para dimensionar acertadamente o equilíbrio entre as forças envolvidas nesse projeto, é preciso reavaliar algumas questões que dizem respeito ao posicionamento dos militares em relação ao tema.

Em primeiro lugar, vale ressaltar que, até o final de 1942 – mesmo diante da declaração de estado de guerra em agosto daquele ano – não havia, por parte do Alto Comando do Exército brasileiro, nenhum plano de mobilização para a guerra na Europa. Apesar de se preocuparem com essa possibilidade, Dutra e Goes esbarravam nos entraves de um Exército despreparado e insuficiente. A ambiciosa proposta de ampliar os efetivos do Exército brasileiro, elaborada às pressas por Goes (ALVES, 2007:97), e que foi apresentada aos militares norte-americanos, em outubro de 1942, não previa eventuais combates fora do território nacional. Mas, certamente, a busca por equipamentos bélicos mais modernos, que já era necessidade antiga do Exército brasileiro fica, diante da declaração de guerra à Alemanha, cada vez mais urgente. Nesse sentido, o auxílio material norte-americano será buscado a todo custo.

O fato é que a suposta neutralidade, adotada pelo Exército brasileiro até 1942, tendia,

---

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, o trabalho de Stanley Hilton (1983).

aos olhos do governo norte-americano, a reforçar um posicionamento pró-Eixo que dificultou, posteriormente, o entendimento entre militares dos dois países. Entretanto, é importante destacar que a declarada admiração de Dutra e Goes pela superioridade bélica alemã não faz deles nazistas. Também é necessário considerar que, se por um lado, fatos como a entrega – que não foi interrompida mesmo durante a guerra – do material bélico negociado, desde 1938, com os alemães dentro do prazo previsto, fazia crescer essa admiração entre os militares brasileiros; por outro, a demora no cumprimento dos acordos para o envio de material bélico pelos norte-americanos e a pressão pela cessão das bases militares no Nordeste causavam entre eles grande insatisfação. A lentidão no fornecimento dos equipamentos militares era justificada pelo governo norte-americano com o argumento de que os aliados que lutavam nos *fronts* e os que estavam sob constante perigo de ataque inimigo tinham prioridade na distribuição do material bélico. Segundo essa avaliação, o Brasil, principalmente após o fim da possível ameaça nazista no norte da África, estava em segundo plano. Se, afinal, a necessidade de proteger a costa brasileira não era mais uma alegação forte o suficiente para garantir o reaparelhamento das Forças Armadas, a potencial organização de um corpo expedicionário para lutar contra o Eixo poderia assegurar um fluxo maior de material bélico para o país. A FEB seria, em certa medida, a senha para que o Exército brasileiro tivesse acesso mais fácil aos armamentos que precisava e não conseguia.

Diante disso, em janeiro de 1943, as autoridades militares começaram a planejar uma eventual participação das tropas brasileiras nos campos de batalha. Nessa tarefa, destaca-se a participação intensa de Dutra e a ausência de Goes Monteiro que, por motivos de saúde, esteve licenciado de suas funções – durante quase todo ano de 1943 –, abandonando definitivamente no ano seguinte, do cargo de chefe do Estado-Maior do Exército. De todo modo, como indica o depoimento do marechal Floriano de Lima Brayner (1968:52-73), Goes, embora não se opusesse à FEB, também não era um defensor dessa causa. Ao contrário dele, Dutra, vendo na FEB um meio de assegurar material bélico moderno para o Exército e, ao mesmo tempo, um fator de projeção pessoal nas esferas política e militar, se empenhou ao máximo em viabilizar sua organização. Apesar de bastante interessado no projeto expedicionário, Dutra, na tentativa de negociar uma grande quantidade armamento ou, pelo menos, bem maior do que os norte-americanos estavam dispostos a oferecer, acabou sendo um dos principais responsáveis, juntamente com o já citado despreparo do Exército, pelo atraso na sua concretização.

As aspirações políticas de Dutra também precisam ser levadas em conta ao avaliarmos as escolhas que nortearam a mobilização e desmobilização da FEB. Durante esses processos, o ministro procurou impedir, o quanto foi possível, o fortalecimento de outras lideranças e interesses que pudessem ameaçar sua posição dentro do Exército. Alguns indícios dessa intenção podem ser notados, tanto no período de organização do Corpo Expedicionário – a nomeação do general Mascarenhas de Moraes como comandante da FEB –, como na fase posterior de dissolução da unidade – a decisão de extinção da 1ª DIE foi efetuada quando as tropas ainda estavam em solo italiano. Oficial de carreira com pequena projeção no meio militar, Mascarenhas era, reconhecidamente entre seus pares, uma figura sem ambições políticas, características que o habilitavam para, além de suas eventuais qualidades profissionais, como um candidato perfeito para o cargo. De fato, as impressões sobre o general se confirmaram no pós-guerra. Extinta a FEB, Mascarenhas de Moraes deu continuidade à sua carreira militar, procurando se manter afastado de disputas políticas. Do mesmo modo, a dissolução apressada da FEB, antes mesmo de seu embarque para o Brasil, evitaria que Dutra, em plena campanha presidencial, tivesse que enfrentar possíveis focos de oposição oriundos de suas fileiras e ainda mais, de seu comando.

No entanto, a participação brasileira na guerra não se limitou apenas às disputas que se desenrolaram entre as autoridades políticas e militares responsáveis pela consolidação da FEB. Tais questões também repercutiram entre a sociedade brasileira, que teve, durante a década de 1940 – como em nenhum outro momento da história até então –, sua vida profundamente afetada pelas negociações que se desenrolavam no âmbito da política externa. A constatação foi especialmente notável no caso das classes menos privilegiadas, que eram as mais excluídas do processo político e, nesse momento, estavam sendo convidadas a intervir, como combatentes nos campos de batalha. A aproximação maior da população com a política internacional teve desdobramentos que transformaram essa década em um momento privilegiado para análise. São anos em que a política, como se viu, assume um ritmo de transformações acelerado, tendo como pano de fundo a questão do nacionalismo, do autoritarismo e da democracia.

Nesse sentido, embora não se deva maximizar o peso da opinião pública no processo decisório que resultou na criação da FEB, também não se pode ignorá-lo por completo. Se comparado ao das demais autoridades envolvidas, ele é sem dúvida menor mas, nem por isso, desprezível. Desde o início do conflito, em 1939, até pelo menos o segundo semestre de 1942,



a guerra era uma realidade distante para a sociedade brasileira. Pouco se sabia sobre o conflito mundial e as reais possibilidades de uma eventual participação brasileira. Em trabalho dedicado à investigação dos efeitos do conflito na vida paulistana, Cytrynowicz (2000) chega a afirmar que o racionamento de produtos imposto pelo esforço de guerra teve mais impacto sobre a população do que a mobilização dos soldados para a luta nos campos de batalha. No Rio de Janeiro, a situação não era diferente. Além da alimentação racionada, o uso de carros movidos a gasogênio, os exercícios de *black-outs* e a propaganda para comprar bônus de guerra foram algumas das poucas interferências da guerra no cotidiano da população civil carioca (MOREIRA, 2005). Embora seja verdade que, especialmente antes do ataque dos submarinos alemães em agosto de 1942, a “presença” da guerra na sociedade brasileira limitava-se às privações de determinados gêneros alimentícios e a pequenas alterações do cotidiano das grandes cidades, após esse episódio a situação se modifica. Assim, apesar do debate público em torno da FEB não poder, em tempos de ditadura, alcançar a mesma dimensão que teria em um contexto político democrático, é inegável que os ataques alemães fazem crescer as manifestações públicas em favor da entrada do Brasil na guerra.

Uma análise superficial dessas manifestações, com a população tomando as ruas e exigindo uma resposta do governo diante das agressões nazistas, poderia sugerir o início da derrocada do Estado Novo e a inauguração de um processo de abertura democrática. No entanto, as iniciativas do governo Vargas conseguiram, através da máquina de propaganda oficial do DIP, conciliar o que, a princípio, parecia impossível: a manutenção da ditadura varguista no plano interno, com o combate ao nazifascismo no plano externo. Diante disso, cabe uma avaliação mais atenta, não apenas dessas manifestações populares, mas também, e principalmente, dos usos políticos que os diversos atores sociais envolvidos na gênese da FEB possam ter feito desse evento ao longo do tempo.

As passeatas e comícios, que sucederam os ataques dos submarinos alemães no litoral brasileiro, cobravam das autoridades uma postura enérgica diante da agressão nazista. Fortemente estimulada pela propaganda política do Estado Novo, a sociedade identificava os nazistas, e, equivocadamente, por muitas vezes, os alemães em geral (inclusive os imigrantes), como inimigos públicos de primeira grandeza. O DIP investia na instrumentalização dos sentimentos de comoção e ódio da sociedade, despertados com os torpedeamentos alemães, projetando na FEB a expectativa de resposta à ofensiva do Eixo. Para o governo, os investimentos na construção da imagem dos inimigos da Pátria era um artifício eficaz, que

agregava a sociedade em torno da proposta de desenvolvimento econômico e industrial varguista. Assim, enquanto os soldados lutavam no *front* externo em defesa da soberania ofendida, os trabalhadores, no *front* interno, buscavam consolidar o projeto nacional desenvolvimentista do governo.

As grandes manifestações que ganharam as ruas em diversas cidades brasileiras, especialmente a partir de 1942, são, portanto, um reflexo deste tipo de política empreendida pelo DIP. Dentre as mais expressivas estão aquelas organizadas por entidades estudantis, como a UNE e diferentes diretórios acadêmicos espalhados pelo país, entre os meses de julho e agosto de 1942. De acordo com Cytrynowicz (2000) se, por um lado, esses eventos podem ser encarados como a uma reação popular que se originou da combinação de sentimentos nacionalistas, democráticos e anti getulistas, por outro, pode também ter sido um momento em que o próprio governo mobilizou as oposições em torno da agressão nazista na intenção manter a unidade nacional, reduzindo possíveis resistências ao governo. As bandeiras levantadas em nome da democracia e dos Aliados foram rapidamente incorporadas ao discurso do governo, que passou a defender o combate ao nazifascismo. Amplamente divulgadas pela imprensa, as manifestações assumiam, na ótica, da propaganda estado-novista, um caráter mais patriótico do que de oposição ao governo. Ao esvaziar o protesto dos estudantes, o DIP procurava neutralizar “qualquer associação entre a mobilização para a guerra e alguma reivindicação interna em defesa da democracia” (CYTRYNOWICZ, 2000:336). Desta forma, ainda que tais eventos não tenham, como ponderam alguns autores (FERRAZ, 2002; ALVES, 2007), resultado diretamente na criação da FEB, eles nos aproximam das expectativas e sentimentos da população em relação à FEB e seus combatentes, o que contribui, em grande medida, para avaliarmos como se fundam os ressentimentos entre estes e a sociedade, no seu retorno ao Brasil.

# Capítulo 2

---

***Fim da jornada:  
o retorno como heróis***

Há milênios as gerações dos mais diferentes povos crescem ouvindo narrativas míticas sobre heróis. Frutos de construções históricas que combinam trabalhos de memória e suas formas de enunciação, essas narrativas consagram, como heróis, homens e mulheres considerados excepcionais. Para isso, é necessário que seus pares reconheçam a excepcionalidade desses sujeitos históricos e invistam na consagração de suas memórias. As operações que levam a esse fim enfatizam determinados aspectos e silenciam outros, revelando, assim, as múltiplas possibilidades de usos do passado, capazes de promover mudanças como as que transformaram os desacreditados combatentes da FEB em heróis nacionais.

Recorrente nos discursos das autoridades do Exército e do Estado, a caracterização do “pracinha” como herói nacional teve, em determinado momento histórico, forte repercussão na sociedade brasileira. Divulgada repetidamente nos jornais e no rádio, a imagem dos “heróis da FEB” rapidamente ganhou as ruas. Escolas, associações de bairros, clubes desportivos e sindicatos reconheceram o heroísmo desses sujeitos históricos, consagrando-os através de suas homenagens. O grande momento de manifestação dessas homenagens foi, inquestionavelmente, o Desfile da Vitória, ocorrido após o desembarque da FEB no Rio de Janeiro em 18 de julho de 1945. Apesar de intensa, pode-se dizer que a duração desse processo de heroificação, que exaltava a imagem do pracinha, foi efêmera, não produzindo profundos impactos na memória nacional. Os mesmos atores históricos que se empenharam em construir a figura do herói da FEB, se encarregaram, posteriormente, de condená-lo ao ostracismo.

Nascida sob o signo da dúvida – cuja expressão máxima é sintetizada pelo seu lema, a cobra fumando – a FEB passou de alvo de chacota<sup>34</sup> a motivo de orgulho nacional, evidenciando que o processo de heroificação dos sujeitos históricos obedece a mecanismos complexos, diversificados e, muitas vezes, ligados a razões políticas conjunturais. Identificar e decodificar esses mecanismos é essencial para compreender os interesses de natureza diversa que estão em jogo nesse projeto. Acompanhar os investimentos feitos com o passar do tempo por diferentes sujeitos históricos na consolidação e perenidade desse projeto nos permite precisar quem constrói, quando se constrói e para quem é construída a imagem de um herói. Evidentemente não se pode desconsiderar o processo inverso. A destruição dessa

---

<sup>34</sup> É conhecida a história que conta a origem da expressão, em algumas versões atribuída ao presidente Vargas, em outras ao dito popular. De toda forma, o fato é que ela faz alusão à ideia de que era mais fácil uma cobra fumar do que o Brasil entrar na guerra.

imagem exige igualmente esforços, que devem ser proporcionais à grandeza do herói em questão. Nesse sentido, a sobrevivência ou não do mito de um herói revela que os esforços em nome de sua glorificação são sistemáticos e estão, constantemente, expostos a todo tipo de intempéries<sup>35</sup>.

Sessenta e oito anos depois do fim da Segunda Guerra Mundial, a história dos “heróis da FEB”, sem dúvida, já passou por muitas delas. Histórias que, durante esse tempo, assumiram as mais diversas formas de narrativa: diários, livros de memórias, depoimentos, biografias, filmes, reportagens e obras de ficção, entre outros. Em muitos destes textos podemos identificar, em parte ou completamente, aquilo que Joseph Campbell (1997) chamou de *jornada do herói*, em seu trabalho, *O herói de mil faces*, publicado pela primeira vez nos EUA, em 1949, logo após o fim da Segunda Grande Guerra. Padrão narrativo reproduzido em diferentes sociedades no mundo todo, a *jornada do herói* é composta por três ritos de passagem: a separação, a iniciação e o retorno. Eles são, em essência, a unidade nuclear do que Campbell chama de *monomito*<sup>36</sup>. No primeiro rito, o herói separa-se de sua terra natal. Ao partir, ele é obrigado a enfrentar uma infinidade de desafios que são responsáveis por uma iniciação, uma transformação profunda desse indivíduo. E por fim, retorna às suas origens para compartilhar com os seus as conquistas dessa jornada. Aclamado por sua bravura, por ter vencido vários e perigosos obstáculos, é recebido com festa, e seu esforço premiado com o reconhecimento e a gratidão daqueles pelos quais lutou.

A *jornada do herói* é identificada por Campbell em muitos textos clássicos conhecidos desde a Antiguidade. Alguns deles reproduzem exatamente o paradigma do *monomito*, como é o caso das histórias de Moisés, Buda, Osiris e Prometeu. Outros se caracterizam por apresentar maior ênfase em uma das fases da *jornada*, como acontece em a *Odisseia*, na qual acompanhamos repetidas vezes a “iniciação” de Ulisses. A ideia do mito único que se reproduz em culturas e tempos distintos – ou *monomito* – explica como os mitos, em geral, estão na origem de uma realidade que passou a existir a partir de um determinado momento. Sendo assim, o mito não é uma imagem ilusória da realidade e, portanto, mito e realidade não devem ser tratados como opostos. Nas palavras de Mircea Eliade:

---

<sup>35</sup> Estudos recentes, como o de José Murilo de Carvalho (1991) sobre Tiradentes, o herói da Inconfidência Mineira e o de Luigi Bonafé (2008) sobre o heroísmo em Joaquim Nabuco, investigaram mais profundamente o assunto.

<sup>36</sup> O termo monomito foi tomado de empréstimo do conto *Finnegan's Wake* (1939) de autoria do escritor James Joyce.

o mito conta uma história sagrada; ele relata um acontecimento ocorrido no tempo primordial, o tempo fabuloso do "princípio". (...) É sempre, portanto, a narrativa de uma criação: ele relata de que modo algo foi produzido e começou a ser (ELIADE, 1986:11).

No caso, o *monomito* se refere, especificamente, à narrativa de criação de um herói. Discussões em torno da *jornada do herói* mobilizam, desde a década de 1980, o interesse de diversos profissionais que se dedicam, das mais variadas formas, à tarefa de “contar histórias”, entre eles: roteiristas de cinema, dramaturgos, escritores, jornalistas e psicólogos<sup>37</sup>. Utilizada tanto no universo ficcional quanto no real como exemplo de coragem e superação, a fórmula da *jornada do herói*, aponta, de forma cíclica, um caminho para aprendizagem, transformação e reconhecimento. Com alguma frequência observamos esses universos se fundirem, transpondo, assim, o arquétipo do herói das páginas de ficção para a vida real. Para os combatentes da FEB esse fenômeno se manifestou naquele dia de 18 de julho de 1945<sup>38</sup>, quando, cobertos de glórias, desembarcaram no Rio de Janeiro. O episódio, fartamente noticiado nas primeiras páginas dos principais jornais do país, não deixa dúvidas quanto à excepcionalidade do evento e de seus principais participantes.

Cabe ressaltar, como nos lembra Angela de Castro Gomes, que este era o *tempo festivo* do Estado Novo que – talvez até porque estivesse preparando sua transição política – manteve a tradição, inaugurada em seus primeiros anos, de promover grandes comemorações em prol da afirmação de valores cívicos e da política trabalhista. A montagem de um calendário festivo do regime, no qual tinham destaque o Dia do Trabalho, o aniversário de Getúlio Vargas e a data da implantação do Estado Novo, além das datas cívicas do dia de Tiradentes e da Independência, não deixa dúvidas sobre o papel ritualístico destas comemorações no período (GOMES, 2003). Orquestradas, em sua maioria, pelo Departamento de Imprensa e

<sup>37</sup> Adaptada para o cinema nos anos 80 pelo roteirista da Companhia Walt Disney, Christopher Vogler, a jornada do herói fez grande sucesso e influenciou trabalhos como o de George Lucas em *Guerra nas estrelas*. No Brasil, despertou o interesse do pesquisador Edvaldo Pereira Lima, do Núcleo de Epistemologia da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, que passou a utilizá-la, a partir de 1998, como ferramenta para a construção de histórias de vida no campo jornalístico. Sobre esses assuntos, ver, respectivamente, os trabalhos de Christopher Vogler (1997) e Mônica Martinez (2008).

<sup>38</sup> Refiro-me aqui à data de desembarque do 1º escalão da FEB, comandado pelo general Zenóbio da Costa. Os desfiles do 1º e 2º escalões - este último desembarcou no Rio de Janeiro em 22 de agosto de 1945, comandado pelo general Cordeiro de Farias - foram os que receberam maior atenção da imprensa, o que pode ser explicado em parte, por concentrarem os maiores contingentes e os comandantes mais ilustres do Exército, mas, também, devido ao caráter inédito do evento. O 3º e o 4º escalões, comandados respectivamente pelos coronéis Mário Travassos e Delmiro de Andrade, desembarcaram juntos no Rio de Janeiro em 19 de setembro de 1945. O 5º escalão, comandado pelo coronel Arquimínio Pereira, desembarcou nesta mesma cidade em 3 de outubro de 1945. O general Mascarenhas de Moraes regressou por via aérea, dias antes do desembarque do 1º escalão. Convém ressaltar que neste trabalho me interessa, especialmente, o desfile que comemora a chegada do 1º escalão da FEB, devido à sua carga simbólica na consagração dos combatentes como heróis nacionais.

Propaganda (DIP), essas iniciativas contribuíam reforçando a imagem de Vargas como “pai dos pobres” e atrelando-a aos trabalhadores através do pacto trabalhista (GOMES, 1994). É inegável, portanto, o empenho humano e os investimentos de caráter material e simbólico promovidos pelo governo em tais comemorações. Era de se esperar que nestes *tempos festivos* um evento de grande magnitude, como o Desfile da Vitória, no retorno da FEB ao Brasil, recebesse especial dedicação, seja com intuito de afirmação, seja com intuito de crítica à figura de Vargas e ao Estado Novo. Na verdade, em se tratando de um momento caracterizado por uma conjuntura política tensa em que estão em jogo diferentes interesses, fica difícil precisar a intencionalidade do desfile. Isso porque os diversos sujeitos históricos que participam do desfile – que, para além dos expedicionários, do Exército e do governo, envolveu também, entre outros, partidos políticos, sindicatos, clubes, estudantes e a população carioca de modo geral – se valem dele para construir diferentes discursos em torno da palavra de ordem do momento: democracia. Nesse contexto, o conceito de democracia é mobilizado quer seja para apoiar Vargas, quer seja para se colocar contra ele. O desfile se transforma, assim, em palco de disputas políticas que manifestam intenções variáveis em função dos interesses daqueles que dele tomam parte.

## **2.1 A preparação do retorno: o Desfile da Vitória**

Os preparativos para o desfile começaram antes mesmo do embarque da FEB em Nápoles. Autoridades do governo e do Exército trabalhavam juntas para garantir o sucesso do evento. Exemplo disso foi a criação da Comissão de Homenagens à FEB presidida pelo, então, general José Pessoa<sup>39</sup> e encarregada não apenas da organização do Desfile da Vitória, mas também da aprovação e operacionalização de diversas outras cerimônias, que ocorreriam para comemorar a FEB. Figura do alto escalão do Exército, com bom trânsito dentro do governo, a escolha do general, conhecido por sua atuação na preservação das tradições militares, revela a importância e o peso desses eventos naquele contexto. Mais de dez dias antes da chegada da FEB, os jornais começaram a divulgar informações do Ministério da Guerra sobre as providências que estavam sendo tomadas para o desfile.

---

<sup>39</sup> José Pessoa era sobrinho de Epitácio Pessoa, presidente da República de 1919 a 1922, e irmão de João Pessoa, cujo assassinato desencadeou a Revolução de 1930. Sobre sua contribuição na invenção das tradições do Exército e na oficialização do culto a Caxias, ver artigo de Celso Castro (1994). Para uma biografia de José Pessoa, ver o trabalho de Riram de Freitas Câmara (1985).

O Ministério da Guerra continua a fornecer diariamente à imprensa detalhes acerca das homenagens que serão prestadas aos nossos bravos expedicionários, no seu regresso do *front* italiano, onde tão alto levantaram o nome do Brasil desafrontando a honra nacional, que fora vilmente ultrajada pelo nazifascismo.

O pessoal da FEB, por ocasião do desembarque no cais do porto, não poderá tomar contato imediato com suas famílias e amigos, devido à organização do desfile em que tomarão parte. Uma vez realizada a parada, os nossos patrícios rumarão para a Vila Militar e Realengo, onde ficarão alojados, em quartéis especialmente construídos. Por ocasião do embarque para aqueles setores, na estação D. Pedro II, os expedicionários poderão receber suas famílias e amigos, que lhes apresentarão as boas-vindas.

A fim de proporcionar o maior conforto às famílias dos expedicionários, por ocasião do desfile, as autoridades militares mandaram reservar locais especiais e construir palanques de forma que possam dali assisti-lo satisfatoriamente.<sup>40</sup>

Os preparativos demonstram a intenção de transformar o acontecimento, único na história do país, num ritual cívico de grande apelo popular. A singularidade do evento levou o presidente Vargas a decretar o dia 18 de julho de 1945, data do desfile, feriado nacional. A iniciativa tinha como objetivo viabilizar a presença de um grande número de funcionários públicos, “bem como do povo em geral, para o maior brilhantismo dos festejos, em homenagem aos nossos **bravos** patrícios.”<sup>41</sup> O texto do decreto-lei nº 19.220, de 18 de julho de 1945, que instituiu o feriado, revela o projeto do governo de inscrever o desfile, na memória nacional, como um episódio raro de conagração popular.

O presidente da República,(...) considerando ser **motivo de regozijo nacional** o regresso do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira; considerando **a alta significação histórica** desse acontecimento;

Decreta:

Art. 1º O dia 18 de julho de 1945, data do regresso do primeiro contingente da Força Expedicionária Brasileira, é declarado feriado em todo o território nacional.<sup>42</sup>

Garantir a audiência era fundamental para o sucesso do evento. Afinal, o público que tomaria parte nesse espetáculo não era mero coadjuvante. A população conclamada a assistir

---

<sup>40</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1945. Seção1, p.9. (grifo meu)

<sup>41</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 17 de julho de 1945. Seção1, p.7. (grifo meu)

<sup>42</sup> Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-19220-18-julho-1945-469602-publicacao-1-pe.html>. Acesso em: outubro de 2010. (grifo meu)



ao desfile, tinha um papel tão importante como o dos próprios combatentes que desfilariam. Sua presença legitimaria e consagraria aquele episódio na história da nação. Assim, logo pela manhã, as estações de rádio e os jornais começaram a divulgar a decretação do feriado. A notícia rapidamente se espalhou entre a população, o comércio fechou suas portas e o movimento nas ruas se intensificou bastante. A Prefeitura providenciou a ornamentação dos postes de iluminação das principais ruas da cidade com flâmulas que ostentavam um escudo representando a FEB, a Esquadrilha da FAB e o IV e V Exércitos Americanos. Em frente à Câmara e ao Teatro Municipal foi erguido um pórtico monumental, em forma de Arco do Triunfo, através do qual desfilaram “os **heroicos** expedicionários que constituem o 1º Escalão da FEB”<sup>43</sup> (*Figura 1*).

Alunos representantes das Escolas Naval e de Aeronáutica e Militar, do Colégio Militar, do Corpo de Fuzileiros Navais e de todos os demais estabelecimentos de ensino do Exército, comandados por um oficial, prestaram suas homenagens, compondo uma guarda de honra formada em alas para saudar a passagem dos combatentes. As escolas municipais também marcaram presença no desfile, representadas pelos mais de dois mil alunos que formaram alas no trecho da Avenida Rio Branco, compreendido entre a Praça Mauá e a Rua Visconde de Inhaúma. A participação das escolas municipais no desfile era parte de um projeto mais amplo de engajamento das unidades escolares nas cerimônias de comemoração pelo retorno da FEB. Além disso, o Secretário Geral da Educação e Cultura deu orientações para que fossem realizadas atividades cívicas em homenagem aos combatentes, bem como determinou a organização de solenidades escolares nas quais os combatentes seriam convidados, juntamente com suas famílias, para contar suas experiências durante a guerra. Os alunos foram orientados, ainda, para que solicitassem aos pais a ornamentação das fachadas de suas casas com as cores da bandeira nacional, reafirmando o sentimento patriótico que tomava conta da população naqueles dias.

Tais medidas estavam perfeitamente articuladas a um conjunto de ações do Estado Novo, que pretendia integrar os estudantes brasileiros nas comemorações cívicas promovidas pelo Estado Novo. Caberia ao governo, através dessas ações, despertar ainda mais o sentimento nacionalista e fortalecer a identidade brasileira. Com apoio do Ministério da Saúde e Educação (MES) e do DIP, foi instituída, durante esse período, a comemoração de datas nacionais, como a *Semana da Pátria*, e a criação de novos feriados no calendário escolar

---

<sup>43</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Seção 1, p. 1. (grifo meu)

como, por exemplo, o *Dia da Juventude*, festejado no dia 5 de setembro (GOMES,1994). A dramatização encenada nessas comemorações era uma importante estratégia – que se somava a diversas outras, características do Estado Novo, como a propaganda oficial, a censura e o controle policial – , que tinha a tarefa de consolidar a unidade nacional e fomentar entre a população sentimentos de amor à pátria. O controle disciplinar sobre os jovens e sua integração ao corpo da nação promovidos nas comemorações cívicas, faziam da juventude peça-chave nessas dramatizações<sup>44</sup>. Nesse contexto, podemos afirmar que o desfile da FEB era, portanto, um momento excepcional e pedagogicamente propício para a coroação entusiástica do ideal patriótico exaltado pela ditadura varguista. A participação maciça das escolas no evento não deixa dúvidas de que o governo soube aproveitar muito bem essa oportunidade.

Mas as iniciativas para a comemoração do retorno da FEB não partiram apenas do poder público: algumas organizações privadas de natureza diversa como clubes, agremiações desportivas e sindicatos também se manifestaram, evidenciando, assim, a diversidade de sujeitos históricos que contribuíram para a consagração dos “heróis da FEB”. O Sindicato dos Lojistas do Comércio do Rio de Janeiro foi um dos que se mobilizou com o intuito de “tomar parte nessas legítimas manifestações de **gratidão** do povo” endereçando ao comércio um apelo para que as fachadas dos estabelecimentos fossem embandeiradas e as vitrines enfeitadas na tentativa de “demonstrar a sua adesão a esse movimento de **glorificação** dos **bravos** expedicionários, inscritos com áureos caracteres no registro da **gratidão** nacional.”<sup>45</sup> Outra iniciativa neste sentido partiu do Centro Cívico e Cultural da Vila Isabel, presidido pelo sr. Nestor Wanderley Curio. Em ofício à Comissão de Homenagens à FEB, o presidente do Centro Cívico e Cultural da Vila Isabel anunciou que tomaria as seguintes providências:

a) comparecer com sua Tropa de Escoteiros ao desembarque; b) solicitar ao comércio local, principalmente na Av. 28 de Setembro a iluminação e ornamentação de seus estabelecimentos; c) promover uma passagem tranquila pelas principais ruas do bairro à noite; d) inaugurar o Mastro da Vitória na praça Drumond; e) aderir e prestar todo apoio a outras iniciativas para homenagear a FEB. A inauguração do Mastro da Vitória terá caráter festivo, com desfile de escolares e agremiações desportivas, devendo falar no ato inaugural o Coronel Jonas Corrêa, secretário de Educação da Prefeitura.<sup>46</sup>

<sup>44</sup> Sobre a importância da juventude na “cultura cívica varguista”, ver o trabalho de Maurício Parada (2003), no qual o autor se dedica a investigar, especificamente, duas dessas comemorações: o *Dia da Juventude* e a *Hora da Independência*.

<sup>45</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Seção1, p.1. (grifo meu)

<sup>46</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1945. Seção1, p.9.

Outro importante sujeito histórico que participou ativamente da organização e das homenagens para a recepção da FEB foi a Legião Brasileira de Assistência (LBA), presidida pela então primeira-dama, Darcy Vargas<sup>47</sup>. Muito atuante também no período da guerra, promovendo campanhas de apoio à FEB entre a população brasileira, a LBA não poderia ficar de fora dessas comemorações. A criação de cursos preparatórios para a formação de voluntárias que atuariam nas mais diferentes áreas – defesa passiva, alimentação, samaritanas socorristas, visitadoras e educadoras sociais –, a montagem de oficinas de costura para a produção de roupas e bandagens que serviriam como material para os hospitais de campanha na Itália e a arrecadação de livros que seriam doados aos combatentes, foram algumas das ações da LBA que atestam a dedicação e envolvimento das mulheres brasileiras no assistencialismo de guerra<sup>48</sup>. Entre as campanhas de maior repercussão estão: a da *Horta da Vitória*, que tinha como objetivo estimular o cultivo de alimentos nos quintais das casas; e a das *Madrinhas dos Combatentes*. Esta última foi lançada em 5 de julho de 1944 e nasceu da necessidade de amparar moralmente os combatentes que partiram para o *front*. As madrinhas eram voluntárias que se dispunham a escrever cartas, com a intenção de oferecer palavras de apoio e esperança para aqueles que lutavam na Itália (*Figura 2*). Segundo notícia publicada no *Jornal do Brasil*,<sup>49</sup> por ocasião da comemoração de um ano da campanha, muitas foram as cartas de oficiais, sargentos, cabos e soldados solicitando apadrinhamento, e nenhuma ficou sem resposta. Aos feridos, evacuados do *front*, que se encontravam no Hospital Central do Exército (HCE), as madrinhas também dispensavam especial atenção, visitando-os e procurando atender, na medida do possível, suas necessidades materiais, através de doações, recebidas pela LBA. Após um ano de atividades, o balanço da campanha era bastante positivo.

(...) movimento que empolgou e comoveu as mulheres brasileiras e nossos bravos soldados, cujos objetivos – de enviar cartas e presentes aos nossos homens que lutaram além mar – foram coroados de pleno êxito, conforme

<sup>47</sup> Criada logo após o presidente Getúlio Vargas ter declarado guerra à Alemanha com o objetivo de prestar assistência aos combatentes da FEB e suas famílias, a LBA contava com apoio do empresariado, do governo e, principalmente, das senhoras da elite e da classe média do Rio de Janeiro, onde ficava a sede da instituição. Para uma análise mais detalhada da importância de Darcy Vargas na LBA, ver o trabalho de Ivana Guilherme Simili (2008).

<sup>48</sup> Sobre a presença feminina no assistencialismo de guerra no Brasil, ver também da mesma autora: Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial: as voluntárias da LBA. *Cad. Pagu* [online]. 2008, n.31, p. 439-469.

<sup>49</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1945. Seção1, p.9.

atestam os próprios beneficiados.

O papel das madrinhas foi notável. Durante a refrega escreveram sempre aos seus 'afilhados', aplaudindo-os e os incentivando a lutar com bravura e denodo pela Pátria. E os expedicionários respondiam essas cartas, demonstrando uma **gratidão** imperecível pelo estímulo recebido das mulheres brasileiras.<sup>50</sup>

A “vocação” feminina em “cuidar” – seja da família, dos filhos ou, neste caso, dos soldados – foi a marca da participação das mulheres no esforço de guerra. As relações de gênero, dominantes socialmente na década de 1940, foram responsáveis pela definição clara do papel do voluntariado feminino nesse episódio. Tanto as voluntárias da LBA, quanto as enfermeiras enviadas para o *front* italiano, estavam, em maior ou menor grau, comprometidas com o mesmo propósito: zelar pela saúde e bem estar dos filhos da pátria. A atuação das mulheres nas questões assistencialistas durante esse período acabou trazendo para o universo público as funções maternas, que antes estavam restritas ao ambiente familiar. Esse fenômeno é reafirmado pela imagem, recorrente na propaganda estado-novista, da pátria mãe, empenhada na missão de cuidar de seus filhos. E foi mais uma vez atuando no campo filantrópico que as mulheres se fizeram presentes no Desfile da Vitória. Enquanto um grupo de voluntárias, designado para representar a LBA no desfile, se concentrava na esquina da avenida Rio Branco com a rua da Alfândega para aplaudir a passagem da FEB, outro grupo, chefiado diretamente por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, filha do presidente Getúlio Vargas, se ocupava em providenciar a merenda que seria servida aos combatentes (*Figura 3*).

Intensa atividade foi desenvolvida pelas representantes da LBA, que não poupavam esforços trabalhando com o máximo de entusiasmo e patriotismo para que cada um dos soldados sentisse que a mulher brasileira soube compreender o sacrifício dos nossos valentes pracinhas.<sup>51</sup>

A imagem da mãe, associada à pátria, confere à mulher fundamental importância na recepção da FEB. Para além do trabalho realizado pelas voluntárias, a presença feminina é a representação simbólica da mãe-pátria acolhendo seus filhos/soldados na volta ao lar. A dedicação e o empenho das mulheres expressavam, naquele momento, o sentimento de gratidão da nação para com seus heróis. Sentimento compartilhado pela população – senão por

---

<sup>50</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 05 de julho de 1945. Seção 1, p.9. (grifo meu)

<sup>51</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção 1, p.6. (grifo meu)

toda a nação, na medida em que tal afirmativa carrega em si o risco da imprecisão, apesar da repercussão e reprodução deste tipo de comemoração em outros estados do país –, que de alguma maneira tomava parte nas homenagens que consagravam os “heróis da FEB”.

Nesse sentido, além dos próprios combatentes que desfilaram, outros sujeitos históricos que estavam envolvidos, direta ou indiretamente, no desfile, – a saber: o governo, o Exército, a LBA, os estudantes e, de modo mais amplo, a população – constituíram elementos fundamentais na construção do mito dos heróis. Assegurar a audiência da plateia era, então, condição *sine qua non* para o sucesso dessa construção. Para isso, se fazia necessário que o público fosse informado sobre o trajeto e a programação do desfile. O Ministério da Guerra divulgava, frequentemente, nos jornais e no rádio, notícias sobre a organização do evento. A medida tinha, em certo sentido, caráter educativo uma vez que informava a população, não apenas o espaço físico que deveria ocupar – nos palanques construídos ao longo do percurso do desfile – mas, determinava também, sua função dramática no espetáculo. Consagrar e reconhecer, por meio de seus aplausos e homenagens, os feitos heroicos daqueles que desfilavam.

Assim como sua audiência, a escolha do local em que se realiza um evento, especialmente no caso das cerimônias cívicas, é motivo de grande preocupação para os organizadores<sup>52</sup>. Carregado de simbolismo, o palco dessas teatralizações é parte importante no processo de heroicização, reafirmando o mito do herói que se quer construir. Em vista disso, o caminho percorrido no Desfile da Vitória foi cercado de cuidados e atenção. A polícia interditou o tráfego de veículos na Avenida Rio Branco e proximidades a partir das 12:00 horas e, das 13:30 em diante, a população foi orientada a deixar livre a parte central da avenida para a passagem das tropas.

O desfile teve início na Praça Mauá e seguiu pela Avenida Rio Branco, Praça Paris (contornando o Palácio Monroe), Avenida 13 de maio, Largo da Carioca, Rua Uruguaiana, Avenida Marechal Floriano, ruas Visconde da Gávea e Marcílio Dias até chegar na estação ferroviária D. Pedro II onde, finalmente, os combatentes puderam ter o primeiro contato com suas famílias. Os combatentes percorreram as principais ruas da capital onde se concentram edifícios públicos de grande valor arquitetônico, como o Teatro Municipal, o Museu Nacional

---

<sup>52</sup> Os trabalhos de João Felipe Gonçalves (1999) e de Luigi Bonafé (2008) analisam essa simbologia no caso dos funerais cívicos de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, cujos corpos foram velados, respectivamente, na Biblioteca Nacional e no Palácio Monroe. Tais escolhas foram feitas criteriosamente pelos promotores do evento, uma vez que era de grande importância que houvesse uma identidade entre o morto e o lugar onde seria realizado o velório.

de Belas Artes e a Biblioteca Nacional que, já naquela época, tinham sido testemunhas de importantes acontecimentos na história do país. A centralidade geográfica e a carga simbólica do percurso foram fatores decisivos na sua definição, bem como as questões de ordem operacional e estratégica. Afinal, era necessário levar em conta não somente o grande número de pessoas que transitaria naquelas vias públicas no dia do evento, mas, também, o fato de que, ao término do desfile, os combatentes deveriam embarcar na estação ferroviária D. Pedro II. De lá, seguiriam até os quartéis em trens especiais e somente depois, retornariam para suas casas a fim de gozar a merecida dispensa de 24 horas do serviço militar. Os relatos dão conta de que não foram poucos os que, ansiosos pelo reencontro com a família, driblaram essa determinação e foram direto para casa após o desfile<sup>53</sup>. Apresentaram-se ao quartel militar só na manhã seguinte sem sofrerem nenhuma punição, visto que em meio a tantas outras questões a serem resolvidas no dia do desembarque, tal fato pode ter passado convenientemente despercebido pelas instâncias superiores.

## **2.2 Os heróis da Pátria em desfile**

O programa de comemorações definido pela Comissão de Homenagens à FEB não se limitou apenas à organização do desfile. Nele estavam previstas também cerimônias restritas ao alto comando do Exército brasileiro e norte-americano (*ver tabela a seguir*). A programação deixa clara a reprodução da hierarquia característica do universo militar que, em alguma medida, reproduzia a própria hierarquia social responsável pela separação de oficiais e praças em grupos distintos. O ponto alto do programa foi, sem dúvida, o desfile. Evento único de conagração nacional, reunindo o “povo da cidade” no qual, independentemente da posição socioeconômica, eram compartilhados os mesmos valores e o sentimento de pertencimento à Pátria, nesse momento, sem dúvida, com P maiúsculo. Foi nessa originalidade que residiu a excepcionalidade desse evento. E como era de se esperar, a propaganda estado-novista, voltada para a exaltação dos valores cívicos e patrióticos, utilizou o evento como força aglutinadora em torno de seu projeto de unificação nacional.

---

<sup>53</sup> O caso foi relatado por veteranos entrevistados durante minha pesquisa de mestrado.

HORÁRIO	PROGRAMAÇÃO OFICIAL <sup>54</sup>
9 h	Atracação do navio General Meighs ao armazém 10, no porto do Rio de Janeiro
9 h e 15 min.	Visita dos generais Clark e Crittenberg a bordo do General Meighs, a fim de cumprimentar os combatentes da FEB
9 h e 30 min.	Visita do presidente Getúlio Vargas a bordo do General Meighs, acompanhado dos Ministros da Guerra e da Aeronáutica, generais e outras autoridades
10 h e 45 min.	Início do desembarque das tropas
12 h e 30 min	Formação para o desfile
14 h	Início do desfile
17 h	Recepção no Palácio do Exército, oferecida pelo Ministro da Guerra e senhora Eurico Dutra, ao general Clark e esposa.
20 h e 30 min.	Banquete na embaixada dos EUA, oferecida pelos generais americanos ao mundo oficial.

No dia do desfile, a população amanheceu nas ruas, vinda de todos os cantos da cidade para ver de perto os combatentes. Amontoados nas janelas dos edifícios, agitavam bandeiras e atiravam serpentinas e confetes expressando todo o seu contentamento com o retorno vitorioso da FEB (*Figuras 4 e 5*). O número de pessoas que compareceu ao evento superou em muito a expectativa dos organizadores. Desde cedo a Avenida Rio Branco ficou intransitável e “não houve policiamento capaz de conter a vibração e o entusiasmo do povo à passagem dos **heroicos** patrícios.”<sup>55</sup> Ao anunciarem, através dos altos falantes, a chegada do presidente Getúlio Vargas uma grande massa se acumulou em frente à tribuna oficial e, “entre vivas e aplausos, ali permaneceu durante quase vinte minutos”,<sup>56</sup> atrasando o início do desfile (*Figura 6*). Durante as três horas em que desfilaram foram exaustivamente aplaudidos. Parte do público, não satisfeito em apenas aplaudir, se acotovelava para chegar o mais próximo possível dos combatentes. No tumulto, muitos tiveram seus emblemas arrancados dos uniformes para serem levados como *souvenirs*. Em um determinado momento, a população invadiu a Avenida Rio Branco obrigando a infantaria a desfilarem em fila única. “Estabeleceu-se um verdadeiro delírio.”<sup>57</sup>

<sup>54</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. Seção1, p.1.

<sup>55</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p.1. (grifo meu)

<sup>56</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p.1. Alguns periódicos como *O Jornal e Diário Carioca* contestam essa versão dos fatos como será possível conferir mais adiante.

<sup>57</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p. 1.

Nos dias subsequentes ao desembarque da FEB as homenagens continuaram ecoando entre a população. Na capital, a festa não terminou após o desfile. Em muitas vilas e ruas enfeitadas, vizinhos, amigos e parentes organizaram recepções de boas vindas para comemorar a chegada dos combatentes em suas casas. Apesar do inesquecível momento de glória que experimentaram no desfile pelas ruas do Rio de Janeiro – e que, a maioria deles, nunca mais voltaria a vivenciar –, a expectativa era voltar para casa. Para os que residiam em outros estados, não sem razão, a expectativa era ainda maior. As questões administrativas que precisavam resolver com o Exército antes de retornar para suas cidades de origem, os impediu de voltarem todos juntos de uma só vez. Por isso, foram chegando aos poucos, mas a despeito disso, seu retorno não deixou de ser comemorado com festa em suas várias localidades de origem. Fogos de artifício anunciavam a todo momento a chegada de mais um combatente em um dado lugar do Brasil. Em toda parte eles eram alvo de curiosidade e admiração. O assédio da população em geral e, em especial, das moças fazia-os se sentirem como artistas de fama internacional. Facilmente reconhecidos pelo uniforme da FEB eram, com frequência, cercados nas ruas por desconhecidos ansiosos em ouvir suas histórias de guerra. A farda, marca da identidade do combatente, era então usada como um troféu e um símbolo, o mais visível, da nova identidade heroica. Assim, embora o Exército tivesse proibido o uso dos uniformes da FEB logo após o licenciamento, muitos ignoraram, enquanto foi possível, essa determinação e continuaram circulando fardados pela cidade “para aparecer e aproveitar estes minutinhos de glória” (RIBEIRO, 1999:182). A notícia divulgada no *Jornal do Brasil*, vinte e sete dias após o desembarque do primeiro escalão da FEB, revela que os trâmites burocráticos no licenciamento dos oficiais e praças representavam, muitas vezes, entraves – dos quais alguns combatentes se valiam para continuarem usando a farda – no cumprimento das determinações do alto comando do Exército.

As autoridades encarregadas do desembarque, alojamento e licenciamento dos oficiais e praças da FEB determinam que o licenciamento se processe dentro de oito dias e que os comandantes das unidades e frações tomem todas as medidas necessárias comparecendo diariamente ao Estado Maior da FEB do Interior, a fim de esclarecerem quaisquer entraves que encontrem nesse serviço. Foi estabelecido ainda, que as praças licenciadas não poderão usar o uniforme da FEB e terão, oficiais e praças, dez dias, após a chegada ao Rio, para readaptar os seus uniformes, obedecendo na íntegra ao plano em vigor<sup>58</sup>.

Ao mesmo tempo signo de diferenciação – não só em relação aos civis, mas dentro do

---

<sup>58</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 de agosto de 1945. Seção1. p. 8.



próprio universo militar, designando graus hierárquicos – e uniformidade, a farda anula a identidade civil e confere ao usuário, em tempos em que o “*prestígio da farda*” ainda estava em alta, inquestionável autoridade (CASTRO, 1990). O corpo passa, então, a ser usado como suporte sógnico, com a intenção de assegurar o respeito e a admiração dos demais. Ao ser reconhecida como símbolo de poder, e no caso da grandeza típica dos heróis, a farda autoriza determinados comportamentos, transformando seus portadores em depositários de toda uma tradição militar. Nesse contexto, vestir a farda da FEB tem uma representação análoga, evidentemente guardadas as devidas proporções, ao uso dos uniformes pelos super-heróis. O que seria do Batman proibido de usar seu cinto de utilidades ou do Homem de Ferro impedido de vestir sua armadura? Reside nesse ponto, carregado de sentimentos de privação de características identitárias altamente positivas – a proibição do uso da farda –, a origem de parte dos ressentimentos combatentes da FEB com o Exército. Em ambos os casos, tanto os homens como os super-heróis dependem de seus uniformes para assegurar, de um lado, seus (super) poderes e de outro, uma situação de anonimato social. Para os super-heróis a identidade secreta, além de garantir a ocultação de sua existência como “civil” – necessária para se preservarem, visto que alguns mantêm relações ambíguas com o poder institucional, e, também, para protegerem seus amigos e familiares de possíveis inimigos –, afirma a continuidade entre uma existência mundana e uma existência heroica (NEVES, 1979). O uso do uniforme é, assim, uma prática que “esconde” a identidade civil, o que para os combatentes da FEB é uma maneira de reforçar sua identidade militar e, portanto, está longe de ser um problema ou representar risco de vida, como ocorre com os super-heróis.

A farda, no caso da FEB, é a pele do herói; aquilo que carimba seu passaporte para sair do anonimato. Retirar isso dele significa, portanto, despi-lo, colocá-lo nu; humilhá-lo moralmente. Ao ficar proibido de usar a farda, o veterano é despi-do de seu referencial porque desvinculado dos símbolos que (in)formam sua identidade. O fenômeno é semelhante ao identificado por Erving Goffman (1988) ao analisar a experiência dos condenados à prisão. O processo de ingresso dos detentos em instituições disciplinares é descrito pelo autor como uma despedida da vida em sociedade e o começo de uma existência marginal despersonalizada. A transição entre esses dois momentos caracterizam um ritual de humilhação marcado pela nudez. Ao despir-se de suas roupas, objetos pessoais, documentos e vestir o uniforme penitenciário, o encarcerado perde sua identidade anterior e passa a sujeitar-se às normas estabelecidas pela instituição prisional. Podemos concluir, então, que a

desmobilização da FEB guarda, de certo modo, uma relação com o ritual descrito por Goffman na medida em que a proibição do uso da farda é vivida igualmente como um episódio humilhante que desestrutura física e psiquicamente o herói.

Sinônimo de notoriedade e motivo de orgulho, andar com a farda da FEB nos dias subsequentes ao desfile, garantia também algumas regalias. Por vezes foram surpreendidos pela camaradagem de comerciantes que deixavam as despesas por conta da casa como forma de gratidão. Mas o reconhecimento dos sacrifícios que praticaram em nome da pátria ia muito além disso. Suas realizações nos campos de batalha na Europa eram exaltadas publicamente por autoridades do Exército e do governo, contribuindo para consolidar a imagem do combatente como herói nacional. Carregadas de patriotismo, as declarações a seguir são emblemáticas nesse sentido.

Fomos à guerra. Fomos à guerra efetivamente. Não nos é preciso recordar o que foi a ação dos nossos **valentes** GIs e de seus ilustres comandantes. Todos eles fizeram-nos vibrar de satisfação ante os feitos que praticaram, **heroicos** e destemerosos, como veteranos que já fossem. (...) Eles merecem as **glórias** de que os devemos cercar, com a imorredoura **gratidão** por seus enormes **sacrifícios** pelo renome da nação nova e tão cheia de esperanças.<sup>59</sup>

General Mascarenhas de Moraes, comandante-chefe da FEB

Vossos filhos, mães brasileiras, souberam, com inextinguível **bravura**, honrar este solo cheio de tradições **gloriosas**.<sup>60</sup>

General Zenóbio da Costa, comandante da Infantaria

A pátria orgulha-se da vossa coragem consciente, da vossa dedicação.<sup>61</sup>

Presidente Getúlio Vargas

Partistes como uma esperança e regressais como esplêndidos **heróis**, confirmando o justo e elevado conceito da **bravura** do nosso povo, quando se bate pelas causas que empolgam a Humanidade, na defesa da dignidade humana e dos sadios postulados da civilização cristã.<sup>62</sup>

Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra

Sem dúvida, a ênfase na ousadia e ânimo do soldado brasileiro é um denominador comum nesses discursos. Mas, é possível perceber também, variações que merecem atenção.

<sup>59</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 de julho de 1945. p.1. Declaração do general Mascarenhas de Moraes, logo após seu desembarque no Rio de Janeiro. (grifo meu)

<sup>60</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p. 5. Declaração do general Zenóbio da Costa antes do Desfile da Vitória. (grifo meu)

<sup>61</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 2. Getúlio Vargas em declaração à imprensa por ocasião do regresso da FEB ao Brasil.

<sup>62</sup> *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 2. Eurico Dutra em declaração à imprensa por ocasião do regresso da FEB ao Brasil. (grifo meu)

Muitas delas não se limitam apenas a uma questão de semântica, estando situadas no campo das disputas que se configuravam no cenário político naquele momento. Para começar, é notável nos jornais a profusão de declarações de militares do alto escalão do Exército em detrimento de outras autoridades políticas. Até aqui, nada demais, já que, em se tratando de um evento como uma guerra, isso era de se esperar. O que chama a atenção é o silêncio presidencial que parece se instaurar após o retorno da FEB. A frase, reproduzida anteriormente, foi a única declaração de Vargas publicada pelos jornais<sup>63</sup> entre os dias 17 e 19 de julho de 1945, incluindo o dia do desfile. Isso, é evidente, não significa dizer que Vargas não tenha se manifestado publicamente nesses dias, mas que, nenhuma outra declaração sua mereceu destaque nas páginas dos jornais, em meio a tantas outras atribuídas a autoridades militares. Fato que, no mínimo, levanta algumas ponderações. Ele nos leva a remarcar que a maioria da imprensa, de há muito, fazia oposição a Vargas, não lhe interessando, portanto, jogar luz sobre sua figura, quando o evento tinha como sinal a derrota do nazifascismo e a vitória da democracia. Mas ele nos possibilita também relativizar a centralidade da figura do presidente naquelas comemorações da FEB e, assim, do que ele tinha para dizer. Levando em conta o reconhecido gosto de Vargas pela oratória, especialmente, em acontecimentos dessa natureza e magnitude podemos supor que o silêncio presidencial tenha sido uma escolha politicamente interessada, em se tratando de um momento de grande tensão dentro do Estado Novo. Os jornais dão conta de que Vargas foi a bordo do navio General Meighs e discursou para o 1º escalão antes de seu desembarque no porto do Rio de Janeiro, mas também não reproduzem essas palavras, mesmo aqueles periódicos que apoiam seu governo<sup>64</sup>. Vale destacar ainda, que o curto pronunciamento foi divulgado em nota à imprensa, por solicitação da direção do jornal *A Manhã* na ocasião do retorno da FEB.

Se por um lado faltaram palavras, por outro, sobraram imagens. Pode-se supor que, talvez para compensar o silêncio presidencial, as matérias abusaram das fotos. É possível ver Vargas, especialmente nos jornais partidários do governo – nos de oposição a incidência de fotos do presidente é bem menor –, no Palácio do Catete, conversando com o general Mascarenhas de Moraes após seu desembarque no Rio de Janeiro; no palanque montado para as autoridades no desfile, recebendo as autoridades militares norte-americanas; e em outras

---

<sup>63</sup> A declaração foi reproduzida pelos jornais *A Noite* e *A Manhã* no dia 19 de julho de 1945. Além desses periódicos, nesta pesquisa foram analisados também: *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Jornal*, *Gazeta de Notícias*. Os periódicos cariocas foram priorizados pela ampla cobertura que efetuaram do Desfile da Vitória realizado nas ruas da capital federal.

<sup>64</sup> Com destaque para os jornais *A Noite* e *A Manhã*.

diversas situações que exigiam sua presença como chefe do Estado. Como não poderia deixar de ser, Vargas esteve presente em todas elas, cumprindo o protocolo. Porém, sem discursos característicos dos últimos quinze anos em que esteve na presidência da República. Nos periódicos que fazem oposição ao governo, com destaque para o *Diário Carioca* e *O Jornal*, o silêncio presidencial no evento é atribuído à crise política atravessada pela ditadura varguista, ainda mais ameaçada, segundo suas interpretações, pelo o regresso da FEB. O jornal *Diário Carioca*, ferrenho opositor do Estado Novo, situa Vargas como um coadjuvante no episódio do desfile. Segundo notícia publicada em suas páginas, sob o título “*O ditador à caça de aplausos*”<sup>65</sup>, o presidente passaria despercebido não fosse o grito dissonante de um ou outro queremista a saudá-lo diante do palanque oficial. Ainda de acordo com esse relato, o presidente estava “visivelmente contrariado” e, por várias vezes, bocejava em função do atraso para o início do desfile, o que contrastava com a atitude dos generais norte-americanos e outras autoridades, que aguardavam pacientemente. Em determinados momentos até sorria, com seu “sorriso de Gioconda”, para em seguida voltar a ficar indiferente. Uma narrativa que, claramente, atribui ao presidente uma conduta desinteressada e, pior, desrespeitosa, sobretudo em contraste com os militares. Mas, a despeito de seu suposto silêncio, das versões que se construíram sobre a sua presença no evento – seja protagonizando ou coadjuvando – e dos usos políticos que dela se fizeram, não se pode negar que Vargas foi um dos importantes sujeitos históricos na encenação do mito dos “heróis da FEB” vivenciada nesse momento de transição em fins do Estado Novo.

Desde 1930 não se realizavam eleições diretas para presidente no Brasil. No ano de 1945, a redemocratização do país mobilizava a população e era, inevitavelmente, tema recorrente nos jornais. Três partidos políticos recém-criados<sup>66</sup> foram responsáveis pela definição das disputas eleitorais que se configuravam naquele período: a União Democrática Nacional (UDN), frente nacional apoiada pelos opositores políticos de Vargas que tinha como candidato o brigadeiro Eduardo Gomes; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), formado pelo operariado urbano sindicalizado que, posteriormente, com o aval de Vargas, entraria na campanha apoiando o general Eurico Dutra, candidato do Partido Social Democrático (PSD), criado sob o comando dos interventores estaduais nomeados durante a ditadura varguista. Além desses, o Partido Comunista do Brasil (PCB), já mais antigo, voltou à legalidade em outubro de 1945 e também concorreu as eleições, representado por Iedo Fuíza. Embora não

---

<sup>65</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 3.

<sup>66</sup> A UDN foi fundada em 7 de abril de 1945; o PTB, em 15 de maio de 1945; e o PSD, em 17 de julho de 1945.

seja minha intenção nesse ponto analisar a fundo essas disputas, acredito ser importante fazer algumas observações sobre seus desdobramentos nas comemorações da FEB.

Fundado, em convenção nacional realizada no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, apenas um dia antes do desfile, o PSD lançou a candidatura do general Dutra à presidência da República na tentativa de fazer frente à UDN, que se organizara antes, praticamente desde o mês de fevereiro, quando se começara a falar da candidatura de Eduardo Gomes. O episódio, fartamente documentado nos jornais, deixava antever o clima de incertezas que culminaria, em dezembro de 1945, com o golpe que afastou Vargas da presidência. Assim, realizado em pleno momento de efervescência política, o desfile da FEB transformou-se em palco dessas lutas político eleitorais. A UDN, cuja campanha, até então, crescia impulsionada por alguns jornais, tentou também marcar presença no desfile, mas foi impedida por ação dos organizadores. Em matéria publicada no periódico *O Jornal*<sup>67</sup>, a direção da UDN protestou contra a retirada da faixa do partido que saudava a FEB. A notícia informa que apenas a faixa do PC foi mantida e suspeita que o uso abundante da palavra democracia nas legendas udenistas possa ter sido o principal motivo da censura. Os acontecimentos atestam que a democracia era, de fato, o ponto nevrálgico das disputas que se travavam no campo político. Vargas, mais uma vez, optou pelo silêncio durante a maior parte da campanha presidencial. Foi somente na semana anterior ao pleito, quando o presidente já tinha sido deposto, que ele, de São Borja, declarou seu apoio ao candidato do PSD, fator que foi decisivo para sua vitória.

O processo da redemocratização em curso durante o ano de 1945 delineava um momento favorável para o Exército. Com o regresso da FEB, a ditadura varguista, que já dava sinais de falência, foi definitivamente asfixiada, assegurando a presença dos militares no novo cenário político que se configurava. Os acontecimentos que se sucederam comprovam isso. Poucos meses depois do desfile, com o fim do Estado Novo, o general Eurico Gaspar Dutra foi eleito presidente numa disputa em que o outro principal candidato, é significativo lembrar, era também membro das Forças Armadas. Ao contrário de Vargas, que foi econômico nas declarações sobre a FEB, o alto escalão do Exército, em especial, os generais Eurico Dutra, Zenóbio da Costa e Mascarenhas de Moraes, em todas as oportunidades manifestaram-se de maneira bastante eufórica, exaltando a coragem e determinação de seus soldados. O reconhecimento do público, que aplaudiu a passagem dos combatentes podia também ser sentido nos discursos eloquentes proferidos pelas autoridades militares. Ambos, anônimos e

---

<sup>67</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 3.

ilustres, através de suas ações e palavras, estavam engajados na tarefa de glorificar a memória da FEB. Isso é verdade tanto para aqueles que testemunharam o evento, quanto para aqueles que acompanharam, posteriormente, sua repercussão nas agências de notícias. Principais veículos de comunicação na década de 1940, os jornais, o rádio e o cinema, adquirem neste contexto extrema relevância. Usados a serviço da catequese cívica, inculcavam na memória nacional a imagem do “herói da FEB” atuando também como sujeitos históricos fundamentais para a construção desse mito. Seja na manchete ou no corpo da notícia, o uso repetitivo da palavra herói e suas derivações para qualificar os combatentes da FEB e seus feitos, bem como o emprego de outras que serviam ao mesmo propósito – dentre as quais, destaque: glória, valentia, bravos, gratidão e sacrifícios<sup>68</sup> –, não deixam dúvidas sobre essa intenção. Seguem abaixo mais alguns exemplos dessa recorrência, dessa vez estampada na capa dos periódicos. Chama a atenção nesses dois casos, especificamente, o forte apelo visual das matérias. As fotos dos combatentes da FEB em campanha e desfilando e de alguns de seus principais comandantes, com destaque para os generais Mascarenhas de Moraes e Zenóbio da Costa, ocupam toda a página.

Glória eternas aos **heróis!**<sup>69</sup>

Incomparável festa nacional. 500.000 pessoas, em verdadeiro delírio, saudaram os heróis brasileiros no seu regresso.<sup>70</sup>

Como é sabido, a repetição de palavras é um dos recursos mais utilizados quando se deseja enfatizar uma ideia. Nesse sentido, o tom uníssono das notícias que comemoram a FEB em seu regresso ao Brasil salta aos olhos. E mais: se levarmos em conta que fatos históricos são sempre passíveis de múltiplas interpretações e que estamos lidando com notícias de fontes jornalísticas distintas, que podem apresentar – e, em muitos casos, apresentam – versões variadas, quando não divergentes, de um mesmo episódio, podemos dimensionar melhor o peso dessa unissonância no processo de heroicização dos combatentes. Vale notar que essa repetição reforça a glória e o heroísmo; no entanto, ela pode estar a

<sup>68</sup> Em alguns casos, elas não são empregadas exatamente dessa forma, porém são repetidas com pequenas variações que não alteram seu sentido original. Para enfatizar essa ocorrência, grifei tais palavras nos discursos e notícias aqui reproduzidas.

<sup>69</sup> *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 1.

<sup>70</sup> *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 1.

serviço de construções discursivas com diferentes intenções. Assim, ainda que possam ter razões distintas, as notícias têm como ponto de consenso a construção do herói. Cabe ressaltar também, que essa unissonância não pode ser atribuído à ação da Agência Nacional, subdivisão do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela distribuição de grande parte das matérias publicadas na imprensa durante o Estado Novo. Isso porque, no momento em que a FEB retorna ao Brasil, em julho de 1945, o DIP já havia sido extinto pelo decreto-lei nº 7.582 de 25 de maio de 1945. Em seu lugar foi criado, pelo mesmo decreto, o Departamento Nacional de Imprensa no qual a Agência Nacional se mantinha como uma subdivisão, porém, apenas com a função de distribuição do “noticiário e serviço fotográfico, em caráter meramente informativo, à imprensa da capital e dos estados.”<sup>71</sup> Os trechos a seguir, extraídos de notícias publicadas em diversos jornais cariocas entre os dias 17 e 19 de julho de 1945, colocam em evidência aspectos significativos do desfile da FEB após o desembarque no Rio de Janeiro.

As cenas eram empolgantes, entravam para a história, a metrópole estava em apoteose. (...) Os pracinhas eram louvados em versos e em prosa. No rádio, Ataulfo Alves e suas pastoras, cantavam: “(...) E por isso a Nação vos recebe pondo flores no vosso fuzil. Salve, **bravos** soldados da FEB. Salve **heróis**, filhos bons do Brasil.” (...) iniciou-se o desfile, ou melhor: a marcha lenta em coluna por um, porque o povo, descontrolado, entusiasmado, rompeu os cordões de isolamento e impediu a parada em coluna por quatro, como era o regulamento. A princípio, a tropa mantinha-se séria, compenetrada, de acordo com os hábitos militares. Mas logo compreendeu que aquela atitude marcial e seca, magoava o povo, e então se misturou com ele. (...) À noite, os oficiais e praças tiveram licença para assistir e participar dos festejos em sua homenagem e retornar a seus lares. Cordões carnavalescos formaram-se nas ruas e o povo dançou. Era o dia da FEB, que a população amava, que a população estimava.<sup>72</sup>

O esforço aqui parece caminhar no sentido de caracterizar o desfile como uma festa de confraternização entre civis e militares, de caráter fortemente popular. Como revela o jornalista José Leal<sup>73</sup> que assina a matéria, todo o protocolo militar previsto para o evento foi inviabilizado pela espontaneidade e entusiasmo do povo. A ausência de formalidades não é vista como um problema, mas como a mais nobre expressão do sentimento de euforia que

---

<sup>71</sup> Art 14 do decreto-lei nº 7.582 disponível em <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7582-25-maio-1945-417383-publicacao-1-pe.html>. Acessado em 20/10/2010.

<sup>72</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 1. (grifo meu)

<sup>73</sup> O jornalista foi também responsável por uma série de reportagens publicadas ao longo do mês de setembro de 1957 no jornal *O Globo*, sob o título de *O outro lado da glória*, nas quais denunciava as precárias condições em que se encontravam os veteranos da FEB. Esse conjunto, será tratado no próximo capítulo.

tomou conta da população. A exaltação do caráter popular e democrático do episódio trouxe à tona a comparação com o carnaval. Maior festa do gênero no país, tradicionalmente, marcada por dias consecutivos de folia espalhados por todos os cantos da cidade. Carnaval no Rio de Janeiro era sinônimo de povo na rua seguindo animadamente os blocos e cordões que cruzavam o centro da cidade. Especialmente, nos anos de 1940, época de ouro das marchinhas, quando a festa era um espetáculo para ser compartilhado e não apenas assistido das arquibancadas. O ritual do desfile militar se transforma, assim, em um verdadeiro carnaval o que não significa, de forma alguma, a alteração das relações sociais ditadas pelo *status quo*, mas apenas sua temporária *carnavalização* (DA MATTA, 1979). Fenômeno típico das festas populares, a *carnavalização* é o que garante a união do soldado e do povo, representando um nítido indício de apropriação do ritual pelo público. Este, que estava ali para assistir ao desfile, se integra a ele, atribuindo-lhe outro sentido. Sob esse ponto de vista, o desfile foi uma verdadeira manifestação de catarse popular. Era essa também a tônica das manchetes publicadas nos jornais *A Noite* e *A Manhã*, ambos defensores da política varguista: “*O Brasil aclama seus heróis*” e “*Uma apoteose sem precedente em nossa história*”<sup>74</sup>. Mais enfático ainda no que diz respeito à questão da integração nacional, porém situado no campo político oposto ao de Vargas, o jornal *Diário Carioca* trazia na capa do dia seguinte a chamada: “*Encontro de dois amigos: o pracinha e o cidadão. Foi a maior festa jamais vista no Rio*”<sup>75</sup>. A ideia parece clara quanto à intenção de estabelecer um vínculo identitário, essencial para a consagração do mito do herói, entre os combatentes da FEB e o povo brasileiro. A notícia continuava assim:

A cidade toda desceu para as ruas, subiu para os telhados, os andaimes, as copas das árvores. A Avenida Rio Branco era um bloco só de gente que ia da Praça Mauá ao Monroe. E, no meio desta multidão, os pracinhas desfilaram, ou melhor, não puderam desfilar, se misturaram com o povo. E foi tudo um espetáculo inesquecível de emoção e júbilo.

Enfatizando mais ainda o espírito patriótico do episódio, o *Correio da Manhã* destaca a importância da vitória da FEB para a sobrevivência do regime democrático e o reconhecimento da população por aqueles que defenderam o Brasil. Suas páginas deixam

---

<sup>74</sup> Respectivamente: *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 1 e *A Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 1.

<sup>75</sup> *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 1.



vislumbrar ainda a crítica ao tipo de orientação política adotada durante o Estado Novo. O público não comemorava apenas seus heróis responsáveis pela derrota das ditaduras no mundo. Celebrava, em especial, a certeza de que os tempos amargos da ditadura varguista estavam chegando ao fim, restaurando-se a tradição democrática.

Hoje a capital do país, amanhecerá em preparativos para receber, com as maiores expressões de entusiasmo cívico, os **heroicos** componentes do 1º escalão da FEB a regressar para a pátria depois de tão denotadamente a terem desafrontado num dos campos de batalha da Europa. O povo esquecido dos amargores da era que atravessamos, acorrerá para o centro da cidade: decidido a demonstrar o seu eterno reconhecimento a esses combatentes, dignos portadores da nossa bandeira às terras conflagradas de além-mar. (...) Nunca serão demais as provas de gratidão da nossa gente por esses incomparáveis legionários que responderam à ofensa totalitária (...) ao mesmo tempo reafirmando como somos capazes de morrer pelo princípio democrático, das nossas tradições.<sup>76</sup>

Nos dias que se seguiram, o *Correio da Manhã* também registrou, sem o mesmo teor alegórico do jornal *O Globo*, a manifestação calorosa da população durante o desfile e depois dele. Os combatentes despertavam a curiosidade e o interesse das pessoas que os admiravam e reconheciam como heróis. Circular pela cidade sem ser notado era tarefa difícil e nem sempre desejável por muitos deles. As demandas dos cariocas, registradas pela imprensa, eram motivo de satisfação e confirmavam a posição de destaque a que foram alçados.

A multidão, no seu entusiasmo diante dos **heróis**, rompeu os cordões de isolamento para abraçar e beijar os expedicionários cobertos de **glória**.<sup>77</sup>

(...) onde se via um grupo era certo que no centro havia um expedicionário. Uma saudação e logo tinha início a palestra. Tudo muito simples e à vontade. Não precisava apresentação, nossos **heróis** estavam em casa.<sup>78</sup>

A edição do *Jornal do Brasil* no dia seguinte ao desfile merece aqui atenção especial, devido ao seu célebre tom épico. Por isso, em que pese a extensa citação, ela foi reproduzida na íntegra. Estampava a seguinte manchete: “*Os expedicionários brasileiros foram recebidos pelo povo com vibrantes manifestações de entusiasmo patriótico*”.

<sup>76</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 1. (grifo meu).

<sup>77</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. p. 1. (grifo meu).

<sup>78</sup> *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 20 de julho de 1945. p.1. (grifo meu).

O desfile do 1º Escalão da FEB, que regressou ontem dos ásperos campos de batalha da península italiana, constituiu um de nossos maiores acontecimentos da vida da nossa metrópole, fazendo vibrar até as raias do delírio as emoções espontâneas e patrióticas do povo da nossa invicta Sebastianópolis. Foi um espetáculo maravilhoso de júbilo popular, sem exemplo, mesmo, nos anais das suas grandes paradas cívicas. Homens, mulheres e crianças de todas as condições sociais, vindos de todos os quadrantes do Distrito Federal, desde as primeiras horas da manhã convergiam para a avenida Rio Branco e suas adjacências, superlotando as artérias públicas e os edifícios locais, acotovelando-se, vencendo mil dificuldades do trânsito, para aclamarem freneticamente, com todos os arroubos do mais sentido patriotismo, os pracinhas que se fizeram **heróis** tecendo a rapsódia homérica de Monte Castelo, e que, ontem, receberam a **glorificação** mais que merecida dos seus compatriotas. Sob o céu azul do Brasil, num dia ameno e iluminado por um sol generoso e propício, os nossos **bravos** expedicionários eram acolhidos pelas multidões como autênticos triunfadores, que lhes teciam, no símbolo de suas ovações retumbantes, as coroas consagradoras dos seus inenarráveis **sacrifícios** pela Pátria, pela boa causa das Nações Unidas, pela vitória das armas, da bandeira e das forças do Brasil. As duras penas que enfrentaram nossos denodados pracinhas sob o inverno implacável da Itália, nas marchas castigadas sobre pântanos, nas investidas dramáticas sobre as íngremes escarpas dos apeninos, na escalada mortal de Monte Castelo, nas incursões nos passos do Brenner, nas baixas dos companheiros e irmãos feridos, na perda irreparável de quase meio milheiro dos componentes da expedição, todo esse doloroso inventário dos dias sangrentos e intermináveis no *front* da Itália, foi bem compreendido pela alma brasileira, como vimos na demonstração carinhosa, uníssona, empolgante e glorificadora dos feitos e do sangue generoso, que levaram o inimigo cruel à capitulação incondicional. Portando os troféus dos vencidos exércitos do execrado nazismo, troféus arrebatados pela **bravura** indomável dos nossos soldados, ainda se tornou mais tocante e sugestivo o desfile de ontem, que ficará nas crônicas da cidade como o preito de **gratidão** mais expressivo e mais forte, com que nosso povo já distinguiu, até hoje, aos que souberam servir à Pátria com honra, valor e coragem de todos os sacrifícios. Os pracinhas, vivos ou mortos, estão no coração de seus compatriotas. A chama votiva da **gratidão** do Brasil lampejará eternamente nos altares da Pátria. Os nomes dos que não voltaram estarão presentes aos nossos espíritos, bem assim nas recordações das gerações porvindouras. **Glória** aos **heróis** da FEB! A nação e o povo ser-lhes-ão eternamente reconhecidos<sup>79</sup>.

Descrita como uma verdadeira epopeia, a vitoriosa campanha da FEB na Itália é inventariada como prova da coragem e valor de seus combatentes. A citação de Homero, numa alusão à *Odisseia* de Ulisses em seu retorno ao lar, reforça o caráter épico da narrativa, anunciando, explicitamente, a intenção de apresentar os combatentes como heróis nacionais. Heróis capazes de agregar diferentes segmentos sociais em torno de um mesmo evento,

---

<sup>79</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19 de julho de 1945. Seção1, p. 5. (grifo meu).

promovendo, assim, a integração nacional e a exaltação dos valores cívicos. O entusiasmo com que foi recebida a FEB, de acordo com essa visão, representava a tradução mais sincera da gratidão popular por aqueles que souberam defender os interesses da pátria. A saudação final não deixa dúvidas sobre esse sentimento. O episódio de consagração da FEB é aqui caracterizado, sobretudo, como uma manifestação patriótica e espontânea do povo sem precedentes na história da capital que aparece, também no texto, sob a alcunha de Sebastianópolis<sup>80</sup>. A utilização do termo se justifica pelo nome completo da cidade, São Sebastião do Rio de Janeiro, batizada em 1565 em homenagem ao jovem príncipe de Portugal, D. Sebastião, então com 11 anos. Muito provavelmente extrapolando a intenção da matéria, a referência à figura mítica de D. Sebastião no contexto do desfile nos remete também, para além do nome da capital, ao conhecido mito do sebastianismo. Sua origem está ligada à morte de D. Sebastião, na batalha de Alcácer Quibir, em 1578, no Marrocos. Morto precocemente, aos 24 anos, o rei de Portugal não deixou herdeiros que pudessem sucedê-lo. Entre 1580 e 1640, período em que durou a chamada União Ibérica, o trono português ficou sob o domínio do rei da Espanha, Filipe II. As suspeitas de que o corpo enterrado em Lisboa durante os funerais públicos não era o de D. Sebastião levou os portugueses à crença de que o rei estava vivo e voltaria para libertar seu povo do jugo espanhol, inaugurando, assim, uma espécie de messianismo em torno da sua figura. Ainda que distante desse caráter messiânico, podemos supor que a construção do mito dos “heróis da FEB” guarde, em alguma medida, semelhanças com o mito do sebastianismo. Como destacado pela imprensa, o retorno da FEB ao Brasil foi representativo da vitória da democracia no mundo e, especialmente, no país que vivia, nessa época, sob a ditadura varguista. Nesse sentido, em ambos os casos, o que se busca é a concretização do mito no qual o herói retorna à pátria e liberta seu povo. Para a historiadora Lucette Valensi, que estuda as metamorfoses interpretativas deste fato traumático na história de Portugal, através do tempo, “o sebastianismo consegue ser, até o século XX, o mito nacional português” (VALENSI,1994:250). Oscilando entre herói e santo, D. Sebastião permanece vivo na memória nacional portuguesa. Partindo dessa premissa, Valensi (1994:247) afirma: “A guerra é produtora de mito. Acompanhar essa passagem da ação ao mito é também objeto de história.”

---

<sup>80</sup> A menção ao Rio de Janeiro como uma Sebastianópolis é muito frequente nos contos de Adelino Magalhães. Maria Esther Putton (2006) atribui o termo ao fato do escritor considerar uma utopia, comparável ao mito do sebastianismo, a crença no progresso do Rio de Janeiro. A julgar pelo caráter ufanista da notícia não me parece que a citação carregue essa mesma conotação negativa. Sobre a Sebastianópolis de Adelino Magalhães, ver também o trabalho de Stela de Castro Bichuette (2008).

Minha intenção, ao investigar o Desfile da Vitória, é exatamente acompanhar essa passagem experimentada naquele dia em que, recém-chegados do *front*, os combatentes da FEB transformaram-se em protagonistas do mito do herói. Ao acionar um conjunto de símbolos, o desfile se converte, então, no rito que consagra o homem como herói. De acordo com a perspectiva antropológica (GEERTZ, 1989; ELÍADE, 1986), os ritos são a dramatização do mito. Eles são capazes de encenar – através da mobilização de diversos elementos, como roupas, gestos, cenários, palavras, hinos – a origem do mito, garantindo dessa forma sua perenização. As constantes teatralizações rituais são responsáveis por manterem viva a essência do mito. Podemos dizer, então, que são os ritos que atualizam, periodicamente, o evento fundador do mito. Nesse sentido, a simbologia mobilizada nos ritos, ao mesmo tempo em que confere sentido à realidade, traduz modelos que podem ser lidos pelos pesquisadores. É precisamente, por isso, que Geertz classifica a dramatização destes modelos como uma narrativa. Por meio dos ritos, indivíduos que compartilham o mesmo sistema simbólico, narram para si próprios suas origens, reforçando os laços que os unem e identificam como um grupo. Essa ideia de um início extraordinário, muito frequente em certos tipos de mitos, é especialmente marcante naqueles que pertencem à esfera política e se fundam em eventos nacionais. Nesses casos, merecem destaque os rituais cívicos que consagram como heróis, homens com características e comportamentos que servem de modelos para a sociedade. Cada vez mais, esses heróis se distanciam de uma figura mitológica, e se encarnam em pessoas reais, transformadas em arquétipos valorizados coletivamente.

Os heróis são, assim, figuras exemplares, nos quais os homens precisam acreditar para manterem a esperança nos rumos da humanidade. Esse é, de acordo com os estudos de Tomás Carlyle (2002) sobre o papel decisivo dos heróis na história universal, o motivo primordial pelo qual – a despeito de todas as revoluções, tradições, credos e, enfim, tudo mais que possa ser instituído pelo homem – o culto aos heróis continua a sobreviver, nos mais diferentes tempos e culturas. Sua resistência e seus usos políticos nas sociedades contemporâneas são questões também investigadas por José Murilo de Carvalho. São dele, as seguintes palavras:

Heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identidade coletiva. São, por isso, instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Não há regime que não promova o culto de seus heróis e não possua seu panteão cívico. Em alguns casos, os heróis surgiram quase espontaneamente das lutas que precederam a nova ordem das coisas. Em outros, de menor profundidade popular, foi necessário maior

esforço na escolha e na promoção da figura do herói (CARVALHO, 1991:55).

Os rituais cívicos, bem como, a ação de diversos sujeitos históricos empenhados na fabricação dos heróis, constituem parte importante desse esforço. A figuração ou não dos heróis no panteão cívico da nação está diretamente relacionada aos investimentos feitos nessa construção, quer tenham eles origem em manifestações espontâneas do povo, quer sejam frutos de fabricação com clara intervenção política. Em alguns casos, os processos de heroicização podem combinar esses dois tipos de ação, como aconteceu com os combatentes da FEB, especialmente, no episódio do Desfile da Vitória. Não apenas a sua figuração, mas, sobretudo, a sua permanência no panteão, dependerá de contínuos investimentos através do tempo. Investimentos, estes, que não se mantiveram com a mesma intensidade no projeto de construção dos “heróis da FEB”<sup>81</sup>. É também verdade, que heróis nacionais precisam responder a alguma aspiração coletiva que garanta sua identificação com o povo. Caso contrário, os investimentos na sua fabricação serão improdutivos. Assim, quanto maior for a identificação entre o herói e seu povo, menor terá que ser o esforço empreendido na sua mitificação. Esse foi um dos fatores que abriu caminho para a consagração dos combatentes da FEB. O grande carisma e empatia que despertavam entre o povo facilitaram, em grande parte, sua consagração. Constatação que dificulta ainda mais o entendimento da razões que levam os mesmos atores sociais responsáveis pela construção desse mito, em especial o governo e o Exército a, posteriormente, desconstruírem esse projeto.

Momento emblemático na mitificação da FEB, o Desfile da Vitória pode ser encarado, simultaneamente, como ritual de passagem e ritual cívico. Enquanto ritual cívico é capaz de transmutar, através de encenações plenas de simbolismo, os combatentes da FEB em heróis e, como ritual de passagem, marca a transição de uma condição identitária à outra. Nesse ponto, o paralelo com a *jornada do herói* de Campbell (1997) fica evidente. Última etapa da *jornada*, o *retorno* ao lar é o ato final que consagra o herói. Sem ela, a *jornada* está incompleta. Após a *iniciação*, o herói precisa compartilhar com seu povo os louros da vitória para ser reconhecido e comemorado como tal. Recuperando os ritos de passagem que constituíram a jornada dos “heróis da FEB”, confirmamos a centralidade que o retorno, encenado teatralmente no desfile, tem em suas trajetórias. Isso porque, se na *separação/partida* foram desacreditados e, na

<sup>81</sup> É importante ressaltar que, após o Desfile da Vitória, veremos ocorrer uma redefinição no papel dos sujeitos históricos responsáveis por esses investimentos. Principalmente, nos anos seguintes, os investimentos virão das associações de ex-combatentes que existem em vários estados do Brasil. Nesse evento, porém, não atuam como sujeitos históricos, uma vez que sua data de fundação ocorre em um momento posterior.

*iniciação/guerra*, por diversas vezes, questionados em seu desempenho – o que envolvia críticas que abrangiam desde o treinamento precário que receberam até às péssimas condições de saúde em que muitos deles embarcaram – no *retorno/desfile* tiveram sua redenção. Em um curto espaço de tempo, passaram do anonimato ao heroísmo, para, logo a seguir, caírem no esquecimento.

### 2.3 O corpo místico do herói

Se podemos considerar o desfile como um ritual que consagra como heróis aqueles que sobreviveram à guerra, as cerimônias fúnebres se configuram, para aqueles que não retornaram vivos dos campos de batalha, também como um ritual que produz o mesmo efeito. Para os “heróis da FEB”, essa consagração fúnebre se concretiza com o traslado dos restos mortais de brasileiros que foram sepultados no Cemitério de Pistóia, na Itália, durante a guerra. O marechal Mascarenhas de Moraes foi o grande responsável por essa iniciativa. É conhecida, especialmente no meio militar, mas também fora dele, sua célebre frase (em destaque na declaração abaixo), inscrita no mausoléu do monumento, sobre o destino daqueles que se encontravam enterrados em Pistóia:

Minha obra de comandante de Força Expedicionária Brasileira ficaria incompleta se eu não trasladasse para o Brasil, os despojos dos que tombaram na Campanha da Itália. **Eu os levei para o sacrifício; cabia-me trazê-los de volta** para receber as honras e glórias de todos os brasileiros, em especial dos parentes, que mais de perto podem sentir a justiça e humanidade do Ato Governamental, mandando retornar à Pátria os restos mortais de seus Heróis (MORAES, 1969:585)

Os trabalhos para consumir o repatriamento dos restos mortais dos combatentes da FEB tiveram início em 10 de outubro de 1952, após solicitação do marechal Mascarenhas de Moraes<sup>82</sup> ao presidente Getúlio Vargas, então eleito democraticamente e em seu segundo governo. Atendida a solicitação, foi nomeada a Comissão de Repatriamento dos Mortos do Cemitério de Pistóia, presidida pelo próprio marechal e composta por membros pertencentes

<sup>82</sup> Vale destacar que diferente da construção do Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932, que foi fruto de um longo período de luta – a obra só foi inaugurada inconclusa em 9 de julho de 1955 – que envolveu diretamente os próprios ex-combatentes paulistas, no caso do Monumento aos Mortos na Segunda Guerra Mundial ela se deveu ao empenho e iniciativa do comandante da FEB. Sobre o Monumento-Mausoléu ao Soldado Constitucionalista de 1932. Ver a tese de doutorado de Marcelo Abreu (2010).

aos três ministérios militares. A comissão decidiu que, além do monumento para abrigar os restos mortais dos combatentes, seria também construído o Túmulo do Soldado Desconhecido.

Uma tradição, em praticamente todos os países que já estiveram envolvidos em grandes guerras, o Túmulo do Soldado Desconhecido é, como o próprio nome indica, uma homenagem aos que morreram em campos de batalhas e não puderam ser identificados. Após intensas negociações com a prefeitura do Rio de Janeiro para acertar o local<sup>83</sup> onde seria construído o monumento, no dia 5 de agosto de 1960, com a presença do presidente da República, Juscelino Kubitschek e de autoridades civis e militares, realizou-se a entrega do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, que ficou conhecido popularmente como Monumento dos Pracinhas, ao Governo Federal. Em 30 de novembro de 1960 foi concluído o trabalho de exumação dos militares sepultados em Pistóia e, em 15 de dezembro do mesmo ano, a Comissão de Transladação dos Mortos do Cemitério Militar Brasileiro de Pistóia, presidida pelo general Cordeiro de Farias, chegou ao Rio de Janeiro trazendo as urnas em aviões da Força Aérea Brasileira (FAB). Finalmente, no dia 22 de dezembro de 1960, em cerimônia cívica no Monumento, as urnas foram depositadas em seus respectivos jazigos no mausoléu.

A população carioca voltaria a presenciar, como no desfile comemorativo pelo regresso da FEB à pátria, um espetáculo que parou a cidade. O público que seguiu o cortejo fúnebre e o sepultamento, mais uma vez prestou suas homenagens aos “heróis da FEB”. Desta feita, o clima era outro. A alegria e o entusiasmo do Desfile da Vitória deram lugar a uma profunda tristeza, ritmada pela batida do surdo que acompanhava o cortejo. A comitiva partiu às 15 horas e 30 minutos do Palácio Tiradentes e seguiu, carregando em atitude marcial, as 466<sup>84</sup> urnas de zinco, das quais 13 não foram identificadas, cobertas com a bandeira do Brasil até o Monumento dos Pracinhas “sob chuva de papel picado e em silêncio absoluto”<sup>85</sup>. O cortejo foi composto por militares das unidades do Exército, Marinha e Aeronáutica, portando bandeiras, estandartes e flâmulas, ex-combatentes ostentando suas condecorações e medalhas, representantes das Forças Armadas norte-americanas com a bandeira do seu país e viúvas e familiares dos mortos. À frente do grupo estava o marechal Mascarenhas carregando a urna do Soldado Desconhecido. Esquadrilhas das Forças Aéreas sobrevoavam o centro da cidade

<sup>83</sup> O monumento fica localizado na Avenida Infante Dom Henrique, nº 75, no bairro da Glória, Rio de Janeiro.

<sup>84</sup> Há controvérsias sobre o número de urnas funerárias repatriadas. Em notícia no *Jornal do Brasil*, o número total é de 466, mas no Monumento aos Pracinhas o número registrado é de 462.

<sup>85</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1960. p. 1.

enquanto, na Avenida Rio Branco, “uma multidão se postava nas calçadas e em sacadas dos edifícios”. Na Praça do Congresso e ao longo da Avenida Infante Dom Henrique, próximo ao Monumento Nacional, outra multidão aguardava a chegada do cortejo. Montavam guarda no local, tropas do Exército, Marinha e Aeronáutica e militares que compunham a Guarda ao Túmulo do Soldado Desconhecido no cemitério de Arlington, em Washington. Bandas do Corpo de Fuzileiros Navais, Primeiro Batalhão de Guardas, Cadetes da Academia Militar das Agulhas Negras, C.P.O.R e Escola da Aeronáutica estavam em formação nas alamedas que conduzem ao pórtico monumental. Por volta das 17 horas, quando o cortejo chegou ao monumento já era aguardado pelo presidente da República, Juscelino Kubitschek, o governador do estado, Carlos Lacerda, o general Eurico Dutra, o cardeal Dom Jaime de Barros Câmara, ministros de Estado, diplomatas, oficiais-generais e familiares dos soldados mortos na Itália. Mais uma vez, a figura em destaque na cerimônia era o marechal Mascarenhas de Moraes:

O primeiro homem do cortejo a surgir em frente ao Monumento foi o Marechal Mascarenhas de Moraes conduzindo a urna do Soldado desconhecido. Em seguida, aproximaram-se as demais urnas (...) O Marechal Mascarenhas de Moraes deslocou-se da formação para assistir à entrada das urnas na cripta do Monumento.<sup>86</sup>

A urna do Soldado Desconhecido foi entregue pelo marechal ao presidente da República, que a depositou na base do pórtico ao som do toque de silêncio executado pelas bandas presentes no evento. A artilharia anunciou, através de salvas dadas por fortalezas e navios da Armada, a deposição dos restos mortais dos militares no Monumento dos Pracinhas. O toque da vitória encerrou a cerimônia. Depois disso, o marechal Mascarenhas de Moraes, proferiu discurso no qual reafirmava a importância do repatriamento dos mortos na Segunda Guerra Mundial como um “ato patriótico”.

Eis aqui, cobertos de **glórias**, os nossos **heroicos** mortos que exaltaram em terra estranha, pelo **sacrifício** e pela **bravura**, a grandeza cívica e o valor militar no Brasil. Seus despojos não podiam continuar do outro lado do Atlântico, na longínqua Pistóia (...) Permaneceram lá seria até retirar do povo a visão perene e bem viva de um dos marcos mais decisivos da evolução política do Brasil e da defesa das liberdades consagradas no mundo.<sup>87</sup>

---

<sup>86</sup> *Jornal do Brasil.*, Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1960. p. 4.

<sup>87</sup> *Id.*



O repatriamento dos despojos dos militares da FEB sepultados na Itália estimula a produção de discursos que exaltam o reconhecimento da pátria aos sacrifícios daqueles que morreram na guerra em nome dos valores cívicos nacionais e da defesa dos ideais democráticos universais. O discurso do presidente Juscelino Kubitschek, ao final da cerimônia, confirma o sentido que se quer dar a essas comemorações. Segundo o presidente, o empenho conjunto, do governo e do Exército por meio de seus representantes, em concretizar o traslado dos despojos dos combatentes da FEB eram prova de que estava “(...) consolidada e vitoriosa em nosso país a causa da liberdade e da democracia. O povo brasileiro de que sois representantes e filhos diretos já decidiu seu destino.”<sup>88</sup> Em carta a Juscelino Kubitschek, o presidente norte-americano, general Dwight Eisenhower, manifestou suas condolências destacando o valor dos combatentes da FEB e reforçando os laços de colaboração entre o Brasil e os EUA, na guerra e na paz.

Em meu nome e do povo dos EUA saúdo a memória de seus compatriotas que, na guerra fizeram o mais alto sacrifício. Evocando a bravura de que deram prova, poderemos, na paz, continuar a trabalhar, em comum em prol dos nobres objetivos que eles tão heroicamente defenderam.<sup>89</sup>

Nesse sentido, a cerimônia fúnebre realizada no monumento, e o longo processo de negociações que culminou com a sua inauguração em 1960, devem ser encarados como eventos bastante significativos na investigação do processo transformação do combatente em herói. Um aspecto importante que não se pode perder de vista é a intenção primordial da construção do monumento e a apropriação que se fará dele, nos anos posteriores ao traslado dos restos mortais dos combatentes da FEB. Apesar de ter ficado conhecido como “*Monumento dos pracinhas*”, há que se destacar que foi construído em homenagem aos que morreram nos campos de batalha da Itália e não aos que retornaram de lá. É um monumento em homenagem à memória dos mortos, que é silenciosa, está “fechada, concluída”, sendo, assim, basicamente, alvo de apropriação das Forças Armadas. Ele não é um monumento em honra dos que sobreviveram, cuja memória está viva e em transformação, muitas vezes guardando revelações que nem sempre querem ser lembradas pelo Exército. Mas, de certo modo, a construção de um monumento é um ato político/simbólico de reconhecimento ao esforço daqueles que se sacrificaram pela pátria. Ainda que o início das obras, em 1957, tenha

---

<sup>88</sup> Id.

<sup>89</sup> Id.

sido motivo de controvérsia por conta dos gastos excessivos do governo frente às dificuldades enfrentadas pelos veteranos<sup>90</sup>, é inegável que monumento inscreveu o episódio da participação do Brasil na Segunda Guerra no imaginário social, não sendo casual que tenha ficado conhecido, simplesmente, como “*Monumento dos pracinhas*”.

Ana Maria Mauad (1999), em estudo sobre esse monumento, defende que o processo de sua construção deve ser entendido como um discurso militar que confere à morte um conteúdo cívico, no qual o que importa é “dar a vida pela Pátria”. Dessa forma, não se trata apenas morrer por ela, mas também viver por ela. Isto significa ter uma vida pública de sacrifícios em prol da ordem, da disciplina e da unidade da nação, valores bastante prezados pelo Exército. Uma vida pública que significa uma morte pessoal/privada, como afirma a autora. A homenagem ao Soldado Desconhecido é um exemplo muito representativo deste contexto. Sem nome, sem família e sem memória individual, porque representa, indiscriminadamente, as lembranças de todos os que lutaram pela pátria.

Independente da intenção que o originou ou dos usos políticos que se façam dele, o monumento é, com certeza, um marco na consagração da memória dos combatentes. Ao chamar para si a responsabilidade de “trazê-los de volta”, complementando a tarefa iniciada como comandante da FEB, o marechal Mascarenhas de Moraes inscreve, definitivamente, seu nome na história das Forças Armadas brasileiras. Capaz de conduzir seus homens, na vida e na morte, o marechal quer ser um exemplo de liderança e determinação; um modelo a ser seguido pela sociedade e, em especial, pelos seus (ex)comandados. Sob esse ponto de vista, o marechal reúne de forma paradigmática características dos heróis descritos por Carlyle, muito frequentemente representados pela metáfora do sol, da luz:

Ele é a fonte corrente e viva, de que é agradável estar perto. A luz que ilumina, que tem iluminado a escuridão do mundo; e isto não somente como uma lâmpada acesa, mas antes como uma luminária natural que brilha do céu; uma fonte corrente e viva, como disse, de visão nativa e original, de virilidade e nobreza; - em cuja radiação todas as almas se sentem bem (CARLYLE, 2002:9).

Como um guia, o herói conduz a humanidade ao seu destino. Em momentos de crise, ele concentra as esperanças de mudança e se apresenta como o único capaz de salvar a crença num futuro melhor, razão pela qual ele é tão necessário para as sociedades e sua figura uma

---

<sup>90</sup> A polêmica em torno da construção do monumento será analisada mais detalhadamente no capítulo seguinte.

constante através do tempo e do espaço, como postulava Carlyle. Dessa maneira, a excepcionalidade da guerra, em geral cenário de crises agudas e grandes sofrimentos, se configura como um momento bastante propício para a projeção de heróis. Heróis militares, que nascem em situações de conflito, cujas experiências servem como lição de amor à pátria. É num cenário como este, do pós-Segunda Guerra, que o marechal Mascarenhas de Moraes também se consagra como herói. Ao representar os valores cívicos do povo, ele encarna o espírito da nação. Em toda uma vida dedicada ao Exército – no ano de 1899, com apenas 14 anos, inicia sua carreira militar como aluno da Escola Preparatória de Rio Pardo –, o marechal traçou uma trajetória que se confunde com a própria história da FEB. Assim, como era de se esperar, sua morte, em 17 de setembro de 1968, em pleno regime civil- militar, se constituiu em uma enorme perda para os veteranos. As cerimônias fúnebres por ocasião do falecimento do marechal reafirmam o culto à sua figura como herói. Um forte indicativo disso é a escolha do Monumento aos Pracinhas como local destinado a seu velório. As solenes exéquias se revestiram de um aparato conferido apenas a grandes nomes na história brasileira.

A morte do marechal, aos 84 anos de idade, em decorrência de complicações no aparelho digestivo comoveu o meio militar e, particularmente, os ex-combatentes da FEB. Único marechal da ativa no país, recebeu durante o funeral várias homenagens por parte de personalidades ilustres, tanto militares como civis. O velório começou por volta das 9 horas no salão onde estão depositadas as cinzas dos combatentes da FEB. Somente tiveram acesso ao recinto o presidente da República, ministros de Estado, generais ex-combatentes, o pessoal diplomático e familiares. A imprensa ficou concentrada numa área junto aos mastros, distante 50 metros do salão onde estava sendo velado o corpo do marechal. Também foram ao monumento prestar suas condolências todos os adidos militares das embaixadas estrangeiras, ex-combatentes brasileiros e de diversas outras nacionalidades, comandantes de todas as unidades militares da Guanabara e o governador do estado Negrão de Lima. No início da cerimônia a Esquadrilha da Fumaça e três aviões de transporte C-82 sobrevoaram o local. O corpo foi encomendado pelo Cardeal Dom Jaime de Barros e a chave da urna entregue à filha do marechal. Dois soldados conduziram o caixão para o pátio, em frente ao monumento, seguidos pela filha do marechal, pelo também marechal Cordeiro de Farias e pelo general Capitulino de Barros. O início do cortejo foi marcado por uma salva de tiros dados pela tropa do Corpo de Fuzileiros Navais seguidos por 19 tiros de canhão. Enquanto era executada a marcha fúnebre, os soldados conduziram o caixão até o carro blindado do II Regimento de

Reconhecimento Mecanizado. Participaram do cortejo fúnebre cerca de cem carros nos quais seguiram o presidente da República, Costa e Silva, doze Ministros de Estado, ex-combatentes e familiares. Seis caminhões transportando as coroas enviadas em condolência à família acompanharam a comitiva. O grupo seguiu pela avenida Rio Branco, interditada para a passagem do cortejo e onde se aglomeravam populares, causando grande congestionamento nas vias de acesso ao centro da cidade.

No dia seguinte à morte do marechal, o *Jornal do Brasil* publicou uma breve biografia de sua carreira militar, recuperando os feitos heroicos dos quais havia participado. A matéria trazia ainda um elenco de depoimentos de diversas autoridades que foram ao velório prestar suas últimas homenagens ao militar. Dentre elas se destacam: os marechais Eurico Gaspar Dutra, Cordeiro de Farias, João Segadas Viana e Henrique Teixeira Lott, o general Mourão Filho, o jornalista Joel Silveira e Oswaldo Gudolle Aranha, ex-combatente da FEB e ex-presidente do Conselho Nacional de ex-combatentes. As qualidades do marechal como um líder nato daqueles “que sempre se gostaria de ter como chefe”<sup>91</sup> é a tônica das declarações. As vitórias na posição de comandante da FEB eram lembradas como sinal de bravura e capacidade de liderança. Seu valor como chefe militar de grande envergadura e cidadão dedicado à defesa da pátria fazem crer, na opinião do marechal Segadas Viana, comandante do Regimento Ipiranga da FEB, que “o Brasil vai lhe reservar, nas melhores páginas de sua história, um lugar da mais alta honra.”<sup>92</sup> As virtudes do marechal, caracterizado como um chefe disciplinador e humano, faziam dele um “comandante verdadeiramente excepcional”, nas palavras de Oswaldo Gudolle Aranha<sup>93</sup>. Para o jornalista Joel Silveira, que atuou na Segunda Guerra Mundial como correspondente, seu principal mérito como comandante da FEB foi

ter conseguido transformar numa homogênea e aguerrida divisão de combate, o que ao sair do Brasil não passava de uma tropa heterogênea, despreparada, bisonha mesmo porque em grande parte constituída de convocados até então sem qualquer experiência militar.<sup>94</sup>

A cerimônia ocorreu no dia 19 de setembro de 1968, às 10 horas e 26 minutos, no cemitério São Francisco Xavier, no Caju. O corpo do marechal foi sepultado ao lado do de sua

---

<sup>91</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1968. p. 3. Declaração de Oswaldo Gudolle Aranha sobre a morte do marechal Mascarenhas de Moraes.

<sup>92</sup> Id.

<sup>93</sup> Id.

<sup>94</sup> Id.

esposa, Adda Brandão, no Mausoléu dos Veteranos da FEB, que se inaugurou com seus despojos. No cemitério, o general Orlando Geisel, comandante do estado-maior das Forças Armadas, discursou em nome do presidente da República, historiando as vitórias do marechal no comando da FEB durante a campanha da Itália e exaltando o brilhantismo de sua carreira militar.

Deixou, hoje, o serviço ativo do Exército e a própria vida um homem que somente viveu para o Exército e o Brasil. (...) a nação lhe confiou a imensa tarefa de levar à guerra extrema os seus soldados e de voltar vencedor. Cumpria-lhe repetir Caxias quase três quartos de século depois (...). Soube fazê-lo com a firmeza e a serenidade de um pai, de um juiz, de um chefe, de um verdadeiro condutor de homens. (...) Comandou a FEB com humildade e inteligência, com equidade e senso de justiça, com segurança e determinação, com equilíbrio e energia, prudência e destemor (...). Se grande foi o general na guerra, maior foi o cidadão na paz. O triunfo, a popularidade e a glória poderiam tê-lo levado, facilmente, a rendosas atividades econômicas ou à vida política. Dia a dia, ao longo de vinte e três anos, depois da consagração do retorno, resistiu às pressões e às tentações, preferindo manter-se sempre soldado, e fiel servidor de sua FEB. Primeiro, escreveu a sua História. Depois, cuidou de seus mortos, e dedicou o resto da vida a zelar pela vida de seus ex-combatentes. Não há exemplo melhor de desambição, de desprendimento e de fidelidade a seus homens, e de chefe militar vitorioso, em qualquer tempo ou lugar. Neste quase quarto de século de pós-guerra, Mascarenhas de Moraes foi modelo de espírito público e patriotismo, de equilíbrio e discrição, de sobriedade e coerência, de austeridade e modéstia, de grandeza na adversidade e na dor, assim como do mais legítimo espírito militar.<sup>95</sup>

O esforço em enfatizar o caráter heroico da trajetória do marechal através da glorificação de sua personalidade é evidente. Em algumas passagens fica explícita essa intenção, como na comparação com o grande herói e patrono do Exército, Duque de Caxias. O marechal reunia os predicados de um chefe militar, mas não era apenas como tal, que despertava admiração. A retidão de seu caráter e sua conduta na vida pessoal, faziam dele um exemplo de cidadania. Seu prestígio entre os ex-combatentes da FEB e, também, entre outras figuras importantes na hierarquia militar podia ser sentida na comoção que tomou conta de alguns dos presentes no funeral, com destaque para o os generais Costa e Silva e Cordeiro de Farias. Antes do sepultamento, ouviu-se o toque de silêncio e nova salva de 19 tiros disparada por uma bateria do I Exército. Investigando as repercussões de sua morte e as honras fúnebres que cercaram a cerimônia de seu sepultamento, não há dúvidas sobre o evidente investimento no trabalho de mitificação do maior dos “heróis da FEB”.

---

<sup>95</sup> *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1965. p. 7.

## 2.4 Colecionando a FEB

Acompanhar o processo de fabricação dos heróis, identificar os sujeitos históricos nele envolvidos, bem como investigar a polissemia característica dessas figuras mitológicas através de tempo são questões que têm mobilizado historiadores interessados no que, se convencionou chamar, de nova história política. Uma das principais referências nesse campo, Raoul Girardet (1987), afirma que apesar de sua origem remota, os mitos não se mantêm presos ao passado, muito ao contrário, conservam-se atuantes no presente. Sendo assim, as narrativas mitológicas, ao ordenarem o mundo em que vivemos, revelam sua função explicativa e, fazendo isso, criam chaves para a compreensão do presente. Apesar da dimensão explicativa, não se pode esquecer, como Girardet nos alerta, a força mobilizadora do mito. Ela é capaz de promover efeitos que se fazem presentes de várias maneiras na sociedade. Se é possível, como afirmou Valensi (1994), que a ação de uma guerra produza mitos, é também verdade que a ritualização desses mitos nos conduz de volta à ação. Não somente por conta da dramatização que encerra, mas, também, por resultar, muitas vezes, numa mobilização que “alimenta” o mito.

Esse é, por exemplo, o caso das inúmeras propagandas de empresas e lojas, a maioria situada na cidade do Rio de Janeiro, que saúdam a FEB por ocasião do desfile. Publicadas em muitos jornais que circularam no dia do desfile, mas, sobretudo, concentradas no periódico *A Noite*, as propagandas reforçavam claramente o culto aos “heróis da FEB”. A variedade de anúncios é grande, envolvendo desde pequenos estabelecimentos até bancos como a Caixa Econômica Federal do estado do Rio de Janeiro. Variam também de tamanho e diagramação, alguns chegando a ocupar toda a página do jornal com desenhos e mensagens aos combatentes, enquanto outros se limitam a pequenos boxes com alguma felicitação e o nome do anunciante. É o caso das propagandas da Casa Herman, da Casa Adrianino e da Rádio Internacional do Brasil apresentam saudações breves como as que se seguem:

Aos bravos da FEB as boas vindas da Casa Herman que dispõe do maior depósito de meias de seda natural.<sup>96</sup>

Chegada da Força ... manifeste sua alegria queimado fogos Adrianino à

---

<sup>96</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 6.

venda em toda a parte do RJ.<sup>97</sup>

Glória aos bravos expedicionários! Anúncio da Radio Internacional do Brasil.<sup>98</sup>

Existem anúncios que trazem mensagens mais longas e elaboradas que poderiam, ou não, estar acompanhadas de desenhos de soldados marchando e empunhando a bandeira do Brasil. Como, por exemplo, as saudações das Casas Pernambucanas e da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro.

Quando, cobertos de glórias tão altas e puras, alcançadas nos campos de batalha da Itália, o 1º escalão da FEB retorna à Pátria que o recebe em festas, as grandes empresas Lundgren, proprietárias das conhecidas Casas Pernambucanas apresentam suas homenagens e saudações aos bravos oficiais e soldados que o integram.<sup>99</sup>

Homenagem da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro  
Aos bravos soldados brasileiros, (...) recebam, pois, os queridos expedicionários brasileiros, neste dia tão cheio de glórias e de contentamento para todos nós, regozijados com sua volta ao seio da Pátria estremecida e ao convívio de seus lares, as mais justas, calorosas e patrióticas homenagens de admiração, reconhecimento e imorredoura saudade.<sup>100</sup>

Era também possível encontrar, entre tantos anúncios,<sup>101</sup> aqueles que comemoravam a FEB prestigiando seus funcionários que participaram da campanha na Itália. Como este, por exemplo:

A Compensadora, saúda a FEB por intermédio de seu auxiliar 2º sargento Accacio Ferreira dos Anjos.<sup>102</sup>

Colocando em prática seu poder de mobilização, o culto aos “heróis da FEB” mostra sua força ao produzir efeitos que resultaram na transformação do mito em produto comercial ou, na terminologia de Huyssen (2000), na espetacularização e mercantilização da memória. Em especial, nas últimas décadas, a emergência da memória tem revelado todo seu potencial

---

<sup>97</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 4.

<sup>98</sup> *Id.*

<sup>99</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 7.

<sup>100</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 9.

<sup>101</sup> Dentre eles, destaco: Associação dos empregados no comércio do RJ, Alfaiataria Oriente, A Confiança, Fábrica de Móveis Marege, Galeria das lonas Ltda, Companhia Cervejaria Portubrás, Sindicato dos trabalhadores das indústrias de produtos químicos para fins industriais, Serviços Hollerith S.A., Tapeçaria Sol, Serviços aéreos Cruzeiro do Sul, Magazine Monte Castelo e Companhia Fabril Brasileira de Lonas.

<sup>102</sup> *A Noite*, Rio de Janeiro, 18 de julho de 1945. p. 8.

como um meio eficaz de vender produtos e ideias. Nesse contexto, pensar a memória é relacioná-la, inevitavelmente, a esse moderno fenômeno de uso do passado. No entanto, como nos alerta Huyssen (2000), é preciso resistir à sedução da memória para não se correr o risco de sua banalização. E, nesse sentido, cuidar para que a exacerbação da memória e, sua consequente banalização, não acabe produzindo perigosos julgamentos do que é importante ser preservado e do que deve ser excluído. Diante disso, o exemplo dos pracinhas, guardada sua especificidade, é muito interessante, sobretudo pelo momento em que ocorre, ou seja, ainda em meados dos anos 1940. A grande repercussão da participação do Brasil na guerra leva algumas empresas a lançarem produtos comemorando a FEB. Foi assim que, no dia do desfile, a Empresa Nacional de Correios pôs em circulação, em vários pontos do país, a Série da Vitória composta por cinco selos comemorativos que ressaltam a atuação da FEB na guerra. Nos selos podemos identificar além do V da vitória, os emblemas da FEB e do 5º Exército norte-americano, ao qual a FEB foi incorporada e, ainda, as bandeiras do Brasil e dos EUA (*Figura 7*). Outra série comemorativa da FEB foi a das estampas do sabonete Eucalol. As estampas Eucalol foram criadas, em 1930, como estratégia de marketing pela perfumaria Myrta S/A. A iniciativa foi muito bem sucedida, e rapidamente as vendas da empresa foram alavancadas. Coletar as estampas, feitas em cartão, que traziam na frente uma imagem e no verso um texto explicativo<sup>103</sup>, virou mania entre adultos e crianças. Em geral, os temas retratados nas séries giravam em torno de questões nacionais – Histórias do Brasil, Lendas do Brasil, Viajando pelo Brasil, Aves do Brasil, Episódios Nacionais – embora, também fosse possível encontrar, temas mais universais, como foi o caso das séries Dom Quixote e Compositores Célebres. Entre os anos de 1944 e 1945, a série História do Brasil foi dedicada a contar os principais episódios da jornada da FEB. Foram ao todo 42 estampas, narrando desde a declaração de guerra do governo brasileiro ao Eixo, passando pela criação da FEB, assinalando as principais batalhas na campanha da Itália, até chegar ao regresso dos combatentes, e eleição do presidente Eurico Gaspar Dutra. Em função de seu caráter didático e, também, por ter feito sucesso entre as crianças, as estampas da Eucalol eram muitas vezes utilizadas como material de apoio em sala de aula. Os textos que acompanhavam as estampas em homenagem à FEB eram pequenos e explicavam em tom patriótico, como convinha, seus feitos (*Figura 8*).

A coragem, e o sangue frio dos brasileiros.

<sup>103</sup> Sobre as estampas Eucalol, ver os trabalhos de GORBERG, Samuel Gorberg (2000) e Wagner Rizzo (2009).



Enfrentando os mais poderosos e modernos engenhos de guerra, por ocasião da tomada de Monte Castelo, os nossos pracinhas mostraram ao Mundo a coragem, o sangue frio e o patriotismo tão peculiares aos brasileiros e que nos foram legados por Caxias, Barroso e "outros heróis que honram a nossa historia".

Os pracinhas cheios de glórias voltam ao Brasil. A maior manifestação publica já registrada no país, teve lugar quando os nossos pracinhas voltaram da Europa. Massa compacta de povo acudiu as ruas centrais da cidade para dar as boas vindas aos heróis que regressavam vitoriosos, inscrevendo outro episódio glorioso, na já gloriosa "Historia do Brasil".<sup>104</sup>

Apesar das mazelas vivenciadas pelos veteranos no pós-guerra, assunto silenciado nas estampas e propagandas e que ainda abordaremos, o culto aos “heróis da FEB” sobreviveu, ainda que em amplitude infinitamente menor do que a alcançada na segunda metade dos anos 1940, anos mais tarde. Em 1957, foi lançada pela Editora Garimar uma coleção de histórias em quadrinhos contando a epopeia da FEB. A narrativa e as imagens reforçam a transformação do combatente em herói, o que também pode ser constatado no sugestivo título da publicação: *Coleção de Aventuras (Figuras 9 e 10)*.

Foram ao todo dezenove edições, publicadas entre 1957 e 1958, que tinham como tema as principais vitórias na Itália, com episódios como as batalhas em Montese e Monte Castelo. O curto período de publicação<sup>105</sup> da revista não deve ser avaliado, precipitadamente, como um sinal de impopularidade e insucesso. Há de se levar em conta também, que o mercado consumidor e editorial deste gênero de publicação ainda estava se consolidando no Brasil e, como essa, muitas outras histórias em quadrinhos nacionais tiveram poucas edições. Os quadrinhos que tiveram vida mais longa no Brasil, alguns ainda hoje editados, foram os norte-americanas, como *Super-Homem*, *Batman*, *Tarzan* e *Zorro*, com um público já mais expressivo. A *Coleção de Aventuras* da FEB, que também narravam episódios envolvendo a FAB, seguia a mesma linha editorial de outras histórias em quadrinhos que faziam sucesso na década de 1950 e 1960. Nessa época, os quadrinhos de guerra – *Os Falcões*, *Combate*, *Homens em Guerra* e *Ataque* – eram tão ou mais populares que os de super-heróis. Um dos fatores que estimulou esse sucesso foi o nascimento de um mercado consumidor formado por

<sup>104</sup> Extraído, respectivamente, das estampas da série 252, nº5 e 255, nº3.

<sup>105</sup> O número de edições e o tempo de existência da *Coleção de Aventuras da FEB* é o mesmo, por exemplo, do *Falcão Negro* – também com dezenove publicações entre os anos de 1958 e 1959 – título de maior sucesso do Estúdio Gráfico Garimar. Infelizmente não foi possível, para efeito de comparação, recuperar o número de tiragem desses títulos.

um público, em sua maioria, jovem e masculino, que começa a ser explorado com o gênero da aventura, nas histórias de *Flash Gordon*, *Spirit*, *Príncipe Valente*, *Fantasma* entre outros<sup>106</sup>.

Várias histórias em quadrinhos da FEB eram de autoria do veterano Paulo Vidal e com arte de Flávio Colin, quadrinista de *O Anjo* e *Vigilante Rodoviário*<sup>107</sup>, entre outros artistas reconhecidos nesse universo como, por exemplo, o ilustrador norte-americano Frank Frazetta, responsável pelo traço dos icônicos *Conan* e *Tarzan*. Apesar do evidente apelo visual dessas histórias, um dos principais atrativos do gênero quadrinhos, seus heróis não são produto, apenas, do que se vê ou lê nas páginas de tais revistas. Além da imagem e do texto, outro elemento define, singularmente, a emergência dos heróis: o contexto da sociedade em que são produzidos. Como alertou José Murilo de Carvalho (1991:14), “*por ser parte real, parte construído, por ser fruto de um processo de elaboração coletiva, o herói nos diz menos sobre si mesmo do que sobre a sociedade que o produz.*” A luz dessa perspectiva, é possível explicar como a mesma página do jornal estampa, ao lado de uma matéria intitulada “*Heróis na guerra e criminosos na paz*”<sup>108</sup> – na nona reportagem da série “*O outro lado da glória*” que acompanha a luta dos veteranos pela reintegração social –, o anúncio publicitário da revista em quadrinhos com as aventuras da FEB.

Força Expedicionária Brasileira!

Leia os heroicos feitos da FEB em “Coleção de Aventuras”<sup>109</sup>

A ambiguidade – herói/criminoso – é, em grande parte, fruto do contexto político social que se apresenta no pós-guerra para os veteranos. Assim, ao deslocarmos o olhar do herói para a sociedade encontramos a chave para o entendimento dessa ambiguidade. É preciso levar em conta que a ausência de políticas públicas eficazes na reintegração dos veteranos possa ter sido responsável por desajustes sociais que, em casos mais extremos, tiveram como resultado a transformação do herói em protagonista de episódios infames que figuravam nas páginas policiais. É evidente que não se esperava que os 25 mil homens que fizeram parte do efetivo da FEB tivessem conduta semelhante em suas vidas no pós-guerra e que não se pode tomar casos isolados como um padrão de comportamento da maioria. Mas, por outro lado, é certo que as denúncias de crimes envolvendo veteranos, embora se limitassem a um grupo reduzido, atingia, em cheio, a reputação do herói, que, por definição é

<sup>106</sup> Sobre esse assunto ver mais em SILVA (2004).

<sup>107</sup> Adaptados de séries policiais que fizeram grande sucesso no rádio e na televisão.

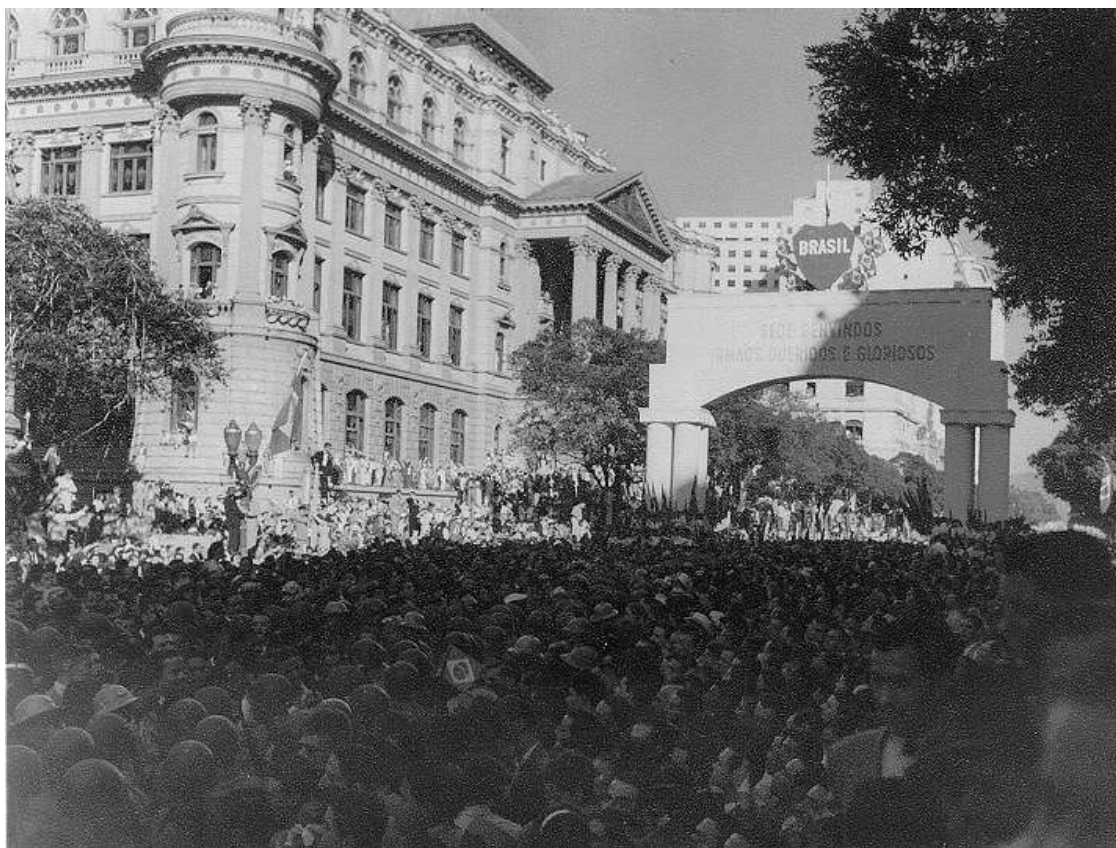
<sup>108</sup> *O Globo*, Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1957. p. 15.

<sup>109</sup> Id.

alguém sem máculas.

Apesar disso, há que se considerar a publicação das aventuras da FEB como um indicativo de que o culto a esses heróis sobrevivia e estava sendo reforçado, de alguma maneira, na sociedade brasileira. O investimento nessa publicação, contando inclusive com a participação de nomes reconhecidamente competentes nessa área, revela que havia, naquele contexto, uma demanda de público para os quadrinhos da FEB. Mais que isso, que eles podem ser entendidos como um protesto e/ou uma resistência contra o esquecimento desses heróis. Essa intenção fica evidente em algumas edições, como na de nº 8, onde se lê na capa a inscrição “*Heróis Esquecidos*”, e, também, em várias outras, que trazem, em meio aos quadrinhos, um texto não ficcional, portanto uma narrativa histórica “real”, que se integra ao conjunto para explicar, de maneira didática as batalhas narradas naquele episódio. O expediente pode indicar uma tentativa de conferir aos quadrinhos ares de registro histórico, legitimando seu propósito de lembrar a memória da FEB. Nesse sentido, guardam, em grande medida, um caráter de denúncia, motivo pelo qual sua propaganda figurava, não paradoxalmente, ao lado da série de reportagens “*o outro lado da glória*”.

Enfim, seja produzindo resultados concretos, como coleções de selos, figurinhas ou histórias em quadrinhos, seja em um nível mais abstrato das ideias, a história nos dá provas de que não se deve duvidar da capacidade de mobilização do mito do herói. Investigar os sujeitos históricos responsáveis por essa mobilização, e a sociedade em que atuam, possibilita identificar as metamorfoses sofridas pelo culto ao herói através do tempo. Isso não significa dizer que essas variações impliquem, necessariamente, numa radical transformação do herói, mas, certamente, dos usos políticos que a sociedade que o consagrou, faz dele. Tal como aconteceu com Ulisses, na mais conhecida história da literatura mundial de retorno ao lar – a *Odisseia* – os “heróis da FEB” ao completarem sua jornada de volta à pátria não encontram mais a realidade que deixaram. É necessário, portanto, aprender a lidar com essa nova sociedade, readaptar-se e fazê-lo continuamente, pois ela não cessará de mudar. O regresso ao lar, última etapa da jornada do herói, e a que representa sua consagração, precisa levar em conta que o lar não é o mesmo e que o retorno pode ser o início de um novo percurso, de uma nova provação, para o herói, mais uma vez, mostrar sua excepcionalidade (SCHUTZ, 1979).



(Figura 1) Arco do Triunfo na avenida Rio Branco (RJ) sob a guarda de honra formada pelas alunas do Instituto de Educação, empunhando bandeiras nacionais. O pórtico trazia a seguinte inscrição: *Sede bem vindos irmãos queridos e gloriosos*. Fonte: Banco de Imagens do Exército. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01inst/feb/imagens/banco/index1.htm>. Acesso em: setembro de 2010.



206  
(Figura 2) Recordação de um combatente para sua madrinha. Extraído do livro de Giovanni Sulla e Ezio Trota. *Gli eroi venuti dal Brasile: storia fotografica del Corpo di Spedizione brasiliano in Italia (1944-1945)*. Roma, Edizione il Fiorino, 2005.



(Figura 3) Ação da LBA no desembarque da FEB. Fonte: Banco de Imagens do Exército. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/01inst/feb/imagens/banco/index1.htm>. Acesso em: setembro de 2010.











(Figura 4) Em clima de festa a população se aglomera nas ruas para comemorar o retorno da FEB.  
 Fonte: Banco de Imagens do Exército. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/01inst/feb/imagens/banco/index1.htm>. Acesso em setembro de 2010.



(Figura 5) A multidão saudando a passagem dos expedicionários da FEB nas ruas e nas janelas dos prédios do centro do Rio de Janeiro. Fonte: Banco de Imagens do Exército. Disponível em <http://www.exercito.gov.br/01inst/feb/imagens/banco/index1.htm>. Acesso em: setembro de 2010.



(Figura 6) Tribuna oficial reservada às autoridades presentes no Desfile da Vitória, no Rio de Janeiro. Da esquerda para a direita: o arcebispo metropolitano Dom Jaime de Barros Câmara, o presidente Getúlio Vargas, o general Mark Clark, o presidente do STF, José Linhares, e o general Mascarenhas de Moraes. Fonte: Banco de Imagens do Exército. Disponível em :<http://www.exercito.gov.br/01inst/feb/imagens/banco/index1.htm>. Acesso em: setembro de 2010.



(Figura 7) Série de selos comemorativos da vitória da FEB. Extraído do livro de Giovanni Sulla e Ezio Trota. *Gli eroi venuti dal Brasile: storia fotografica del Corpo di Spedizione brasiliano in Italia (1944-1945)*. Roma, Edizione il Fiorino, 2005.





(Figura 8) Estampas Eucalol em série que homenageia a FEB. Disponível em: <http://www.brasilcult.pro.br/historia/feb/hist07.html>. Acesso em: setembro de 2010.



(Figura 9) Coleção de aventuras da FEB. Respectivamente, capas das edições nº 9, 8 e 11. Na edição de nº 8 é possível ler no box amarelo abaixo do título da coleção a seguinte inscrição: heróis esquecidos.



(Figura 10) Aviso aos leitores na edição de nº 9 sobre os próximos números da revista.

# Capítulo 3

---

***Desmobilizando a FEB:  
a ameaça da invisibilidade do herói***

O esquecimento é uma das formas de memória, seu impreciso porão, o outro lado secreto da moeda.<sup>110</sup>

Jorge Luis Borges

Muito popular nas histórias de ficção científica desde fins do século XIX, o tema da invisibilidade deu origem a heróis que povoaram a literatura e, mais tarde, os quadrinhos e as telas do cinema e da televisão. Tornar-se invisível com a ajuda de porções mágicas, anéis ou capas é, sem dúvida, poder almejado por muitos. A possibilidade de estar ocultamente presente em episódios públicos ou privados, de espionar sem ser notado e de participar, independente de autorização, da intimidade alheia, seduz porque acarreta uma noção de extrema liberdade aliada a perigosa ideia da impunidade. Assim, o invisível se furtaria não apenas aos olhos dos outros como aos da justiça. Mas, em alguns casos, essa liberdade é ilusória. Em obra pioneira<sup>111</sup> de H. G. Wells – *O Homem Invisível* – a invisibilidade se revela ao contrário em uma verdadeira prisão. Jack Griffin, personagem principal da história de Wells, é um físico que inventa uma maneira de se tornar invisível e, no exercício desse poder, descobre suas limitações. Se por um lado, para não ser notado precisa andar despido, ainda que em pleno inverno europeu, ficando vulnerável a tosses e espirros que denunciam sua presença. Por outro, se vê obrigado a usar, permanentemente, roupas, óculos e chapéus que encubram totalmente seu corpo para se tornar visível e “existir” no mundo. Em certo sentido, o vestuário para Griffin cumpre, de modo análogo, a função simbólica da farda para os heróis da FEB: assegurar, ainda que momentaneamente, visibilidade e reconhecimento. Sempre com o rosto enfaixado e dono de um temperamento bastante instável, o físico causava grande estranheza entre os habitantes da pacata cidade em que morava. Como todo ser de exceção, Griffin despertava o medo e a desconfiança. Sozinho e amargurado, vivia à margem da sociedade que o via como uma aberração, o que frustrava sua ambição de alcançar a glória ao ser reconhecido pela incrível descoberta. Perseguido como inimigo público de primeira grandeza, acabou morto em conflito com as autoridades locais. Aos poucos, seu corpo já sem vida vai ganhando forma e consistência diante dos olhos. Assim, de maneira trágica e involuntária, a morte se torna uma estratégia para adquirir visibilidade.

Ao contrário de outras histórias nas quais os protagonistas detentores do poder da invisibilidade são reconhecidos como heróis – é o caso dos quadrinhos do *Sombra* e da série

---

<sup>110</sup> Trecho extraído do poema de Borges (2001:47) intitulado *Um leitor*.

<sup>111</sup> Já tratado anteriormente em obras de menor expressão, é com a publicação de *O Homem Invisível* em 1897 que a ideia da invisibilidade ganha notoriedade.

*Harry Potter* –, na história de Wells, esse poder transformou Griffin em vilão. Sem conseguir reverter a experiência a que se submeteu, ele passa a não ter controle sobre sua (in)visibilidade o que lhe traz inúmeros transtornos, até mesmo, nas pequenas tarefas no dia a dia. Neste sentido, “ficar invisível” apesar de vantajoso não é suficiente. Seja dentro ou fora do universo ficcional, o fundamental é controlar esse poder, uma vez que sem isso, a invisibilidade do herói pode se transformar, de maneira inversa, em seu calcanhar de Aquiles. No plano real, o herói invisível é aquele que foi condenado ao esquecimento. Uma invisibilidade que é silenciadora e que, por isso, atenta com toda a força contra a memória. Estar presente e não ser visto porque tornado invisível pelos outros é o drama do homem moderno. Uma espécie de cegueira constitutiva de sua identidade, mas que no caso do herói, representa sua morte.

Para os heróis da FEB, a condição de invisibilidade foi inaugurada com as negociações que resultaram na dissolução da unidade combatente, antes mesmo de seu desembarque no porto do Rio de Janeiro. Ainda em solo italiano, os combatentes receberam um certificado provisório de reservista (BARBOSA,1985), posteriormente substituído por um documento definitivo no licenciamento do serviço ativo. Conforme determinação do aviso ministerial nº 217-185 de 6 de julho de 1945, data em que embarcou o 1º escalão em Nápoles, ao retornar ao Brasil, a FEB ficaria subordinada ao Comando da 1ª Região Militar. Sua dissolução, articulada pelo general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e pelo general Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, concretizava um esforço simbólico para a manutenção da ordem política e militar. A determinação que afastava, em definitivo, o comandante Mascarenhas de Moraes do seu posto, foi também o primeiro passo para a desmobilização que se completaria com o licenciamento dos expedicionários alguns dias depois da sua chegada. Assim, ao ser consagrada no Desfile da Vitória, a FEB já se encontrava em processo de dissolução. De maneira concomitante, os expedicionários tornaram-se heróis no mesmo movimento em que perderam essa identidade. Neste sentido, o desfile foi um momento mágico que concretizou uma “fantasia” de herói. Mas a “magia” teve efeito passageiro e a visibilidade alcançada no episódio não voltou a se repetir para a maioria dos veteranos ao longo da vida.

A despeito de se reconhecer a necessidade da desmobilização do ponto de vista militar, diante da impossibilidade de manter na ativa um efetivo numeroso como a FEB, o que chama atenção nesse processo é a urgência com que a cúpula do Ministério da Guerra procurou

efetuá-lo. Conduzido de forma apressada, ele teve desdobramentos significativos no processo de reintegração social dos ex-combatentes, lançado-os repentinamente do heroísmo à invisibilidade.<sup>112</sup> A precipitação em desmobilizar a FEB, para além da tentativa de agilizar questões de ordem burocrática, pode indicar uma estratégia de “apagar” sua memória, tornado-a “invisível” historicamente. O reduzido espaço destinado à FEB nos livros didáticos de História do Brasil evidencia, em parte, a eficácia dessa medida. Na maioria da vezes, a menção à memória da FEB limita-se às questões relacionadas à política externa e à derrubada da ditadura varguista não se detendo mais detalhadamente nas ações dos combatentes<sup>113</sup>. A escassa produção acadêmica sobre a memória da FEB – que, é bem verdade, tem crescido na última década – vem reforçar essa constatação. Não se pode deixar de considerar também que, se comparado aos impactos provocados pela Segunda Guerra Mundial na sociedade europeia e norte-americana, a repercussão do conflito entre a sociedade brasileira foi mais limitada, contribuindo, assim, para diluir a presença da FEB na historiografia brasileira<sup>114</sup>.

Seja como for, a invisibilidade histórica imposta aos heróis da FEB a partir da desmobilização, levou-os a buscar outras formas de “fazer ver” o invisível. A invisibilidade/esquecimento se constituiu assim, de maneira paradoxal, na força aglutinadora que mobilizou os ex-combatentes em torno da tarefa de se fazerem visíveis/lembrados. Nesse ponto, as palavras de J. L. Borges reproduzidas na abertura do capítulo, se concretizam em sua plenitude uma vez que, foi, fundamentalmente, na luta contra o esquecimento que se construiu a memória do grupo. Estaria, então, como questiona o linguista alemão Harald Weinrich (2001:31) o esquecimento “mais próximo da memória do que parece ao primeiro olhar?”. Ao se propor escrever a história cultural do esquecimento partindo da análise diversos exemplos retirados, em sua maioria, da literatura europeia, Weinrich (2001) nos mostra que sim. Dentre eles, a vida e obra do próprio Borges mereceu destaque. Vítima de uma cegueira progressiva, o poeta passou, a partir dos 50 anos de idade, a viver num mundo de sombras. Leitor voraz que sempre fora, se ressentia por só poder ler aquilo que guardava na memória. Mas a escuridão não lhe tirou a ânsia pela vida. Ao contrário, no poema sugestivamente intitulado *Elogio da sombra*<sup>115</sup>, descreve a perda da visão com algum contentamento.

---

<sup>112</sup> Tais desdobramentos serão analisados no quinto capítulo desta tese que trata da fundação das associações de veteranos no Brasil.

<sup>113</sup> Sobre a FEB na memória escolar ver FERRAZ (2002).

<sup>114</sup> Para um balanço mais detalhado da presença da FEB na historiografia brasileira ver RIBEIRO (1999).

<sup>115</sup> O quinto livro de poemas de J. L. Borges tem o mesmo título e foi publicado na Argentina em 1969.



Meus amigos não têm rosto,  
as mulheres são aquilo que foram há tantos anos,  
as esquinas podem ser outras,  
não há letras nas páginas dos livros.  
Tudo isso deveria atemorizar-me,  
mas é um deleite, um retorno. (BORGES, 2001:48)

A cegueira em Borges revela-se, assim, como um instrumento capaz de mobilizar a memória e, sobretudo, o esquecimento. Poder esquecer o que aprendeu, o permite “ver” o mundo de outra forma. Nesse caso, a cegueira e, conseqüentemente, o esquecimento que, em princípio, poderiam representar “perdas” se convertem em “ganhos”. O poeta cego passa a “enxergar” com um olhar que experimenta, diante das sombras e da escuridão, outras sutilezas alimentadas pela memória e pelo esquecimento. Assim como os veteranos da FEB, Borges constrói estratégias para “fazer ver” o invisível. Cada qual ao seu modo busca, em alguma medida, romper as limitações impostas pela falta de visão. A cegueira, que em Borges se manifesta de maneira clínica e serve de consolo ao permitir esquecer, no caso da FEB se apresenta como uma “cegueira social”, que renega seus heróis à invisibilidade e, desta forma, ao esquecimento. Apesar das inúmeras diferenças que originam essas patologias, a comparação é válida ao evidenciar como os homens, por estarem naturalmente sujeitos à lei do esquecimento, necessitam combatê-lo ao mesmo tempo em que contam com ele.

Preocupado em enfatizar essa dupla face do esquecimento, Weinrich (2001) traz à tona uma ambiguidade que remete a própria origem do termo na Grécia antiga. De acordo com a análise etimológica, a palavra esquecimento deriva de *aletheia*, que pode ser traduzida como verdade. A combinação do prefixo de negação *a-* com *leth-* que significa algo oculto, encoberto, nos leva portanto à ideia de algo não-oculto, não-encoberto. *Leth-* aparece também no nome dado ao rio do esquecimento – *Lethe*, na mitologia grega – sendo assim, podemos entender igualmente, com base na formação da palavra *aletheia*, a verdade como aquilo que é inesquecível. Durante muitos séculos, os filósofos europeus foram influenciados por essa concepção. Seguindo o pensamento grego, procuravam a “verdade do lado do não-esquecer, portanto da memória e da lembrança”, foi apenas mais recentemente, que se procurou “timidamente atribuir também ao esquecimento uma certa verdade” (WEINRICH, 2001:21).

Ao deslocarmos o foco da memória para o esquecimento, a noção de verdade se amplia para além daquilo que está evidente, na superfície e, passa a se manifestar também, no que está oculto, nos subterrâneos. Memória e esquecimento se revelam como na poesia de

Borges, faces de uma mesma moeda. O esquecimento o lado escuro, secreto, um “impreciso porão”, e a memória, o lado iluminado, aparente, que se deixa ver. Vale ressaltar que a metáfora do esquecimento como sombra, não tem em Borges uma conotação negativa. Muito ao contrário, as sombras na medida em que estimulam o desejado esquecimento, o possibilitam conhecer a *sua* verdade como ele próprio afirma:

(...) tantas coisas.  
Agora posso esquecê-las. Chego a meu centro,  
a minha álgebra e minha chave,  
a meu espelho.  
Breve saberei quem sou (BORGES, 2001:48).

A metáfora é eficiente também para expressar o profundo simbolismo presente no mítico rio Lete. O rio do esquecimento, que não por acaso corre no submundo, seria capaz de diluir as lembranças daqueles que bebem de suas águas ou que nelas se banham. As almas dos mortos bebiam do Lete para “apagar” sua existência anterior e renascer para uma nova vida. Assim, apesar de seu caráter sombrio e da estreita ligação com o mundo dos mortos, o Lete representa, simultaneamente, o fim e o começo. É possível, portanto, mergulhar em suas águas, não sucumbir ao esquecimento, e emergir transformado a exemplo do que aconteceu com os heróis da FEB. Para eles, a condenação ao esquecimento se converteu em elemento constitutivo de memória, símbolo de sua luta e resistência. Lançados às torrentes do Lete após a precoce dissolução da FEB, os ex-combatentes resistiram, e ainda resistem, para que suas memórias não se liquidem nessas águas. Nesse caso, o esquecimento se transforma, então, em um poderoso aliado da memória. No entanto, ainda que seja possível resistir aos turbilhões do Lete, é improvável que se consiga emergir ileso. Esta, como toda experiência transformadora, deixa marcas que podem ser percebidas mesmo passados muitos anos.

A desmobilização da FEB quando, enfim, os combatentes deixaram de estar sob a tutela do Estado, pode ser entendida nessa chave. O processo doloroso e traumático para a maioria, deixou cicatrizes profundas que, ainda hoje, são fontes de ressentimentos na memória do grupo. Com a desarticulação do corpo expedicionário – através do licenciamento dos praças e da dispersão, por diversos estados do Brasil, dos oficiais que optaram por seguir a carreira militar – o “lar” começava a mostrar sua face estranha. Sinônimo de aconchego e intimidade, o lar reserva também, para aquele que esteve ausente, um caráter não-familiar. Difícil de ser definido pela forte carga simbólica que carrega, o lar pode ter diversos

significados para indivíduos que se encontram em situações variadas. Como nos lembra Schutz, o lar é diferente para quem nele permanece, para quem dele parte e para quem a ele retorna. Assim, apesar da alegria de “estar em casa” e da acolhida no Desfile da Vitória, para o combatente que retornava o lar não era o mesmo

(...) que lembrava e desejava durante sua ausência. E, pela mesma razão, aquele que volta para casa não é o mesmo homem que partiu. Não é o mesmo nem para si próprio nem para aqueles que esperam seu retorno (SCHUTZ, 1979:299).

Isso é válido para qualquer tipo de volta ao lar, mas é especialmente verdade no caso de experiências impregnadoras, como a guerra, das quais não se consegue sair ileso. Acresce-se a isso, a disciplina da vida na caserna que, por si só, impõe uma estrutura normativa de controle e dita um padrão de comportamento distinto do restante da sociedade (CASTRO, 2009). Elementos que ampliam a distância entre o universo militar e o civil, dificultando, ainda mais, a readaptação dos ex-combatentes que “deram baixa” de suas funções no Exército. Nesse sentido, para aquele que regressa da guerra e, em particular, abandona a caserna, não apenas o processo de desmobilização, mas a própria volta ao lar é traumática. No mundo civil, aquele indivíduo anteriormente submetido a um alto grau de constrangimento, tinha agora que seguir em frente, sozinho, sem o comando e orientação de seu superior hierárquico. Era necessário que ele mesmo traçasse objetivos e estratégias que guiassem seus passos nessa nova trajetória. As experiências transformadoras vividas no estrangeiro revelam outras maneiras de encarar o mundo que interferem diretamente nas escolhas a serem feitas. Assim, não é de admirar que muitos ex-combatentes, quando voltam à vida civil, não queiram, ou não possam, retornar para seus antigos empregos, buscando se valer dessas experiências para alcançar novas metas. Nos casos em que essas ocupações eram mais humildes – uma realidade bastante frequente entre os ex-combatentes da FEB, como poderemos constatar nos dados apresentados mais adiante – o desejo de mudança era, compreensivelmente, maior, quer em função do “aprendizado” conferido pela experiência como militar, quer, em termos simbólicos, pelo reconhecimento de seu heroísmo/valor. Alguns deles, em função do status adquirido com o uso da farda, não se reconhecem mais nos antigos ofícios. É indiscutível que, em tempos de guerra, a farda confira prestígio e visibilidade ainda maior aos militares na sociedade. Por isso, ao “dar baixa”, o soldado destituído de sua farda, sente também a perda dessa condição.

A memória da glória dos veteranos é, portanto, efêmera. Isso se deve, em alguma medida, ao descompasso entre o que se espera deles em seu retorno e o que eles são “de fato”. A lenda dos *Anzacs* (*Australian and New Zealand Army Corps*), sobre veteranos da Segunda Guerra Mundial, investigada por Alistair Thomson (1994), é um exemplo disso. Conhecidos por sua bravura, espírito de igualdade e inabalável patriotismo, os *Anzacs* constituem uma legenda da história nacional da Austrália das mais significativa. Com base em uma série de entrevistas com veteranos da Grande Guerra pertencentes à classe trabalhadora, foi possível concluir que, se por um lado, a lenda auxiliou alguns veteranos a dar um sentido positivo às memórias de guerra e, ao mesmo tempo, afastar certas lembranças incômodas de sua experiência; por outro, excluiu e silenciou alguns veteranos que não se reconheciam nas experiências exaltadas pela lenda. Isso ocorre porque aqueles que permanecem no lar procuram nos egressos e em suas histórias de guerra aquilo que lhes é familiar, classificando-os de acordo com estereótipos formados e informados pelo que viram em filmes, ouviram ou leram sobre a vida no *front*. Mesmo os interlocutores mais atentos, muitas vezes não dão ouvidos às experiências singulares que fizeram do combatente outro homem. Para os que ficam, é como se aqueles que partiram contassem sempre, a despeito de suas vivências individuais na guerra, a mesma história com pequenas variações. Isso ocorre pelo processo de consolidação da memória, do qual toma parte quem conta e quem ouve: já se sabe o que se deve dizer, pois é o que se quer ouvir; daí o afastamento dos que não se enquadram no modelo. Na velhice, a imagem do veterano como alguém que vive rememorando o passado num contexto em que a guerra já não interessa a quase ninguém vai se consolidando cada vez mais. Afinal, com o passar do tempo o indivíduo deixa de ser membro ativo na sociedade e passa assumir a função de lembrar, transformando-se assim em guardião da memória da família, das instituições e das comunidades (BOSI, 1994).

É esse momento que vivenciam os ex-combatentes reunidos hoje em dia, em grupos cada vez menores, nas associações. Idealizadas como instituições de guarda de memória, as associações tiveram em suas origens que lidar com questões específicas que diziam respeito à reintegração social dos ex-combatentes – em especial, orientação jurídica e atendimento médico e psiquiátrico aos enfermos – consolidando-se, principalmente, como importantes espaços de reivindicação e conquista. Atualmente, embora não tenham abandonado seu caráter assistencialista, se caracterizam, por excelência, como redutos da memória da FEB que sobrevivem graças ao empenho contínuo de seus membros em transformar o fato social em

“coisa”, como diz Pollak (1989). Vale lembrar também que ao cumprirem a ligação do visível com o invisível, esses espaços concretizam, em grande medida, o esforço do grupo em se “fazer ver”. A luta na preservação dessa memória – ainda hoje em disputa – e o trabalho voluntário na associação, são encargos que evocam o vigor e a glória da juventude, restabelecendo, embora momentaneamente, a disposição de tempos atrás. O ânimo dos veteranos em produzir e assegurar a sobrevivência dessas instituições indica uma tentativa de reaver a face familiar do lar que deixaram. Sentir-se novamente em casa era uma estratégia para superar, em parte, o trauma fundado no retorno e estreitar o abismo que se criou entre os veteranos e a sociedade que os recebeu. Nesse sentido, não apenas aqueles que retornam precisam se preparar para a volta, os que permanecem no lar também precisam estar preparados para recebê-los. Quando essa preparação não acontece, os prejuízos para os dois lados são grandes e os desajustes no processo de readaptação não tardam a aparecer.

### 3.1 Silenciando o herói vitorioso

Para os combatentes da FEB essas dificuldades se anunciaram logo após o Desfile da Vitória quando foram proibidos de andar fardados pelas ruas e dar declarações públicas sobre as experiências no *front*. As medidas, consideradas por muitos deles como injustas e humilhantes, causaram grande indignação porque minimizavam as glórias da FEB, esvaziando sua força política num contexto histórico conturbado pelo fim do Estado Novo. Mas estes não foram os únicos dissabores dos veteranos ao voltarem para o Brasil, muitos outros surgiram ao longo do pós-guerra. Assim, receber a Medalha de Campanha, concedida apenas aos combatentes que participaram de operações de guerra na hora do rancho<sup>116</sup>, ser transferido para servir em estados distantes daquele em que residia e sofrer com a hostilidade dos oficiais não febianos – que interferiam diretamente na progressão da carreira militar dos oficiais que optaram em permanecer no Exército após a desmobilização da FEB – não era certamente o reconhecimento esperado por quem arriscou a própria vida em nome da pátria. Essas experiências, claramente vividas como uma forma de rebaixamento, deixaram entre os veteranos profundos ressentimentos, que originaram uma memória traumática, marcada, como era de se esperar, pelas lembranças da guerra, mas também, e em grande parte, pelas

---

<sup>116</sup> Conforme depoimento do major Ruy de Oliveira Fonseca, em 10 de maio de 1999: “(...) feijão, arroz, ensopado, duas bananas e uma medalha”.

adversidades enfrentadas no pós-guerra, na medida em que, se as primeiras eram uma dor previsível, as segundas eram uma surpresa intolerável, pois injusta. Desta maneira, tanto para aqueles que voltaram com sequelas físicas e mentais dos campos de batalhas, como para os que tiveram a dádiva de retornar com corpo e mente sãos, os desafios impostos pela readaptação não foram nada fáceis. O atendimento médico precário e os entraves de uma legislação morosa e insuficiente eram questões que afetavam a todos os ex-combatentes indiscriminadamente mas, em especial, agravavam a situação dos praças civis que, afastados de suas ocupações no Exército, lutavam também para conseguir emprego e tentar reorganizar suas vidas, sem qualquer tipo de auxílio oficial.

O enorme contraste entre a experiência gratificante da acolhida no retorno ao lar e as mágoas causadas pela indiferença do pós-guerra, abala, ainda mais, o equilíbrio emocional dos veteranos num momento, evidentemente, difícil como o da reintegração social. Da glória à hostilidade, foram forçados a se acostumarem, em pouco tempo, com grandes mudanças. Um “choque de realidade” para quem ainda experimentava a fantasia de ser herói. Muitos deles culpavam os poderes públicos, em especial o Exército, por se omitirem diante dos problemas que enfrentavam. Motivo de descontentamento para os veteranos, a situação acabou estimulando o estabelecimento de uma relação com o Exército, orientada por movimentos pendulares que, em determinados momentos, os aproxima e, em outros os distancia. Tais oscilações originaram um processo de negociações de memórias que, até hoje, se revela pleno de ambiguidades. O Exército interessado na glória da participação na guerra, se empenha na fabricação dos heróis da FEB e, simultaneamente, silencia esses heróis tornando-os invisíveis. Conviver com heróis reais, e não apenas com uma idealização deles, implicaria, entre outras coisas, em ter que dar voz às suas críticas quanto à mobilização e desmobilização da FEB e reconhecer os erros e omissões, do Exército e do Estado, nesses procedimentos, o que certamente é um preço que não quer ser pago. Ao assumir essa postura contraditória, o Exército dissemina entre os veteranos e suas famílias, um clima de insegurança e desconfiança que marca o pós-guerra. Uma verdadeira gangorra de sentimentos que cria expectativas e, em seguida, as frustra, contribuindo para fundar traumas e alimentar ressentimentos ao longo da trajetória dos veteranos. Esses por sua vez, especialmente aqueles que se encontram reunidos em associações como a *Casa da FEB*, também assumem, em função dos traumas e ressentimentos, uma posição conflitante na sua relação com o Exército. Ao mesmo tempo em que disputam com ele o posto de guardiões da memória da FEB,

recorrem ele para legitimar sua identidade como veterano, fundada na guerra e, portanto, nas suas experiências enquanto militares. A maioria deles, atualmente na faixa entre os 80 e 90 anos, ao cumprirem sua função de lembrar (BOSI, 1994), resgatam com saudosismo os “tempos da caserna”<sup>117</sup> mas, apesar das boas lembranças, não se esquecem das dificuldades trazidas pelas experiências da guerra agravadas, em grande medida, pelo tratamento negligente que julgam ter recebido do Exército. O descaso do Exército no cumprimento de suas obrigações é a origem do sentimento de injustiça que permeia as memórias dos veteranos (MOORE, 1987). As injustiças dificultam a reconciliação com o passado traumático e se configuram, ainda hoje, em fonte de mágoas entre os veteranos estimulando uma relação com o Exército que, levada às últimas consequências, se equilibra na fluida fronteira do amor e ódio.

Essa ambiguidade constante na história dos veteranos se revela, de forma mais ou menos intensa, em diversos episódios que se estendem desde a convocação da FEB, passando pelas vivências no *front*, até a desmobilização e o penoso processo de readaptação social que a ela se segue. O Desfile do Silêncio – que, em essência, representa a antítese do Desfile da Vitória e, sem dúvida por isso, menos “lembrado” do que esse – é, como tantos outros episódios vividos pelos veteranos, bastante representativo dessa ambiguidade. Em 23 de junho de 1947, ou seja, pouco menos de dois anos depois do Desfile da Vitória que consagrou os heróis da FEB, as dificuldades eram ainda mais agudas que no imediato pós-guerra e precisavam ser superadas, porque representavam, concretamente, uma ameaça à sobrevivência daqueles que resistiram à brutalidade da guerra e, agora, se encontravam expostos a toda a sorte de agruras. A direção da Associação de Ex-combatentes do Rio de Janeiro que, a essa altura, já colecionava uma lista sem fim de pedidos e reclamações de seus associados, tinha conhecimento da gravidade e urgência da situação e, em assembleia extraordinária, traçou nova estratégia para denunciar esses problemas. Em 1946, cerca de um ano após o retorno da FEB, uma primeira tentativa de expor publicamente esse drama já havia sido empreendida sem sucesso, quando a recém-fundada Associação de Ex-combatentes do Rio de Janeiro, com apoio das outras seções regionais de diversos estados brasileiros, elaborou um extenso documento relatando os principais problemas enfrentados pelos veteranos e suas reivindicações. O documento foi encaminhado ao então presidente da

---

<sup>117</sup> “(...) do Exército só tenho saudades. Apesar destas pequenas mágoas (...) Apesar de ter recebido a minha Medalha de Campanha na hora do rancho (...)”. Depoimento do major Ruy de Oliveira Fonseca em 10 de maio de 1999.

República, general Eurico Gaspar Dutra, que não se manifestou sobre a questão. A indiferença do presidente, um dos responsáveis pela criação da FEB, mostrou aos representantes das associações que era fundamental mobilizar os veteranos numa ação mais eficaz. Reuniram-se em convenção nacional para elaborar um conjunto de propostas de leis que seria entregue à Câmara Municipal do Distrito Federal em ato público impactante que evidenciasse, sem disfarces, ao povo e às autoridades competentes, as precárias condições em que muitos se encontravam. Foi nesse encontro que surgiu a ideia do Desfile do Silêncio.

Apesar do apelo da manifestação, que expôs intencionalmente dos veteranos mutilados e doentes, a escassez de notícias sobre o episódio indica que sua repercussão não foi, pelo menos na imprensa escrita, tão significativa como esperavam seus organizadores. A única notícia que encontrei nos jornais cariocas pesquisados<sup>118</sup> por ocasião do desfile foi veiculada pelo periódico *O Jornal*, com o título “Expressivo desfile dos antigos pracinhas na tarde de ontem”<sup>119</sup>, e ocupava um reduzido espaço na décima segunda página, descrevendo o trajeto percorrido pelos veteranos e reproduzindo pequenos trechos dos discursos proferidos por seus representantes na Câmara dos vereadores e na Câmara dos deputados. A referência aos “antigos pracinhas” denuncia, ainda que maneira sutil, que os veteranos, já naquele contexto, eram considerados um assunto “do passado”, sugerindo alguma forma de esquecimento, menos de dois anos depois da volta apoteótica da FEB ao Brasil. O possível esquecimento pode também ajudar a explicar, em parte, o pouco destaque que o desfile teve, em 1947, na imprensa carioca. Um dos raros registros detalhados sobre o episódio foi publicado somente dez anos depois, em 1957, na série de reportagens intitulada “*O outro lado da glória*”, do jornal “*O Globo*”. As reportagens se situam no contexto do governo Juscelino Kubitschek quando o desenrolar das negociações em torno da construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro, trouxe à baila novamente a lembrança dos veteranos. Apesar da visibilidade momentânea que adquiriram nesse contexto, vale ressaltar que o foco eram os veteranos mortos, e não aqueles continuavam sofrendo com inúmeras dificuldades. Movido, em grande medida, pela repercussão do início da construção do monumento, o jornalista José Leal, autor das reportagens, vai na contramão daqueles que celebravam os veteranos mortos e prefere denunciar a situação em que se encontravam os vivos. Acompanhando a luta dos veteranos no pós-guerra, o jornalista destaca a importância

---

<sup>118</sup> Refiro-me aqui aos periódicos já citados anteriormente para investigar o *Desfile da Vitória*, a saber: *A Noite*, *A Manhã*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca*, *O Jornal*, *Gazeta de Notícias* e *O Globo*.

<sup>119</sup> *O Jornal*, 24 de junho de 1947. p. 12.



do Desfile do Silêncio na busca pela reintegração social. Desta feita, a euforia e o entusiasmo com que a população carioca acompanhou o Desfile da Vitória no retorno dos heróis da FEB ao lar, não se fez presente, como revela o depoimento de um de seus organizadores.

(...) não havia um uniforme, fuzil à bandoleira, ordem unida e banda militar. Não havia o brilho marcial das outras paradas, os aplausos das multidões nos dias de festa. Mas uma coisa se conservou e apareceu brilhante na passeata daquele dia: a dignidade da FEB, a sua glória, o seu espírito de união e de luta democrática e antifascista.<sup>120</sup>

Mais de 3.500 veteranos entre “mutilados, cegos, tuberculosos, neuróticos e desajustados de toda a natureza” marcharam em silêncio num espetáculo com ares fúnebres “que comoveu e indignou ao mesmo tempo a população”<sup>121</sup>. A passeata partiu da sede da Associação de Ex-combatentes e percorreu as ruas do centro do Rio de Janeiro em direção à Câmara Municipal onde o documento foi entregue aos vereadores. Para a preparação do desfile foram criadas as comissões de organização, incumbida de mobilizar os veteranos e providenciar transportes para os mutilados, e de propaganda, responsável por divulgar o evento nos jornais e nas estações de rádio. Pouco depois das 13 horas, os veteranos, ostentando suas medalhas e condecorações, deram início ao desfile. Os feridos acompanharam o percurso, acomodados em carros abertos que traziam a seguinte inscrição: *Heróis mutilados da guerra*. À frente do grupo eram carregados os emblemas da FEB e da Associação de Ex-combatentes e três grandes painéis de madeira representando uma cena de combate na neve, o cemitério de Pistóia e o regresso vitorioso ao Brasil. Além disso, faixas que denunciavam em tom provocativo a falta de amparo que enfrentavam:

“– Sede bem-vindos, irmãos queridos!  
– Isso foi quando regressamos ...  
– E agora?  
– Pracinhas tuberculosos.  
– Pracinhas dormindo ao relento.  
– Pracinhas se suicidam.”<sup>122</sup>

Cabe aqui uma ressalva sobre a utilização do termo praça. Os praças, como se sabe,

---

<sup>120</sup> Jornal *O Globo*, 12 de setembro de 1957. p. 13.

<sup>121</sup> Id.

<sup>122</sup> Id.

são militares que não tem patente oficial: soldados, cabos, sargentos e subtenentes. Com o envolvimento efetivo do Brasil na guerra, o termo se popularizou e passou a designar, de modo geral, os combatentes da FEB e, em alguns casos, era empregado sem distinção entre oficiais e não-oficiais. A identificação do pracinha com a FEB era tão recorrente nos meios de comunicação e entre a população que, muitas vezes, criavam-se categorias paralelas, sem precedentes na hierarquia militar, como a do *pracinha-coronel* que aparece na terceira reportagem da série<sup>123</sup> para designar o então coronel Pedro Paulo Sampaio de Lacerda. Utilizado por alguns de maneira pejorativa e por outros como expressão de carinho – muitas vezes também no diminutivo, pracinha – o fato é que o termo, apesar de polêmico, ficou registrado na memória nacional como atrelado à FEB. É evidente que seu emprego nas faixas que abriram o desfile não tinha uma carga negativa, muito ao contrário, aliás. Porém, a ressalva é importante, porque revela que o uso indiscriminado do termo acabou por ampliar sua conotação primordial. Nesse sentido, podemos concluir que, apesar das inscrições nas faixas, não foram somente os praças que participaram do evento, embora, é bem verdade, eles devessem ser maioria, o que indica que as dificuldades do pós-guerra eram compartilhadas, em maior ou menor grau, por todos os veteranos da FEB.

Ao chegarem ao prédio da Câmara Municipal, a sessão foi suspensa e o “pracinha-coronel” Pedro Paulo Sampaio de Lacerda expôs aos vereadores os motivos que os levaram a organizar a manifestação.

Aqui estamos interpretando os sentimentos dos ex-combatentes do Brasil para saudar os representantes do povo da Capital da República (...) Os ex-combatentes não vem aqui pleitear privilégios. Não querem os títulos de heróis, nem de mártires ou vítimas (...) Não querem tampouco, alegar o sacrifício feito, para usufruir de vantagens. Não querem alegar os horrores da guerra, os tristes quadros que ainda conservam em sua retina e em sua memória, para que possam ser beneficiados. Não! Os ex-combatentes são homens conscientes (...) que sabem o papel representado por sua pátria para a restauração da liberdade no mundo. (...) A urgência que reclamamos, senhores vereadores, é de vida ou de morte. Da rapidez com que forem atendidas as nossas justas e sinceras reivindicações, depende a salvação da preciosa vida de muitos de nossos companheiros. Precisam ser atendidas com a maior brevidade as necessidades de muitos pracinhas, tuberculosos, neuróticos, desempregados, sem o menor amparo, dormindo até mesmo em bancos de jardim. Os ex-combatentes pleiteiam, portanto, e com urgência, única e exclusivamente, o direito de viver. Desejamos justiça.<sup>124</sup>

---

<sup>123</sup> Id.

<sup>124</sup> Id.

O discurso, feito em nome de todos os ex-combatentes do Brasil, por um coronel, exalta a coragem e dedicação daqueles que lutaram em defesa da pátria sem, no entanto, os reduzir à posição de vítimas. Ao contrário, o esforço caminha no sentido de caracterizá-los como soldados nas trincheiras em que ainda precisam lutar, mesmo em tempos de paz, por sua sobrevivência. A tônica do discurso é a da luta por reconhecimento e, sobretudo, por justiça. A consciência do dever cumprido e dos sacrifícios impostos pela guerra e pelo pós-guerra deixaram marcas indeléveis nas memórias e nos corpos de muitos dos ex-combatentes ali presentes, assegurando-lhes a certeza de que essa era uma luta legítima, justa e urgente. O senso de injustiça que emerge dessas memórias traumáticas é, exatamente, o que os mobiliza para esta e tantas outras ações, que colocariam em prática ao longo de suas trajetórias individuais e coletiva.

Após a entrega do documento aos vereadores, os veteranos dirigiram-se à Câmara dos deputados onde foram recebidos por um grupo de parlamentares, entre os quais estavam os generais José Antônio Flores da Cunha e Euclides de Oliveira Figueiredo, ambos filiados a UDN, e Benício Fontenele e Elidio Fonseca, respectivamente, do PTB e PSD. O filho do chanceler Oswaldo Aranha, Oswaldo Gudolle Aranha, que serviu como voluntário na campanha da FEB e era um dos dirigentes da Associação de Ex-combatentes do Rio de Janeiro, fez um pronunciamento criticando a política pouco eficaz de reintegração social adotada até então para os veteranos no Brasil. “Não bastam palavras, nem boas intenções e, menos ainda, providências e leis mal executadas”<sup>125</sup> se faz necessário, a exemplo de outros países, criar uma ordem moral e material que ampare efetivamente os veteranos e que possibilite que novos combatentes defendam, com o mesmo espírito de sacrifício, a soberania do Brasil. Era, portanto, fundamental que, diante da possibilidade de um novo conflito, as futuras gerações pudessem, com ânimo renovado pela confiança nas experiências anteriores, se empenhar na defesa dos ideais nacionais. O discurso enfatizou ainda o papel aglutinador desempenhado pelas associações – essenciais para a rearticulação do grupo desmobilizado com a dissolução da FEB – nessa nova batalha travada em busca da reintegração social plena.

Esperamos, muito e tudo, através de nós, de nossa organização, que os poderes responsáveis criem um ambiente de confiança e de solidariedade humana, capaz de dar aos combatentes, sobretudo aos futuros combatentes, a segurança de que, após oferecerem a vida à pátria, nela terão o direito de, com dignidade, poder viver uma vez que por ela, não tiveram a honra de

---

<sup>125</sup> Id.

morrer.<sup>126</sup>

E vai além, desafiando o poder público a cumprir com hombridade, assim como o fizeram os veteranos, seus deveres para com a pátria: “Esperamos de VV. Ex. as. o encorajamento dos que souberam ter coragem, o amparo dos que se mutilaram no sacrifício, o auxílio aos que a guerra reduziu a capacidade física e mesmo moral.”<sup>127</sup> Mais uma vez, a ênfase do discurso recai sobre o caráter de luta presente na trajetória dos veteranos. A estratégia traçada não é de cobrar das autoridades e se resignar com possíveis benefícios. Ao se responsabilizarem pelo destino do grupo que representam, as associações, personificadas nas figuras de seus dirigentes, assumem integralmente a condição de agentes históricos fundamentais nas batalhas pela reintegração dos veteranos no pós-guerra.

De acordo com a notícia publicada no jornal *O Globo*, a “repercussão desse protesto público e impressionante foi grande”<sup>128</sup>. Personalidades de projeção no cenário nacional como o escritor José Lins do Rêgo e o jornalista Austregésilo de Ataíde se pronunciaram condenando a situação de abandono exposta no desfile em contraste com os dias de glória experimentados após o retorno da FEB ao Brasil. São deles, respectivamente, os depoimentos reproduzidos a seguir:

Os homens que quase não puderam botar o pé na terra da Pátria, no grande dia do desembarque, marcham a compasso de grevistas, em parada de protesto. Não pareciam os vitoriosos dos campos da Itália. Eram os derrotados pela ingratidão nacional.

Dever de consciência socorrer os pracinhas. Demos-lhes trabalho. Asseguremos-lhes vantagens para a consecução de um lar. Tornemos evidente que o seu sacrifício não foi esquecido e que as flores e vivas com que os recebemos não se convertam em olvido e desprezo.<sup>129</sup>

Mas apesar das manifestações de apoio recebidas pelos veteranos, a comoção causada pelo triste espetáculo do desfile não se traduziu em mudanças conforme denuncia o depoimento do ex-presidente da Associação de Ex-combatentes do Rio de Janeiro, Oswaldo Gudolle Aranha, em 1957, ou seja, dez anos depois do desfile que se pretendia marcante pelo impacto de dar a ver, publicamente, o estado dos veteranos.

---

<sup>126</sup> Id.

<sup>127</sup> Id.

<sup>128</sup> Id.

<sup>129</sup> Id.

(...) Quando fizemos a passeata do silêncio vimos a nação gastar milhões de cruzeiros para recepcionar um chefe de estado estrangeiro<sup>130</sup>. Nada mais justo. O que é injusto é que essa verba não se tenha demorado pelos canais competentes para ser autorizado o seu gasto. No entanto, a que reclamávamos e reclamamos com justa razão, se arrasta, se prende, encalha nas várias comissões e, se sair, será tarde para muitos. A tuberculose, a miséria, a neurose de guerra não esperam aprovação dos orçamentos. Em nome dos mortos de Pistóia temos o dever de exigir que se cuide dos vivos, mas para já e não para um futuro remoto (...)<sup>131</sup>

Nesse intervalo de tempo, podemos constatar que, ao contrário, os problemas que afligiam os veteranos só se agravaram. Muitos deles sem o atendimento médico e psíquico adequado não conseguiam superar os traumas experimentados na guerra, o que acabava inviabilizando sua readaptação. Dificuldades que muitas vezes faziam com que fossem considerados incapazes para o trabalho. E, em alguma medida, como reconhece o ex-presidente da associação, de fato muitos eram. “Todos aqueles que combateram na linha de frente voltaram, sem exceção, com algum desequilíbrio psíquico. A guerra (...) para aniquilar um homem não precisa matá-lo: arranca-lhe a capacidade de adaptação. (...) Todos nós voltamos com sensíveis diferenças”.<sup>132</sup> Alguns, com maior ou menor esforço, conseguiam retomar aos poucos a vida que levavam antes da guerra, mas para outros, isso era uma realidade distante. Era para esses casos que se buscava, há tanto tempo, uma solução junto às autoridades competentes. O auxílio pecuniário requerido ao Estado não devia, então, ser encarado como ônus para os cofres públicos e, sim, como investimento que renderia “uma legião de homens aptos para o trabalho. Não se pode alegar falta de verba para isso. Esse dinheiro deve ser sagrado.”<sup>133</sup>

A inadequação dos critérios para a liberação das verbas era, nessa perspectiva, um sinal da negligência com que eram tratados os problemas enfrentados pelos veteranos. A situação de privação a que estavam expostos os companheiros de trincheira, questão que demandava urgência em sua resolução, parecia não sensibilizar o governo mais interessado em investir em outras prioridades. Essas críticas – explícitas ou veladas em trechos do depoimento de Oswaldo Gudolle Aranha – trazem à tona a comparação entre o

---

<sup>130</sup> O chefe de estado em questão é o presidente norte-americano Harry Truman que, em 01 de setembro de 1947, foi recepcionado no Brasil pelo governo Dutra.

<sup>131</sup> Jornal *O Globo*, 12 de setembro de 1957. p. 13.

<sup>132</sup> Id.

<sup>133</sup> Id.

reconhecimento dispensado aos veteranos vivos e o que se atribuía àqueles que morreram no *front* italiano. Naquele mesmo ano, cerca de três meses antes da publicação da série de reportagens, o governo federal em parceria com a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, aprovava o início das obras para a construção do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Aterro do Flamengo. Ainda que nenhuma menção ao monumento seja feita diretamente, pode-se praticamente afirmar a hipótese de que as críticas tenham sido, em parte, fomentadas por esse acontecimento.

Muita tinta se tem gasto e muita ainda se gastará com necrológicos aos bravos que tombaram no campo da honra. Eles, sem dúvida, merecem mais do que isso, porém poucos são os que voltam os olhos, que utilizam a sua pena para ver ou escrever sobre os que não morreram, os que voltaram vivos daquele inferno que foi a guerra. Para esses foram dadas algumas medalhas, algumas citações, e, aos mais felizes, um pecúlio para o sustento da vida. O que vemos ainda, diariamente, são pracinhas que voltaram do front, após uma grandiosa recepção, terem hoje como prêmio de seus esforços uma inexplicável indiferença. Deixemos de chorar os mortos: já é tempo de chorarmos os vivos, os mortos-vivos que por aí se arrastam sem teto, sem abrigo.<sup>134</sup>

O próprio jornalista José Leal, a quem Oswaldo Gudolle Aranha concedeu esse depoimento, afirma – em entrevista com o general João de Segadas Viana, comandante do 6º RI na campanha da FEB – que considera a construção do monumento, orçado em aproximadamente 50 milhões de cruzeiros:

um verdadeiro tripúdio à miséria dos pracinhas e das próprias viúvas e filhos dos ex-combatentes mortos na guerra e na paz. Considero-o inoportuno enquanto perdurarem os problemas dos ex-combatentes vivos. Não concebo tamanha honraria aos pracinhas mortos quando os vivos precisam de pão e teto. Ali, a menos de 200 metros da gigantesca homenagem, nas escadarias da Associação, veem-se pracinhas tuberculosos. Com a quinta parte da verba destinada a essa obra poderia ser construído um pequeno sanatório para abrigar os pracinhas desamparados, que dormem no Passeio Público.<sup>135</sup>

Não se trata, evidentemente, de desmerecer os mortos, mas, de dar aos muitos que vivem com dificuldades o tratamento que merecem. É certo que a construção de um monumento aos mortos na Segunda Guerra Mundial ao imortalizar a memória daquele

---

<sup>134</sup> Id.

<sup>135</sup> Jornal *O Globo*, 20 de setembro de 1957. p. 13.

episódio é, também, em todos os sentidos, uma homenagem aos que dele participaram. “O monumento, como preito de gratidão, não só aos mortos, mas a todos os ex-combatentes terá um grande papel na educação cívica da mocidade de todos os tempos”,<sup>136</sup> assegura o general João Segadas Viana, acrescentando ainda, que o governo brasileiro tinha condições financeiras para resolver, simultaneamente, os dois problemas. Mas ainda assim, diante das dificuldades enfrentadas por muitos veteranos no contexto em que se inicia a construção do monumento, alguns o consideram um equívoco e até mesmo um insulto aos que lutaram na guerra e a ela sobreviveram. A situação se apresenta como uma verdadeira “tragédia” no sentido grego original: uma ação que, voltada para um fim, alcança o fim inverso. Nesse caso, a construção do monumento ao invés de ser encarada como um “bem”, é vista com um “mal” revelando, mais uma vez, a ambiguidade constante na história dos veteranos da FEB. Mais do que homenagens, o que os eles precisavam, efetivamente, era de uma mobilização conjunta entre Estado, Exército e sociedade que viabilizasse sua readaptação. A ausência de uma política dessa natureza no pós-guerra consolida memórias sensíveis carregadas de traumas e ressentimentos que marcaram, e em alguns casos ainda o fazem, a trajetória dos veteranos. O conjunto de reportagens tratado a seguir denunciam as origens de parte dessas mágoas, revelando que, já em fins da década de 1950, os veteranos se defrontavam com problemas que se agravaram nas décadas posteriores.

### 3.2 Memórias sensíveis: lidando com traumas

Ao todo a série “*O outro lado da glória*” conta com doze reportagens de autoria do jornalista carioca José Leal<sup>137</sup>, publicadas, entre os dias 10 e 23 de setembro de 1957, no jornal *O Globo*. O trabalho tinha como objetivo fazer um balanço das condições em que se encontravam os veteranos e do que o governo havia feito por eles após doze anos do desembarque da FEB no Rio de Janeiro. Já na primeira reportagem, o tom de denúncia que caracteriza a série se faz presente. Cabe destacar, que essa é também a marca de um outro importante trabalho de José Leal – “*180 dias na fronteira da loucura*” –, consagrado naquele mesmo ano com o Prêmio Esso de Jornalismo, então, em sua segunda edição. Também

---

<sup>136</sup> Id.

<sup>137</sup> Em 1946, o jornalista José Leal da Silva, então com 21 anos, iniciou sua carreira em grande estilo na revista “*O Cruzeiro*”. Posteriormente, trabalhou também nos principais jornais do Rio de Janeiro, com destaque para *O Globo*, e na revista “*Realidade*”.

publicada pelo jornal *O Globo*, a série é um relato autobiográfico que expõe sua vivência como interno numa clínica de tratamento do alcoolismo e os abusos a que eram submetidos os pacientes. Em certa medida, os dois trabalhos guardam alguma semelhança, não apenas no que diz respeito às denúncias, nem sempre imparciais, mas também por tratarem de experiências liminares – guerra e alcoolismo – que muitas vezes podem estar diretamente relacionadas e que são, sem exceção, traumáticas para as vítimas e suas famílias.

“*O outro lado da glória*” começa relembrando as comemorações e discursos com que foi recebida a FEB no Desfile da Vitória em contraste com o esquecimento e miséria que rondavam seis mil lares de veteranos, segundo levantamento feito até aquele momento. “É preciso que sejam reparadas as injustiças, pois essa ingratidão dos poderes constituídos representa uma chaga profunda”<sup>138</sup>, afirmava então José Leal. Vale destacar, que o emprego da palavra *chaga* nada tem de ingênuo na tradição política brasileira, é possível encontrá-la com frequência referida à escravidão. Toda vez que é mobilizada, quer demarcar um fenômeno vergonhoso e radical e nesse caso não parece ser diferente. Na linguagem médica, *chaga* é uma ferida viva e sanguinolenta, portanto, relacionada a tudo o que pode trazer sofrimento ou aflição. Por meio dessa metáfora organicista, o jornalista pretende chamar atenção para a situação dos veteranos caracterizando-a como uma dor, ao mesmo tempo, física e moral, cujo remédio, era o investimento dos poderes públicos na reparação das injustiças.

E não se tratava tão somente da criação de leis. A legislação do ex-combatente já era, naquele tempo, e mais tarde foi ainda ampliada, extremamente vasta.<sup>139</sup> Porém, ao invés de facilitar a reintegração, por muitas vezes, criava entraves que dificultavam esse processo. Com isso, muitos que de fato tinham direito ao amparo do Estado, por conta de questões burocráticas, desconhecimento ou da ação de toda a sorte de aproveitadores acabaram sendo prejudicados. Não foram poucos os problemas que os veteranos tiveram de enfrentar no pós-guerra. Assim como o processo de mobilização, o de desmobilização foi marcado por equívocos e omissões que resultaram em um “exército dos desorientados”, como classifica o jornalista.

Um grande erro fora cometido na frente interna pelas nossas autoridades, cuidaram de muita coisa, fundou-se uma imensa variedade de comissões, mas não se tratou de fundar um órgão encarregado de readaptar o egresso da guerra, de orientar a nova qualidade de exército que se formara, o exército dos desorientados. (...) Convém recordar aqui – o que fazemos com certa

<sup>138</sup> Jornal *O Globo*, 10 de setembro de 1957. p. 15.

<sup>139</sup> Fiz referência a essa legislação na introdução e no quinto capítulo desta tese.



tristeza – que quando da seleção de homens para os contingentes expedicionários, muitos deles eram doentes, física ou psiquicamente, mas tiveram aprovação das juntas médicas para fazer a guerra. Esta é uma verdade que ninguém se atreveu a desmentir quando foi afirmada pelos oficiais da reserva da FEB em seu livro que causou grande sucesso. Por outro lado, ninguém ignora que a maioria dos nossos contingentes foi constituída pelos humildes rapazes das zonas rurais, das classes pobres, dos operários e – por que negar? – dos vagabundos. Os erros como podem deduzir os leitores vem de longe. E ao governo cabia toda a responsabilidade. Tinha ele maiores razões para não esquecer esses e outros que embarcaram sadios e voltaram doentes ou definitivamente inválidos<sup>140</sup>.

O primeiro grande erro apontado por José Leal durante a fase de desmobilização foi a inexistência de um órgão que promovesse, de maneira eficiente, a reintegração do ex-combatente. Na realidade, uma comissão encarregada dessa tarefa foi criada já em 1945, pelo Exército: a chamada Comissão de Readaptação dos Incapazes para as Forças Armadas (CRIFA). No entanto, ela não foi capaz de cumprir seus objetivos, tendo uma atuação que foi reconhecida, até mesmo por oficiais do Exército, como um fracasso total. O general Delmiro de Andrade, comandante do 11º RI de São João del Rei na campanha da FEB, confessou, em entrevista a José Leal, que “chamava aquilo de 'pensão da dona Joana', onde alguns homens se divertem e escutam rádio.”<sup>141</sup> O pesado trabalho de readaptação ficou mesmo por conta das associações de ex-combatentes que procuravam fazer, dentro de suas limitações, o que era possível para cumprir uma obrigação que era do Estado. Ao relembrar as falhas na condução do processo de desmobilização, José Leal faz menção ao livro de *Depoimento de oficiais da reserva da FEB*. (ARRUDA et al., 1950).

Obra de grande importância na literatura sobre a FEB, foi responsável por inaugurar, juntamente com o livro do Marechal Mascarenhas de Moraes (1947), *A FEB pelo seu comandante*, um debate que demarca a existência de uma divisão no campo das memórias sobre a guerra<sup>142</sup>. Em função de seu pioneirismo, – *A FEB pelo seu comandante* foi um dos primeiros livros de memórias sobre a guerra a ser publicado – e da importância do autor no cenário militar, tornou-se obra de referência em meio a literatura sobre a FEB. Além de seu diário de campanha, o autor como militar de alta patente, teve acesso privilegiado a documentos oficiais do arquivo da FEB e pode contar com a colaboração de oficiais de seu Estado-Maior para uma narrativa mais detalhada e precisa dos fatos. O livro relata, com

<sup>140</sup> Jornal *O Globo*, 12 de setembro de 1957. p. 13.

<sup>141</sup> Jornal *O Globo*, 20 de setembro de 1957. p. 13.

<sup>142</sup> Investiguei esse debate detalhadamente no terceiro capítulo de minha dissertação de mestrado (RIBEIRO, 1999).

riqueza de detalhes, a organização da FEB e suas operações na campanha da Itália. Por ser uma narrativa factual de episódios da guerra, produzida pela figura daquele que esteve no comando em todos os momentos decisivos, para muitos, a obra representa nada menos que “o exato testemunho da verdade”. Nela, o autor admite que a FEB encontrou algumas dificuldades – que considera “naturais” diante de um feito grandioso como foi a sua formação – decorrentes, principalmente, da deficiente instrução militar dos convocados e da falta de verbas para manutenção e deslocamento das tropas. Mas, como seria de esperar, está longe de apresentar uma perspectiva crítica maior em relação ao desempenho e organização militar das forças armadas brasileiras.

Com uma narrativa e enfoque bem diferente da obra do marechal, o livro de depoimentos surgiu por iniciativa dos autores e pela necessidade de revelar “o outro lado da história da Força Expedicionária Brasileira”. Neste caso, o que importa são as experiências pessoais vividas no cotidiano da guerra. Os inúmeros combates, tiros e mortes duram pouco em relação ao tempo total da campanha, constituindo apenas uma parte da guerra, não a maior, mas certamente a mais dolorosa. O restante do tempo é ocupado com tarefas diárias, e não menos importantes, que asseguram a sobrevivência das tropas: alimentação, vestuário, transporte, abrigo, higiene, atendimento médico, etc. De acordo com os próprios autores, a “diversidade de formação profissional e de temperamento” (ARRUDA et al., 1950:23) fez com que houvesse uma total liberdade quanto à forma e ao conteúdo dos relatos, o que resultou não só numa variação de temas, mas também de estilos. Vale ressaltar, sobretudo, que os vinte e um depoimentos guardam uma forte perspectiva crítica em relação ao comando, materializado na pessoa do Marechal Mascarenhas de Moraes e se apresentam como lembranças de episódios – vivenciados durante a campanha da FEB na Segunda Guerra Mundial –, descritos pelos próprios personagens e sem nenhuma orientação preestabelecida. Neste sentido, podemos encarar a obra como um livro de memórias, estrito senso, que procura examinar nossa então recente experiência de guerra e os problemas ligados à defesa nacional. A intenção é de apresentar um balanço dos erros e omissões do comando da FEB, desde a sua convocação até a sua desmobilização. O caráter crítico do livro é inegável, não sendo casual que, exatamente por isso, tenha sido estrategicamente silenciado pelo Exército. Além de diversas questões relacionadas a episódios do cotidiano da guerra, encontramos também uma crítica maior e politicamente mais importante, que diz respeito à preparação militar do país, considerada “insuficiente e quase inútil” (ARRUDA et al., 1950:15), na visão dos autores.

José Leal deixa claro que partilha dessas críticas, acrescentando que as condições de saúde e o perfil social dos contingentes que constituíram a FEB aumentavam em muito a responsabilidade do Estado durante o processo de desmobilização. Diante da indiferença dos poderes públicos, o jornalista questiona na primeira reportagem da série.

O que pensarão as novas gerações quando souberem – como provaremos através destes capítulos – que famílias inteiras de pracinhas passam fome nas grandes cidades, porque seus chefes, doentes, desempregados, não podem trabalhar? Quando souberem que dezenas se suicidaram impelidos pelo desespero, que não são poucos os que, desajustados, praticam crimes e estão nas cadeias, que muitos estão nos leprosários enquanto suas esposas e filhos sofrem necessidades? Esta reportagem será uma parada comovente e dramática dos que foram recebidos com beijos e discursos e relegados, posteriormente, ao esquecimento.<sup>143</sup>

Ao se comprometer com a tarefa de traçar um quadro da situação dos veteranos no pós-guerra, o jornalista faz uma importante ressalva que diz respeito à seleção do material humano utilizado nas reportagens, assegurando que foram tomadas todas as providências necessárias para afastar possíveis aproveitadores que só queriam “obter vantagens sem que realmente tivessem direito a coisa alguma.” Sendo assim, os protagonistas da série são aqueles “verdadeiramente injustiçados, pelos quais o governo deverá fazer o que lhe compete”. Além disso, figuram em meio a essas histórias, outras que destacam problemas cuja a solução escaparia da alçada dos poderes públicos. São casos como o do herói morto sem glória num conflito de botequim<sup>144</sup> e de outros ex-combatentes envolvidos em crimes passionais e golpismos,<sup>145</sup> que acabaram levando-os à morte ou à prisão mas que, de acordo com José Leal, merecem ser contadas porque de

qualquer maneira representam uns e outros, o outro lado da glória que existe em todas as guerras e é, infelizmente, inevitável, pois o próprio das guerras é criar mutilações, neuroses e desajustes. Precisamos fazer com que se torne menos pesado o preço brutal exigido por essa glória.<sup>146</sup>

Em certa medida a afirmativa é verdadeira, são casos representativos do outro lado da glória dos heróis da FEB, e, ao incluí-los na série denúncia, o jornalista dá a entender que todos esses problemas poderiam ser evitados com uma política de reintegração social efetiva

<sup>143</sup> Jornal *O Globo*, 10 de setembro de 1957. p.15.

<sup>144</sup> Jornal *O Globo*, 11 de setembro de 1957. p.11.

<sup>145</sup> Jornal *O Globo*, 19 de setembro de 1957. p.15.

<sup>146</sup> Jornal *O Globo*, 10 de setembro de 1957. p.15.

para os veteranos.<sup>147</sup> Independentemente da afirmativa ser verdadeira ou não, o que importa é que esses casos são os desdobramentos finais da ausência de políticas reparadoras. Histórias infames que são contadas como parte de uma estratégia que busca sensibilizar o leitor para a luta dos veteranos. O jornalista, como escritor/mediador muito poderoso, pois escreve em um veículo de amplo alcance, se vale do exagero para chamar a atenção – e, até mesmo, fazer sensacionalismo – ante o que entendia ser o total descaso das autoridades. Se algumas vezes extrapolava, fazia isso como prática jornalística para alcançar um objetivo, inclusive o de vender jornal, e o entendia justo e necessário, naquele contexto.

A conclusão da nona reportagem da série, que narra várias histórias de veteranos envolvidos em atividades ilícitas de diversa natureza, é um bom exemplo do tipo de chamamento e de interlocução que se estava procurando criar para sensibilizar setores da sociedade mais ampla. São palavras carregadas de dramaticidade, que remetem a um submundo de pobreza e criminalidade, aliás, bem articuladas ao noticiário policial dos anos 50, que tanto atraía os leitores de jornal. Os pracinhas caem do céu ao inferno, tornando-se atores de episódios torpes, mas sempre, para o jornalista, como vítimas do abandono. Nesse, como em tantos outros momentos, a ambiguidade se revela como elemento constitutivo da memória dos veteranos. Essa era a mensagem final ou a moral trágica da história da chegada do herói no lar.

Seria longa demais a história daqueles que após combater com heroísmo, sem enfraquecimentos, encontraram, ao voltar à sua própria terra, um destino miserável e impiedoso. Na Europa, foram obrigados a matar; aqui as circunstâncias os levaram ao crime, em variados aspectos, enquanto outros se esquivaram às balas inimigas, nos morros e vales italianos, mas foram mortos, por questões pessoais, algumas até de natureza fútil. Primeiro a glória; depois a degradação ou o fim sem grandeza. Muitos dos que um dia se acharam envolvidos *nas caprichosas malhas* da lei, continuam segregados do mundo, abandonados e sós, clamando por compreensão, carinho, assistência e mesmo justiça que não chegam nunca.<sup>148</sup>

Os fatos apresentados no decorrer da reportagem, que tem o sugestivo título de “*Heróis na guerra a criminosos na paz*”, procuram recriar simbolicamente uma outra imagem do “pracinha”: o doente que precisa ser tratado. Numa referência a conhecida história do escritor Monteiro Lobato, podemos dizer que, de certo modo, o “pracinha” sofria da síndrome do Jeca Tatu. Retrato típico do homem rural brasileiro no início do século XX, Jeca vivia

---

<sup>147</sup> Jornal *O Globo*, 16 de setembro de 1957. p.15.

<sup>148</sup> Jornal *O Globo*, 19 de setembro de 1957. p.15.

doente e era preguiçoso. Mudou de vida quando Lobato, impulsionado pela campanha em prol do saneamento rural na década de 1920, educou seu personagem seguindo a cartilha sanitaria. Ao ser alvo de uma política pública voltada para o seu “mal”, Jeca prosperou e passou a ser conhecido nacionalmente como símbolo do homem brasileiro “recuperado”. Era o que faltava, segundo o jornalista, ao “pracinha”. Políticas públicas que fossem capazes de “curá-lo”, reabilitando-o para o convívio social.

Na décima reportagem da série em que José Leal entrevista o professor Jurandir Manfredini, livre-docente de psiquiatria da Faculdade Nacional, com participação direta nos serviços psiquiátricos das Forças Armadas brasileiras, durante a guerra, temos um exemplo do direcionamento que o repórter quer dar a seu trabalho. O objetivo é investigar até que ponto a experiência de uma guerra pode comprometer a capacidade mental dos combatentes e quais são os sintomas que indicam esse distúrbio. Manfredini esclarece que os fatores de exaustão e traumatização, experimentados durante episódios de grande tensão, como no caso de uma guerra, podem provocar e, em geral o fazem, estados neuróticos em indivíduos que poderiam ser, anteriormente, diagnosticados como sadios. De acordo com o médico, a chamada “*neurose de guerra*”<sup>149</sup>, como ficou popularmente conhecido esse distúrbio, pode ser motivada principalmente por cinco fatores:

1. Exaustão física prolongada, o estresse orgânico que esgota as defesas e ultrapassa de muito os limites normais da fadiga fisiológica
2. Exaustão psíquica, consequente do estado do medo continuado e da expectativa de perigo. É um lento estresse emocional, que age rompendo pouco a pouco as resistências psíquicas.
3. A explosão das granadas nas proximidades do indivíduo, atuando seja pelo choque físico indireto, seja por tal choque associado a um impacto emocional simultâneo.
4. O choque físico direto, desde a concussão cerebral até os grandes ferimentos abertos do encéfalo.
5. O trauma emocional súbito e violento, que abala o indivíduo e é muito frequente no curso das campanhas (cenas terríficas de morticínios, de fuzilamentos, de companheiros que caem mortos ou mutilados, de inimigos que se é obrigado a matar, etc.)<sup>150</sup>

Dentre estes fatores, que podem se apresentar isoladamente ou em conjunto, o terceiro foi o de maior incidência na gênese de neuroses durante a campanha da FEB. Bastante frequente nos relatos de veteranos sobre suas experiências na guerra, a ameaça das granadas

<sup>149</sup> O distúrbio, também conhecido como Transtorno de Estresse Pós-Traumático (TEPT), pode se manifestar em outras diversas situações em que os indivíduos vivenciam eventos traumáticos como sequestros, assaltos, tortura, acidentes automobilísticos, encarceramento, etc.

<sup>150</sup> Jornal *O Globo*, 14 de setembro de 1957. p. 9.

ultrapassou os limites do *front* e passou a conviver diariamente com muitos deles no pós-guerra. Estampidos, como os provocados por fogos de artifícios, eram suficientes para que se atirassem ao chão, condicionados pelas ações nos campos de batalha<sup>151</sup>. Seus efeitos podiam perdurar durante anos e as possibilidades de cura dependiam da gravidade do caso. Manfredini lembra que é uma doença resistente ao tratamento porque cria um resíduo irremovível uma vez que “o impacto dos fatores de guerra é demasiado brutal e atinge muito violentamente a estrutura da personalidade, criando-lhe um estado distímico profundo sem remédio.”<sup>152</sup> Lamenta o fato de, por diversas vezes, ter acompanhado o tratamento de pacientes com esse diagnóstico sem ter “a satisfação de ver modificações animadoras”. Em casos menos agudos é possível que o indivíduo retome suas atividades, sendo capaz de uma atuação familiar e profissional razoáveis. No entanto, o médico alerta que, em situações de contrariedades ou de preocupações mais intensas, podem apresentar desequilíbrio emocional agravando o quadro de ansiedade e depressão. Em casos mais graves, os indivíduos ficam, na maioria das vezes, impossibilitados de levar uma vida normal. “A ansiedade leva-os a verdadeiras tempestades de desespero, de prantos, de explosões irritáveis, de tentativas de agressão, não sendo rara a tentativa de suicídio.”

As condições descritas por Manfredini, infelizmente, segundo o jornalista, não tardaram a se manifestar entre os veteranos da FEB. Por conta desses distúrbios não foram poucos os que se “perderam” na vida conforme revelam as histórias narradas por José Leal na reportagem intitulada “*Heróis sem cama própria*”<sup>153</sup>. A imensa oscilação entre a glória e a miséria, constante na história dos veteranos, concretiza, assim, sua face mais cruel. São casos de vagabundos, alcoólatras, famintos, maltrapilhos, mendigos e frequentadores dos distritos policiais produzidos pela guerra. Veteranos como o soldado Benedito Garcia, do Regimento Sampaio, que voltou da guerra apresentando distúrbios psíquicos agravados pelo alcoolismo. Desde então, já passou por mais de cinco empregos sem conseguir se fixar em nenhum deles. Na ocasião da entrevista, trabalhava em uma pedreira, mas seria por pouco tempo. O patrão afirmou para José Leal que o dispensaria em breve, alegando que Benedito precisava de um hospital, porque era muito inconstante e vivia embriagado.

Algumas vezes, a neurose de guerra não se manifestava imediatamente após o retorno ao lar. Assim, durante um tempo o veteranos poderia levar uma vida normal, pelo menos aos

---

<sup>151</sup> Por várias vezes essa mesma história foi reproduzida pelos depoentes que entrevistei durante a pesquisa do mestrado.

<sup>152</sup> Jornal *O Globo*, 14 de setembro de 1957. p. 9.

<sup>153</sup> Jornal *O Globo*, 16 de setembro de 1957. p. 15.

olhos de seus familiares e amigos, até que algum dia, motivado por situação de grande estresse ou mesmo sem nenhum motivo aparente, começava a dar sinais de desequilíbrio psíquico. Foi esse o caso do cabo José Franco de Macedo, do Regimento Caçapava, que ao voltar da campanha da Itália retomou, normalmente, suas atividades como técnico em eletricidade, até 1947, quando começou a manifestar aparente mudança de comportamento. Progressivamente, desviava-se do “bom caminho”, causando transtornos aos amigos que tudo fizeram para ajudá-lo, em vão: “(...) deu para beber e degenerou-se completamente”<sup>154</sup>. De acordo com José Leal, casos como o de Benedito e José Franco eram uma pequena amostra das “centenas de ex-pracinhas neuróticos e alcoólatras que estão dependendo de quem os ampare.”

Para outros esse tempo de calma podia se estender ainda mais. Foi assim com o soldado João Coríntians de Brito, do Regimento Caçapava, ferido na guerra por uma granada na coxa esquerda; ao voltar para o Brasil, reassumiu seu antigo emprego como carpinteiro. A vida transcorria regularmente para o veterano, quando, numa noite de junho de 1954, sua esposa chegou em casa e encontrou-o falando sozinho e invocando santos. Totalmente transtornado, Coríntians espancou a esposa, que fugiu amedrontada para procurar ajuda. Após a intervenção da família, foi entregue ao Dr. Olindo Volp, ficando seis meses em tratamento. Com o fim da internação, voltou a trabalhar por um ano e meio, mas, era frequentemente atacado por crises nervosas e acabou abandonando o serviço. Sem emprego, passou a ser sustentado pela esposa que lavava roupas para prover a casa. Em fevereiro de 1956, Coríntians foi ao Quartel do 1º B.C.C.L., em Campinas, procurar ajuda e o Capitão Fagundes mandou-o à inspeção médica no Hospital Militar de São Paulo. Ao ser indagado, pelo Major Farah sobre o motivo da consulta, Coríntians respondeu que tinha:

- Um estado de nervos que atrapalha a vida.
  - Conversa fiada! A guerra já acabou há 11 anos e você vem me falar em neurose! - foram as palavras do capitão que, a muito custo, resolveu auscultar-lhe o coração.
  - Você está bem, não tem nada.
- Cabisbaixo, Coríntians voltou de trem para Campinas. São assim alguns médicos militares: acham que todos estão bem. Muitos não foram à guerra, não sabem o que significa uma guerra, e tratam os pracinhas a pontapés. Pois saiba o Major Farah que Coríntians está vivendo do auxílio alheio, de esmolas, e não pode trabalhar porque a neurose não deixa. E tem três filhos. Há dias recebeu uma comunicação do coronel Abílio Cunha Pontes, certificando-lhe que não tinha direito ao amparo da Lei 2.579. É claro: não

---

<sup>154</sup> Id.

podia ser amparado, pois se apenas auscultaram-lhe o coração! Assim, lá está, na Rua Adalberto Nascimento, 853, Campinas, o ex-soldado do 6º RI, Coríntians de Brito, a espera de uma ajuda do leitor, porque da Pátria nada mais pode esperar.<sup>155</sup>

Conseguir amparo da Lei 2.579 que auxiliava os considerados inválidos ou incapazes para o serviço militar era, como se pode notar, quase tão difícil quanto curar a neurose de guerra. A enfermidade deveria, primeiro, ser atestada pela Junta Militar de Saúde para que, então, se entrasse com o recurso pedindo o amparo da lei. As dificuldades já começavam em conseguir comprovar a invalidez, o que era especialmente complicado quando a enfermidade era de natureza psíquica e, portanto, mais difícil de ser verificada, considerando-se os avanços da medicina e dos serviços médicos militares na época. Não era raro encontrar veteranos que, assim como Coríntians, tiveram seus pedidos de reforma negados por falta de sintomas clínicos, segundo os exames médicos. Para ser reformado era preciso, ao ver do cabo José Cândido da Silva, em seu depoimento:

(...) estar sem uma perna, sem um braço ou (...) pra morrer no mês que vem. (...) A maior injustiça que nós recebemos é que o próprio Exército daquela época nos espezinha. Os sargentos e os oficiais, em maior parte, não queriam saber de pracinha. Pracinha para eles não tinha valor, poucos oficiais ou sargentos eram amigos dos pracinhas, era muito difícil gostarem de nós. (...) Nós, da FEB, éramos lixo (RIBEIRO, 1999:189).

Enquanto os trâmites burocráticos transcorriam vagarosamente, muitos passavam necessidades, quando não morriam a espera do benefício. Era o caso do veterano Altamirano Salles que, desde que voltou da guerra, onde teve sete costelas fraturadas num desastre de caminhão, sofria de epilepsia alcoólica e, embora, já tivesse sido internado no Hospital Central do Exército mais de doze vezes, não recebia amparo da lei para ser reformado. Assim, continuava levando uma vida miserável a espera de uma solução que podia chegar tarde demais. São experiências como essa, vividas por tantos outros na mesma situação, que fazem aflorar o sentimento de injustiça que marca as memórias dos veteranos. Injustiças, que poderiam ser reparadas se os poderes públicos agissem no cumprimento de suas obrigações (MOORE, 1987). José Leal conta que, dias antes de escrever a reportagem sobre Altamirano, conhecido nos botequins que frequentava na Lapa (RJ) apenas como “*Cachaça*”, encontrou-o estirado na sala de reuniões da Associação de Ex-combatentes após uma crise epilética.

---

<sup>155</sup> Id.



Era um quadro melancólico e revoltante aquele. Na véspera, dissera-me Altamirano, em estado de lucidez: – Como a Alemanha depois da guerra de 1914, que decaiu econômica, diplomática e militarmente, eu depois que voltei da Itália, arruinei-me física, profissional, social, mental e moralmente. Estou miserável e dilacerado. Não sou nem mais notícia de jornal. (...) E por aí vai Altamirano vivendo suas agruras, passeando a sua penúria pelo asfalto e dizendo a todo mundo: “– Eu fui da FEB.” Envergonhando a Nação, envergonhando o próprio Exército, a que pertenceu, mergulhado no álcool, repudiado, enxovalhado, os olhos fundos, a roupa rasgada em várias partes, frequentando os distritos policiais, por conflitos que promove ou nos quais é envolvido.<sup>156</sup>

De acordo com as estatísticas da Associação de Ex-combatentes, quase mil homens, espalhados por todo o Brasil, se encontravam, naquela ocasião, nas mesmas condições. Vivendo às margens da sociedade, eles, há muito, também deixaram de ser “notícia de jornal.” Eventualmente, um ou outro, que sucumbia ao sofrimento e se suicidava, voltava a figurar nas páginas dos periódicos. Na sétima reportagem da série<sup>157</sup>, “*O outro lado da glória*”, o jornalista relembra vários casos de veteranos que, ao cometerem suicídio, voltaram a ser notícia na imprensa a esse alto preço. Histórias que se repetem e repetem, de modo geral, as mesmas agruras e desequilíbrios. Desempregados, enfermos, miseráveis e sem auxílio dos órgãos competentes, muitos preferiam abreviar o sofrimento pondo fim a própria vida.

Para o cabo Adão Rosa da Rocha, ser “notícia de jornal” não era novidade. Ferido na guerra e com uma folha de serviços sem nenhuma nota desabonadora, Adão foi o brasileiro que deu o primeiro tiro de canhão na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Por isso, todo ano ele recebia em sua casa, em Jacarepaguá, a visita de um sargento levando-lhe o convite do Gabinete do Ministro da Guerra para que fosse a Jericiné, onde se realizavam os festejos de mais um aniversário da estreia da Artilharia Brasileira na guerra. Como herança do *front*, Adão tinha duas balas alojadas no corpo e, apesar de várias tentativas, ainda não havia conseguido fazer a cirurgia necessária para a remoção dos projéteis no Hospital Central do Exército (HCE). Adoecia com frequência e, por isso, tinha dificuldades de encontrar um emprego fixo para sustentar sua família. Escreveu centenas de cartas aos generais, deputados, diretores da Associação e até ao próprio o Ministro da Guerra, explicando sua situação, mas não obteve resposta. Assim como outros veteranos, Adão enfrentava, a despeito de seu reconhecimento, as dificuldades próprias do processo de readaptação agravadas,

<sup>156</sup> Jornal *O Globo*, 16 de setembro de 1957. p.15.

<sup>157</sup> Jornal *O Globo*, 17 de setembro de 1957. p.17.

sensivelmente, pela falta de amparo do poder público. Sobre o cabo que inaugurou a campanha da FEB na guerra, José Leal escreve ironicamente:

O Exército só lembra dele uma vez por ano (...) Da última vez, Adão nem roupa tinha: conseguiu um terno emprestado com um amigo e foi para Jericinó, onde repetiu seu feito de 16 de setembro de 1944, para ser cumprimentado pelo general Lott e outros oficiais. Posou para as câmeras de televisão e para os jornais deu entrevistas, ganhou uma 'corbeille' de flores naturais e voltou para sua casinha humilde<sup>158</sup>.

Nesse caso, de maneira muito concreta, as diversas formas de ambiguidade que permeiam a memória dos veteranos – visibilidade/invisibilidade, reconhecimento/esquecimento, glória/penúria – se revelam como componentes fundamentais da vivência da injustiça. Ao se sentirem negligenciados, os veteranos rompem o compromisso de reciprocidade que assumiram na relação com o Exército. É esse compromisso, presente na relação entre comandantes e comandado, que define obrigações a cada uma das partes. O fracasso de qualquer uma delas na execução dessas tarefas se constitui fundamento para que a outra se recuse também a executar suas obrigações (MOORE, 1987). Assim, o mau uso da autoridade, quer seja por abuso, quer seja por omissão, traz desdobramentos que autorizam ações de desobediência por parte dos comandados. Na origem dessa desobediência, as injustiças estimulam ressentimentos que, até hoje, se constituem em obstáculos para a superação dos traumas experimentados no passado.

Outro grupo, nem sempre lembrado, que também foi diretamente atingido pelos desajustes vivenciados no pós-guerra foi o das viúvas dos veteranos. Em sua série de reportagens, José Leal dedica um capítulo para narrar os dramas enfrentados pelas viúvas esquecidas. Em meio a diversos casos de mulheres que continuavam desamparadas legalmente, um em especial chamava atenção. Era o de Iolanda Barbosa de Medeiros, viúva do pracinha José da Costa Medeiros, que morreu aos 32 anos, em decorrência de uma série de enfermidades causadas por sucessivas internações em sanatórios. Depois de passar pela Casa de Saúde Dr. Eiras e pelo sanatório de Jurujuba, onde fora violentamente espancado pelos internos e por enfermeiros, foi transferido, sem documentação para o Hospital Antônio Pedro, em Niterói, onde veio a falecer em decorrência da gangrena que teve nos membros inferiores. Posteriormente, a viúva descobriu que, no sanatório, José havia cavado, no pátio interno, um

---

<sup>158</sup> Id.

buraco e nele se enterrado por três dias, ficando apenas com os braços e as mãos de fora. Retirado do buraco, “o corpo era uma chaga só”. A viúva deu entrada num pedido de pensão com o laudo da autópsia a que o corpo foi submetido no Serviço Médico Legal, mas a Junta Médica alegou que ela não teria direito a nada, uma vez que “as leis brasileiras não amparam as viúvas dos expedicionários que morreram na paz com enfermidades surgidas em consequência da guerra.”<sup>159</sup> De acordo com o jornalista, o caso de Iolanda era um dos seiscentos e tantos existentes, muitos dos quais catalogados na Associação dos Ex-combatentes, que aguardavam uma lei que se arrastava no Congresso, desde 1953, há quase 4 anos. Mas a fome e a necessidade não esperam pela disposição dos parlamentares, e muitas delas sucumbiam enfermas e sem assistência de qualquer espécie.<sup>160</sup> Na maioria das vezes, o único auxílio que recebiam vinha das Associações de Ex-combatentes, que procuravam orientá-las judicialmente, empregá-las para que pudessem manter os filhos e, em alguns casos, até mesmo provinham seu sustento.

Se para as viúvas a situação não era nada fácil, para as chamadas “*viúvas em vida*” o quadro não era menos dramático. Classificado pelos psiquiatras como um problema tipicamente feminino, já que eram muito escassas as chances de um marido realizar a tal “*viuvez em vida*”, esse grupo era composto por mulheres que eram casadas com ex-combatentes que, mais tarde, apresentaram sintomas da “*neurose de guerra*” e, por isso, foram internados nos hospitais militares e outros sanatórios. Segundo relato do jornalista José Leal, “é de provocar lágrimas o que se assiste no HCE em dias de visita, quando esposas encontram-se com os maridos numa sala da divisão psiquiátrica.”<sup>161</sup> O problema era de difícil solução, porque muitos deles já estavam condenados pelos médicos a terminarem seus dias naquelas condições. O professor Juracy Manfredini define as “*viúvas em vida*” como:

uma variedade muito infeliz de mulheres, que tiveram o infortúnio de casar-se com homens condenados a cair, mais tarde na grande antenoite da demência. Amaram e desposaram homens aparentemente sadios e os perderam, ainda vivos, ao fim de alguns anos. É o caso das que se apaixonaram pelos heróis quando estes chegaram, cobertos de glórias, festejados e homenageados.<sup>162</sup>

O fato é que essas “*viúvas*” não os perderam por morte, separação, abandono ou

---

<sup>159</sup> Jornal *O Globo*, 18 de setembro de 1957. p. 17.

<sup>160</sup> Id.

<sup>161</sup> Id.

<sup>162</sup> Id.

reclusão penal. Perderam-nos porque eles se tornaram dementes e, por isso, condenados a viver para sempre em hospitais psiquiátricos. Apesar de estar acostumado por seu ofício a presenciar esse tipo de drama, Manfredini afirma que ressentia-se por ver “toda semana, ano após ano, chegar para o dever de sua visita penosa, para o constrangedor encontro com o pobre detrito humano e psíquico, que foi um dia o marido, o noivo, o ideal de romance e de amor.”<sup>163</sup> Mulheres que dedicaram a sua juventude a olhar pela vida daquele que foi um dia comemorado como herói. Mais um triste capítulo das mazelas deixadas pela experiência da guerra entre a sociedade, segundo o médico.

Nas últimas reportagens da série, José Leal procura, a partir de entrevistas com autoridades do Exército, fazer um levantamento do que foi feito nos últimos anos para os veteranos. Delmiro da Andrade, Zenóbio da Costa e Segadas Viana, figuram com destaque entre seu elenco de entrevistados. Os pontos de vistas são diversos e, muitas vezes, divergentes, variando não só em função do papel que tiveram na guerra, mas especialmente, em função da posição política que ocuparam no pós-guerra. De acordo com o jornalista, o mais otimista é o então, marechal Zenóbio da Costa, que comandou na Itália a Infantaria Divisionária. Para ele “todos os pracinhas foram amparados e eu mesmo, pessoalmente, arranjei emprego para dezenas deles, no Rio de Janeiro e nos Estados. Muitos pedem trabalho, conseguem e depois o abandonam.”<sup>164</sup> Diante de tantos problemas apresentados ao longo da série, a afirmativa assumia um certo tom de descaso para com os desajustes experimentados pelos veteranos. Mesmo reconhecendo que o número de desajustados não era muito grande, o marechal considerava que seria muito pesado para a nação fazer tudo o que fosse possível pela sua reintegração. Ao constatar isso, o marechal deixa antever que muita coisa ainda poderia ser conseguida em benefício dos veteranos, mas a despeito disso, nada mais seria feito se dependesse de seu empenho. Numa entrevista curta e bastante direta, Zenóbio da Costa, confirmou uma opinião bem diferente dos outros dois entrevistados.

O general Delmiro de Andrade, que comandou o 11º RI de São João del Rei, talvez por ter acompanhado de perto os problemas enfrentados pelos ex-combatentes quando foi presidente da Associação de Ex-combatentes (RJ), considerava a “legislação do pracinha muito falha.”<sup>165</sup> Segundo ele, o governo deveria ter interesse em auxiliar os desajustados porque isso abalava a própria confiança da sociedade nas Forças Armadas, não sendo portanto

---

<sup>163</sup> Id.

<sup>164</sup> Jornal *O Globo*, 20 de setembro de 1957. p.13.

<sup>165</sup> Id.

uma questão de um grupo de indivíduos, mas da solidez instituição como um todo. O general apresentou várias sugestões que ajudariam a situação de miséria de muitos veteranos:

(...) para o baixo nível de instrução há lugares de serventes, pedreiros etc. Que não precisam de concurso. (...) Ainda que seja pequeno, o número de desajustados, envergonha-nos. Numa conferência que fiz em fins de 1955, sugeri vários caminhos, inclusive a colocação de ex-combatentes no interior, em fazendas, em propriedades do Exército, em núcleos residenciais.<sup>166</sup>

Infelizmente, parece que essas sugestões não foram levadas adiante. Nos anos em que esteve presidindo a associação, entre 1947 e 1949, o maior problema que teve de enfrentar foi o da assistência e do amparo aos veteranos e suas famílias. Questões que continuaram dando trabalho aos dirigentes das associações durante muitos anos. Amparados os que merecem, conclui o general, “o governo deveria tomar medidas em relação aos que nada querem, os vagabundos profissionais, aos marginais. Estes, a meu ver, representam, antes de tudo, um caso policial. Desmoralizam a FEB e falam mal das autoridades, quando estas não tem culpa de seus vícios.”<sup>167</sup> Opinião também partilhada pelo general João Segadas Viana, ao que acrescenta que estes já eram, em sua maioria, marginais antes de serem convocados para a guerra sendo, portanto, muito difícil reeducá-los. Sendo assim, convocar marginais para lutar na guerra não parece ser um problema, mas tentar recuperá-los depois, é perda de tempo. O general João de Segadas Viana, que comandou o 6º RI da FEB, chama atenção para um ponto bastante polêmico, que diz respeito a ampliação da condição de ex-combatente. Acredita que, de modo geral, todas as medidas em favor dos ex-combatentes tem sido justas, “salvo aquelas que equiparam coisas diferentes, dando a um ex-combatente que passou um ano na guerra a mesma promoção que dão a um militar que esteve de prontidão durante algumas horas na revolta comunista de 1935.”<sup>168</sup>

Apesar de salientar essa questão, que remete à legislação que ia sendo produzida, o principal problema identificado pelo general é também o do desemprego. Sem uma ocupação que lhes garantissem uma vida digna, muitos veteranos “passaram a lutar com a vida, a sentir complexos, a comparar os dias áureos as vitórias da FEB com o abandono em que se achavam e, daí, o número imenso de neuroses de guerra, muitas das quais ainda agora estão aparecendo depois de dez anos de desilusões.”<sup>169</sup> O general destaca ainda, a título de conclusão, que o

---

<sup>166</sup> Id.

<sup>167</sup> Id.

<sup>168</sup> Id.

<sup>169</sup> Id.

problema do desemprego enfrentado pelos veteranos estava também diretamente relacionado ao seu baixo padrão de vida e nível de instrução. Sendo assim, ao término da guerra,

estavam todos convencidos de que eram heróis a quem a pátria tudo devia, alguns com razão de ser, pelos combates em que tomaram parte, mas muitos sem razão alguma para isso, como os que não chegaram à linha de frente. Uns e outros ao chegarem no Brasil, foram desmobilizados. Tiveram de retornar a empregos (lavoura, por exemplo) que achavam em desacordo com os serviços que haviam prestado ou descobriram que haviam perdido os empregos que tinham antes da guerra. (...) A grande maioria, pela sua pouca instrução, poderia ocupar lugares como os de servente, contínuo, cabineiro, vigia, etc., e muitos mesmo como datilógrafos, escrivães etc.<sup>170</sup>

A análise realista do general revela mais uma vez lembranças traumáticas, como tantas outras apresentadas ao longo da série de reportagens, que marcaram a vida dos ex-combatentes no pós-guerra. Entre a mobilização e a desmobilização da FEB, muitos foram os equívocos que resultaram em memórias ainda mais dolorosas do que a própria experiência de guerra, por si só, já traria. Aprender a lidar com elas é condição fundamental para superar os traumas e, enfim, promover uma reconciliação com o passado sensível.

---

<sup>170</sup> Id.

# Capítulo 4

---

***O herói no espelho:  
traçando o perfil da FEB***

#### 4.1 Uma tentativa de interpretação

É recorrente encontrar entre os trabalhos, tanto acadêmicos como de outra natureza<sup>171</sup>, a caracterização dos efetivos da FEB, grosso modo, como oriundos de camadas populares, semianalfabetos e, em sua maioria, negros ou mestiços. No entanto, um levantamento criterioso desses dados nos arquivos militares permanece ainda por ser feito. A documentação, composta, dentre outras fontes, por cópias dos certificados de reservistas da FEB, esparsa e desorganizada, demandaria um investimento pessoal e de tempo muito superiores ao que se dispõe para elaborar uma tese de doutorado. Assim, cogitando-se que fosse possível, a despeito das dificuldades que serão apontadas, trabalhar com essa documentação em sua totalidade, o desafio só poderia ser realizado com a colaboração de uma equipe de pesquisadores, ao longo de vários meses.

Isso porque, em primeiro lugar, localizar todos esses certificados, no total 25.334, é uma tarefa no mínimo complicada, caso seja possível. Não apenas pelo fato deles não estarem agrupados em um único arquivo, sendo a hipótese mais provável a de que a maior parte esteja espalhada nas respectivas unidades às quais pertenciam os combatentes. Há também a questão do possível estado de conservação em que possam se encontrar, visto que no Arquivo Histórico do Exército (AHEx), um dos maiores centros de documentação militar do país, grande parte da documentação só recentemente<sup>172</sup>, recebeu tratamento arquivístico. Além disso, é preciso considerar que se trata de um documento produzido no momento em que o militar se desliga do Exército, o que, nesse caso, não aconteceu simultaneamente com todo o efetivo da FEB. É conhecido o fato de que os soldados e cabos convocados exclusivamente para a FEB não puderam seguir a carreira militar. Embora se afirme que receberam seus certificados de reservistas ainda na Itália – por ocasião da dissolução da FEB, em 6 de julho de 1945 –, as cópias dos certificados encontrados no AHEx revelam, como veremos, que isso não foi uma realidade para todos os praças. As dificuldades em situar, física e temporalmente, esses documentos também valem para o caso dos oficiais, ainda que esse universo seja bem menor do que o dos praças. A maioria daqueles que optaram por seguir a carreira militar, foram deslocados para diversas unidades espalhadas por todo o território brasileiro e se

---

<sup>171</sup> Como, por exemplo, os trabalhos de Francisco Ferraz (2002), Sirlei de Fátima Nass (2005) e o de Demócrito Arruda et al. (1950).

<sup>172</sup> Em especial, a partir de abril 2001 quando o Ministério da Defesa aprova o Projeto Cultural Acervo Documental do Exército criado com o propósito de levantar e selecionar - para catalogação, informatização e difusão - documentos não apenas do AHEx, como também das demais organizações militares.



desligaram do Exército em tempos, lugares e condições distintas, o que nos permite dimensionar os obstáculos em investigar tal documentação.

Parte dela, – mais precisamente 1.166 cópias dos certificados de reservistas – será objeto de análise deste capítulo. Tal documentação se encontra reunida em sete volumes, catalogados por ordem alfabética, no AHEx. Numericamente, esse conjunto corresponde a cerca de 5% do total do efetivo da FEB na Itália, embora haja informações de que, ao menos, 32 desses homens não embarcaram para o *front* europeu. Portanto, esse conjunto não pode, nem deve ser tomado como uma amostragem estatística, visto que não há informações suficientes sobre sua representatividade no universo de documentos referentes ao efetivo total da FEB. No entanto, a despeito dessas questões/limites, consideramos que levando em conta o que se conhece sobre tais efetivos, trata-se de tarefa válida, na medida em que nos possibilita, a partir de dados fornecidos pelo Exército, uma melhor aproximação do perfil histórico e sociológico desses combatentes. Em alguma medida, o trabalho com esse conjunto de certificados permite um acesso, que qualifica mais precisamente o perfil do ex-combatente e contribui para o entendimento da “comunidade de sentidos” que informa o discurso de vitimização entoado, de modo geral, pelas associações de guarda de memória e pela imprensa, no pós-guerra.

Mas os problemas de natureza arquivística não são os únicos a dificultar a realização dessa tarefa. Somam-se a eles as falhas no preenchimento dos documentos examinados. No levantamento realizado no AHEx<sup>173</sup>, foram encontrados, com frequência, certificados com alguns campos (tempo de permanência no Exército, graduação militar, forma de ingresso na FEB) em branco ou nos quais constava a seguinte inscrição: “não foi apresentado documento, a pessoa informou”, sugerindo, possivelmente, algumas imprecisões. Tal conjunto de fontes é formado basicamente por dois tipos de documentos: 1077 cópias dos Certificados de Reservista de 1ª categoria<sup>174</sup>, e 89 cópias das fichas de isenção definitiva do serviço militar em tempos de paz. Os documentos são muito similares no que diz respeito às informações que apresentam. Ambos são compostos por duas folhas. Na primeira, consta, uma foto 3x4 e, dentre outras informações, nome completo, data de nascimento, filiação, cor da pele e dos olhos, estatura, tipo de cabelo, sinais em particular, grau de alfabetização, profissão na vida civil, local onde reside, unidade em que serviu, graduação militar, data de inclusão/exclusão

---

<sup>173</sup> Com a ajuda de Natália Leal do Carmo, a quem agradeço a colaboração.

<sup>174</sup> Tipo de certificado expedido para quem prestou serviço em uma Organização Militar da Ativa (OMA). O certificado de 2ª categoria é concedido para militares oriundos de Órgãos de Formação de Reserva (OFR).

no Exército, assinatura e impressão digital do polegar direito do reservista (*Figura 5*). Na segunda, são repetidos alguns dados – nome, filiação, local onde reside, cor da pele e dos olhos, estatura – e acrescentados outros que dão maiores detalhes sobre as características físicas dos reservistas, como barba, bigode, rosto, tipo de nariz e de boca (*Figura 6*). Os campos destinados ao preenchimento desses três últimos itens foram, em geral, deixados em branco, havendo porém informações sobre estado civil e o comportamento na(s) unidade(s) em que serviu.

Não se pode afirmar ao certo o motivo dessa documentação ter ido parar no AHEx, uma vez que a trajetória militar dos reservistas, não apenas os da FEB, deveria ser arquivada nas respectivas unidades em que eles serviram. Se essa é uma questão que permanece ainda sem resposta, alguns indícios nos permitem, ao menos, levantar hipóteses sobre a origem do material. Em primeiro lugar, vale ressaltar que os documentos arquivados como “Cópias do Certificado de Reservista de 1ª Categoria” talvez sejam, na verdade, um documento também conhecido como Ficha Modelo “E”, que substitui, para fins legais, o dito certificado. A Ficha Modelo “E” pode ser expedida pela Organização Militar que detém o acervo de assentamentos do ex-combatente – um procedimento burocrático, ao que parece, mais simples do que o pedido de 2ª Via do Certificado – e é, ainda hoje, bastante requerida nos processos de pensão em que os familiares não possuem mais o certificado original para comprovar a condição de ex-combatente. Embora os documentos em questão não sejam designados como a tal ficha – mas como uma Cópia do Certificado de Reservista de 1ª Categoria –, reforçam essas suspeitas o fato de que, em todos eles, pode-se ler a inscrição *Relação Modelo “E”*, no canto externo da segunda folha. Sendo assim, a hipótese seria a de que esses documentos tenham sido requeridos na Vila Militar do Rio de Janeiro. A referência à Vila Militar do Rio de Janeiro – indicação que aparece no canto interno da ficha muitas vezes parcialmente encoberta pela encadernação do material –, e as variações nas datas de exclusão do Exército – entre janeiro de 1945 e novembro de 1948 –, podem ser tomadas como indicativos de que essa documentação (mesmo no caso dos praças convocados) não foi produzida simultaneamente na Itália, por ocasião da dissolução da FEB.

Outra característica comum nesse conjunto de documentos é o fato de todos eles terem sido produzidos pelo Centro de Reacompanhamento de Pessoal (CRP) da FEB. O CRP foi uma das Unidades não divisionárias mais importantes da FEB, pois desempenhava a missão de fornecer homens para substituir os feridos ou mortos em combate. A FEB, como se sabe, foi

constituída por elementos que reuniam um órgão operativo, a 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária – do qual faziam parte o 1º Regimento de Infantaria do Rio de Janeiro (o Sampaio), o 6º Regimento de Infantaria de São Paulo (o Caçapava), o 11º Regimento de Infantaria de Minas Gerais (o Lapa Azul), a Artilharia Divisionária, o Batalhão de Engenharia de Combate, o Batalhão de Saúde, o Esquadrão de Reconhecimento, a Companhia de Transmissões e a Esquadilha de Ligação e Observações; e as Unidades Não Divisionárias, que eram integradas por órgãos de apoio, como a Inspetoria Geral, o Depósito de Pessoal – posteriormente transformado no CRP –, o Depósito de Intendência, o Serviço de Saúde, o Serviço Postal e a Agência do Banco do Brasil. Os três primeiros escalões que embarcaram para a Itália – o 1º Escalão em 2 de julho de 1944 e o 2º e o 3º Escalões em 22 de setembro de 1944 –, com aproximadamente 5.000 homens cada um, constituíam a 1ª DIE, enquanto os dois últimos que embarcaram, respectivamente, em 22 de novembro de 1944 e 8 de fevereiro de 1945 faziam parte do Depósito de Pessoal. As crescentes baixas dentro da 1ª DIE entre os meses de dezembro de 1944 e janeiro de 1945, não apenas em função do treinamento incompleto e inadequado, mas também devido às precárias condições de saúde em que vários combatentes chegaram no *front*, davam mostras da importância do serviço de recompletamento. Seu efetivo na Itália foi de 9.773 homens que desembarcaram no porto de Nápoles em 7 de dezembro de 1944 (o 4º Escalão) e 22 de dezembro de 1945 (o 5º Escalão), no dia seguinte à vitória brasileira em Monte Castelo. Assim, nos últimos cinco meses de conflito, o Depósito de Pessoal exerceu eficientemente a função de preencher as baixas em decorrência dos combates. Já em solo italiano, o Depósito foi transformado, por iniciativa do General Truscott, então comandante do V Exército Americano, no Centro de Instrução e Recompletamento, localizado nas proximidades do povoado de Staffoli (MORAES, 1947). Além da sua função primordial de recompletamento, o Centro ocupou-se também do treinamento e instrução das tropas estacionadas na retaguarda.

Diante dessas informações, não se encontra nenhuma evidência que leve a crer que o conjunto de reservistas representado pela documentação arquivada no AHEx tenha alguma discrepância no que diz respeito aos critérios de seleção aplicados aos três primeiros escalões que embarcaram para a Itália. Contudo, vale destacar que apesar de não existir até o momento nenhum indício do quão representativo esse conjunto é em relação ao total de reservistas da FEB, é possível construir a hipótese de que ele nos forneça uma imagem razoavelmente representativa dessa totalidade. Por hora, o objetivo é em concentrar esforços nessa tarefa,

mesmo com todos os seus limites, deixando para um trabalho futuro o investimento necessário na realização de uma pesquisa de grande monta que trace, com bases estatísticas, o perfil da FEB.

#### 4.2 Você sabe de onde eu venho?

Você sabe de onde eu venho?  
Venho do morro, do engenho,  
Das selvas, dos cafezais,  
Da boa terra do coco,  
Da choupana onde um é pouco,  
Dois é bom, três é demais.

Venho das praias sedosas,  
Das montanhas alterosas,  
Dos pampas, do seringal,  
Das margens crespas dos rios,  
Dos verdes mares bravios  
Da minha terra natal.

Por mais terras que eu percorra,  
Não permita Deus que eu morra  
Sem que volte para lá;  
Sem que leve por divisa  
Esse *V* que simboliza  
A vitória que virá: *[Estrilho]*

Nossa vitória final,  
Que é a mira do meu fuzil,  
A ração do meu bernal,  
A água do meu cantil,  
As asas do meu ideal,  
A glória do meu Brasil.

Eu venho da minha terra,  
Da casa branca da serra  
E do luar do meu sertão;  
Venho da minha Maria  
Cujo nome principia  
Na palma da minha mão.

Braços mornos de Moema,  
Lábios de mel de Iracema  
Estendidos para mim.  
Ó minha terra querida  
Da Senhora Aparecida  
E do Senhor do Bonfim!

[Estrilho]

Você sabe de onde eu venho?  
É de uma pátria que eu tenho  
No bojo do meu violão;  
Que de viver em meu peito  
Foi até tomando jeito  
De um enorme coração.

Deixei lá atrás meu terreiro,  
Meu limão, meu limoeiro,  
Meu pé de jacarandá,  
Minha casa pequenina  
Lá no alto da colina,  
Onde canta o sabiá.

[Estrilho]

Venho do além desse monte  
Que ainda azula o horizonte,  
Onde o nosso amor nasceu;  
Do rancho que tinha ao lado  
Um coqueiro que, coitado,  
De saudade já morreu.

Venho do verde mais belo,  
Do mais dourado amarelo,  
Do azul mais cheio de luz,  
Cheio de estrelas prateadas  
Que se ajoelham deslumbradas,  
Fazendo o sinal da Cruz!

[Estrilho]

A pergunta que permanece ainda hoje sem resposta definitiva dá título à “Canção do Expedicionário”, escrita por Guilherme de Almeida<sup>175</sup>, em março de 1944, para uma competição de um programa de auditório promovida pelas emissoras *Difusora* e *Tupy*.<sup>176</sup> A canção é, de acordo com o autor, uma tentativa de apresentar o pracinha para o mundo e, por

---

<sup>175</sup> Guilherme de Andrade e Almeida (1890-1969) foi poeta, ensaísta, tradutor e jornalista. Em 1912, formou-se em Direito na Faculdade do Largo São Francisco, Rio de Janeiro. Publicou seu primeiro livro de poemas, *Nós*, em 1917. Atuou decisivamente na realização da Semana de Arte Moderna, em 1922, ao lado de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti e Menotti del Picchia, entre outros. Ajudou a fundar a revista *Klaxon* (porta-voz do movimento), integrando a equipe de editores. Em 1928, entrou para a Academia Paulista de Letras e, dois anos depois, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras (ABL). Em 1959, foi eleito "Príncipe dos Poetas Brasileiros" em concurso patrocinado pelo jornal *Correio da Manhã*, no qual concorreu com os poetas Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Vinícius de Moraes. Para saber mais sobre o autor e suas obras ver a tese de doutorado de Maria Helena de Queiroz (2003).

<sup>176</sup> A melodia da música é de autoria do maestro Spartaco Rossi, um dos fundadores da Orquestra do Teatro Municipal de São Paulo.

isso, procura reunir características de todos os cantos do Brasil. Ao exaltar os regionalismos como síntese da unidade nacional, Guilherme de Almeida confirma, em versos, o discurso que formou e informou a seleção do efetivo da FEB: homens de todas as regiões do país – e, ao mesmo tempo, de nenhuma especificamente – que assegurassem ao Corpo Expedicionário um caráter nacional. Nas palavras do próprio autor, a canção está “longe de constituir um hino guerreiro”, o que se “sente” pelo ritmo/gênero musical escolhido: apesar de ser uma marcha cívica, foi lançada em disco como uma canção popular, do mesmo modo que “Luar do Sertão”, mencionada na música e de grande sucesso na época. Ela, segundo o compositor, é muito mais um esforço no sentido de delinear “um retrato lírico e sentimental de nossa terra” (ALMEIDA apud PEREIRA, 2009:26). Reconhecido no meio artístico como uma espécie de letrista oficial – são de sua autoria o “Hino de Brasília”, o “Hino de São Paulo” e a “Marcha da Liga da Defesa Paulista”, também conhecida como “Passo do Soldado”, em homenagem à causa bandeirante e, posteriormente, transformada numa ode à Revolução Constitucionalista de 1932, na qual serviu como voluntário. Guilherme de Almeida, ao revelar a intenção de sua letra, contribui para reforçar a construção da imagem do soldado brasileiro, antes de tudo, um bravo que aprendeu a superar as dificuldades que lhe foram impostas ao longo dessa jornada. Uma versão que a imprensa, as associações de ex-combatentes e, em parte, o próprio Exército ajudou a propagar nos anos posteriores.

A ausência do mundo urbano na letra, em franco contraste com a idealização do mundo rural, ao mesmo tempo em que enfatiza a presença do homem do campo na guerra, “esquecendo” o grande contingente de trabalhadores das cidades que lutaram no *front*, encobre, politicamente, as duras condições de vida no interior do país, na década de 1940. É notável, nesse sentido, o esforço em caracterizar o expedicionário como um elemento síntese dos diversos signos de brasilidade, em resumo, ele é identificado como o tipo ideal de brasileiro: vindo de todas as “regiões”, esse patriota é a própria encarnação da identidade nacional. Mobilizando signos culturais da literatura romântica e da música popular brasileira, a canção é, a seu modo, uma verdadeira “aquarela” do Brasil. A união dessa diversidade se revela igualmente nas referências à cultura da elite e do povo, combinando citações de obras literárias – “Caramuru”, de Frei José de Santa Rita Durão, “Iracema”, de José de Alencar e “Canção do Exílio”, de Gonçalves Dias –, com trechos de canções populares – “Luar do Sertão”, de Catulo da Paixão Cearense e Eduardo Neves, “Casinha na colina”, de Luiz

Peixoto<sup>177</sup> e Pedro de Sá Pereira, e “Meu Limão meu limoeiro” e “Casinha pequenina”, consideradas de domínio público. Através da lembrança de pequenas frases e, às vezes, somente palavras mais marcantes destas obras, Guilherme da Almeida procura compor também uma aquarela do nosso povo, preñhe de cores e sentimentos.

No estribilho, trecho em que a guerra se faz mais presente, os famosos versos de Gonçalves Dias são reproduzidos na íntegra – “Não permita Deus que eu morra, sem que volte para lá” – enfatizando a dimensão religiosa do culto cívico do expedicionário. A menção a Deus e a certeza da vitória – “Sem que leve por divisa esse V que simboliza a vitória que virá” – são traços fortes do estribilho, coroado, em seu último verso, com uma boa dose de coragem e patriotismo. O flagrante tom ufanista não se desdobra em nenhuma menção ao inimigo, como se observa no caso da versão da “Canção do Expedicionário” encomendada pelo Exército. No entanto, a canção não encobre, a despeito de não figurar o inimigo, o lado do combate evidenciado nos versos: “Nossa vitória final,/Que é a mira do meu fuzil,/A ração do meu bornal,/A água do meu cantil (...)”. Ao reunir essas características, a “Canção do Expedicionário” se configura como uma verdadeira expressão daquele momento histórico em que, enquanto os soldados lutavam no *front* europeu, no *front* interno a população era chamada a se envolver no esforço de guerra. Certamente por tudo isso, a canção fez muito sucesso no Brasil, tornando-se repertório praticamente obrigatório de bandas e coros, em memória do triunfo nacional. A “Canção do Expedicionário” só veio a ser conhecida pelos combatentes, no retorno da FEB ao Brasil. Lançada em outubro de 1944, em meio aos embarques dos escalões para a Itália, ela não chegou a circular entre as tropas, como aconteceu, exaustivamente, com “*Deus salve a América*”.<sup>178</sup> Nesse sentido, a canção, apesar de ter sido concebida por Guilherme de Almeida como um cartão de visitas dos expedicionários a outros povos, se destinou – até mesmo por suas memórias musicais que, muito provavelmente, somente os brasileiros poderiam ter – muito mais aos que ficaram no Brasil, do que aos que partiram com a FEB ou aos demais soldados estrangeiros.

Tamanha foi a repercussão da “Canção do Expedicionário” no Brasil, que as Forças

---

<sup>177</sup> Também autor da letra da “Canção do Expedicionário” aprovada pelo Exército em fevereiro de 1945. Ver mais sobre o autor na nota 179, na página seguinte, e sobre a primeira versão da “Canção do Expedicionário” nas pp. 148 e 149 deste capítulo.

<sup>178</sup> A versão original em inglês, intitulada “God Bless América”, foi composta, em 1938, pelo russo Irving Berlin em homenagem aos EUA, país para o qual mudou-se com sua família, em 1893, com apenas 5 anos. A partir de então, torna-se uma das canções patrióticas mais conhecidas e entoadas nos EUA e no mundo. A versão em português é de autoria de João de Barro, o Braguinha, e ficou conhecida nas vozes de Francisco Alves – que também gravou a “Canção do Expedicionário” – e Abel Cardoso Júnior. Ambas versões eram conhecidas pelos expedicionários e, frequentemente, tocadas pelas rádios no *front* italiano.

Armadas a adotaram, posteriormente, em substituição à sua própria produção, como o “hino oficial da FEB” executado, até hoje, na maioria das celebrações militares. Gravada pelo cantor e compositor, Francisco Alves, conhecido como o “Rei da Voz” e maior ídolo da MPB nas décadas de 1930/1940, a canção rapidamente caiu no gosto popular fazendo sucesso também no rádio. Contratado pela Rádio Nacional, Francisco Alves, juntamente com Orlando Silva e Sílvio Caldas, figurava entre os cantores mais populares da Era de Ouro do rádio. A popularidade de Francisco Alves contribuiu também, em grande medida, para sua divulgação como já havia ocorrido, anteriormente, com outras composições que ganharam projeção na sua voz – inclusive muitos dos sucessos citados na própria “Canção do Expedicionário”. Em 1939, por exemplo, o cantor foi responsável pela primeira gravação de “Aquarela do Brasil”, de Ary Barroso, com arranjo de Radames Gnattali, uma das músicas com a discografia das mais extensas na história da MPB. Mais tarde, em 1942, impulsionado pelo clima nacionalista provocado pela Segunda Guerra Mundial, gravou também a marcha “O ‘V’ da vitória”, de Lamartine Babo e, dois anos depois – portanto, em 1944, mesmo ano de lançamento da “Canção do Expedicionário” – a canção “Vitória! Vitória!”, de José Rodrigues Pires.

A outra versão da “Canção do Expedicionário”, aprovada pelo Exército em 28 de fevereiro de 1945, de autoria de Aldo Caminha (música) e Luiz Peixoto (letra),<sup>179</sup> ficou relegada ao esquecimento pelas próprias instituições militares. Nessa, como se pode notar a seguir, é evocado o caráter cívico patriótico da guerra, do sacrifício dos soldados, deixando de lado as referências poéticas que “tocavam” os corações e mentes dos brasileiros, tornando-os “aliados” dos expedicionários. O tom explicitamente patriótico e militar é bem mais evidente.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> Em 1911, estreou como teatrólogo com a peça intitulada “Seiscentos e seis”. No ano seguinte, fez grande sucesso com a comédia de costumes cariocas “Forrobo dó”, escrita com Carlos Bittencourt e musicada por Chiquinha Gonzaga. A peça, montada no Teatro São João, atingiu o marco de 1.500 apresentações. O grande sucesso no teatro não o impediu de exercer, paralelamente, diversas outras atividades, trabalhando em jornais e revistas como redator e caricaturista. Entre 1906 e 1919, foi desenhista e redator do *Jornal do Brasil*, no Rio de Janeiro, e *Sete Horas*, em São Paulo. Colaborou, na época, com várias revistas como “O Papagaio” e “A Avenida”, em 1906, e “Tan-tan” e “Fon-fon”, em 1907. Foi também letrista, poeta, pintor e escultor. Parceiro de Ary Barroso, teve várias de suas canções gravadas por Carmen Miranda, Sílvio Caldas, Aracy Cortes e Dircinha Batista, entre outros. O samba canção “Ai, Ioiô”, em parceria com Henrique Vogeler, “Meu Senhor do Bonfim”, em parceria com Pedro de Sá Ferreira e Marques Porto, “Maria”, em parceria com Ary Barroso e “Disseram que voltei americanizada” e “Voltei pro morro” – as duas últimas na voz de Carmen Miranda – figuram entre alguns de seus maiores sucessos musicais. A partir de 1935, publicou uma série de poemas humorísticos na revista “O Malho”. Em 1945, escreveu com Geysa Bóscoli e Paulo Orlando a peça “Canta Brasil”, em homenagem à tomada de Monte Castelo pelos pracinhas brasileiros na Itália. Encenada no Teatro Recreio, a peça contou com músicas de Ary Barroso, Sá Pereira e Alcyr Pires Vermelho.

<sup>180</sup> Características que são reforçadas pelo ritmo de marcha da música. Foi gravada originalmente por Manoel Reis que, embora tenha sido um cantor de discreta presença no cenário musical, gravou outras marchas de sucesso na década de 1940, entre as quais, destacam-se: “Cisne Branco”, de Antônio do Espírito Santo, hino



Enquanto pelos campos de batalha  
Altiva tremular nossa bandeira  
Com fé eu lutarei, a vida arriscarei  
E o inimigo sem temor esmagarei.

No instante decisivo da arrancada  
Em ti só pensarei pátria adorada  
Por céu e terra e mar há de o meu braço varonil  
Honrar-te ó meu Brasil.

E no dia em que eu voltar  
Hão de os pássaros cantar  
E surgirá do sol estranha claridade.  
E entre salvas de canhões  
Pulsarão mil corações  
Porque trarei comigo a paz e a liberdade.

Nesse caso, não se está interessado em cantar de onde vem o expedicionário, mas sim que, independente de quem seja, assuma seu dever de lutar pela pátria. Com a proximidade do término do conflito, o Exército procurava caracterizar o expedicionário como aquele responsável por trazer consigo “a paz e a liberdade”, trunfos na luta contra o nazifascismo. Vale ressaltar que é provável que parte dos soldados não se reconhecesse nessa versão, assim como também, muitos deles, não se identificassem na canção de Guilherme de Almeida. Pereira (2009:53) lembra que, além dessas músicas, havia ainda uma versão, uma paródia da “Canção do Expedicionário”, composta coletivamente pelos praças, “dentre os quais não faltaram as mãos de alguns militantes de esquerda”, em resposta à pergunta: “Você sabe de onde eu venho?” A “Canção proibida do Expedicionário”, como se tornou conhecida, é, ao contrário daquela que a motivou, muito pouco divulgada. Censurada pelo DIP, a canção era motivo de repreensões e prisões para aqueles que a cantassem ou, até mesmo, apenas a conhecessem e mencionassem. A letra, composta ao todo por 18 estrofes, sem nenhum refrão, procura refutar ponto a ponto a descrição do pracinha assinada por Almeida. Reproduzo aqui algumas delas que merecem destaque, pelo valor estilístico, que manteve e transmitiu a canção, segundo estratégias comuns às “memórias subterrâneas”.

(...) Vim do Mangue, das restingas,  
Das espinhentas caatingas,  
Do cume do Bom Conselho.  
Venho de perto do inferno,

---

oficial da Marinha brasileira e “Meu pavilhão”, conhecido como o segundo hino do C. R. Vasco da Gama, de João de Freitas e Ernâni Correia.

Venho do serviço interno  
Da mina do morro Velho,  
Onde trabalho a porfia,  
Tirando ouro pro inglês,  
A três desastres por dia,  
Duzentos mil réis ao mês.

Vim do Rio de Janeiro,  
De uma pensão familiar,  
Do calor de fevereiro,  
Capaz de fundir estanho,  
Sem água pra tomar banho,  
Nem camisa pra trocar.

Vim já nem sei mesmo de onde  
Tanto lugar que nem sei,  
Venho do estribo do bonde,  
Do guarda noite solene,  
Na fila do querosene,  
Que leite nunca comprei.

Venho das noites de cana,  
Das mãos de um tira bacana,  
Dos dez mil da carceragem;  
Dos “truques” da malandragem,  
Da borracha do agrião.  
Venho do xadrez molhado,  
Dos berros do delegado,  
Dos gritos do prontidão.

Vim do “truque” do boteco,  
Do samba, do reco-reco,  
Venho da forja e do malho,  
Vim da farra e do trabalho,  
Do quartel e da prisão,  
Vim da oficina e da “zona”  
Tive até de pedir carona,  
Porque não deu o pavão.

Eu donde venho não minto:  
Sou da plebe, sou da arraia,  
Venho do Pindura Saia,  
Venho do Morro do Pinto,  
Venho das farras baratas,  
Do cordão das gafieiras,  
Vim dos braços das mulatas,  
Das crioulas bagageiras.

Venho do Brasil inteiro:  
Sou jeca, sou jornalista,  
Alfaiate, ascensorista,  
Sou bacharel sem dinheiro,

Estudante sem vintém,  
Já tive uma padaria,  
Não sou pouca porcaria,  
Sou chefe: chefe de trem.

Venho do Brasil inteiro.  
Sou capiau, sou vaqueiro,  
Venho do cabo da enxada,  
Dos chacos do Corumbá,  
Da maleita, da geada,  
E da seca do Ceará. (...)

Não venho da “pátria amada”,  
Não venho do “céu de anil”,  
Vim do sertão, da queimada,  
Do verdadeiro Brasil.  
Vim dos brejos e dos rios.  
De cercanias agrestes  
Eu venho do casarão  
De horrores, misérias, pestes  
Que é a casa de correção.

Venho de dores ingentes,  
Seguindo um caminho longo,  
Buscando melhores dias.  
Sou da arraia, sou da plebe,  
Sou neto de Cunhambebe,  
Sou neto de Tiradentes,  
Sou neto de Manoel Congo  
Não sou neto de Caxias.

É melhor que eu não reclame.  
Que acabam por me chamar  
De “Quinta-Coluna” infame  
Se por acaso eu voltar.<sup>181</sup>

Em primeiro lugar, embora não existam registros sobre a data precisa em que essa composição foi escrita, em se tratando de uma resposta à canção de Almeida e considerando que a maioria dos pracinhas só tomaram conhecimento dela no retorno ao Brasil, pode-se aventar que, senão todos, ao menos alguns de seus autores a escreveram na condição de veteranos, e não mais de expedicionários. Ainda que o último verso da letra – ao fazer referência à citação gonçalvina que inaugura o estribilho da “Canção do Expedicionário” – coloque em dúvida a sobrevivência dos autores à guerra, o mais provável é que isso tenha acontecido. Sendo assim, a dúvida explícita no verso “Se eu por acaso voltar”, além de dar um

<sup>181</sup> A versão na íntegra pode ser encontrada em [http://www.anvfeb.com.br/cancao\\_proibida.htm](http://www.anvfeb.com.br/cancao_proibida.htm). Acesso em: junho 2010.

desfecho dramático à composição, revela uma forte oposição à certeza da vitória e do regresso, afirmada pela canção de Almeida. Na versão proibida, a FEB vem da “arraia miúda” do Rio de Janeiro, do agreste, do sertão, “dos truques da malandragem”, “dos braços das mulatas”, “das noites de cana”, “do verdadeiro Brasil”, enfim, “do Brasil inteiro”. Longe do tom patriótico das outras duas versões – “Não venho da 'pátria amada', não venho do 'céu de anil’” – e, até mesmo, renegando a tradição militar – “Não sou neto de Caxias” – a canção proibida é, em síntese, a antítese da versão de povo brasileiro da composição de Guilherme Almeida e, por conseguinte, uma denúncia do discurso estado-novista – “É melhor que eu não reclame/ Que acabam por me chamar/ De quinta-coluna infame.”

Os embates entre essas versões da “Canção do expedicionário”, representativos do quão fragmentadas e competitivas podem se apresentar as memórias sobre a FEB e seus expedicionários, nos levam de volta à questão levantada no primeiro capítulo: afinal, entre o “caxias” e o malandro – claros tipos ideais dessas variações –, onde podemos situar o combatente da FEB? O quanto as canções dos expedicionários e outras versões memoriais presentes em depoimentos, entrevistas, autobiografias e trabalhos acadêmicos, nos dizem sobre as múltiplas faces desses heróis?

Variações da pergunta formulada por Guilherme de Almeida no primeiro verso da “Canção do Expedicionário” que, assim como ela, seguem sem respostas consistentes. Com o trabalho de análise da documentação pesquisada no AHEx, se procurará contribuir, ainda que parcialmente e ciente dos riscos de imprecisão que esse tipo de tarefa impõe, com uma melhor aproximação dessas questões. Na verdade, muito mais do que respostas completas, o que se pretende, com esse trabalho, é apontar caminhos que, embora ainda careçam de maiores investigações, possam nos levar a lugares diferentes daqueles em que já se esteve até então.

#### **4.3 O herói no espelho**

Para começar, cabe registrar alguns dados significativos sobre o conjunto de documentos analisados, formado por 1.166 cópias dos certificados de reservistas e dos termos de isenção definitiva do serviço militar em tempos de paz.<sup>182</sup> Esta documentação será chamada aqui, indistintamente, de fichas, para efeito de simplificação, uma vez que as

---

<sup>182</sup> Gostaria de registrar e agradecer a ajuda prestimosa de Jimmy Medeiros, assistente de pesquisa do CPDOC/FGV/RJ, no tratamento desses dados.

informações que nos interessam são encontradas em ambas, não havendo razão para tratá-las de forma diferente.

A maioria dos reservistas documentados nessas fichas é composta de praças: 850 soldados e 102 cabos. Os sargentos, considerados como sub oficiais, aparecem em menor escala, perfazendo um total de 91 fichas, contra 122 em que o registro da graduação foi deixado em branco. Como dito anteriormente, a pluralidade de informações que potencialmente essas fichas poderiam oferecer esbarra, infelizmente, nas inúmeras falhas observadas no preenchimento da documentação. Nota-se também, no que diz respeito à escolaridade, que 0,9% dos soldados foi considerado semianalfabeto e somente 7,1% analfabeto. No caso dos cabos e sargentos, essa taxa cai para zero. Um dado que contraria as avaliações que, em geral, se fazem sobre o nível de escolaridade das tropas da FEB na maioria das vezes caracterizada como uma massa de analfabetos oriundos, em grande parte, do campo.

No cômputo desses dados, primeiramente, há que se levar em conta que a maior parte desses homens é oriunda de áreas urbanas – é bem provável que nas áreas rurais essa realidade seja distinta. Em segundo lugar, também cabe destacar que a ausência de um padrão no preenchimento das fichas pode levar a uma interpretação, por vezes, equivocada dos dados. Nas fichas, o campo destinado a essa informação é identificado apenas como “alfabetização”, não revelando com precisão o grau de escolaridade, o que pode ser presumido apenas pelo registro da profissão civil do reservista. Nesse campo, onde deveria constar apenas “sim” ou “não”, foram encontrados nove tipos de critérios: “semianalfabeto”, “rudimentar”, “não assina o nome”, “curso secundário”, “curso primário”, “sabe ler e escrever”, “rudimentar/analfabeto”, “pouco” e “mais ou menos”. Essas variações – que dizem muitíssimo sobre a pluralidade de visões a respeito do “saber ler e escrever” de quem as preenchia – acabam levando à necessidade de agrupar as informações de maneira a conferir ao conjunto de documentos alguma inteligibilidade, mesmo correndo o risco de generalizações. Por isso, foram construídos os seguintes padrões: para analfabetos, agregou-se “rudimentar/analfabeto” e “não assina o nome”; para semianalfabetos, agregou-se “rudimentar”, “pouco” e “mais ou menos”, além de “semianalfabeto”. Por óbvio, os restantes são considerados “alfabetizados”.



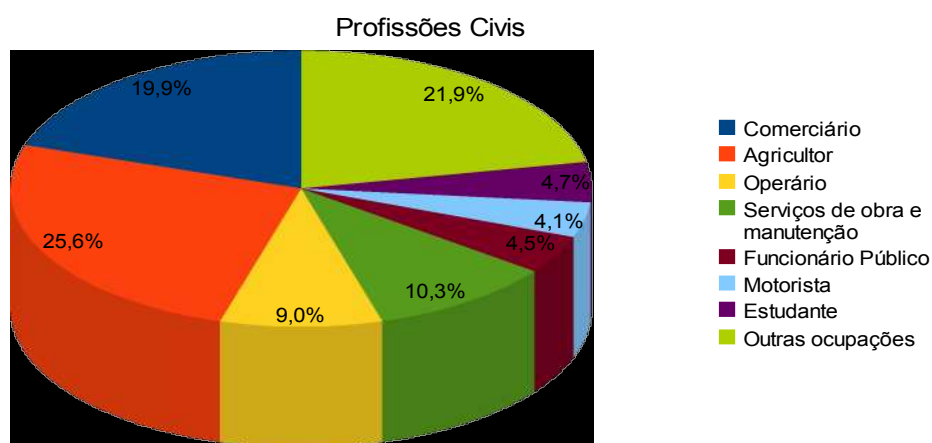
*Tabela 1: Grau de alfabetização por patente militar*

Patente	Alfabetizado	Analfabeto	Semianalfabeto	Não consta
Soldado	778	60	8	4
Cabo	102	0	0	0
Sargento	91	0	0	0
Sem registro	111	11	0	0
<b>Total</b>	<b>1082</b>	<b>71</b>	<b>8</b>	<b>4</b>

O elevado número de alfabetizados chama atenção em contraste com a imagem do Brasil da década de 1940, marcado pela concentração da população nas áreas rurais, pelas condições precárias de saúde e pelos elevados índices de subnutrição e analfabetismo. A abrangência e flexibilidade do que, para efeito do preenchimento das fichas, se considerava como “alfabetizados” pode explicar esses números. Eram, por exemplo, considerados alfabetizados aqueles que apenas assinavam o nome e também aqueles que se declaravam como tal, sem a necessidade de nenhum comprovante dessa condição. Excluindo-se aqueles que não têm registro da patente militar, somente entre os soldados constam reduzidos números de analfabetos ou semianalfabetos. E apesar disso, note-se que mesmo entre esse grupo, em que historicamente a incidência de analfabetismo é maior, o índice de alfabetizados é grande. Assim, é possível que estejam representados nesse conjunto um número de alfabetizados maior do que, de fato, existia.

O mesmo tipo de procedimento adotado para agrupar as informações sobre o grau de escolaridade foi empregado também no caso das profissões civis dos reservistas. Os 160 tipos de ocupação registrados nas fichas foram agrupados em oito categorias: os agricultores e lavradores foram designados como “agricultores”; os que trabalhavam com comércio de mercadorias como “comerciários”; os operários, torneiros mecânicos e industriários como “operários”; os mecânicos, pedreiros, eletricitas, pintores, carpinteiros, ferreiros e marceneiros como “serviços de obra e manutenção”; os funcionários municipais, estaduais e federais como “funcionários públicos”; os motoristas independentemente do tipo de veículo que conduzissem como “motoristas”, e os estudantes indistintamente como “estudantes”. Fazem parte do grupo designado como “outras ocupações”, uma ampla gama de atividades que se estendem por diversos ramos de trabalho que incluem copeiro, garimpeiro, guarda

livros, confeitoiro, operador cinematográfico, radiotelegrafista, remador, professor e até mesmo cantor, músico, pescador, barbeiro e ajudante de motorista – a maioria com apenas um representante ou no máximo três, como no caso dos operadores cinematográficos, radiotelegrafistas e professores. Um dado que chama a atenção é o elevado número de trabalhadores que atuam em atividades tipicamente urbanas, como no caso dos “comerciários”, dos “operários”, dos trabalhadores no setor de “serviços de obras e manutenção” e, em menor escala, o dos “funcionários públicos”. Números que podem ser explicados, em certa medida, pela grande concentração desses reservistas residirem nas cidades, com destaque para o Rio de Janeiro, afirmação que é válida também para o caso dos estudantes. Somando os percentuais dessas profissões, que poderíamos classificar como urbanas, é possível notar que esse subgrupo supera numericamente o de agricultores, tidos normalmente como maioria entre o efetivo da FEB.



(Figura 1) Ocupação civil dos convocados

Se cruzarmos esses dados com a graduação dos reservistas, como mostra a *Tabela 2*, podemos refinar ainda mais essa análise, percebendo as grandes variações de ocupação entre as patentes militares. Assim, temos que, dentro do grupo de soldados e cabos, 27 % são “agricultores”, enquanto no grupo dos sargentos apenas 3,3% exercem essa ocupação. Essa situação se inverte, embora a diferença seja menor, entre os “comerciários”: 34,1 % dos sargentos e 18,8% dos soldados e cabos exercem tal ocupação. Já entre os estudantes, essa diferença se amplia, oscilando de 24,2 % dentre os sargentos para 3,3 % de soldados e cabos.



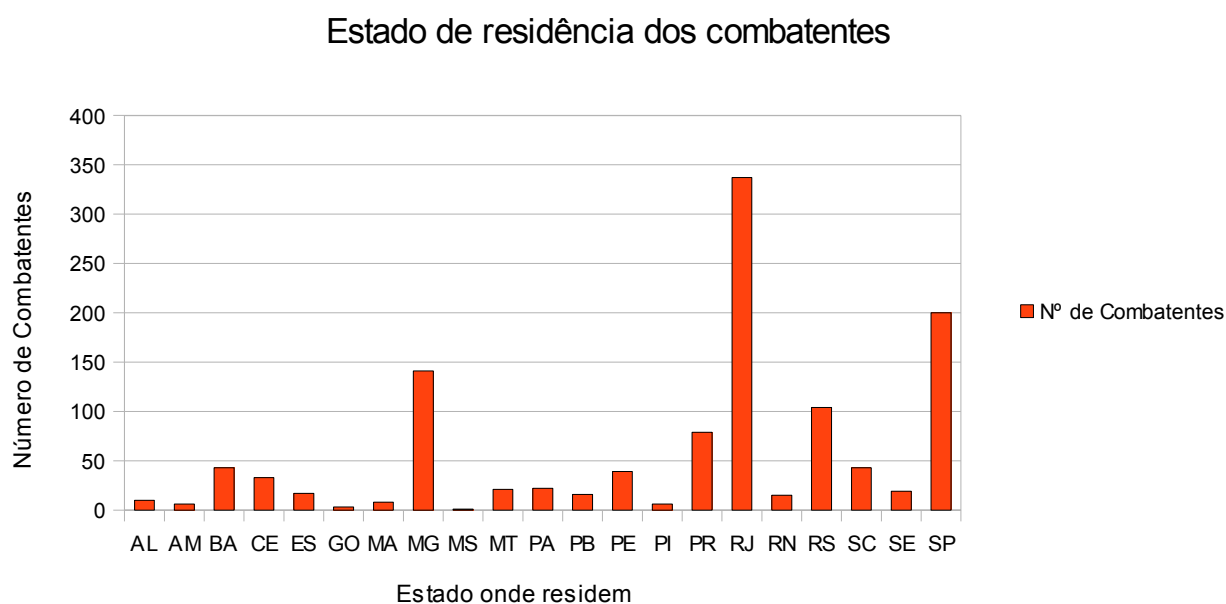
Ao avaliarmos exclusivamente os cerca de 7,1% dos soldados analfabetos, percebemos que, aproximadamente, 76% são agricultores, confirmando, como já se supunha, que a maior parte dos analfabetos vinha de áreas rurais. Dessa forma, é provável que esses números tendam a crescer a partir da análise de dados de reservistas oriundos de outras regiões do país afastadas dos grandes centros.

*Tabela 2: Ocupações civis por graduação militar*

Ocupação	Soldados e Cabos	Sargentos	Total
Comerciário	18,8%	34,07%	19,91%
Agricultor	27%	3,3%	25,58%
Operário	10,19%	0%	9,01%
Serviços de obra e manutenção	11,24%	3,3%	10,3%
Funcionário Público	4,52%	4,4%	4,46%
Motorista	4,2%	1,1%	4,12%
Estudante	3,26%	24,18%	4,72%
Outras ocupações	20,8%	29,67%	21,89%
Total	100%	100%	100%

A *Figura 2* pode também ser esclarecedora nesse sentido, por revelar que os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná concentram o maior número de reservistas, enquanto Mato Grosso do Sul, Goiás, Amapá e Maranhão representam uma parcela menor desse conjunto documental. À exceção do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – não por acaso onde foram formados os três Regimentos de Infantaria da FEB – em outros estados, como Bahia, Santa Catarina, Pernambuco e Ceará, percebe-se que as variações entre as taxas de reservistas são pequenas. Grande parte dos reservistas cariocas, paulistas e mineiros residiam nas respectivas capitais ou em cidades como: Niterói, Campinas, Juiz de Fora, São João del Rei. Vale lembrar que a seleção difusa dos combatentes por diversas regiões do país fazia parte da estratégia do Alto Comando do Exército para evitar a

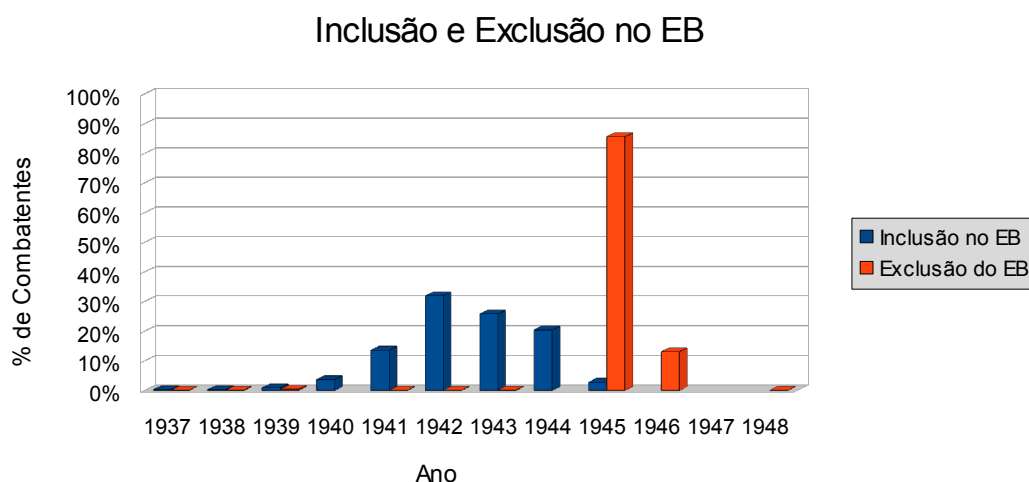
projeção de novas lideranças militares. Além disso, visava também conferir à FEB um caráter nacional e, simultaneamente, impedir que essas regiões, devido ao desfalque excessivo dos efetivos, ficassem por demais vulneráveis a possíveis ameaças trazidas pelos “inimigos internos” do Estado Novo.



(Figura 2) Estado de residência dos combatentes

Também apresentam poucas variações os dados referentes ao estado civil dos reservistas e seu tempo de permanência no Exército. A imensa maioria deles, 92 %, era solteiro, o que não parece ser uma particularidade desse grupo, visto que, o Aviso nº 3.167 publicado em 1 de dezembro de 1942, isentava da convocação não apenas os homens casados, mas também os que tivessem irmão incorporado, os que sustentassem filhos e os funcionários públicos federais, estaduais e municipais. A necessidade de aumento dos efetivos para a FEB era incompatível com as políticas de apadrinhamento e as isenções legislativas que desobrigavam alguns privilegiados a lutar no *front*. Foi preciso, então, adotar, paralelamente a essas práticas, medidas que assegurassem a ampliação dos efetivos que o estado de guerra impunha. Assim, além do afrouxamento dos processos seletivos de ingresso, foram convocados os reservistas em cotas iguais entre as classes de 1912 e 1921. As classes correspondiam ao ano de nascimento dos reservistas, ou seja, nesse caso foram chamados

aqueles que tinham entre 21 e 30 anos, e não somente, como estipulado no regulamento, os reservistas, sucessivamente, a partir da classe de 1921. Isso possibilitou o aumento do efetivo total do Exército de 60.000 homens, em 1939, para 95.000 em 1942, sendo que, em dezembro de 1943, atingiu-se a marca de 165.000 soldados.<sup>183</sup> Os dados da *Figura 3* confirmam esse crescimento, especialmente notável no caso da documentação pesquisada, entre os anos de 1941 e 1944. Cabe destacar que, por conta das falhas no preenchimento das fichas, só foi possível apurar o tempo de permanência no Exército de 637 reservistas. Em geral, tais falhas são mais frequentes nas datas de inclusão no serviço militar do que nas de exclusão, uma vez que essas coincidiam, ao menos em tese, com as da produção dos documentos que oficializavam o desligamento do Exército. Como era de se esperar, com a dissolução da FEB, em junho de 1945, essas exclusões atingem níveis elevados, especialmente entre os meses de junho e outubro. No entanto, cerca de 10% das fichas indicam, como data de exclusão de cabos e soldados, o ano de 1946, contradizendo, a informação referenciada em fontes de diferentes natureza – depoimentos de ex-combatentes e trabalhos acadêmicos – de que todos os praças da FEB foram, simultaneamente, dispensados do Exército, na Itália, antes de embarcar para o Brasil.



(Figura 3) Ano de inclusão e exclusão da FEB

Um outro dado que surpreende ao analisarmos essa documentação diz respeito à

<sup>183</sup> AHEx. Relatório do Ministro da Guerra de 1943.

origem étnica dos combatentes. Reconhecidamente, a FEB foi a única tropa mista, ou seja, composta por brancos e negros, a lutar no *front* europeu. Ainda durante a Segunda Guerra Mundial, as unidades de combate eram segregadoras e os negros tinham dificuldades em serem aceitos como iguais. A 92ª Divisão de Infantaria, conhecida como “*Buffalo Soldiers*”, foi única composta por negros que combateu no Teatro de Operações da Itália. Ao lado da FEB, fez parte do V Exército norte-americano e serviu no *front* italiano de 1944 até o final da guerra. Comanda por oficiais brancos, reproduzia internamente o caráter segregacionista, deixando aos negros os postos militares mais subalternos. Assim, a imagem de negros e brancos lutando lado a lado na FEB contribuiu para alimentar, tanto externa quanto internamente, o mito da democracia racial no Brasil. Porém, muito mais do que um indício de ausência de racismo, essa integração era produto de uma sociedade miscigenada ainda em busca de caminhos para enfrentar suas tensões raciais. Em seu depoimento, Arruda relembra um episódio bastante representativo dessas tensões que se reproduziam também dentro do Exército.

(...) em março de 1944, (...) se preparava um desfile da infantaria expedicionária. Nas vésperas da sua realização, lá veio do mesmo Comandante, já nosso conhecido, a ordem: 'Excluam os negros!' O problema era que, excluídos os negros – e por aproximação, também os cafuzos, os mulatos, os morenos, etc. – pouco restaria da nossa Infantaria. A ordem, mais uma vez foi desconhecida; mas não pudemos deixar de guardá-la em nossos espíritos como testemunho sobre a conduta do nosso Comando (ARRUDA, 1950:70).

Diante desse quadro, chama a atenção o fato de que entre as fichas levantadas o número de reservistas brancos é maior do que o de negros. Para compreendermos melhor esses dados se faz necessário tecer algumas considerações sobre a grande variação de categorias encontradas nas fichas, que mais uma vez, diz muito das visões sobre cor daqueles que as preenchiam e os critérios adotados para agrupá-las. Conforme mostrado na *Tabela 3*, foram encontradas dez categorias atribuídas ao quesito “cor”, são elas: “branca”, “branca (morena)”, “escura”, “morena”, “morena clara”, “parda”, “parda clara”, “parda escura”, “parda média” e “preta”. Em vista das dificuldades operacionais em lidar com o significado dessa ampla gama de padrões – branca/morena, morena clara, parda clara etc. – tomaremos os critérios adotados pelo IBGE para o censo de 1940 como diretrizes para a análise. No que diz respeito à cor, os critérios adotados nos diversos censos brasileiros têm sido mantidos com

poucas variações desde de 1940.<sup>184</sup> Nesse censo, a classificação segundo a cor resultou da resposta do recenseador ao quesito: “Responda-se 'preta', 'branca' e 'amarela' sempre que for possível qualificar o recenseado segundo o característico previsto. No caso de não ser possível essa qualificação, lança-se um traço horizontal no lugar reservado para as respostas.<sup>185</sup>” A partir dessa classificação, estabeleceu-se a divisão da população em três grandes grupos étnicos – pretos, brancos e amarelos – e a formação de um “grupo genérico” de pardos, para os que registraram declarações outras, como por exemplo, “caboclo”, “mulato” e “moreno” ou se limitaram ao lançamento do traço. É interessante notar que, somente nos casos de completa omissão, é que se atribuiu a designação “cor não declarada”. Ainda de acordo com os critérios de avaliação do IBGE, mesmo aqueles aos quais se recorreu ao lançamento do traço foram designados como “pardos”, o que, como se percebe, faz dessa uma categoria extremamente fluída e abrangente. Em função da coincidência temporal e geográfica – afinal, foi entre essa população recenseada que se convocou os combatentes da FEB –, é possível supor que essas mesmas dificuldades de classificação tenham sido encontradas pelos recrutadores responsáveis pelo preenchimento das fichas.

Ainda sobre essa questão, o relatório do censo de 1940 informa que, à exceção de duas tabelas – ambas sobre a “população de fato por sexo e grupos de idades segundo os principais caracteres individuais”<sup>186</sup> –, em todas as demais, os grupos de “pardos” e pessoas de “cor não declarada” foram tratados em conjunto, uma vez que o segundo era constituído por um número pequeno (0,10%) e “a omissão à resposta traduziria, em muitos casos, uma reserva à declaração expressa da mestiçagem”<sup>187</sup>. Tais colocações reforçam a ideia da miscigenação como fator de discriminação e ajudam a entender a grande variação de categorias encontradas entre as fichas pesquisadas como se pode constatar na *Tabela 3*. Para efeito de pesquisa, esses dados foram agrupados com base nas mesmas categorias utilizadas pelo censo de 1940, entendendo-se como “pardos”, os mestiços de pretos com pessoas de outras etnias e os “amarelos” como pessoas de origem japonesa, chinesa, coreana etc. As categorias encontradas nas fichas foram redefinidas, a partir daí, sendo identificados três grandes grupos: “brancos”, “pretos” e “pardos” – sendo este último composto por “branca (morena)”, “escura”, “morena”, “morena clara”, “parda”, “parda clara”, “parda escura” e “parda média”.

<sup>184</sup> À exceção da inclusão, em 1991, da categoria “indígena”.

<sup>185</sup> Censo do IBGE de 1940, p. XXI. Disponível em <[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1940/Censo%20Demografico%201940%20VII_Brasil.pdf)>. Acesso em: junho 2010.

<sup>186</sup> Censo do IBGE de 1940, respectivamente, p. 6 e p.104.

<sup>187</sup> Id.

Os resultados do trabalho de agrupamento e reclassificação dos reservistas realizado com base nos critérios do IBGE e também na análise da foto que consta no documento – o que sabemos é muito subjetivo – até porque os 0,4% que se encontram sem fotos não puderam ser avaliados –, podem ser conferidos na *Figura 4*. Note-se que muitas vezes, essa classificação apresentou-se de forma diferente daquela que constava na ficha, como se pode observar na *Figura 5*, na qual a cor do reservista foi designada como “parda clara” quando é, pela foto, “preta”. Tanto na *Tabela 3* quanto na *Figura 4* o percentual de “brancos” é maior do que o de “pretos” e “pardos”. Já o percentual de “pretos” na *Figura 4* é bem maior do que na *Tabela 3*, crescendo de 5,5% para 20%. A consideração das fotos dos reservistas revelou também um aumento do número de “pardos” e a redução do número de “brancos”, e em ambos os casos, essa variação foi de cerca de 10%. Já a categoria “amarela”, ainda que contando com apenas cerca de 0,3%, só ganha visibilidade na *Figura 4*, visto que não há registros dela nas fichas pesquisadas. A comparação entre as tabelas indica que o preenchimento das fichas não batiam com as fotos do mesmo documento, embora não se possa desconsiderar o fato de que o processo de classificação dos reservistas, de acordo com os critérios propostos pelo IBGE, não esteja livre de distorções. Assim, apesar dos riscos de generalizações, é possível constatar no conjunto de documentos pesquisado, uma distribuição distinta daquela descrita pelo depoimento de Arruda<sup>188</sup>.

Como mencionado anteriormente, os resultados aqui apresentados são parciais, uma vez que seria inviável, num curto espaço de tempo, analisar toda a documentação disponível sobre os efetivos da FEB – que incluem também os boletins médicos de recrutamento arquivados no AHEx. Porém, podem se mostrar frutíferos no sentido de caracterizar esses combatentes a partir da análise de fontes produzidas pelo Exército que permanecem, ainda hoje, sem o tratamento que merecem. Assim, ao possibilitar uma aproximação diferenciada do perfil desses combatentes, permite também compreender melhor variáveis fundamentais na construção do discurso de vitimização assumido no pós-guerra, em especial, pelas associações de ex-combatentes e pelos jornais. Não se espera com esse levantamento apontar grandes distorções – como, por exemplo, afirmar que os efetivos da FEB tenham sido recrutados entre a elite brasileira – mas relativizar, com base em dados documentais, algumas variáveis. Dessa forma, nosso esforço permitiria lançar luz sobre o perfil histórico sociológico desses combatentes que, como tudo o mais na história da FEB, é permeado por ambiguidades ainda a

---

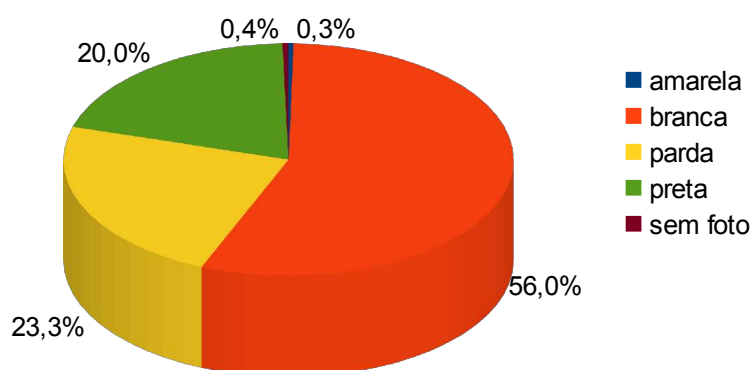
<sup>188</sup> Id.

serem investigadas. Além de qualificar mais precisamente quem eram esses combatentes – entre outros aspectos, de onde vinham, quais eram suas ocupações, sua origem étnica, sua escolaridade etc. –, o trabalho com esse tipo de documentação pode dar a ver elementos que não se mostram em meio às análises amplas que carecem de comprovação documental e que pouco contribuem para uma compreensão mais efetiva das lacunas na história da FEB.

*Tabela 3: Número de combatentes classificados por cor da pele*

Cor da Pele (certificados)	Números
<i>Branca</i>	776
<i>Branca morena</i>	1
<i>Morena clara</i>	1
<i>Morena</i>	23
<i>Parda</i>	102
<i>Parda clara</i>	117
<i>Parda média</i>	1
<i>Parda escura</i>	67
<i>Escura</i>	1
<i>Preta</i>	64
<i>Não consta</i>	12

Cor da pele (com base nos critérios do IBGE)



*(Figura 4) Percentual de combatentes classificados segundo critérios do IBGE para cor da pele*

**MINISTERIO DA GUERRA**

(1) R.M. (1)  
(Corpo ou Formação do Serviço)

**COPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA DE 1ª. CATEGORIA**


559.856 *Evacuado Apto* **F.E.B.**

emitido de acordo com  
Decreto 1249, de 7-V-945  
e do 10-V-945, - pág.  
8312."


Certifico que o cidadão Abilio Barreto Moreira (1)  
de 1917 (1) alistado no ano de \_\_\_\_\_ (1) pelo município  
Dist. Fed. (1) Estado Dist. Fed. (1)  
incorporado no ano de \_\_\_\_\_, é considerado reservista de 1ª. categoria.

**A) Identificação**

Tomaz Barreto  
Moreira (1)  
Maria Bernadina  
Moreira do Jesus (1)  
Estado Baia (1)  
Município Serrolândia (1)  
Cidade (lugar) " (1)



Côr Parda Clara (1)  
Cabelo Cast. esc. cres. (1)  
Olhos Cast. (1)  
Altura 1,75m (1)  
Nariz \_\_\_\_\_ (1)  
Bosto \_\_\_\_\_ (1)  
Boca \_\_\_\_\_ (1)  
Sinais particulares Nad



Regist. nº 180.603-17

Assinatura Abilio Barreto Moreira  
(Assinatura do reservista) (2)

**B) Serviço ativo (1)**

onde serviu 1º do 2º Av. R. A. O.  
do serviço (incluído em \_\_\_\_\_, excluído em 3-9-1945  
até \_\_\_\_\_

Soldado (Ass.) \_\_\_\_\_  
Cmt. do corpo ou chefe da formação do serviço

**C) Mobilização**

de mobilização \_\_\_\_\_  
Seção Mob. n. \_\_\_\_\_  
emitir em Paque Probitário, 3- fupo 8 (Casa 3) Laltou - Dist. Fed.  
(Cidade e, se possível, rua e número)  
de mobilização deverá se apresentar (Centro de mobilização n. \_\_\_\_\_)  
Nº \_\_\_\_\_ dia de mobilização \_\_\_\_\_  
de \_\_\_\_\_ de 19 \_\_\_\_\_  
(Ass.) \_\_\_\_\_  
(Chefe da Seção Mobilizadora n. \_\_\_\_\_)

(Figura 5) Cópia do Certificado de Reservista de 1ª Categoria (frente). AHEx.





MINISTÉRIO DA GUERRA  
FORÇA EXPEDICIONÁRIA RESERVISTA  
DETERMINAÇÃO DE RECOMPENSAÇÃO DE PESSOAL

Sum  
Incorporação da F.F.B.  
Chivito a uniformidade do Estado.

RELACÃO MODELO "E"  
Bol. n. 144

contenir e Maria Nite	N o m e	
Israel José Maria e Ostencia Rodriguez	Filiação	
14 - X - 919	Data do Nascimento	
Bom Vista - Município de Cruz Alta - Rio Grande do Sul	Onde nasceu	
Bom Vista - Município de Cruz Alta - Est. Rio Grande do Sul	Onde reside	
Agricultor	Profissão	
Solteiro	Estado civil	
Parada Clara	Côr	D e d o s C a r a c t e r í s t i c a s
1, m 73	Altura	
Cast. Esc.	Olhos	
Pretos	Cabelos	
Raspada	Barba	
Parados	Bigodes	
Oval	Rosto	
Equinacado	Nariz	
Regular	Boca	
Sim	Alfabetizado	
2 - 2 - 942	Data de Inclusão	
6 - 6 - 45	Data de Exatidão	
Bom -	Comportamento	
Reg. 7512736.	(Lei n. 115 de 18.11.45) Passar - Incorporação definitiva para o serviço do Exército. Não há relação de causa e efeito com as condições de serviço em ações de Guerra.	

(Figura 6) Cópia do Certificado de Reservista de 1ª Categoria (verso). Um dos poucos documentos em que todos os campos estão preenchidos. AHEx.

# Capítulo 5

---

***Associações de veteranos:  
lugares de resistência e disputa***

## 5.1 Sobre associações de guarda da memória

O rápido e constante desenvolvimento de novas tecnologias de informação e de comunicação disseminadas de forma efêmera nas sociedades contemporâneas, em especial pela Internet, tem provocado uma aceleração no ritmo dos acontecimentos que vem impactando de maneira decisiva o tempo presente. A supremacia da efemeridade, na qual o novo transforma-se rapidamente em obsoleto, acaba por colocar em cheque os referenciais que orientam a coletividade, levando, em última instância, ao risco iminente da perda da própria identidade. É nesse contexto que testemunhamos o aumento dos investimentos na valorização da memória como estratégia de combate à uniformidade de discursos totalizantes, que silenciavam grupos sociais até então sem visibilidade. A pluralidade de memórias trouxe à tona a necessidade da criação de espaços igualmente diversificados para a preservação desses passados múltiplos atribuindo valor histórico aos acervos mantidos sob sua guarda. Em meio a esse processo, ganha força a luta de grupos vitimados por memórias traumáticas, relacionadas a experiências limite como, por exemplo, é a da guerra. Tais grupos que buscam o reconhecimento público de seu sofrimento e demandam das instituições que julgam responsáveis por esse dano – em geral, o Estado e a sociedade – a adoção de políticas de reparação de natureza material e/ou simbólica. Práticas que traduzem a ideia do “dever” que essas instituições precisam assumir em relação aos grupos portadores memórias traumáticas<sup>189</sup>.

O debate em torno dessa questão se difunde, primeiramente, a partir de década de 1970 nos EUA e Europa incitado, em especial, pelas discussões sobre o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial que trazem a reboque memórias de outros traumas experimentados no século XX. Nas décadas seguintes, o movimento se generaliza pelo mundo de maneira notável, caracterizando o que Huyssen (2000) classificou como uma “cultura da memória” que vem redefinindo os contornos das relações entre passado, presente e futuro. A tal ponto, que se pode dizer, a exemplo de Hartog (2006), que vivemos hoje uma verdadeira monumentalização de um presente carregado de um “passado que não passa”<sup>190</sup>.

Fenômeno histórico de grandes proporções, a memória, como nos lembra Rousso

---

<sup>189</sup> Sobre o “dever de memória” ver o trabalho de Luciana Q. Heymann (2007). A categoria será tratada mais detalhadamente no capítulo 7, no qual me ocuparei em discutir os diferentes “usos” que o diário a que me proponho analisar pode adquirir ao longo do tempo.

<sup>190</sup> Tomando de empréstimo, a expressão cunhada por Henry Rousso. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a02.pdf>>. Acesso em: abril 2012.

(2007:12), transformou-se “gradualmente em valor” e, nesse cenário, “ser lembrado” é algo que está diretamente relacionado ao fato de “existir” e fazer parte de um grupo social. Na América Latina, as demandas de memória e inclusão social aparecem ligadas à divulgação das atrocidades e perseguições colocadas em prática durante os regimes ditatoriais, bem como às discussões dos processos de anistia promovidos pelos governos que os sucederam. No Brasil, tais debates resultaram, recentemente – em maio 2012 – na criação da Comissão Nacional da Verdade com vistas a apurar violações de Direitos Humanos cometidos por agentes públicos, durante o período de setembro de 1946 a outubro de 1988. Internacionalmente, histórias de extermínio em massa em países como Ruanda e Bósnia, da mesma maneira que o fim do *apartheid* na África do Sul tem igualmente desencadeado a adoção de políticas de memória, na tentativa de dar conta desses traumas e fazer justiça.

No cerne desse movimento, afirma-se a emergência da noção de “dever de memória” acrescida da necessidade, em alguns casos quase obrigação, de lembrar. Desde então, assiste-se a uma considerável multiplicação de lugares de memória: instituições, associações, celebrações, biografias, monumentos entre outros dispositivos como os definiu Nora (1993). Antes dedicados quase que exclusivamente preservar e comemorar a memória de grupos das elites, eles passaram a ser disputados também por novos sujeitos políticos (HEYMANN, 2011). Assim, assistimos a criação de novos museus e centros de memória empresariais, a profusão de datas comemorativas, a exposições e publicações de livros. O que se vê é uma infinidade de iniciativas, sejam no âmbito público ou privado, em consonância com as mudanças que levaram as sociedades contemporâneas de um regime de memória que deixou de ser o da “história-memória” e passou ao da “história-patrimônio” (NORA, 1993). Essa nova configuração é bastante evidente, em especial, na França, onde não apenas os lugares de memória, mas o próprio país em si, foi alçado à categoria de patrimônio.

Com a patrimonialização se impondo no mundo cada vez mais como um processo dominante, e, em alguma medida, voraz, corre-se o risco da proposição, nos moldes da utopia de uma história total ou de uma memória que tudo preserva, de transformar tudo em patrimônio. O ritmo acelerado dos processos de conversão do território nacional, das paisagens naturais, das espécies animais e vegetais, dos sítios arqueológicos, das cidades históricas, das tradições populares e, entre tantos outros bens culturais, dos acervos pessoais em patrimônio é responsável pela produção de uma diversidade de discursos que, por um lado, atualizam constantemente as memórias que se preservam sobre esses legados e, por

outro, consolidam novas memórias dando voz a diferentes grupos sociais. Nesse sentido, podemos dizer que o crescimento patrimonial contemporâneo, com sua multiplicidade de manifestações e caráter notadamente presentista, é fruto das diversas estratégias e recursos que tem sido mobilizados na tentativa de conferir legitimidade e valor histórico a esses acervos. O próprio movimento de produção patrimonial resulta, desse modo, na invenção de uma modalidade discursiva que atende a necessidade geral de arquivar, seja a própria vida, como sugere Artière (1998), seja a memória dos diferentes grupos sociais que inscrevem sua existência nesse novo cenário.

Consequentemente, como não é difícil supor, com a multiplicação desses lugares de memória amplia-se também a heterogeneidade dos discursos que se constroem sobre eles e, sobretudo, a luta por seu controle e pela gestão dos diferentes usos que se podem fazer deles. Identificar essa polifonia, bem como os sujeitos ou grupos sociais que estão em disputa pelo enquadramento dessas memórias é tarefa fundamental na investigação dos usos políticos que o passado pode adquirir em cada presente. Nessa perspectiva, as comemorações – ou, como define Catroga (1996), as ritualizações do passado – são elementos essenciais, porque capazes de produzir sentido e unidade ao expressar a relação entre o passado e o presente no qual as performances ganham forma. Através de gestos, símbolos e práticas, as comemorações presentificam o passado atribuindo-lhe significados e reconhecimento. Participam, portanto, do conjunto de rituais primordiais para o desenvolvimento das funções sociais da memória, entre as quais destaca-se o estímulo aos sentimentos de continuidade e pertencimento a um determinado grupo. Apesar disso, tais comemorações não estão isentas de tensões, uma vez que reproduzem, em grande medida, os conflitos de interesses que permeiam a sociedade. Interesses que, na verdade, são tão diversificados quanto a polifonia dos discursos que dão substância às memórias em disputa.

Recentemente, em especial a partir de março de 2008, a polêmica sobre o possível fechamento da *Casa da FEB*, no Rio de Janeiro, evidenciou essas disputas no campo das memórias sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Não cabe aqui retomar o episódio, já examinado na introdução desta tese. Mas vale mencioná-lo sob o pretexto de recuperar a trajetória da *Casa da FEB* enquanto um lugar de memória que, mesmo transcorridos mais de sessenta e cinco anos do término da guerra, é objeto de disputa. Se considerarmos ainda que o próprio processo de organização de instituições de guarda de memória constitui, em si mesmo uma construção discursiva sobre o acervo que está sob sua

guarda, essas disputas se complexificam e ganham uma amplitude maior. Para investigá-las é necessário levar em conta não somente a trajetória da *Casa da FEB*, acompanhando suas mudanças ao longo do tempo, como também os sujeitos históricos que dividem essa arena e são portadores de discursos, ora dissonantes, ora consonantes – revelando um campo memorial marcado por fragmentações e nuances.

## **5.2 Veteranos em ação: de volta à luta**

As traumáticas experiências de guerras mobilizaram, ao longo dos séculos XX e XXI, milhões de combatentes, em diversos países, na sua maioria, civis convertidos em soldados. Desde então, no mundo todo, veteranos enfrentam dificuldades na volta ao lar. Em geral, a própria sociedade não está preparada para recebê-los e o Estado nem sempre tem sucesso nas tentativas de implementar medidas que facilitem seu processo de readaptação social. O resultado disso é desastroso para essas sociedades e, particularmente, para os veteranos vistos, muitas vezes, como desajustados e incapazes. Passadas as comemorações no momento do retorno, eles se transformam em um estorvo para a sociedade. Sem emprego, ressentidos, traumatizados e mutilados, são homens sem perspectivas que, nem de longe, lembram a autodeterminação e virilidade dos tempos da guerra. Um perfil e uma situação que reúnem condições para, invariavelmente, a construção de um discurso vitimizador e rancoroso no pós-guerra.

Evidentemente, em sociedades como a europeia e a norte-americana, onde o número de veteranos chega à casa dos milhões, o impacto desse desajuste é muito maior do que, por exemplo, no Brasil, onde esse número é consideravelmente menor. Mas a despeito dessas variações, em qualquer lugar do mundo, em maior ou menor grau, soldados desmobilizados são um problema a ser resolvido, configurando um grupo cuja definição adquire contornos extremamente complexos. O que se deve não somente a grande diversidade de indivíduos que agrega: aqueles que voltam para a vida civil, outros que seguem a carreira militar, os que se envolvem, ou não, em associações, isso sem falar nas diferentes patentes militares que estão reunidas sob a categoria “veteranos”, o que certamente implica em variações nas formas de inserção no grupo, bem como, nos interesses que os orientam. Mas, também, porque marcado por um passado sensível em função dos traumas que experimentaram. Enfim, o fato é que

esses processos de readaptação social não são lineares e produzem impactos diversificados nas diferentes sociedades nas quais se fizeram presente. Entre vencidos e vencedores, cada qual a seu modo mobiliza estratégias<sup>191</sup> para lidar com essas questões, não sem ter que enfrentar atritos, ambiguidades e insatisfações. Vejamos a seguir alguns exemplos a título de ilustração.

Em pesquisa recente que investiga os inúmeros problemas enfrentados pelos veteranos do *Red Army* que retornaram a Leningrado depois de 1945, Robert Dale (2010)<sup>192</sup>, contesta a versão difundida pela propaganda soviética, que os apresentava como cidadãos exemplares que, beneficiados pelo apoio do Estado stalinista, se readaptaram à vida civil com relativa facilidade. Para Dale, ao contrário, a experiências da desmobilização vivida pelos veteranos soviéticos não foi diferente da enfrentada por veteranos de outros países. Também entre eles, a guerra deixou marcas profundas de ordem psíquica e emocional, gerando muitas vezes desafetos e frustrações. Em especial, envolvendo questões sociais e econômicas, que demandavam soluções mais imediatas, com destaque para o drama dos soldados desabrigados, que tiveram suas casas destruídas durante a ocupação alemã. Apesar disso, segundo Dale, o mito de uma desmobilização com sucesso permaneceu notavelmente resistente e continua a ser aceito por historiadores e pela sociedade em geral.

Na Alemanha e no Japão, a desmobilização ocorreu paralelamente ao processo de desmilitarização desses países sob ocupação norte-americana no pós-guerra. Após serem liberados da custódia do poder Aliado – o que, na maioria dos casos, aconteceu antes de 1948, exceto para aqueles que ficaram exercendo trabalhos forçados em território soviético –, os soldados já desmobilizados retornaram para casa. Em tese que examina como esses veteranos foram recebidos e tratados pelas forças de ocupação norte-americana e por seus próprios governos, Birgit Schneider (2010)<sup>193</sup> afirma que os desmobilizados, por conta de sua doutrinação nas Forças Armadas e seu engajamento na guerra, eram encarados pelas autoridades norte-americanas como potenciais proponentes do militarismo e adversários da democracia. Já para os governos alemão e japonês, eles representavam uma força econômica significativa e possivelmente defensora da democracia. Isto é, eram, ao mesmo tempo, tratados como agentes e vítimas do militarismo. Em consequência, as políticas de

---

<sup>191</sup> Para uma análise mais detalhada dos processos de desmobilização adotados pelos governos dos EUA, da Grã-Bretanha e da França ver trabalho de Francisco Ferraz (2008).

<sup>192</sup> Disponível em <<https://qmro.qmul.ac.uk/jspui/bitstream/123456789/703/1/DALERe-AdjustingToLife2011.pdf>>. Acesso em: abril de 2011.

<sup>193</sup> Disponível em [http://www.dissertations.wsu.edu/Dissertations/Spring2010/b\\_schneider\\_041510.pdf](http://www.dissertations.wsu.edu/Dissertations/Spring2010/b_schneider_041510.pdf). Acesso em: abril de 2011.



desmobilização nestes países oscilaram entre as restrições impostas pelas forças de ocupação e o apoio material fornecido pelos governos nacionais. De acordo com Schneider, por motivações diferentes, ambas estratégias foram bem sucedidas tanto na prevenção do retorno do militarismo como na reintegração dos veteranos alemães e japoneses em suas respectivas sociedades. Incorporando as contradições da guerra e da derrota, os soldados desmobilizados conseguiram, não sem tensões e conflitos, encontrar seu caminho de volta à vida civil durante o período da reconstrução econômica, sem se tornar a força subversiva que os Aliados temiam.

Já a desmobilização dos combatentes franceses se deu forçosamente por ocasião da invasão nazista, em 22 de junho de 1940, quando o efetivo das tropas foi reduzido a apenas 100 mil homens. Outros tantos, foram feitos prisioneiros de guerra e submetidos a trabalho forçado nos campos alemães. Entre 1940 e 1944 – *les années noires*, como Henry Rousso (2009) classifica o período – a França teve seu território dividido em duas zonas: uma ocupada pelo governo alemão e outra, a chamada França de Vichy, sob o governo colaboracionista do marechal Pétain. Marca indelével na memória francesa, a síndrome de Vichy (ROUSSO,1990) é, em essência, a origem do trauma histórico que caracterizou o período pós-guerra na França. No extremo oposto, o ação heroica dos combatentes da Resistência Francesa figura na memória nacional como o único legado digno de comemoração. Dividida<sup>194</sup> entre a colaboração e a resistência, a derrota e a libertação, o sofrimento das vítimas e do orgulho dos heróis, essa ambivalência da memória reflete, na verdade, as complexidades da experiência francesa na Segunda Guerra Mundial.<sup>195</sup> Nesse cenário, o trauma da desmobilização ficou em segundo plano, frente aos traumas que marcaram a memória nacional francesa.

Na Grã-Bretanha, o intuito de evitar os erros e omissões da política de desmobilização após a Primeira Guerra Mundial – limitada, quase que exclusivamente, à concessão de insuficientes pensões –, fez com que o governo desse início, ainda em 1941, às discussões sobre o novo plano de desmobilização a ser colocado em prática no pós-segunda guerra. Assim, ainda em maio de 1945, apenas uma semana após o término da guerra, o governo britânico anunciou as medidas que seriam tomadas para dar início, a partir do dia 18 de junho daquele ano, ao processo de desmobilização<sup>196</sup>. No entanto, o planejamento mais efetivo da

---

<sup>194</sup> Em trabalho recente de Olivier Wieviorka (2012), o tema voltou a discutido.

<sup>195</sup> Categoria utilizada por Pierre Laborie (2003) para compreender a sociedade francesa sob o regime de Vichy.

<sup>196</sup> Ver mais sobre a desmobilização britânica no trabalho de Rex Pope (1995).

desmobilização não acelerou o ritmo do retorno dos veteranos para casa, tanto no caso britânico, como no norte-americano. Os governos, portanto, sofreram pressões para que esse regresso fosse mais rápido. Alan Allport (2009), em pesquisa sobre o processo de desmobilização e reintegração dos conscritos britânicos após a Segunda Guerra Mundial, afirma que essa lentidão pode ser explicada por diversos motivos. Por um lado, muitos não foram dispensados porque suas habilidades e ofícios ainda eram necessárias nas missões de ocupação ou em zonas de conflito onde a guerra não havia terminado; por outro, o próprio governo se encarregava em frear o processo porque temia que uma rápida desmobilização criasse uma disponibilidade de mão de obra ociosa, contribuindo para aumentar, ainda mais, os índices de desemprego no país. As ordens desagradaram aos soldados que ficavam insatisfeitos por serem obrigados a seguir uma disciplina militar em tempos de paz e, em muitos casos, por vivenciarem longos períodos de tédio e inatividade quando supunham que estariam em casa comemorando, com suas famílias, seu retorno. O resultado foi um processo de desmobilização que se arrastou e, muitas vezes, significou um regresso anticlímax, com pouco alarde ou comemoração (ALLPORT, 2009).

Uma das estratégias do governo para minimizar a questão do desemprego foi utilizar a força de trabalho dos desmobilizados na reconstrução das edificações danificadas durante os constantes bombardeios da *Luftwaffe*. Os veteranos britânicos também tinham direito a receber o equivalente a 56 dias de trabalho ao serem desmobilizados e seus empregadores no pré-guerra foram obrigados a recontratá-los por, pelo menos, seis a doze meses, dependendo do tempo de serviço que acumularam no referido emprego. Traçando um paralelo com os direitos assegurados aos veteranos norte-americanos pelo *Reajuste Act* de 1944, mais conhecido como *G.I Bill of Rights*, constata-se que a situação dos veteranos britânicos era privilegiada se comparada, por exemplo, aos pagamentos de previdência social e benefícios oferecidos aos soviéticos. Nesse caso, o Estado stalinista, cuja economia estava falida, foi incapaz de dar aos veteranos o apoio de que precisavam (DALE, 2010). No entanto, como ressalta Allport, poderia ser ainda melhor, caso a Grã-Bretanha se encontrasse em condições econômicas capazes de oferecer um plano de desmobilização e reintegração tão caro e generoso quanto o adotado pelos EUA (ALLPORT, 2009). O *G.I Bill of Rights* oferecia aos veteranos norte-americanos um seguro desemprego de US\$ 20,00 por semana, por até um ano, o chamado *52-20 club*. Também permitia empréstimos para iniciar negócios e assistência financeira para formação profissional. As agências federais e administrações estaduais

seguiram a mesma política de dar preferência a veteranos em empregos públicos civis.

Em matéria de desmobilização o *G.I Bill of Rights* é considerado pelos estudiosos do tema<sup>197</sup> como um modelo a ser seguido, não apenas, por ter sido um dos mais ambiciosos e influentes planos de política social da história norte-americana, como também por ter proporcionado aos veteranos, entre outros benefícios, prosperidade econômica e oferta de educação. Isso não significou por si só, que o processo de reintegração social dos veteranos norte-americanos tenha sido fácil, porque afinal, como se pode constatar, em nenhum outro país o foi. Também nos EUA, como aconteceu na Grã-Bretanha, o governo sofreu pressões para acelerar o ritmo da desmobilização. Um complexo sistema de pontos com base no tempo de serviço, dias de combate, tempo no exterior e número de filhos determinava quais combatentes iriam para casa primeiro.

Quando a Alemanha se rendeu, em 08 de maio de 1945, a desmobilização parcial das tropas norte-americanas teve início, premiando àqueles que tinham pontuação mais alta de acordo com os critérios estabelecidos. A estratégia tinha como objetivo organizar e controlar o retorno das tropas, visando, assim, diminuir os impactos de uma desmobilização acelerada e, em especial, evitar o comprometimento das forças de ocupação no exterior, aliviando a pressão por empregos no seio da sociedade norte-americana. No entanto, com a capitulação do Japão, em agosto de 1945, um número maior de homens foi sendo liberado e, ao mesmo tempo, muitos daqueles que aguardavam sua liberação no Teatro de Operações na Europa foram transferidos para integrar a ocupação planejada no Extremo Oriente. As forças militares norte-americanas encontravam-se, então, dispersas pelo mundo, o que trouxe dificuldades logísticas para o processo de desmobilização em curso. Os combatentes e suas famílias, insatisfeitos com a situação, exigiam do governo providências para um retorno mais rápido. A pressão popular sobre o Congresso empurrou as Forças Armadas a liberar, antes do previsto, grandes contingentes de soldados. Assim, em maio de 1945, de um total de 12,3 milhões de homens, 7,6 milhões permaneceram estacionados no exterior – até o final deste ano, o número cairia para 5,5 milhões. Preocupado que o andamento acelerado das dispensas pudesse ameaçar a manutenção das forças de ocupação no pós-guerra, o presidente Harry Truman ordenou uma redução drástica no ritmo da desmobilização. O anúncio aumentou o descontentamento das tropas que já se encontravam, em janeiro de 1946, à beira de um motim. Enquanto esperavam pelo embarque, continuavam pressionando o Congresso,

---

<sup>197</sup> Entre outros, vale destacar os trabalhos de Michael J. Bennett (1996); Suzanne Mettler (2005); Edward Humes (2006); Glenn C. Altschuler e Stuart M. Blumin (2009); e James T. Sparrow (2011).

escrevendo cartas gravadas com o slogan “*No boats, no votes.*” Nos EUA, as mulheres organizaram o “*Bring Back Daddy Club*” que enviou centenas de sapatos de bebê para os congressistas como forma de contestação às determinações do governo (SPARROW, 2011:237).

Os protestos se espalharam ao redor do mundo – por locais como Londres, Paris, Manilha e Yokohama – em manifestações de massa que levaram os combatentes a serem acusados de atividade comunista, desobediência e insurreição. Contudo devido, em grande parte, à organização política dos veteranos e à sua imagem respeitável junto à sociedade, tais acusações não foram levadas adiante. Apesar das contestações, de acordo com Sparrow (2011), os soldados não deixaram de reconhecer a autoridade do governo, favorecendo as negociações que se travaram no pós-guerra. Nesse contexto, o *G.I Bill of Rights* é apresentado como o princípio que transformou o significado da cidadania nacional. Foi ele, e não o *New Deal*, que consolidou a entrada do Estado nas vidas de seus cidadãos de inúmeras e profundas formas, revolucionando, definitivamente, a política norte-americana<sup>198</sup>. Uma vez aprovado, o *G.I. Bill of Rights* teve consequências de longo alcance. Garantindo formação profissional, seguro-desemprego, crédito habitacional e facilidade de acesso ao ensino universitário, o que possibilitou mobilidade social a milhões de americanos, remodelando o cenário nacional. Os altos investimentos do governo federal modernizaram as universidades e fizeram surgir uma onda de expansão imobiliária que invadiu os subúrbios dos EUA. Pela primeira vez na história dos combatentes norte-americanos, o processo de reintegração social no retorno ao lar não visava apenas o auxílio imediato do governo nesse momento de transição. Buscava criar mecanismos legais, de longo prazo, que assegurassem a prosperidade aos veteranos durante os anos subsequentes do pós-guerra.

No Brasil, o processo de desmobilização dos combatentes da FEB estava longe de alcançar o sucesso e impacto que o *G.I Bill of Rights* teve para os norte-americanos. O governo não estava preparado para a desmobilização, o que, em parte, é fácil de ser explicado, uma vez que mal havia tido tempo de se organizar para a mobilização. Além disso, a história brasileira de envolvimento em conflitos armados é restrita a poucos e isolados episódios. Para citar os que talvez possam ser considerados mais significativos do ponto de vista da experiência em campos de batalhas, vale destacar a Guerra do Paraguai (1864-1870) e a chamada Revolução Constitucionalista de 1932, uma guerra civil curta e impactante.

---

<sup>198</sup> Outros autores defendem essa tese, entre os quais, merecem destaque Glenn C. Altschuler e Stuart M. Blumin (2009). .

Evidentemente, no caso da Guerra do Paraguai, é preciso levar em conta que se tratava de um contexto histórico distinto, mas que, guarda semelhanças, em especial, no que diz respeito à intenção do governo brasileiro de silenciar a força política dos combatentes no pós-guerra. Nos dois casos, para além das legítimas dificuldades do Exército brasileiro em absorver todo o efetivo empregado nos combates, a desmobilização rápida pode ser entendida como uma estratégia política do próprio governo. A análise de Faoro, sobre a desmobilização dos combatentes da Guerra do Paraguai durante o Segundo Reinado é significativa nesse sentido:

Cuidava-se neutralizar a glória militar, retirando-a de seus personagens legítimos, quer para sufocá-la, quer transferindo-a ao povo e à Marinha, esta mais integrada no estamento político. O carisma militar devia ser poupado, para evitar que provocasse lealdades no povo, ciosamente conservado no adormecimento. A medida prática para o objetivo seria a desmobilização, rapidamente empreendida, reduzidos os efetivos, de 100.000 durante a conflagração, a 19.000 em 1871, declinando para 13.000 em 1889, com a queda, a partir de 1877, em menos de 20% do orçamento (para 40% em 1850 e 34% em 1872) (FAORO,2001:564).

Sem dúvida, a comparação dos dois processos de desmobilização é passível de ressalvas e críticas, dentre as quais, podem ser citadas: os eventos terem se dado em circunstâncias históricas totalmente distintas e, por isso, os combatentes em questão representarem forças políticas com alcance variável e interesses distintos. O fato de Faoro identificar o Exército como um sujeito político uno e indiviso – o que caracteriza uma realidade diferente da que se configura no contexto de formação da FEB, marcada por disputas políticas internamente. E, finalmente, da análise desse autor não contemplar os possíveis problemas enfrentados pelos desmobilizados, o que dificulta estabelecer paralelismos nas mesmas bases entre os dois eventos. No entanto, reconhecendo os riscos que a comparação engendra, a referência pode ser considerada válida, na medida em que, por ser o Brasil um país com poucas experiências em conflitos armados, o episódio lança luz sobre os efeitos da rápida desmobilização que produz resultados de certa forma semelhantes. Assim como ocorreu com os combatentes da FEB, a falta de reconhecimento também entre aqueles que lutaram na Guerra do Paraguai, foi, segundo Faoro, responsável por despertar ressentimentos, solidificando um espírito de união que contribuiu para aumentar o isolamento dos militares em relação aos civis. Para o Império, isso resultou num grupo com alguma organização para fazer valer suas opiniões e se engajar em movimentos de protesto que mudaram a história do país – como a Abolição e a Proclamação da República. Já no pós-

segunda guerra os resultados desse processo iriam se relacionar com a consolidação da ditadura civil militar que se estabelece no Brasil depois de 1964, como veremos mais adiante.

Quanto à experiência da Revolução Constitucionalista de 1932, mais próxima temporalmente da Segunda Guerra Mundial, o que interessa aqui para efeito de reflexão, não são os desdobramentos da desmobilização em si – até porque os trabalhos que enfocam o tema<sup>199</sup> não tratam especificamente a questão – mas, em especial, as diversas associações de veteranos que se formam nos anos seguintes ao episódio. O foco dessas análises, sobretudo a partir da década de 1980, privilegia as fraturas internas ao movimento e a criação de sua memória, não levando em conta, especificamente, o peso da desmobilização neste universo.

Sendo assim, podemos concluir que as experiências do Brasil em conflitos bélicos anteriores à Segunda Guerra Mundial, não foram determinantes para estabelecer um padrão de desmobilização e os efeitos disso foram profundamente sentidos pelos veteranos da FEB. Nesse contexto, as próprias associações de veteranos podem ser entendidas como um desdobramento da ausência de planejamento para o pós-guerra. Elas surgem portanto, em grande medida, para ocupar uma lacuna deixada pelo Estado. Em pesquisa recente que analisa a relação entre o culto cívico dos mortos e os usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932, Marcelo Abreu (2010) aponta a existência de várias associações de veteranos<sup>200</sup> que assumem, após o conflito, um caráter assistencialista e de guarda de memória, da mesma forma que, anos mais tarde, veremos acontecer com as associações de veteranos da FEB. De forma análoga a que se configura no campo memorial sobre a FEB, essa diversidade é apontada por Abreu como um indicativo de “que a memória do evento não seria monolítica, porque no processo de seu enquadramento as disputas aparecem” (ABREU, 2010:77). Ainda que tais associações se unissem em torno do culto aos mortos em combate, essa unidade não foi capaz de se traduzir em discursos uníssonos, seja no terreno político, seja na instituição da memória de 1932. Desta forma, tanto a participação da FEB na Segunda Guerra Mundial, como a Revolução Constitucionalista de 1932 produzem, de modo semelhante a outros tantos eventos que marcaram a história republicana, memórias em disputa.

Reconhecidos pelos governos em diferentes contextos históricos, como uma força potencialmente influente, os veteranos são alvo de políticas públicas, de conteúdos e alcance variados, na tentativa de dar conta, em geral, dos mesmos problemas: desemprego,

---

<sup>199</sup> Entre os quais, destacam-se os de Ângela de Castro Gomes (1980); Maria Helena Rolim Capelato (1981); Joseph Love (1982); Maria Ligia Coelho Prado (1986); Vavy Pacheco Borges (1997); e Jeziel de Paulo (1998).

<sup>200</sup> Dentre outras: Associação do Combatentes Arrependidos, Federação dos Voluntários, Sociedade dos veteranos de 32, e Associação dos Capacetes de Aço.

deficiências físicas e traumas psicológicos adquiridos em combate. Questões que exigem, entre outros, benefícios como pensões e auxílios financeiros nos casos de invalidez ou morte. No Brasil, ao contrário do que vimos acontecer na Grã-Bretanha e nos EUA, não houve nenhum tipo de planejamento para a desmobilização, pelo menos até o início de 1945. A legislação prévia existente, não especificamente direcionada aos ex-combatentes mas àqueles que estivessem, circunstancialmente, servindo às Forças Armadas. Ela garantia apenas o direito de retornar ao serviço em que se estava empregado anteriormente e que, durante o período em que estivesse de licença, o veterano recebesse de seu empregador o equivalente a 50% de sua remuneração<sup>201</sup>. No entanto, como indicam outros trabalhos (FERRAZ, 2002; NASS, 2005; ROSA, 2010), essas possibilidades legais não se cumpriram no caso dos ex-combatentes da FEB. Ainda durante o período da mobilização, muitos empregadores demitiram funcionários que haviam sido convocados, ignorando intencionalmente a legislação em vigor. Foi somente em janeiro de 1946 que surgiu a primeira lei de amparo aos ex-combatentes<sup>202</sup> (MELLO, 1983:200-201), beneficiando aqueles que se encontravam incapacitados fisicamente em função da guerra. Note-se que essa lei não atendia àqueles acometidos por distúrbios psicológicos e emocionais, mas apenas àqueles que portavam algum tipo de deficiência física. Apesar disso, o desconhecimento da legislação por parte dos ex-combatentes e a burocracia exigida pelos órgãos responsáveis pela concessão de pensões, acabavam dificultando, em muito, o acesso aos benefícios concedidos pela lei, ocorrendo muitas vezes, somente depois de anos de sofrimento e privação.

Outro problema no que concerne à legislação brasileira de amparo aos ex-combatentes, reside no fato de que boa parte dos benefícios a eles concedidos, foram também estendidos aos militares da ativa, na intenção de dissipar a ideia de que os febianos seriam favorecidos por constituírem uma classe privilegiada em função de sua experiência na guerra. O resultado dessa decisão foi que as votações dessas leis envolveram inúmeras disputas, nas quais estavam em jogo interesses de toda natureza, atrasando, ainda mais, o amparo àqueles que de fato dele precisavam. A ampliação dos benefícios pecuniários aos não febianos acabou também contribuindo para a desvalorização da própria FEB considerada, em alguns casos, como não merecedora de tal distinção. Ao referido Decreto-lei de janeiro de 1946, somou-se, gradativamente, uma extensa legislação, discutida mais adiante neste capítulo, que não deixa

---

<sup>201</sup> Benefício previsto nos Decretos lei nº 4.902, de 31 de outubro de 1942 e nº 5.689, de 22 de julho de 1943. Sobre a legislação do ex-combatente, ver mais no trabalho de Mello (1983).

<sup>202</sup> Decreto-Lei Nº 8.795, de 23 de janeiro de 1946.

dúvidas quanto ao despreparo do governo brasileiro para atuar no processo de readaptação dos expedicionários.

É nesse contexto de luta por direitos que surgem as associações de ex-combatentes, fenômeno característico das sociedades europeia e norte-americana que, a partir de então, se difunde no Brasil. A ideia de criar uma associação de ex-combatentes da FEB, nos moldes das que existiam nos EUA, Austrália, França e Inglaterra reunindo veteranos de outras guerras, surgiu segundo Joaquim X. da Silveira (1989:247), ainda na Itália, muito provavelmente por influência do contato com as tropas aliadas. A experiência da participação em conflitos anteriores foi um fator de grande impacto nessas sociedades, projetando lideranças e estimulando disputas entre grupos com posições divergentes em relação à política nacional. Já bastante atuantes no exterior, principalmente, desde a Primeira Guerra Mundial (PROST, 1977), as associações de ex-combatentes crescem em número e projeção com o fim da Segunda Guerra Mundial. Sua influência e ação variou na medida em que, como se pode constatar, também foram diversificados os processos de desmobilização e reintegração social dos ex-combatentes pelo mundo. Desta forma, as múltiplas realidades experimentadas durante a guerra e, sobretudo, no pós-guerra pelos países beligerantes, foram diretamente responsáveis pelas diferentes manifestações e posicionamentos assumidos *a posteriori* pelos veteranos. Assim, por exemplo, se na Austrália, após a Primeira Guerra Mundial, essas questões estavam ligadas à construção da identidade nacional fundada na experiência dos combatentes da ANZAC (TOMSON, 1994) – Australian and New Zeland Arms Corps –, na Alemanha, estavam estritamente associadas à ascensão do nazismo e à fundação do Partido Nacional Socialista, do qual muitos veteranos participaram ativamente. Nesse cenário, a luta das associações de veteranos na busca por direitos e reconhecimento, acabou por transformá-las em importante força política e social no pós-guerra. Como tal, embora originalmente tenham sido idealizadas como apartidárias, logo viraram alvo de interesse de partidos políticos. Afinal, as próprias associações, por estarem à frente do processo de reintegração social dos veteranos, acabavam por se posicionar, em alguma medida, nos debates travados no cenário político-partidário. Tal posicionamento foi, muitas vezes, responsável por disputas dentro das próprias associações e, não raro, levou à cisão de algumas delas – como veremos aconteceu no caso da primeira associação deste tipo fundada no Brasil. Também não se pode deixar de levar em conta, nessas disputas, o expressivo contingente de veteranos e de suas famílias que – na Europa e nos EUA era infinitamente superior ao do Brasil – representavam uma potencial



força de pressão capaz de influenciar os resultados do jogo político-eleitoral no pós-guerra.

### **5.3 Os primeiros tempos das associações: somando e dividindo**

Em busca das respostas para os mesmos anseios que atingiam, em maior ou menor grau, os veteranos de outros países do mundo, os ex-combatentes da FEB fundaram em 1º de outubro de 1945, no Rio de Janeiro, a Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB). A partir daí, várias sedes da AECB foram sendo criadas em diversas cidades do Brasil. Em 1946, estados como São Paulo, Minas Gerais e Paraná já contavam com sedes da AECB. Vale destacar que os associados não se agrupavam de acordo com as unidades expedicionárias em que serviram, mas, como é compreensível, em função dos locais em que residiam. Desta forma, era possível encontrar nas AECBs ex-combatentes dos três Regimentos de Infantaria que compuseram a FEB. É difícil precisar o número de associados que essas entidades reuniram ao todo. Porém, é certo, que em algumas delas esse número foi significativo, como no caso das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte e São João del Rei. Segundo dados levantados na Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB) do Rio de Janeiro – uma dissidência da AECB, da qual só faziam parte ex-combatentes que lutaram na Itália –, o número de associados na capital, em 1998<sup>203</sup>, era de 6.669 e, entre as outras 41 seções regionais, chegava a 6.360 (RIBEIRO, 1999). De acordo com Ferraz (2002), a AECB de São Paulo – que reunia também ex-combatentes estrangeiros e não-expedicionários – contou, de 1946 a 2001, com 3.245 associados. Apesar do número expressivo – correspondente a cerca de 80% do total de praças paulistas que embarcaram para a Itália –, Ferraz (2002:244-245) alerta que “é praticamente impossível determinar a proporção de expedicionários que se afiliaram às seções da AECB”, seja “pela inexistência de estatísticas sistematizadas nas seções”, seja devido às dificuldades em definir quantos desses associados são, efetivamente, veteranos da FEB.

---

<sup>203</sup> Desde então, com a morte de um número crescente de associados já em idade avançada, esse total foi reduzido significativamente. No entanto, em função das recentes mudanças que a ANVFEB/RJ vem passando, sobretudo a partir de 2009/2010 - que envolvem de obras estruturais até a reorganização do acervo e documentação - não foi possível, até o fechamento desta tese, precisar esse total. Por outro lado, ainda que fosse, o número não seria representativo do mesmo universo, uma vez que atualmente são aceitos como associados, pessoas que, de modo geral, se interessam na preservação da memória da FEB. O resultado disso é um grupo bastante heterogêneo que envolve, entre outros: uns poucos veteranos ainda vivos, acadêmicos que pesquisam a FEB, militares e familiares de ex-combatentes interessados no tema e, até mesmo, pessoas que não se incluem em nenhum desses grupos, mas que têm curiosidades sobre o assunto.

O clima de efervescência política vivenciada no processo de democratização do país, em 1945, também teve reflexos no interior da seção nacional e das seções regionais ligadas à AECB. Em 15 de novembro de 1946, durante o primeiro encontro nacional realizado no Rio de Janeiro, as questões políticas acabaram levando a discordâncias quanto à orientação política das AECBs. Nesse sentido, a própria origem da ANVFEB no Rio de Janeiro esteve diretamente relacionada a esses debates. Desde 1945 ficou estabelecido no estatuto da AECB seu caráter assistencialista – a prestação de auxílio jurídico e social era uma de suas principais preocupações – e sua função primordial de representar os interesses do grupo junto às autoridades competentes. Como condição para isso, foi proibido qualquer tipo de envolvimento com organizações e ações político-partidárias. No encontro, ficou também definido que as associações se estruturariam como uma federação que teria suas direções eleitas em chapas. Todas as AECBs ficariam submetidas à orientação do Conselho Nacional, sediado no Rio de Janeiro, e formado por delegados eleitos a cada dois anos, por associados de todas as seções regionais.

Nos primeiros anos após a criação da AECB, as diretorias eram especialmente formadas por praças e suboficiais da reserva que buscavam, através das associações, para além da luta por direitos e benefícios, consolidar suas identidades de ex-combatentes. No período entre a fundação das associações, até por volta de 1949, quando o discurso de “caça às bruxas” ganha força no Brasil, a grande presença de comunistas entre os associados, inclusive em cargos importantes das diretorias, foi motivo de preocupação e divergências por parte dos setores mais conservadores das AECBs. O contexto internacional de confronto entre as duas superpotências, EUA e URSS, que emergiu da Segunda Guerra Mundial foi determinante na configuração desse cenário político no pós-guerra. A retórica da Guerra Fria e o seu peso ideológico contribuíram para que o governo mantivesse um constante estado de alerta, anunciando a ameaça do “perigo vermelho” como forma de disseminar um clima anticomunista. No Brasil, a orientação anticomunista se fez presente, não apenas no âmbito da política internacional, quando o governo brasileiro reafirma seu alinhamento com os EUA, mas também internamente, nas disputas eleitorais que marcaram o processo de democratização de 1945 e seus desdobramentos nos anos seguintes, em especial, a partir de 1950 quando a perseguição aos comunistas se evidencia com nitidez incontestável. Os embates políticos nas associações de veteranos refletem, na verdade, a experiência vivenciada pelo próprio Partido Comunista Brasileiro (PCB) entre os anos de 1945 e 1947, marcada

simultaneamente pela legalidade e ascensão eleitoral, de um lado, e o recrudescimento do anticomunismo, de outro, numa conjuntura em que se buscava a estabilidade democrática. Processo que acabou culminando com a cassação do registro do partido pelo Tribunal Superior Eleitoral, em maio de 1947, e o gradativo afastamento dos comunistas das associações de veteranos nos anos subsequentes.

No convulsionado panorama político brasileiro do imediato pós-guerra – marcado por acontecimentos como: a volta do PCB à legalidade, a criação de partidos políticos, a crise do Estado Novo, o surgimento do Queremismo e a campanha presidencial –, o retorno da FEB e sua própria existência, se transformam em instrumento de propaganda eleitoral disputado. A libertação do líder comunista Luís Carlos Prestes, preso desde a Revolta Comunista de 1935, e a crescente aproximação de Vargas com o PCB é um indicativo das redefinições políticas que então se delineavam. Reconhecendo a considerável capacidade mobilizadora dos comunistas no pós-guerra, Vargas se articula ao PCB, enxergando nessa aliança a perspectiva de continuidade no papel de gestor do processo de mudança. Somado a isso, a ideia, estimulada pelo PCB, de que a luta pela democracia estava intimamente associada à participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, convertia a FEB, ao mesmo tempo, em expressão de unidade nacional e bandeira de luta contra todo tipo de autoritarismo. Às vésperas das eleições presidenciais, que aconteceriam em 2 de dezembro de 1945, a FEB e o PCB se configuram como elementos catalizadores importantes. Nesse sentido, uma possível aliança entre eles era avaliada como potencialmente perigosa para a manutenção do frágil equilíbrio de forças, que acabaria levando o general Dutra à presidência da República.

No entanto, não é somente a partir da fundação das associações que se dá a aproximação entre a FEB e PCB. O “perigo vermelho” já estava infiltrado entre as fileiras de expedicionários antes mesmo do embarque para a Itália. Em trabalho sobre a relação do comunismo com as Forças Armadas, Paulo Cunha (2011)<sup>204</sup> ressalta que os militares tenentistas não foram os únicos a aderir ao comunismo nas décadas de 1930 e 1940. Entre os convocados para a FEB, havia militares comunistas sendo que, alguns deles, eram membros do *Antimil*<sup>205</sup>. Um dos mais duradouros organismos do PCB, o *Antimil* – cuja a origem semântica deriva, como se pode supor, de antimilitar – foi criado após resolução do Comitê

<sup>204</sup> Disponível em: <<http://www.mouro.com.br/Comunismo%20e%20Forcas%20Armadas%20-%20Paulo%20Cunha.pdf>> Acesso em: março 2011.

<sup>205</sup> Embora não seja o foco central de sua pesquisa, Cunha (2002) investiga a organização e atuação do Antimil em sua tese de doutorado. A pesquisa analisa a trajetória intelectual de Werneck Sodré como importante historiador brasileiro e também sua progressão na carreira militar, chegando à patente de general, bem como, seu envolvimento na Antimil.

Central do PCB, em 1929. Seu objetivo era desenvolver ações de sublevação entre os militares, na tentativa de neutralizar o anticomunismo oriundo da caserna. Por razões de segurança, o grupo tinha uma estrutura à parte e seus “assistentes políticos”, como eram chamados os dirigentes do organismo, respondiam diretamente a Luiz Carlos Prestes, secretário geral do PCB. Às vésperas de 1964, para se ter uma ideia de sua duração, o grupo contava, de acordo com Paulo Cunha, com de 5% a 10% do efetivo das Forças Armadas, entre oficiais e praças. O *Antimil* foi responsável pela elaboração de um importante e quase esquecido manifesto,<sup>206</sup> redigido ainda no *front* italiano por combatentes da FEB, que defendia a redemocratização do país. Intitulado *A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional*<sup>207</sup>, foi publicado em abril de 1945 e subscrito por 300 militares, majoritariamente oficiais, entre os quais se encontram um coronel, um tenente-coronel e onze majores, além de uma grande maioria de capitães e tenentes. Embora na ocasião da publicação do manifesto, Prestes estivesse saindo da prisão, beneficiado pela anistia concedida através do Decreto-Lei 7474 de 18 de abril de 1945, acredita-se que a atuação dos combatentes comunistas na Itália tenha recebido orientação direta da direção nacional do partido no Brasil. A hipótese é fundamentada no fato de que o manifesto reproduz textualmente os debates político-partidários em curso no Brasil no momento da sua divulgação. Apesar de longa, vale a citação:

(...) É esta mais uma vitória da União Nacional e mais uma legítima contribuição dos esforços da Liga da Defesa Nacional. Ao mesmo tempo em que vemos crescer a estrutura industrial e a emancipação econômica de nosso país, que permitirão um pacífico reajustamento das classes média e trabalhadora, não regatearemos os nossos mais entusiásticos aplausos à realização das próximas eleições, objetivando o funcionamento legal dos órgãos representativos do povo. Em tal oportunidade, queremos reafirmar que somente o processo de União Nacional poderá dar ao Povo Brasileiro esclarecida consciência política para eleger seus legítimos mandatários e consolidar, ampliando e aperfeiçoando, as Liberdades Democráticas fundamentais, que são um dos motivos de nossa luta. Nós, soldados expedicionários, esperamos que, do próximo pleito, surjam as premissas de uma era verdadeira de Democracia para a nossa Pátria (...) E sobre o sangue de nossos bravos, juramos defender os postulados fundamentais das quatro Liberdades que inspiraram a Carta do Atlântico e lutar sem desvanecimentos por uma nova era de liberdade, paz e progresso para o Povo Brasileiro e das Nações entre si! Nós, soldados do Brasil, temos consciência da missão que

<sup>206</sup> Possivelmente, um deliberado esquecimento em função das trajetórias de alguns de seus signatários, em especial, aqueles que, como se verá, assumiram posições na estrutura do regime civil militar instaurado após 1964.

<sup>207</sup> O manifesto pode ser encontrado na íntegra no trabalho de Paulo R. Cunha (2008).

aqui desempenhamos e nenhuma dúvida paira em nosso espírito sobre as nossas responsabilidades nesta guerra e diante dos problemas internacionais de uma paz justa e duradoura. As tarefas patrióticas que a Liga da Defesa Nacional vem realizando no Brasil, encerram, pois, o verdadeiro sentido da luta da Força Expedicionária, luta que não terá termo antes que as hordas saqueadoras e escravagistas do nazismo, baqueiem para sempre, esmagadas pelas forças vitoriosas das Nações amantes da Liberdade e da Democracia! (CUNHA, 2008:194-195)

O momento da divulgação do manifesto não podia ser mais propício. A poucos dias do armistício na frente europeia, assinado em 8 de maio de 1945 e, conseqüentemente, do retorno da FEB ao Brasil, a partir de julho de 1945, o discurso em prol da democracia e da união nacional propagado pelos comunistas ganhava força. A *missão* internacional da FEB no combate ao nazifascismo teria continuidade internamente na defesa do “funcionamento legal dos órgãos representativos do povo” e, ao mesmo tempo, na mobilização de esforços para “lutar por uma nova era de liberdade, paz e progresso para o Povo Brasileiro”. A ideia de missão remete aqui, simultaneamente, às noções de determinação e de sacrifício em nome da pátria, fazendo do manifesto um porta voz do compromisso público de que, mesmo após o retorno, a FEB, em especial sua facção comunista, se manteria firme na defesa dos princípios que os levaram a lutar na Itália. A referência à *Carta do Atlântico*, instrumento de defesa da solidariedade, autodeterminação, progresso e liberdade dos povos, negociado pelo primeiro-ministro britânico, Winston Churchill, e pelo presidente dos EUA, Franklin Roosevelt, em 14 de agosto de 1941, reforça a ideia desse compromisso. Nesse sentido, podemos dizer que os ventos liberais democráticos, que então sopravam dos EUA e de parte da Europa, pautavam a agenda política interna do país, ora evidenciando dicotomias, ora potencializando alianças. Palavra de ordem do dia, a concepção de democracia era, neste contexto, tão ampla e diversificada quanto os grupos políticos que dela se apropriavam.

Além da composição hierárquica análoga às manifestações políticas dos tenentes da década de 1920, Cunha chama atenção para outros dois pontos do manifesto a serem considerados: seu destinatário, a *Liga da Defesa Nacional (LDN)*<sup>208</sup>, e sua pluralidade ideológica. Por contar com um expressivo número de assinaturas de militares na ativa, não seria estratégico, sob pena de punição prevista no regulamento militar, endereçá-lo à

<sup>208</sup> Fundada em 1916 por Olavo Bilac, a entidade ganha projeção nos anos de 1943 e 1944 por aglutinar, entre civis e militares, aqueles que reivindicavam a entrada do Brasil na guerra. Por isso, atraía o interesse das Forças Armadas, embora não existisse entre elas nenhum vínculo oficial. Foi com o desenrolar da guerra, assumindo um discurso cada vez mais abertamente pró-democrático que atinge seu ápice em 1945, quando o manifesto é lançado e a Liga se encontra sob a presidência do ex-chanceler Oswaldo Aranha. Sobre a trajetória da LDN, ver o trabalho de Patrícia Hansen (2012).

Presidência da República ou ao Ministério da Guerra – muito embora, seu conteúdo em favor da democratização não deixasse dúvidas de que seu destinatário final era Vargas. Os autores do texto compunham um grupo bastante diversificado. Ele agregava oficiais que integraram, após o golpe de 1964, a direita militar, como, por exemplo, os então capitães Milton Tavares de Souza<sup>209</sup>, Ednardo D'Avila Mello<sup>210</sup> e Ernani Ayrosa da Silva<sup>211</sup>, mais tarde promovidos ao posto de generais. Mas igualmente reunia oficiais de esquerda, estreitamente ligados ao PCB, dentre os quais merecem destaque: Salomão Malina<sup>212</sup>, Jacob Gorender<sup>213</sup>, Pedro Paulo Sampaio de Lacerda<sup>214</sup> e Henrique Cordeiro Oest<sup>215</sup>. Nomes que, como veremos a seguir, protagonizaram os embates com os setores anticomunistas da associação de veteranos do Distrito Federal.

A presença comunista, embora mais marcante em associações como as de São Paulo e do Rio de Janeiro, não se limitou a elas. Isso se deveu, como ressalta Joel Silveira (1989:205), em parte ao fato dos ex-combatentes comunistas estarem habituados às dinâmicas das organizações sindicais e à ação política do PCB. Assim, em pouco tempo, ocuparam posição de destaque nas diretorias das associações e no Conselho Nacional. Foi o caso do sargento da reserva Gervásio Gomes de Azevedo, membro fundador da AECB paulista e candidato a deputado pelo PCB em 1946; e também do segundo tenente Salomão Malina, dirigente do PCB e, paralelamente, vice-presidente do Conselho Nacional e membro dirigente da

<sup>209</sup> Em 1964, participou da articulação do golpe e passou a integrar o Estado Maior do Exército do general Castelo Branco. No final de 1969, como general de brigada, assumiu, simultaneamente, os postos de chefe do Centro de Informações do Exército (CIE) e chefe de gabinete do então Ministro do Exército, Orlando Geisel. Participou da reestruturação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e da implantação do DOI-CODI em todo o país. Esteve à frente da Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo, e preparou o terreno para a intervenção do Exército contra a guerrilha do Araguaia em 1972. Em 1979, promovido a general de divisão, comandou a 1ª Divisão do Exército, no Rio de Janeiro, até sua morte em 1981.

<sup>210</sup> Comandou o II Exército de 1974 a 1976. Após as mortes do jornalista Vladimir Herzog, em 25 de outubro de 1975, e do operário Manuel Fiel Filho, em 19 de janeiro de 1976, nas instalações do DOI-CODI em São Paulo, o general foi afastado do cargo pelo então presidente Geisel.

<sup>211</sup> Foi chefe do Estado Maior do II Exército, de 1969 a 1971, participando ativamente da criação da Operação Bandeirantes (Oban).

<sup>212</sup> Militante do PCB desde a década de 1940, assumiu em 1987 a direção nacional do partido entre 1987 e 1991.

<sup>213</sup> Lutou na FEB como soldado na Cia. de transmissões do 1º Regimento de Infantaria. Até a década de 1960, foi militante do PCB, e, posteriormente, participou da fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Como intelectual, tornou-se referência ao escrever duas importantes obras da historiografia brasileira: “O escravismo colonial”, de 1978, e “Combates nas trevas” de 1987, sobre a ação da luta armada durante o regime civil militar no Brasil.

<sup>214</sup> Vítima de paralisia infantil, serviu à FEB na Seção de Finanças do Quartel General Aliado na Itália como contador do Banco do Brasil. Por conta da militância comunista e da atuação na AECB do Distrito Federal, figura como um dos pivôs da cisão da associação carioca que, juntamente com o Conselho Nacional também com sede no Rio de Janeiro, orientavam a política das associações em outros estados reproduzindo, como veremos, essas mesmas fragmentações.

<sup>215</sup> Eleito como deputado federal pelo PCB de Alagoas, teve seu mandato cassado em 1947. Após o golpe militar, integrou a primeira lista dos cassados pelo Ato Institucional nº1, de 9 de abril de 1964. Participou da FEB como major, tendo chegado, posteriormente, ao posto de general.

AECB/RJ. A politização das associações ou sua “comunização”, segundo certa ótica – acabou por resultar numa grave crise interna, que dividiu os associados entre a ala esquerdista e a direitista, culminando, posteriormente, com a cisão das AECBs em alguns estados. Os setores anticomunistas acusavam os ex-combatentes de esquerda de usarem as associações em disputas partidárias que acabariam por pulverizar o grupo de associados e desviá-los de seus objetivos. Os embates ideológicos chegaram a tal ponto, que acabaram por levar o presidente do Conselho Nacional da AECB, o cabo Oswaldo Gudolle Aranha – filho do ex-chanceler Oswaldo Aranha<sup>216</sup> e avesso à política do PCB – a renunciar ao cargo em dezembro de 1947.

O crescimento da influencia comunista nas AEBCs, em especial na do Rio de Janeiro, motivou manifestações contrárias nas diretorias de outras seções regionais, apreensivas de que a ala esquerdista ganhasse força nos debates em prol dos direitos dos ex-combatentes. Por terem maiorias contrárias à presença comunista, algumas associações, como as do Paraná e Minas Gerais, recusaram-se a se filiar ao Conselho Nacional das AECBs. Ao longo de 1947, o alto círculo do oficialato militar se reuniu no Clube Militar, sob a liderança do então tenente coronel Humberto de Alencar Castelo Branco – que antes de se tornar o primeiro presidente do regime civil militar que se instaurou no Brasil após 1964, participou da campanha na Itália, como membro do Estado-Maior na Seção de Planejamento e Operações da FEB –, para pensar a criação de uma outra associação, cuja única motivação fosse o anticomunismo (FERRAZ, 2002:298). Sem os mesmos interesses que mobilizaram os expedicionários a fundarem suas primeiras associações, a proposta de uma entidade com tal objetivo e seguindo o modelo hierárquico militar, não foi adiante.

Com vistas a amenizar novos conflitos e possíveis dissidências, a AECB carioca propôs a criação de uma chapa única que procurava conciliar os dois grupos, comunista e anticomunistas, o que, essencialmente, tinha poucas chances de dar certo. A chapa foi composta por Humberto de Alencar Castelo Branco, como presidente, e Pedro Paulo Sampaio de Lacerda, militante do PCB para primeiro secretário. A nova direção exerceria seu mandato entre outubro de 1947 e fevereiro de 1948, quando seria realizada nova eleição. Com essa chapa única, esperava-se que as eleições transcorressem sem maiores transtornos. No entanto, às vésperas das eleições, a aparente tranquilidade foi rompida com o lançamento da candidatura do major Henrique Oest, deputado cassado do PCB, e Jacob Gorender, militante

---

<sup>216</sup> Enquanto Ministro das Relações Exteriores (1938-1944), defendeu uma política pró-Aliados encontrando adversários dentro do governo brasileiro, entre eles, o general Dutra, Ministro da Guerra (1936-1945) defensor de uma aproximação do Brasil às potências do Eixo.

do mesmo partido que serviu como soldado no Regimento Sampaio. Realizada sob forte pressão, a eleição confirmou a vitória da chapa de Castelo Branco por uma pequena margem de votos (FERRAZ, 2002:300).

O episódio reproduz no interior da associação, os conflitos políticos e ideológicos que então se difundiam no país. Especialmente a partir de 1947, é possível observar uma inversão do jogo político que marcou as disputas eleitorais em 1945. Se neste contexto, o PCB e seus militantes eram reconhecidos por sua significativa força mobilizadora, depois da cassação do PCB, em maio de 1947, voltam a ser alvo de perseguições e acusações. São essas circunstâncias que vão acabar levando Salomão Malina à prisão, afastando-o de suas atividades na associação. Sua atuação como militante do PCB e na direção do jornal *Tribuna Popular*, periódico notadamente comunista que, por várias vezes, saiu de circulação entre os anos de 1945 e 1948, já seria, por si só, motivo de perseguição. Mas foi em janeiro de 1948, quando os militantes do PCB resistiram à invasão policial ao prédio da sede do jornal, que Salomão Malina acabou sendo preso e permanecendo no cárcere por um ano e meio.<sup>217</sup>

Nas eleições de fevereiro de 1948, após o término do mandato de Castelo Branco na presidência da AECB/RJ e a prisão de Malina, os setores anticomunistas, liderados pelo coronel Delmiro Pereira de Andrade, ganham a maioria dos votos e reafirmam seu propósito de manter a associação distante das disputas político-partidárias. Com a vitória dos grupos de direita, se confirmava o viés anticomunista das associações. Afinal, os ex-combatentes comunistas, apesar de atuantes, nunca foram maioria nas AECBs, tendo ganho projeção maior, provavelmente, por sua articulação e por aproveitarem um momento de mobilização favorável ao PCB. Entre 1948 e 1949, o afastamento definitivo se consolida com a primazia dos setores anticomunistas e a saída de Pedro Paulo de Sampaio de Lacerda da presidência do Conselho Nacional da AECB. A candidatura de Sampaio de Lacerda a vereador pelo PCB (RJ) nas eleições de janeiro de 1947, havia sido motivo de controvérsia entre as diretorias das seções da AECB, mas a gota d'água, que levou à destituição do cargo, foi o apoio do Conselho Nacional ao *Congresso pela Paz* organizado pelos comunistas. O episódio foi condenado pela maioria dos delegados do Conselho, que passaram a julgar, Sampaio de Lacerda indigno de confiança (FERRAZ, 2002:301).<sup>218</sup>

<sup>217</sup> A partir desse momento, a *Tribuna Popular* deixa de circular com esse nome, passando a chamar-se *Imprensa Popular*. Sobre esse assunto, ver o trabalho de Pedro E. da Rocha Pomar (2006). Disponível em: <[http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/dissertacoes/2006/2006-do-pomar\\_pedro.pdf](http://www.pos.eca.usp.br/sites/default/files/File/dissertacoes/2006/2006-do-pomar_pedro.pdf)>. Acesso em: abril 2011.

<sup>218</sup> Sobre a ação dos veteranos de esquerda nas associações dos ex-combatentes da FEB, ver também o trabalho de Carlos Henrique L. Pimentel (2010). Disponível em



A direção da AECB de Belo Horizonte foi uma das seções que manifestou, através da imprensa, seu repúdio à interferência de questões partidárias nos assuntos do Conselho Nacional. De acordo com Bustamante, a oposição ganhou as páginas dos principais jornais da capital. Em notícia publicada pelo *Estado de Minas*, em julho de 1946, o chefe de polícia do Rio de Janeiro negou o requerimento da AECB para a arrecadação de fundos, alegando “que o presidente da tal agremiação era 'antissocial' e 'antibrasileiro', e que não poderia separar a pessoa jurídica da Associação da pessoa física de Pedro Paulo Sampaio de Lacerda” (COSTA, 2006:174). A seção mineira não foi a única que fez oposição à orientação política adotada pelo presidente do Conselho Nacional. Os dirigentes da AECB do Paraná também se declararam contrários ao envolvimento com o PCB e reafirmaram a necessidade de manter o caráter apolítico das associações (NASS, 2005:101).

Mas não foram apenas nas cúpulas das associações que a presença comunista causou insatisfações. O “perigo vermelho” afastou também, nem sempre por convicções ideológicas, aqueles que buscavam auxílio para se readaptarem socialmente. O papel das associações nessa fase foi fundamental para os que se encontravam em dificuldades financeiras ou desempregados. Uma prática muito comum das associações era enviar cartas para empresas, em busca de empregos para os ex-combatentes. No entanto, como lembra o sargento João Viana de Oliveira em seu depoimento, a ligação das AECBs com o PCB acabou por levar as pessoas a acreditarem que “(...) a associação era um antro de comunista. Quando mandava uma carta para uma empresa para conseguir um emprego para o ex-combatente, ele não era bem recebido. Não ganhava emprego. Não era bem quisto (...)” (RIBEIRO, 1999:186).

Com os sucessivos embates no interior das associações, a cisão que se procurou evitar nos primeiros tempos acabou por acontecer no Rio de Janeiro, em 16 de julho de 1963, com a fundação do Clube de Veteranos da Campanha na Itália. Sua sede foi construída num casarão – na Rua das Marrecas nº 35 (Lapa/RJ) –, onde atualmente se localiza a *Casa da FEB*. Essa associação passou ainda por duas alterações de nome. Em 1969, passou a se chamar Associação dos Veteranos da FEB e, somente em 1972, assumiu a designação de Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB). Antes de abrigar a *Casa da FEB*, o casarão da rua das Marrecas passou por uma grande reforma e foi transformado, com recursos levantados pelos próprios ex-combatentes, num pequeno prédio de cinco andares. No primeiro piso, encontrava-se a portaria e o Museu do Ex-combatente, que mantinha, em exposição

---

<[http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.01\\_A\\_esquerda\\_militar\\_Brasil\\_revisado.pdf](http://veredasdahistoria.kea.kinghost.net/edicao4/Art.01_A_esquerda_militar_Brasil_revisado.pdf)>. Acesso em: abril de 2011.

permanente, armas, uniformes, bandeiras e outros equipamentos utilizados pelas tropas brasileiras na campanha da Itália, além de objetos que foram apreendidos dos alemães feitos prisioneiros. No segundo andar, o Museu da Imagem e do Som, a biblioteca e um pequeno auditório, utilizado para as reuniões dos associados. Tanto o acervo do Museu da Imagem e do Som – onde encontrávamos, entre outros documentos, fotos, postais, correspondências e depoimentos gravados – como a biblioteca – que contava com exemplares como diários, depoimentos e outras reminiscências produzidas por praças e oficiais, e também com obras consagradas sobre a FEB, como aquelas produzidas pelo alto comando – foi formado, em grande parte, pela documentação doada pelos próprios associados. O terceiro andar era reservado ao lazer. O grande salão estava dividido em dois ambientes: uma sala de jogos, em passado recente muito frequentada pelos parceiros do cartado, e uma sala de convivência, onde os ex-combatentes se reuniam assiduamente para conversar sobre todas as coisas, e, é claro, relembrar episódios da guerra. O resultado dessa prática era uma permanente (re)construção e atualização da memória preservada pelo grupo. No quarto andar ficava o setor de assistência social e jurídica. A *Casa da FEB* durante toda a sua existência prestou auxílio às viúvas e às famílias de ex-combatentes, esclarecendo possíveis dúvidas e orientando sobre os procedimentos que deveriam ser efetuados. De todas as seções da *Casa da FEB*, essa sempre foi a mais frequentada pelos associados, mesmo aqueles que não tinham o hábito de comparecer aos encontros semanais ou participar dos eventos promovidos pela associação, quer por motivos de doença, quer por falta de interesse. No quinto e último andar, localizava-se o setor administrativo e a sala da direção.

Vale ressaltar, contudo, que a cisão ocorrida em 1963, não acabou com a seção da AECB no Rio de Janeiro, cuja sede localiza-se na rua do Lavradio nº 38 (Lapa), num prédio doado, em 1954, pelo então Ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha. Ambas as associações contam, em 2013, com seções espalhadas por vários estados do Brasil, e a principal diferença entre elas, durante muitos anos, limitou-se ao fato de que na Associação de Ex-Combatentes do Brasil eram aceitos todos os ex-combatentes que, de alguma forma, estiveram envolvidos no esforço de guerra: tanto aqueles que lutaram na Itália, quanto os que ficaram patrulhando a costa brasileira, chamados pelos veteranos de “praieiros” ou, pejorativamente, “patos d’água”. Já na *Casa da FEB* só eram aceitos como membros os ex-combatentes que estiveram no Teatro de Operações na Itália, ou seja, um grupo menor e que se entendia como os “verdadeiros” ex-combatentes: os que participaram, “de fato”, da guerra no *front* europeu. A

distinção, entretanto nunca impediu que alguns deles<sup>219</sup> participassem das duas associações, motivados, em geral, pela possibilidade de manter contato com os companheiros e por questões de ordem legal. Como as associações possuíam um setor jurídico e os entraves burocráticos para acesso aos benefícios estipulados pelas leis, na maioria das vezes, faziam com que os processos se arrastassem durante anos, os ex-combatentes tentavam encurtar esse tempo acionado, quando possível, os serviços de assistência oferecidos por ambas.

A despeito disso, a cisão acabou resultando na divisão dos associados da AECB em dois grupos: um formado por ex-combatentes, maior e mais diversificado, que incluía não-expedicionários e ex-combatentes estrangeiros e, outro, composto exclusivamente pelos expedicionários veteranos. A distinção entre eles, que desde o retorno dos expedicionários era motivo de controvérsias, ganhou força com a aprovação da Lei nº 616, de 2 de fevereiro 1949, que ampliou o conceito legal de ex-combatentes<sup>220</sup>. Apesar da lei não ter sido publicamente alvo de protestos por parte dos veteranos, causou descontentamento o fato de em algumas associações, o número de ex-combatentes superar o de expedicionários. Este fato revela que a penetração dos comunistas nas associações não era o único motivo de divergência entre os associados, evidenciando um processo de hierarquização entre “ex-combatentes”, expressa no vocabulário que os identificaria e distinguiria: “expedicionários” e “praieiros”<sup>221</sup>.

Durante o governo Dutra, a Lei nº 1.267, de 9 de dezembro de 1950<sup>222</sup>, passou a estender aos oficiais e praças que participaram das missões de combate contra a Revolta Comunista em 1935, os mesmos benefícios assegurados aos ex-combatentes da FEB. Perfeitamente afinada com o discurso anticomunista do governo, a lei pode ser interpretada como um reconhecimento aos beneficiários que se engajaram na “caça aos comunistas”, e também como um incentivo à repetição desse comportamento na década de 1950. Ao mesmo tempo, pode indicar um demérito aos veteranos da FEB, que tiveram que enfrentar na Itália um exército profissional em um conflito de proporções mundiais. Situação certamente diferente da vivenciada pelos militares que combateram a revolta comunista em 1935. A interpretação da lei adquire peso, se levarmos em conta a oposição do general Dutra às questões referentes à FEB. Vale ressaltar, porém, que não se trata de pôr em escala as experiências de combate, muito menos de ignorar que nos embates legislativos é fato

<sup>219</sup> Entre os veteranos que entrevistei durante o mestrado, todos eram sócios das duas instituições. No entanto, foram unânimes em afirmar que frequentavam a *Casa da FEB* como muito mais assiduidade.

<sup>220</sup> Ver menção a essa lei na nota nº 14 da Introdução.

<sup>221</sup> Numa referência as chamadas “leis da praia” que estenderam os direitos dos ex-combatentes da FEB para outros grupos de militares que não estiveram em combate no *front* italiano.

<sup>222</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1950-1969/L1267.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1267.htm)>. Acesso em: abril 2011.

recorrente que algumas leis abram prerrogativas para novas demandas. No entanto, como no caso das comparações entre o paradigma do Holocausto e outras experiências traumáticas, nesse caso também o paralelo é equivocado para efeito de avaliação das políticas de reparação que deveriam ser colocadas em prática. A questão é mais sutil e envolve nuances que requerem um olhar mais sensível na tentativa de conferir às reivindicações e ressentimentos dos veteranos da FEB sua real medida: nem superdimensioná-los, na medida em que se assemelham a outras experiências traumáticas de reintegração social de ex-combatentes; nem desconsiderá-los, minimizando seus dramas por não produzirem internamente, como em outros países, os mesmos impactos. Assim, talvez seja possível identificar práticas que, ao longo dos anos, tem informando a construção de discursos que contribuíram para esvaziar sua luta e silenciar ou denegrir sua memória.

Ainda nessa linha de interpretação, é interessante observar a repercussão da Lei n.º 2.579, de 23 de agosto de 1955<sup>223</sup>, portanto, após o suicídio de Vargas e durante o curto governo de Café Filho (1954-1955). A lei garantia atendimento médico-hospitalar e a concessão de pensão para aqueles que serviram no teatro de operações na Itália durante a Segunda Guerra Mundial, mesmo depois de transferidos para a reserva – reformados, aposentados ou licenciados do serviço militar. Também protegia os que fossem, em qualquer tempo, julgados inválidos ou incapazes pela Junta Militar de Saúde, por sofrerem de “tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra ou paralisia” ou qualquer outra moléstia adquirida em decorrência da guerra que o impossibilitasse de prover sua subsistência. Apesar de aprovada tardiamente, dez anos depois do término da guerra, os veteranos que conseguiram comprovar sua invalidez foram beneficiados pela lei que, contudo, era exclusivamente voltada para os veteranos da FEB que lutaram no *front* italiano, não incluindo outros grupos de ex-combatentes. Talvez, em parte, por ter beneficiado um grupo ainda menor no conjunto de veteranos da FEB, em pouco tempo passou a ser conhecida, pejorativamente, mesmo entre eles, como “Pensão do Louco de Guerra”. Uma referência que denuncia não apenas o descrédito e, porque não dizer, o desrespeito ao ex-combatente que, em alguns casos, se projetava socialmente nessa imagem. Mas também, tal designação mostrava o constrangimento porque tinham que passar os beneficiados pela lei. Constrangimento que não se limitava à carga de ser identificado como “louco de guerra” e, se reproduzia, durante as avaliações nas juntas médicas militares e nos trâmites jurídicos dos processos que

---

<sup>223</sup> Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L2579.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2579.htm)>. Acesso em: abril de 2011.

comprovavam a situação de invalidez. As inúmeras dificuldades, renderam à lei outra alcunha, igualmente depreciativa: “Lei do Pé na Cova”.<sup>224</sup> A tensão que se observa no caso dessas leis que, ao mesmo tempo, em que procuram atender às demandas do veteranos, informam discursos que maculam sua imagem, se manifesta historicamente ao longo do processo de construção memorial da FEB.

Com a ampliação legal da condição de ex-combatente, as associações<sup>225</sup> passam a receber um grande número de sócios o que, muitas vezes, era visto como um problema, pelas dificuldades operacionais de lhes dar atendimento e assistência. Assim, ironicamente, se na transição entre as décadas de 1940 e 1950, isso configura um transtorno, passados mais de 65 anos do término da Segunda Guerra Mundial, a ausência deles é motivo de preocupação. Especialmente nas duas últimas décadas, com a drástica redução dos quadros de associados, devido ao elevado número de mortos, o estatuto da *Casa da FEB* foi alterado, permitindo a associação de qualquer pessoa interessada em preservar a memória da FEB. A intenção dessa abertura é evidente, pois trata-se de aumentar a receita da entidade e assegurar sua sobrevivência. Como já mencionado, nessa tarefa de preservação, a direção da associação conta, desde agosto de 2009, com o patrocínio da empresa *Tecnolach* que fabrica equipamentos para arquivamento e armazenagem de acervos.

É cedo para avaliarmos os efeitos desse processo de transformação ainda em curso. Diante de tais mudanças, é provável que essa nova *Casa da FEB* guarde poucas semelhanças com a antiga associação, com a morte dos últimos veteranos trazendo modificações no perfil da instituição e ocasionando repercussões nas disputas memoriais, que ainda estão por vir. Tudo isso, evidencia os graus de dinamismo e transformação que incidem sobre o campo das memórias da participação da FEB na Segunda Guerra Mundial. Mas, independente dessas disputas e da narrativa memorial que se pretende estabelecer como dominante não se pode negar que a fundação e manutenção das associações foi fruto do empenho e dedicação desses homens, por quase toda a vida. Nesse sentido, as associações podem ser encaradas como um *projeto* (VELHO, 1994) dos próprios ex-combatentes, que tinham como objetivo preservar uma certa memória sobre a participação do Brasil na guerra. Demarcada por um projeto, materializado em instituições, essa memória coletiva confere uma identidade comum ao grupo

---

<sup>224</sup> Sobre as dificuldades encontradas pelos veteranos para ter acesso aos benefícios assegurados pelas leis, ver o terceiro capítulo deste trabalho.

<sup>225</sup> Na *Casa da FEB* no Rio de Janeiro e, em outras seções regionais da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB), isso não acontece uma vez que, como já foi dito, só eram aceitos como associados os veteranos que lutaram no *front* italiano durante a Segunda Guerra Mundial.

– a de ex-combatentes. Esse “nome próprio” os faz se perceberem, após a desmobilização da FEB, enquanto um todo, ainda que permeado por tensões internas. Ao término da guerra, as associações se apresentavam como a melhor forma de se (re)organizarem como grupo e construir uma identidade social em novas bases, lutando pelos direitos que se legitimavam a partir do autorreconhecimento e do reconhecimento pelos outros, de tal identidade/nome.

A alta frequência dos ex-combatentes ao setor de assistência indica o quanto se sentiram desamparados após a desmobilização da FEB, e como foi problemática essa fase de readaptação social. A tentativa de suprir essa carência foi um dos principais objetivos da fundação da *Casa da FEB*, assim como da maioria das associações deste tipo. Mas ele não foi único. A necessidade de criar uma entidade que representasse seus interesses junto às autoridades competentes, e que, ao mesmo tempo, fosse também uma referência para criar e reforçar a identidade de ex-combatente preservando sua memória, foram outros objetivos que impulsionaram a proliferação dessas associações pelo país. Após a traumática desmobilização das tropas no retorno ao Brasil, eles se depararam com dois grandes desafios: a rearticulação do grupo dispersado após o desembarque e a construção de sua nova identidade baseada no binômio combatente/ex-combatente.

Assim, na medida em que passava o tempo e que se somavam conquistas de benefícios assegurados por lei, as associações foram se configurando, cada vez mais, como lugares de sociabilidade fundamentais para a preservação da identidade do grupo e de sua memória. Superados os embates ideológicos dos primeiros tempos, consolida-se nas associações um perfil mais conciliatório na busca por direitos, tanto interna como externamente. Especialmente a partir da década de 1950, afastado o “perigo vermelho”, o crescente alinhamento das associações com os setores políticos anticomunistas seria coroado com o apoio conferido ao golpe militar em 1964. Com a tomada de poder por parte dos militares, renovavam-se as esperanças de que, enfim, teriam o reconhecimento material e social de que se julgavam merecedores. Afinal, havia motivos para acreditar nisso, uma vez que parte da oficialidade da FEB foi fundamental para a concretização do golpe que derrubou João Goulart. No entanto, não foi exatamente o que se passou.

#### 5.4 Novos tempos, velhos problemas

O general Humberto de Alencar Castelo Branco, que durante a Segunda Guerra foi o Chefe Interino do Estado-Maior da FEB, gozava de grande prestígio entre os oficiais do Exército quando assumiu a presidência da República em abril de 1964. Sua ligação com a Escola Superior de Guerra (ESG)<sup>226</sup> e a imagem de articulador do golpe, eram credenciais que asseguravam sua credibilidade entre os grupos anticomunistas. Elemento chave na “caça às bruxas” que se instaurou nas associações cariocas em fins dos anos de 1940 e depositário das glórias da FEB na luta contra o nazifascismo, o nome do general estava, indiscutivelmente, atrelado ao dos ex-combatentes. Ao personificarem a experiência da FEB, os oficiais ex-combatentes que assumiram posições de destaque no regime civil militar – dentre os quais destacam-se, além de Castelo Branco, Golbery do Couto e Silva<sup>227</sup> e Cordeiro de Farias<sup>228</sup> –, contribuíram para vincular a memória da FEB à da ditadura instaurada após 1964. Por extensão, esse vínculo ajudou, muitas vezes equivocadamente, na construção de uma identidade comum entre as Forças Armadas e a FEB. Cria-se assim, sobretudo aos olhos das gerações pós-movimento civil e militar de 1964, o que poderíamos chamar de uma tríade memorialística que combina, indistintamente, no mesmo conjunto: as memórias das Forças Armadas, do regime civil militar e da FEB. Os efeitos dessa indistinção nos estudos sobre a FEB, e sem dúvida, para sua memória, foram nefastos. Pelo menos até fins da década de 1990, poucos acadêmicos se debruçaram sobre o tema da FEB, trazendo-se para esse campo de pesquisa o estigma de relações com o autoritarismo que, durante muitos anos, também

---

<sup>226</sup> Criada em outubro 1948, a ESG procurava reproduzir os centros de treinamento militares norte-americanos com a intenção de aprimorar a formação dos oficiais brasileiros com base em estudos teóricos e táticos utilizados pelo Exército dos EUA.

<sup>227</sup> Serviu à FEB como oficial de inteligência estratégica e informações. Em 1952, ingressou na Escola Superior de Guerra (ESG) e, em 1961, durante o governo Jânio Quadros, foi nomeado chefe do gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional. Em 1962, criou e dirigiu o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) que teve grande importância na articulação que depôs João Goulart. Em 1964, idealizou e dirigiu o Serviço Nacional de Informações e, durante todo o período do regime civil militar, teve grande importância: em 1967, como Ministro do Tribunal de Contas e, em 1974, no governo Geisel, como chefe da Casa Civil da Presidência da República, cargo no qual permaneceu durante o governo do presidente João Figueiredo. Em 1979, conduziu a reforma partidária, porém, após o atentado do Riocentro, no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1981, afastou-se do governo por discordar de seus métodos de ação.

<sup>228</sup> Foi comandante da artilharia da FEB e, depois da guerra, em 1949, assumiu o comando da recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG). Em 1954, elegeu-se governador de Pernambuco, exercendo mandato entre 1955 e 1958. Em 1961, foi nomeado chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) pelo presidente Jânio Quadros. Com a renúncia de Jânio, envolveu-se diretamente no golpe que derrubou, em 1964, o presidente João Goulart. Após o golpe, assumiu a direção do Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, posteriormente Ministério do Interior, permanecendo na função até junho de 1966, quando se retirou da vida pública.

afastou a academia dos estudos sobre militares. A conhecida e totalmente equivocada confusão entre objeto de pesquisa e posição do historiador como investigador e cidadão.

Assim, identificar os expedicionários aos militares que ascenderam ao poder com o golpe em 1964, não traz somente implicações de cunho memorialístico, mas indica também uma miopia que ignora os diversos subgrupos que estão sob o signo da FEB. Como ressaltou Ferraz (2002:320), o que identificava o grupo de oficiais que se destacou na consolidação do regime civil militar foi o fato de que estiveram ligados à FEB e à ESG. No entanto, mais uma vez é preciso enxergar as diferenças existentes entre a composição da força de expedicionários e a da escola, e, especialmente, dentro delas, para não incorrer em generalizações que as relacionem indistintamente. Por outro lado, devido ao anticomunismo da maioria dos expedicionários, não é errado afirmar que houve algum tipo de apoio às ações do regime estabelecido em 1964. Em geral, esse apoio manifestou-se discretamente, através de declarações públicas individuais ou coletivas, em especial, durante o governo de Castelo Branco, até porque os ex-combatentes alimentavam esperanças de ver seus problemas solucionados com a tomada de poder por parte de “companheiro” do *front*.

Apesar de tentar dissociar seu governo daqueles que eram identificados com a chamada “linha dura”<sup>229</sup>, as medidas tomadas por Castelo Branco, com a intenção de consolidar as bases de sustentação do regime civil militar, inauguraram um dos períodos mais repressivos da história do país, além do combate aos subversivos, genericamente identificados com o comunismo e o trabalhismo. O discurso do governo buscava caracterizar a “revolução” como sendo uma missão cujo único objetivo era a retomada do desenvolvimento econômico e a promoção da justiça social. Assim, esse forte caráter anticomunista já dava mostras inquestionáveis da presença do autoritarismo que instauraria um estado de exceção. A decretação do Ato Institucional nº 2, de 27 de outubro de 1965, – criando o bipartidarismo, com a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) –; a cassação dos direitos políticos e anulação de mandatos legislativos; o fechamento do Congresso Nacional; a repressão política a sindicatos e entidades estudantis e a aprovação da Lei de Segurança Nacional, eliminando os princípios da liberdade civil são indícios de que as arbitrariedades características do regime militar não foram exclusividade dos governos classificados, posteriormente, como da “linha dura”. Com a passagem de Castelo Branco pela

---

<sup>229</sup> Vale lembrar que a divisão dos militares entre “linha dura” e “moderados” é bastante questionável porque mascara a dinâmica interna do regime civil militar marcado por avanços e retrocessos. Essa dualidade não é capaz de explicar o universo plural em que os diversos grupos militares defendiam seus interesses. Ver mais sobre esse assunto no trabalho de Carlos Fico (2004).



presidência, a memória da FEB se amálgama a das atrocidades cometidas pelos militares durante o período ditatorial.

Nesse momento, a proximidade entre a FEB e o regime civil militar, inaugurado em 1964, parecia proveitosa para ambos os lados. Tanto para os militares que estavam no poder, interessados em valorizar sua participação na guerra e, ao mesmo tempo, “pacificar” seu relacionamento com os ex-combatentes; quanto para uma parte da FEB, que assumiu, através de suas associações, o discurso anticomunista – pré-requisito básico para negociar com o governo suas reivindicações. Porém, nos anos posteriores, ela se revelou desvantajosa para a imagem da FEB. O desejado reconhecimento público não se concretizou plenamente e os benefícios assegurados pelas leis não se ampliaram como esperado. Note-se que não se trata de uma ausência de leis, mas sim de uma legislação tardia e pouco profícua. Se, por um lado, muitos morreram sem receber os benefícios a que tinham direito, porque estes foram aprovados tarde demais, por outro, muitas vezes as leis simplesmente não eram cumpridas, quando não totalmente desconhecidas pelos veteranos. Restou à FEB o ônus da memória “maculada” pela associação com o regime civil militar.

Na verdade, poucos praças da FEB estiveram envolvidos diretamente, seja com o próprio golpe, como foi o caso do alto oficialato, seja apoiando explicitamente o regime autoritário. Para Ferraz, a FEB teve, em 1964, um papel tão coadjuvante quanto o que tivera nos acontecimentos que culminariam, em 1945, com o fim do Estado Novo.

O alheamento da maioria dos expedicionários com relação às crises políticas de 1945 se repetiu em 1964. Embora as lideranças das associações manifestassem apoio ao novo regime, não há registro documentado de massas de ex-combatentes marcando posição, favorável ou não, ao novo governo militar. No máximo, é possível arrolar algumas manifestações de esperança em uma atenção especial aos seus problemas cotidianos, no governo do ex-expedicionário Castelo Branco, por parte de algumas lideranças da AECB (FERRAZ, 2002:325).

Em ambos os contextos, tanto em 1945, como em 1964, o envolvimento da maioria dos veteranos parece ter sido pautado muito mais pelos esforços no sentido da reintegração social do que por escolhas ideológicas conscientes. Independentemente disso, com ou sem consentimento, diferentes sujeitos históricos valeram-se das associações para legitimar suas ações políticas: quer em 1945, quando da aproximação com o PCB, quer no pós-1964, quando seu anticomunismo assegurava uma grande afinidade com as autoridades do regime civil

militar e suas propostas autoritárias. Predominantemente consensual entre os expedicionários associados e às instituições que os representavam, essa apropriação foi, nos dois casos, responsável por, em outros contextos, “manchar” a memória da FEB.

Com a instauração do regime civil militar em 1964, a FEB voltou a ser, embora por motivos diferentes daqueles em 1945, alvo do jogo político. Ora atacada por supostamente representar uma ameaça potencial tanto para o alto comando do Exército – interessado em projetar suas lideranças com vistas à tomada de poder num futuro próximo –, quanto para a manutenção da política varguista; ora punida devido à condescendência com a ditadura militar traduzida pelo silêncio das associações, a memória da FEB, foi nos últimos cinquenta anos, construída sob a égide da contradição. Indiscutivelmente, a leitura que se faz dessa memória sofre a influência do posicionamento, consciente ou não, adotado pelos ex-combatentes reunidos nas associações, que se não participaram ativamente da ditadura, ao menos a apoiaram, silenciosamente, esperando do Estado, representado naquele momento pelas Forças Armadas, o reconhecimento pelos esforços praticados em nome da pátria.

Nesse sentido, qualquer que seja a interpretação no tocante à suposta afinidade política entre as associações e o regime civil militar – como moeda de troca na esperança de atendimento às históricas demandas dos expedicionários ou como fruto da veia anticomunista presente em ambos –, o resultado para a construção da memória da FEB foi negativo. Em pleno processo de redemocratização pós-ditadura, o alinhamento das associações ao regime inaugurado em 1964 cobraria seu preço. Atacada como forma de atingir a cúpula dos responsáveis pela instalação da ditadura no país, a FEB e a memória dos expedicionários brasileiros passaram a ser, a partir de então, seguidamente desvalorizadas em nome das inúmeras críticas ao regime de exceção.

É interessante notar que as sobrevivências dos traumas experimentados durante a ditadura são, ainda em 2013, fontes de novos ressentimentos, quer entre as vítimas do regime, quer entre os próprios militares, que se julgam injustiçados por serem apontados como os únicos que desejavam o golpe. Como numa reação em cascata, essa dinâmica de sentimentos se reproduz com o passar do tempo, contribuindo para construir uma memória negativa da FEB ao transformá-la em cúmplice da repressão instituída em 1964. Nesse sentido, para as gerações que sucederam o regime civil militar, especialmente para aquelas que o vivenciaram, a memória da FEB torna-se indissociável da herança de 1964 e, como tal, estava condenada.

No entanto, é importante destacar que tratar a memória da FEB como um todo é

incorrer em erro, uma vez que certamente, as experiências que informam a memória dos oficiais febianos são diferentes daquelas preservadas pelos ex-combatentes civis. E mais, a apropriação que esses grupos fazem dessas memórias também variam em função do contexto histórico em que se inserem. Assim, apesar de bastante distintas, essas versões memoriais são, na maioria das vezes, tratadas em conjunto, o que acaba por transferir para os ex-combatentes civis, o peso das escolhas feitas pelos oficiais da FEB que se envolveram diretamente no golpe de 64. Por outro lado, ao passo que alguns desses oficiais se beneficiaram com essas escolhas, outros foram vítimas das arbitrariedades praticadas contra a sociedade brasileira nesse período. Um exemplo conhecido é o caso do brigadeiro Rui Moreira Lima, autor do livro “*Senta a Pua!*”, que inspirou o cineasta Erik de Castro a filmar o documentário homônimo. Piloto do 1º Grupo de Caça que durante a guerra executou 94 missões, foi cassado em abril de 1964 com a chegada dos militares ao poder. Como Comandante da Base Aérea de Santa Cruz, em Salvador (BA), o brigadeiro recusou-se a participar daquilo que considerava uma intromissão dos militares nos rumos da política brasileira e, por isso, foi exonerado de suas funções na FAB. Como ele, outros ex-combatentes brasileiros também foram perseguidos sob a alegação de subversão. O brigadeiro Fortunato Câmara de Oliveira, criador do símbolo do “*Senta a Pua*” – o avestruz guerreiro –, foi preso, em 1952, devido ao envolvimento na campanha *O Petróleo é nosso* e sua atuação política de esquerda. Com o golpe em 1964, foi exonerado da FAB, teve seus direitos políticos cassados por 10 anos e sua habilitação de piloto suspensa, sendo impedido de trabalhar em empresas aéreas civis (SANTOS, 1998).

No tocante à legislação, os benefícios assegurados aos veteranos da FEB não se ampliaram muito durante o regime civil militar. A Constituição outorgada em 1967 “estava apenas cobrindo com um verniz constitucional um conjunto de direitos já previstos na legislação ordinária” (FERRAZ, 2002:223). A ressalva fica por conta da Lei nº 6.592, de 17 de novembro 1978, que concedeu aos ex-combatentes que não pudessem prover seu sustento e de sua família uma “pensão especial equivalente ao valor de duas vezes o maior salário-mínimo vigente no país”<sup>230</sup>, desde que o beneficiário não fizesse jus a outras vantagens pecuniárias previstas na legislação. Assim, como o benefício não era cumulativo, só atendia às necessidades daqueles que se mantinham com um valor inferior ao definido na pensão. A determinação foi motivo de protestos que se arrastaram nos anos seguintes, atingindo seu

---

<sup>230</sup> Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/16592.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/16592.htm)>. Acesso em: abril de 2011.

ápice com a promulgação da Constituição Federal de 1988<sup>231</sup> que assegurou aos ex-combatentes nos termos da Lei nº 6.592, de 17 de novembro 1978, pensão especial correspondente à deixada por segundo tenente das Forças Armadas, o que equivalia a um vencimento bem acima da média do que recebiam até então. Nesse caso, o problema não reside apenas no fato de que, passados mais de 40 anos, muitos deles morreram sem receber o benefício, mas sim, novamente, nas distorções da legislação. Assim, como lembra Ferraz, “algumas dezenas de funcionários bem remunerados, considerados ex-combatentes pelas 'leis da praia', recebiam verdadeiras fortunas em aposentadorias” (FERRAZ, 2002:230): eram os chamados pracinhas marajás. Com a publicização do caso, novas polêmicas colocaram os veteranos da FEB em cena. Tornam-se, então, alvo de acusações infundadas uma vez que não figuravam entre os tais marajás – na verdade, “ex-combatentes” da Marinha Mercante beneficiados pelas “leis da praia” – nenhum expedicionário. Apesar dos benefícios terem sido revogados em 1997<sup>232</sup>, durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, as distorções das leis continuam ainda permitindo que alguns poucos fossem beneficiados.<sup>233</sup>

Bem diferente dos “ex-combatentes” marajás, os veteranos da FEB mantiveram suas pensões especiais, não cumulativas, fixadas no valor equivalente à “pensão militar deixada por segundo-tenente das Forças Armadas”, conforme reafirmado pela Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990.<sup>234</sup> Se para muitos o benefício chega tarde, mesmo para aqueles que puderam dele usufruir, foi necessário percorrer um longo caminho. Longe de legitimar o reconhecimento esperado, as leis de amparo ao ex-combatente, apesar de beneficiá-los materialmente, muitas vezes contribuíram para a construção de discursos que os vitimizaram ou condenaram. As recentes polêmicas envolvendo o pagamento das pensões especiais são indicativos que reforçam essa ideia da tensão intrínseca à história e à memória da FEB.

---

<sup>231</sup> Ver inciso II do artigo 53 das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#adct](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#adct)>. Acesso em: abril de 2011.

<sup>232</sup> O art. 263 do Decreto 2.172, de 05 de março de 1997, baseando-se no inciso XI do artigo 37 e no artigo 248, previstos na Constituição Federal de 1988, limitou a pensão especial à remuneração correspondente a de Ministro de Estado. Note-se que o texto constitucional já previa anteriormente esse teto, o decreto apenas valeu-se de uma determinação legislativa preexistente que não se fazia cumprir. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2172.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2172.htm)>. Acesso em: abril de 2011.

<sup>233</sup> Conforme se pode constatar em notícia da *Revista Época*, publicada em 6 de dezembro de 2010, que denuncia a utilização da chamada “lei da praia” para pagamento de pensões que variam entre R\$ 21 mil e R\$ 41 mil. Os aposentados marajás são justamente aqueles que não lutaram na Itália como integrantes da FEB, mas valeram-se de uma brecha da lei que os beneficiou. Disponível em <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI193398-15223,00.html>>. Acesso em: abril de 2011. Em dezembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal voltou a divulgar nota sobre o caso das pensões especiais de “ex-combatentes”. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?Conteudo=196737&caixaBusca=N>>. Acesso em: abril de 2011.

<sup>234</sup> Disponível em <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8059.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8059.htm)>. Acesso em: abril de 2011.

Assim, como se pode notar, compreender as múltiplas construções sógnicas envolvidas na memória da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial não é uma tarefa fácil. Para tanto, é necessário analisar – passados sessenta e oito anos do término da guerra – a dinâmica das relações que se estabelecem entre as associações, os ex-combatentes e o Exército, levando em conta os signos que informam a construção das memórias desses grupos, bem como as maneiras como eles são apropriados – por diferentes atores sociais – ao longo desse período. Os ressentimentos, traumas e frustrações se combinam revelando um conjunto de memórias muito mais fragmentado do que se poderia supor a princípio. A memória da FEB, não é só a dos veteranos que “derrubaram” o Estado Novo em 1945, nem apenas a dos oficiais golpistas de 1964; menos ainda, a que se sustenta pelo discurso de vitimização característico das lutas pela reintegração social no pós-guerra. Ela combina fragmentos de todas essas versões memoriais, que não se encerram nelas mesmas, visto que guardam em si múltiplas nuances. Nessa longa trajetória, o papel das associações têm-se revelado fundamental para a preservação da memória da FEB, em sua versão mais primordial: a dos ex-combatentes. Num esforço de sobrevivência quase heroico, para resistir à morte de seus afiliados, as associações permanecem como redutos de resistência memorial e luta para aqueles que se reconhecem e se afirmam ex-combatentes da FEB.

# Capítulo 6

---

***“Eu sou eu e minhas circunstâncias”***

## 6.1 O desafio da escrita de si

Yo soy yo y mi circunstancia  
*Ortega y Gasset*

É isso aí! Minhas circunstâncias foram essas que anotei dia a dia e que assumo. Mal ou bem, vivi esse tempo humanamente, como criatura humana que sou.

Nada de patriotismo piegas, devoção obcecada ou heroísmos estoicos e temerários. Não! Homem, vivi o meu drama com todas as angústias, com todos os temores e medos, com todas as revoltas e ironias e com todos os desânimos, desesperos, gozações, risos e prazeres, inerentes à alma de um jovem de minha geração.

Assim, nada mais a desejar, senão que essas reminiscências possam servir aos moços de hoje, que, como aconteceu comigo correm o risco de serem arrastados a uma guerra.

Os métodos, os processos e as técnicas, os engenhos e o armamento serão outros, mais cruéis talvez, mas o homem, esse será sempre o mesmo, com seus momentos de exaltação e de abatimento: ele será sempre ele e suas circunstâncias.

(Ruy de Oliveira Fonseca,  
1944)

É assim que o então tenente Ruy de Oliveira Fonseca inaugura as páginas de seu diário de guerra minuciosamente anotado entre os dias 20 de setembro de 1944, data de seu embarque no navio AP 116 - US GEN. MEIGS junto com o 2º escalão da FEB rumo à Itália, e 17 de setembro de 1945, quando retornou ao Brasil após a vitória das tropas aliadas.

Tive a gratificante oportunidade de conhecer o major Ruy no final do ano de 1996, quando visitei a *Casa da FEB* com a intenção de investigar seu acervo e travar contato com alguns de seus membros, possíveis entrevistados para a realização da pesquisa que resultaria posteriormente na minha dissertação de mestrado (RIBEIRO, 1999).<sup>235</sup> Ao iniciar o trabalho com as entrevistas, tomei conhecimento, através das histórias que os depoentes me contavam sobre o major Ruy, da existência de seu diário<sup>236</sup>. A possibilidade de entrevistá-lo e de, eventualmente, ter acesso ao diário me instigava. Finalmente depois de algumas tentativas<sup>237</sup> o encontro se realizou na própria *Casa da FEB* e, como eu imaginava, seu resultado não poderia

<sup>235</sup> A grande quantidade de fontes com que me deparei ao longo da pesquisa – jornais, diários, cartas, fotos, além de 19 horas de entrevistas e da extensa bibliografia sobre o tema da guerra – apresentou, para mim, outras possibilidades de análise que estão sendo investigadas mais detalhadamente durante este doutorado.

<sup>236</sup> As referências dos depoentes à figura do major e ao seu diário já sinalizavam a importância e a centralidade que ele e sua produção tinham dentro daquele grupo.

<sup>237</sup> O major Ruy morava em Juiz de Fora e nessa época vinha ao Rio de Janeiro quase toda a semana, porém estava sempre envolvido com as questões administrativas da ANVFEB, da qual era vice-presidente, o que dificultou o agendamento da entrevista. Nos últimos dez anos, em função da idade avançada, afastou-se da ANVFEB/RJ e concentrou suas atividades na ANVFEB/Juiz de Fora até sua morte em outubro de 2012.

ter sido melhor. Saí de lá com uma cópia do diário, que me foi gentilmente oferecida, e com a promessa de um novo contato.

A breve descrição dos caminhos que me levaram até o major Ruy e seu diário – para além da preocupação acadêmica em precisar a origem da fonte de pesquisa – revela as circunstâncias que possibilitaram a gênese dessa tese. Parafraseando a citação dele no prefácio do diário, essas foram as minhas circunstâncias, as que me impuseram o desafio do trabalho com a *escrita de si*.

\*\*\*

A escrita de um diário é motivada por diversas razões. Dentre tantas outras, podemos escrever para: registrar a intimidade da vida familiar, caso mais comum, em geral, entre as mulheres<sup>238</sup>; eternizar fatos referentes à esfera pública da vida de seu autor <sup>239</sup>; ou dar sentido a um episódio excepcional de sua vida como, por exemplo, viagens, prisões ou guerras, circunstâncias nas quais é possível situar o diário do major Ruy. Isso não significa dizer que a análise de um diário íntimo não permita uma abordagem mais ampla do contexto histórico que extrapola a vida pessoal de seu autor e se mistura com acontecimentos marcantes de grande porte como nos revela Castro ao analisar o diário de Bernardina.<sup>240</sup> Por meio deles é possível investigar diferentes modos de viver e de pensar de uma determinada época, lançando luz sobre elementos que durante muito tempo foram rejeitados em nome de uma História total, dita racional e científica. Em contrapartida, a análise de diários como o de Getúlio Vargas<sup>241</sup>, cuja origem tem declaradamente a intenção de registrar os feitos de sua experiência vivida como homem público, também deixam transparecer sua dimensão privada na medida em que não deixa de ser, fundamentalmente, uma escrita de cunho pessoal. Decorre desse fato, que, independente da intenção de seu autor, o diário, assim como outros documentos históricos, pode ser investigado para fins diversos daqueles para os quais foi escrito. Ainda que seja preciso considerar que essa investigação, na maior parte das vezes, esbarra em limites impostos pela própria natureza do registro.

<sup>238</sup> Ver os trabalhos de Celso Castro (2004); Hebe M. Mattos e Keila Grinberg (2004); Ana Maria Mauad e Mariana Muaze (2004); e Marieta de M. Ferreira (1998).

<sup>239</sup> Sobre o diário de Getúlio Vargas, ver o trabalho de Maria Celina D'Araújo (1996).

<sup>240</sup> Filha de Benjamin Constant, Bernardina então com 16 anos registra em seu diário os acontecimentos de 15 de novembro de 1889, nos quais seu pai foi um dos protagonistas, a partir de seu ponto de vista doméstico. De acordo com Castro (2004) o cruzamento do diário com dados provenientes de outras fontes contribuiu com informações originais para sua pesquisa de doutorado.

<sup>241</sup> O diário está disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/docreader/gv\\_digital\\_consulta.htm](http://www.cpdoc.fgv.br/accessus/docreader/gv_digital_consulta.htm).



Especialmente a partir da década de 1980, o reconhecimento da escrita ordinária, assim chamada porque produzida por “gente comum”, como valiosa fonte de pesquisa, trouxe para o campo da investigação histórica um novo olhar, mais sensível e voltado às emoções, à afetividade, enfim, à subjetividade. Tais elementos, trabalhados na chave da História Cultural, têm-se revelado potencialmente interessantes por possibilitarem – através da leitura do registro cotidiano, de sentimentos, intimidades, desejos e tudo o mais que compete ao mundo emotivo, em estreita relação com o cognitivo – recuperar sensibilidades e representações historicamente constituídas. Dentro dessa perspectiva, sensibilidades são, em essência, as formas de ser/estar no mundo. E ainda que os registros não nos permitam “sentir” da mesma forma que no passado, é possível a partir deles investigar a experiência sensível de um outro tempo.<sup>242</sup>

O interesse dos historiadores pelas sensibilidades fez emergir também a preocupação com a subjetividade. Afinal, é com base nas experiências pessoais que os homens elaboram representações sensíveis sobre o mundo e, como toda escrita de si, esses registros guardam grande individualidade e subjetividade. Foi na segunda metade do século XIX, período de ênfase na esfera privada, que a escrita dos diários íntimos começou a se difundir como uma prática social e educativa adotada, em sua maioria, por mulheres da elite letrada. De acordo com Lejeune (2008), que desde a década de 1970 se ocupa do estudo de diários e escritas autobiográficas, ainda hoje são as mulheres as principais produtoras desse gênero. Esse tipo de produção, de maneira diferente da escrita autorreferencial de fins do século XVII e início do XVIII, excessivamente centrada em personalidades públicas, veio acompanhada de uma tomada de “consciência do eu privado” cuja expressão máxima são os diários íntimos, bastante populares hoje em dia (CHARTIER, 1989). Sobretudo nas últimas duas décadas desse século em que se assiste a “celebração do eu” nas diversas modalidades de escrita de si.

Prova disso é que autobiografias, biografias, correspondências, diários e relatos de história de vida têm despertado crescente interesse dos leitores e do mercado editorial no mundo todo. Em todas estas expressões, a memória é o elemento primordial que lhes confere fundamento e existência. Partilham também o fato de se concentrarem na individualidade do autor, enfatizando a esfera pessoal, sem que isso represente uma supressão de sua dimensão pública. Assim, a *escrita de si* é uma prática que congrega, a um só tempo, a possibilidade de escapar à própria existência individual e de reafirmá-la através da construção de uma

---

<sup>242</sup> Sobre História Cultural e sensibilidades ver o trabalho de Sandra Jatahy Pasavento (2004). Disponível em <<http://nuevomundo.revues.org/229>>. Acesso em: junho de 2012.

narrativa. Nesse sentido, qualquer que seja o critério adotado na análise deste tipo de produção, ele precisa levar em conta a essência daquilo que a define: a justaposição entre autor, narrador e personagem, o que se nomeia de *pacto autobiográfico*.<sup>243</sup>

Característico das sociedades ocidentais modernas, o ato de falar e escrever sobre si mesmo cria condições para a emergência de um indivíduo que estabelece seu lugar na sociedade, seja por sua singularidade, seja por uma pluralidade identitária resultante dos diversos papéis sociais que assume ao longo de sua trajetória. Considerando que a noção de trajetória pressupõe uma ocupação sucessiva de diferentes posições sociais por um mesmo indivíduo ao longo de sua vida, é legítimo afirmar que esse sujeito esteja submetido a constantes transformações que se estendem ao campo das memórias (BOURDIEU, 1996).

O exercício de rememorar, em se tratando de uma tarefa individual, produz resultados que variam de pessoa para pessoa, de acordo com o momento em que se realiza. Através de um processo de reconstrução memorial, o indivíduo seleciona, no presente, elementos do passado, proporcionando a possibilidade de uma nova leitura de acontecimentos distantes no tempo. Desta maneira, seria então uma *ilusão biográfica* (BOURDIEU, 1996) conceber o indivíduo como uma unidade linear, homogênea e coesa. Ele é resultado das mudanças que afetam sua trajetória e, por isso, é múltiplo e fragmentado. Nisso, aliás reside a sua singularidade. Ao mesmo tempo uno e múltiplo, o indivíduo assume uma posição de centralidade nas sociedades modernas que colocam ao seu dispor diversos mecanismos para o registro das suas memórias. A necessidade, típica dos indivíduos “modernos”, de sobreviver à própria existência humana e perpetuar-se na memória dos outros possibilitou uma grande proliferação de registros fabricados por homens “comuns” em nome da preservação de uma memória fragmentada, subjetiva e ordinária. São essas as características que conferem extrema relevância ao estudo dessas memórias enquanto documentos históricos (GOMES, 2004).

Uma memória que não é representativa de uma unidade, mas de fragmentos de uma realidade individual ou de grupos (de qualquer tamanho), composta por identidades múltiplas e na qual a ênfase nos grandes feitos dá lugar à pluralidade de pequenos atos do cotidiano. Ao entesourarem o próprio cotidiano, por meio da monumentalização do “ordinário”, os homens “comuns” constroem uma memória para si, com a intenção de consolidar a própria identidade

---

<sup>243</sup> Categoria construída por Lejeune (2008) para caracterizar a identidade entre autor/narrador/personagem explicitada no pacto que se estabelece entre quem escreve e quem lê o texto proposto. É importante esclarecer que essa identidade não significa, no entanto que não existam diferenças entre essas três figuras na construção da narrativa.

através dos tempos (RIBEIRO, 1998). O resultado disso é uma complexa relação que liga o indivíduo a seus documentos, colocando-o frente à necessidade de manter arquivos de suas vidas, quer por imposição social – o que revela a importância da escrita nas sociedades ocidentais desde fins do século XVIII, nas quais é preciso inscrever-se para “ser” (registros civis, médicos, escolares, bancários) – quer por intenção autobiográfica.<sup>244</sup> Escrever um diário, selecionar as correspondências que merecem ser guardadas, classificar papéis em pastas ou escrever uma autobiografia é ter que fazer escolhas. Nesse sentido, a prática do arquivamento do eu não é neutra e se modifica em função de fatores pessoais e externos, o que permite ao indivíduo criar uma identidade para si mesmo e fundar mecanismos de resistência. Ao arquivar sua vida, o indivíduo contrapõe “à imagem social a imagem íntima de si próprio” (ARTIÈRES, 1998:3) provocando na realidade um processo de subjetivação que o permite reinventar a própria história.

A natureza autorreferencial deste tipo de documentação e, principalmente, a sua utilização pelos historiadores, tem despertado algumas preocupações que merecem ser consideradas e enfrentadas para que sua análise possa produzir resultados profícuos. Uma delas vem sendo motivo de discordância entre os que encaram a narrativa autobiográfica como uma “representação” do autor sobre si mesmo e os que afirmam ser o autor uma “criação” de sua própria narrativa. Uma oposição que tem sido apontada como um contrassenso por alguns estudiosos da escrita de si. Entre eles, outra posição que vem se destacando é a que concebe este tipo de produção como um *ato autobiográfico*. Neste caso, o autor não é nem o objeto representado por seu texto, nem por outro lado o efeito produzido por esse discurso. Ele se produz ao falar ou escrever sobre si. Assim sendo, concluímos que o ato autobiográfico é, simultaneamente, constitutivo de seu autor e de seu texto.<sup>245</sup>

A prática da *escrita de si*, ao omitir, enfatizar e redefinir aspectos das trajetórias individuais, manipula sua existência com a intenção de construir aos olhos dos outros uma identidade que se deseja afirmar. Mecanismo que denuncia uma relação muito próxima com os métodos de psicanálise que incitam os pacientes a compor a narrativa de suas trajetórias relacionando o presente com o passado. O autor assume então a posição de *editor* da própria vida, o que em certa medida o afasta do personagem do texto. Essa distinção entre o autor/editor e o personagem pressupõe um distanciamento entre o sujeito que escreve e o

---

<sup>244</sup> Sobre as práticas de “arquivamento do eu”, ver o trabalho de Philippe Artières (1998).

<sup>245</sup> Sobre esse assunto ver os trabalhos de CALLIGARIS, Contardo Calligaris (1998) e Ângela de Castro Gomes (2004). Os comentários que se seguem trabalham com estes e outros autores.

sujeito da narrativa. Preocupado em estabelecer prioridades e operar escolhas para consolidar sua identidade, o autor/editor introduz um elemento de reinterpretação que “falseia” a sua própria existência. Aqui a coincidência entre o autor e o personagem é apenas aparente, na medida em que o primeiro constrói uma narrativa em que passa a ser personagem de si mesmo.

Tal questão traz à tona as discussões sobre a sinceridade e autenticidade do texto autobiográfico. O investimento neste tipo de documentação exigiu, por parte dos historiadores, um empenho na construção de novos métodos e categorias de análise que levassem em conta sua dimensão subjetiva. Nesse caso não importa tanto investigar a veracidade dos fatos, mas, sim, as representações do autor sobre seu passado, que é em essência o que constitui a verdade/sinceridade da obra. Através dela, manifesta-se a fidelidade do autor a si mesmo. Cabe ao historiador investigar esses registros, levando em conta o processo de construção das memórias do autor – o que é lembrado e/ou esquecido – e a representatividade dessas lembranças e/ou esquecimentos (re)significadas à luz do presente no qual a narrativa se constrói.

Convém também destacar que a ordenação temporal nos registros autobiográficos segue uma lógica própria, não linear, que varia em função dos múltiplos papéis sociais encarnados pelo indivíduo no decorrer de sua trajetória. Justamente por essa razão, o indivíduo moderno, ao escrever sobre si, precisa consolidar uma identidade contínua e estável no tempo. A prática da *escrita de si* se transforma então numa tentativa de dominar e significar o tempo no decorrer da vida. A respeito do tempo, importa ainda salientar que a sua organização varia também de acordo com o tipo de registro que está sendo investigado. Assim, muito embora o diário possa ser considerado um registro autobiográfico, ele guarda uma noção de tempo distinta da autobiografia. De modo geral, a autobiografia é produção que tem começo, meio e fim, enquanto o diário é uma página em branco que vai sendo escrita conforme as circunstâncias que se apresentam para seu autor. O diário é sempre um porvir que reserva a cada dia; uma surpresa para o próprio autor e o leitor. A autobiografia é a retrospectiva de uma trajetória e, nessa medida, assume um caráter *ex-post*; de futuro conhecido. Nela, a noção de tempo é totalizante - fundada na reconstituição do passado - e no diário é fragmentada - baseada na efemeridade do presente e imprevisibilidade do futuro. Para além da questão temporal, pode-se afirmar ainda que para manter um diário não é necessário grande talento literário, podendo ser produzido por pessoas em qualquer idade, o que já não é

verdade em se tratando de uma autobiografia. A escrita de um diário é uma prática social que responde a normas e códigos que, ao serem decifrados, revelam a autoimagem que o autor constrói de si mesmo, para ele próprio e para os outros (PROCHASSON, 1998). Sendo assim, a evidência e clareza que por vezes se reconhece nos diários pode ser prova da ingenuidade daqueles que caíram nas “malhas do feitiço”<sup>246</sup>, que este tipo de fonte exerce sobre os pesquisadores.

A visibilidade que a produção e expressão do “eu” vem ganhando recentemente constituiu mais do que um refúgio, uma ratificação da singularidade que se afirma e proclama como fundamental para que os indivíduos “modernos” construam, através de seus documentos, uma identidade que é motivo de distinção social em meio à coletividade (GOMES, 1998). Atualmente, um fenômeno que confirma essa constatação e que tem sido alvo de estudos, em diversas áreas de pesquisa, é o da ampla difusão dos diários íntimos na internet – *blogs* – como espaços para a escrita de si nos quais os autores revelam uma peculiar inscrição na fronteira entre o extremamente privado e o absolutamente público.<sup>247</sup> A transição do século XX para o XXI, com todo advento tecnológico que a acompanha, inaugurou não apenas outros espaços de sociabilidade, como também, outros tipos de escrita pessoal com diferentes possibilidades de suportes que vão muito além do papel e tinta de outrora. As mudanças não dizem respeito apenas aos suportes mas, até porque as envolvem, também à própria forma de escrita e finalidade do diário. Especialmente no caso dos diários íntimos online, a escrita de si ganha contornos identificados como de exibicionismo. É uma nova modalidade da escrita de si em perfeita sintonia com outros fenômenos contemporâneos que se propõem a expor em detalhes os aspectos mais privados da vida de qualquer um. Nos moldes dos *reality-shows*, das revistas especializadas em publicar a intimidade alheia e dos programas de televisão que seguem a mesma linha, tais modalidades redefinem as fronteiras entre o público e o privado, que sem dúvida se encontram, nos dias de hoje, muito mais flexibilizadas e diluídas do que foram em outros tempos. Tempos em que as pessoas, imbuídas pelo espírito iluminista do conhecimento, propunham-se a submergir numa viagem introspectiva na tentativa de decifrar a si próprio.<sup>248</sup> A partir de então, a *escrita de si* tornou-se

---

<sup>246</sup> Expressão que dá título ao texto no qual Gomes (1998) discute o tema do encanto dos historiadores com arquivos privados.

<sup>247</sup> Ver os trabalhos de SCHITTINE, Denise F. de Araújo Schittine (2002); Ana Paula L. Prange (2003); Fabiana C. Komesu (2005); e Maria P. Sibília (2007).

<sup>248</sup> Historicamente, o emblemático texto as *Confissões* de Rousseau pode ser considerado marco inicial desse tipo de escrito autobiográfico. Foi durante o século XVIII que, de modo geral, a divulgação dessa prática se difundiu entre os indivíduos “comuns”. Convém salientar, como assinala Gomes (2004), que a datação dessa origem é

prática frequente, originando os mais variados tipos de texto introspectivos acerca da condição humana. Nesse contexto em que os diários eram modalidades mais privadas e íntimas da “produção do eu”, muitas vezes trancados por cadeados ou escondidos nas profundezas de alguma gaveta, não se poderia supor que, tempos mais tarde, se transformariam em alvo de olhares curiosos ao serem expostos publicamente nos inovadores ambientes eletrônicos das relações virtuais.

É um tipo de escrita que já nasce consciente de sua exposição na rede e da existência de um amplo público leitor. Embora, algumas vezes, nem sempre a audiência seja pretendida pelo autor, sem dúvida ele não ignora essa possibilidade, desejando-a quando escolhe sua mídia/suporte. Mais do que se expor e conquistar leitores, muitos autores interagem com eles. Uma interação que, frequentemente, interfere na escrita íntima, sugerindo temas e pautando discussões. Nesses casos, o texto perde um pouco do caráter autorreferencial e passa a ser influenciado pelas trocas que se dão entre autor/leitores, em especial, através da ferramenta de comentários. A despeito da polêmica em torno do quão privados podem ser classificados textos que se constroem a partir dessa interação<sup>249</sup>, é consenso no que se refere a seus suportes virtuais que constituem um novo formato de escrita de si.

Os *blogs*, diferentemente das agendas e cadernos usados como diários, colecionam os dias na ordem cronológica inversa. Assim, a postagem mais recente aparece em primeiro lugar, sendo a leitura retrospectiva e não perspectiva, o que tem desdobramentos múltiplos e decisivos para o processo comunicativo proposto. Além dos dias, as horas, minutos e segundos identificam cada postagem, revelando uma precisão que não fazia parte dos diários registrados no papel. Isso porque há no universo virtual, no qual as informações circulam aceleradamente, uma latente necessidade de assegurar a instantaneidade da informação. Prova disso é o recente sucesso do *Instagram*<sup>250</sup> nas redes sociais virtuais. Em muitos casos, as postagens são feitas em tempo “real” anunciando uma urgência característica desses espaços em que a atualização constante é um dos maiores atrativos para os leitores. A simultaneidade entre o que é escrito e o que é publicado na rede é ainda mais evidente em *microblogs* como o *Twitter*. Textos curtos, limitados a 140 caracteres, escritos em linguagem informal e muito efêmeros, tendendo a se perder ao serem rapidamente substituídos por outros mais recentes.

---

ainda motivo de controversa entre os estudiosos da escrita de si.

<sup>249</sup> Sobre essa discussão ver o trabalho de Patrícia Pereira Batista (2010) Disponível em: <[http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed\\_15/contemporanea\\_n15\\_05\\_Pereira.pdf](http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_15/contemporanea_n15_05_Pereira.pdf)>. Acesso em: junho de 2012.

<sup>250</sup> Aplicativo gratuito que permite aos usuários compartilhar, instantaneamente, fotos em uma variedade de redes sociais virtuais, incluindo o próprio *Instagram*, *Twitter* e *Facebook*.

A interação autor/leitor e a publicidade imediata das atualizações características desses novos formatos de escrita pessoal são acompanhadas de mudanças no próprio estilo da produção textual. Enquanto nos diários de papel é relativamente comum que o autor se dirija ao próprio diário como confidente, – o tradicional “Meu querido diário” que inaugura muitas páginas de cadernos pelo mundo afora é representativo desse “diálogo surdo” que se estabelece entre o autor e o suporte – nos diários virtuais sabe-se previamente que existem interlocutores, o que confere ao texto o tom de “diálogo ao vivo”. Nesse sentido, a transição do papel para a tela do computador não se limita apenas a uma diversificação do suporte, mas afeta de maneira decisiva a prática da escrita de si interferindo diretamente naquilo que se convencionou considerar como privado e mesmo íntimo. Perfeitamente afinadas com as demandas da sociedade contemporânea, as escritas “para fora”, em exposição na rede social virtual multiplicam-se no campo da produção autorreferencial antes dominado pelas escritas “de dentro”, características dos espaços privados (SIBILIA, 2007). Ao tornarem público até o íntimo, os *blogs* – bem como outras modalidades de escrita de si – rompem a fronteira do indevassável e autorizam a violação da privacidade como uma prática que deixou de ser moralmente condenável para ser socialmente aceita.

Ainda que não seja fácil distinguir efetivamente os diversos tipos de diários – já que todos se revestem de sensíveis afinidades no que tange à escrita pessoal –, é possível estabelecer algumas diferenças entre os chamados diários íntimos e os diários sobre experiências extraordinárias como viagens, guerras, exílios, prisões, doenças etc. Nesses casos, o registro visa essencialmente valorizar ou denunciar determinados aspectos circunstanciais e, por algumas vezes, a ele se limitam. São as circunstâncias biográficas vivenciadas pelo autor que determinam o início e o fim do diário, diferentemente dos diários íntimos que podem ser iniciados ou interrompidos em qualquer estágio da vida sem que, por isso, sejam considerados inacabados. Quando o registro diz respeito a um evento específico, pode-se notar também, a exemplo do que aconteceu com o diário de guerra do major Ruy, a coincidência entre a última página do diário e a “morte” do autor, ainda que ele sobreviva fisicamente àquele episódio específico. Assim, o término do diário que narra a experiência do major Ruy na guerra marca efetivamente o fim de sua existência como combatente da FEB.

Já nos diários íntimos o tema da obra não se limita às circunstâncias eventuais vividas pelo autor, mas à sua própria existência, o que a torna um projeto inesgotável em busca de coerência pessoal e do conhecimento de si mesmo. De modo que para o diarista o que importa

não é tanto encontrar essas respostas, mas esgotar-se na obstinada procura delas. Reside nesse ponto parte da problemática psicológica inerente à prática diarística e, ao mesmo tempo, sua mola propulsora. Se assim não fosse, o diário íntimo não teria razão de existir, uma vez que sua essência se baseia na procura de uma unidade – entre o que somos de fato e o que imaginamos ser –, que nos escapa à medida que parecemos dela nos aproximar. É o sentimento de incompletude decorrente da incansável busca de si e de um sentido para o seu estar no mundo que motiva o diarista a escrever. Como num movimento espiral sem fim, o autor continua a cada dia a sua frustrada, e por isso sempre recomeçada, tentativa de se encontrar. Vocação autobiográfica que se constitui em refúgio e afirmação pessoal, o ato de escrever torna-se, nesse caso, uma saga condenada a nunca ter fim. Renunciar a ela, silenciando-se, equivaleria a se reconhecer “curado” de si mesmo.

O fato é que, independente do tipo de diário, a escrita diarística envolverá sempre, em alguma medida, o exercício da introspecção. Em qualquer circunstância, excepcional ou ordinária, escreve-se para afirmar uma singularidade que, como tal, merece ser proclamada e assumida. Ao buscar progressivamente tomar consciência da própria individualidade e da necessidade de lhe conferir uma finalidade, o diarista, de certa forma, recusa o anonimato. Um projeto ambicioso que pouco a pouco faz do diário, simultaneamente, instrumento de inserção e distinção, além de distanciamento social. Na busca de autenticidade, acaba por enclausurar-se em si mesmo, afastando-se afinal daqueles dos quais espera reconhecimento. É, portanto, na tensão entre o isolamento e o reconhecimento que o diarista inscreve sua existência. Singular contradição que deve ser enfrentada por aqueles que assumem os riscos de irem ao encontro de si mesmos.

## **6.2 “Aos moços de hoje”: do diário de guerra ao *milblog***

Em tom quase profético, o major Ruy inaugura seu diário fazendo um alerta aos “moços de hoje” que, assim como ele, “correm o risco de serem arrastados a uma guerra”. Para o major, ainda que não fosse possível prever àquela altura o que os avanços tecnológicos reservavam para as gerações futuras, não restava dúvidas a respeito da condição humana na guerra. Nas suas palavras “os métodos, os processos, as técnicas, os engenhos e o armamento serão outros, mais cruéis, talvez, mas o homem, esse será sempre o mesmo, com seus



momentos de exaltação e de abatimento: ele será sempre ele e suas circunstâncias.” Se num despretenso exercício de análise – desprovido de qualquer rigor metodológico – deslocarmos, no tempo e espaço, a previsão do major, veremos o quanto ela é contemporânea. É bem verdade que não há nada de surpreendente em supor que o desenvolvimento tecnológico impusesse mudanças no campo bélico, como via de regra aconteceria em diversos outros campos. Mas, para além da obviedade desse fato, a atualidade da previsão se confirma sobretudo por uma razão que o major nem sequer cogitava: a possibilidade de ler a guerra online. Motivados pelas mesmas circunstâncias que levaram o major Ruy a escrever seu diário, militares que se encontram em conflitos espalhados pelo mundo, registram vivências cotidianas em seus *blogs*, nesse início do século XXI.

Os primeiros *milblogs* – classificação que originalmente nomeava os *blogs* escritos por militares, mas que foi, posteriormente, estendida como se poderá ver adiante – começaram a aparecer após a invasão norte-americana ao Afeganistão, em outubro de 2001, e continuaram crescendo numericamente sobretudo a partir da invasão dos EUA ao Iraque, em março de 2003 (RAMOS, 2009).<sup>251</sup> Especialmente na última década, a popularização do fenômeno dos *milblogs*, muitas vezes também chamados de *warblogs* – no caso dos militares que “blogavam” dessas frentes de batalha no Oriente Médio –, tem trazido mudanças significativas na interação entre as instituições militares, forças de segurança e a sociedade. Apesar de serem, por razões que remetem a sua própria origem, mais sensíveis nos EUA, tais mudanças tem afetado diretamente, em maior ou menor grau, países em todo o mundo. No Brasil, por exemplo, os desafios impostos por esta nova ferramenta de comunicação se manifestam de modo análogo na blogosfera policial que, assim como os *milblogs*, cresceram de maneira notável nos últimos anos, especialmente a partir de 2007.<sup>252</sup>

Traçando um paralelo entre a produção autobiográfica dos *milbloggers* e a da geração do major Ruy, salta aos olhos a velocidade com que os primeiros ganharam notoriedade. O imediatismo e a difusão proporcionada pelos diários online foram capazes de transformar, da noite para o dia, alguns *milbloggers* em celebridades. Uma realidade que muitos diaristas da geração do major Ruy – incluindo ele próprio – não imaginaram, ou não chegaram a conhecer, ou experimentaram muito tardiamente, em cores pálidas, ao publicarem suas memórias em livros. Entre os *milbloggers* mais populares, merecem destaque os norte-

---

<sup>251</sup> Disponível em <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001852/185252por.pdf>> Acesso em: junho 2012.

<sup>252</sup> Sobre os impactos do crescimento da blogosfera policial nas corporações policiais, na mídia e na sociedade, ver o trabalho de Sílvia Ramos e Anabela Paiva (2009).

americanos Mathew Burden, do popular *BlackFive*<sup>253</sup>, premiado como melhor *blog* militar em 2004. Mark Seavey, do *This ain't hell*<sup>254</sup>; e Mike Saint Jacques, mais conhecido na internet pelo codinome *Sniper*. A história de Jacques torna-se especialmente interessante se considerarmos os caminhos que o levaram ao universo dos *milblogs*. Em 2004, enquanto servia no Afeganistão, começou a redigir sigilosamente um jornal intitulado *The Sniper*, cujo teor era uma crítica escrachada ao comando da guerra. Seu lema, "Dar tiro de mira certa a partir de uma posição privilegiada" era, não por acaso, uma tradução literal da tarefa de *sniper* (atirador de elite), que Jacques assumia ao atacar seus desagrvos e expor suas insatisfações através da publicação de um jornal clandestino. Os exemplares, editados em papel, eram populares entre os soldados que se divertiam com o humor ácido e as sátiras do autor. Uma delas, direcionada ao comandante do batalhão, acabou por resultar na sua expulsão do Exército norte-americano, pondo fim a uma carreira militar de dezesseis anos. Ao voltar para casa, *Sniper* começou a escrever um *blog*<sup>255</sup> homônimo do jornal, encontrando na blogosfera espaço para continuar suas críticas, desta vez, sem censuras.

No caminho inverso ao de *Sniper*, que deslocou sua escrita do papel para o ambiente virtual, outros militares que escreviam *blogs* no *front*, tiveram suas memórias publicadas em livros ao retornarem da guerra. Alguns *milblogs* de sucesso deram origem a publicações singulares que despertaram o interesse do público por contarem uma versão da guerra reconhecida como mais autêntica e atraente do que aquela habitualmente veiculada por jornalistas ou órgãos do governo. Um dos primeiros *milblogs* a ganhar, em 2005, uma versão impressa foi o *Just Another Soldier*. O *blooker* – palavra cuja origem remete à junção de *blog* e *book* – que manteve o nome original do *blog*, foi escrito pelo então sargento norte-americano Jason Christopher Hartley com base em suas postagens feitas do *front* iraquiano em 2003. Assim como *Sniper*, Hartley também sofreu sanções do comando por conta das informações que publicou. Em um de seus *posts* teria revelado detalhes da rota utilizada por sua unidade, o que poderia colocar em risco os aviões norte-americanos que a utilizavam. Diante da acusação, acabou sendo rebaixado e multado por ter, na avaliação de seus comandantes, violado as normas de segredo militar. Outro caso semelhante que ganhou visibilidade dentro e fora da blogosfera foi a história do cabo norte-americano Colby Buzzell, em combate no Iraque entre 2003 e 2004. Durante meses, Buzzell manteve um diário online

---

<sup>253</sup> Disponível em <<http://www.blackfive.net/main/>>. Acesso em: julho de 2012.

<sup>254</sup> Disponível em <<http://thisainthell.us/>>. Acesso em: julho de 2012.

<sup>255</sup> Disponível em <<http://www.thesniper.us/>>. Acesso em: julho 2012.

no qual publicou suas experiências diretamente de uma tenda equipada com internet na linha de frente da guerra. Inicialmente mantendo o anonimato, o blog intitulado *My War: killing time in Iraque* logo atraiu a atenção de grande números de leitores e chegou a ter mais de cinco mil acessos por dia.

Como o diário do major Ruy, os diários eletrônicos de Hartley e Buzzell, e de outros milhares de *milbloggers*, são resultado de um exercício de catarse das pressões e brutalidades experimentadas na guerra. Ao retornar do *front*, Buzzell declarou em entrevista: "Eu voltava de missões, meus ouvidos ainda zumbindo devido ao ruído dos tiroteios, e me sentava e escrevia a respeito. (...) Voltei há dois anos. Se alguém me dissesse para escrever um livro sobre o Iraque agora, mal saberia como começar".<sup>256</sup> O conteúdo diversificado – do tédio na retaguarda às manobras de combate –, a extrema liberdade e o sarcasmo dos *posts* acabaram preocupando o comando militar norte-americano. A partir das descrições dos ataques a Mossul, cidade no norte do Iraque onde Buzzell estava baseado, os comandantes o identificaram como autor do *blog* e suspenderam suas publicações sob a acusação de violação das normas de segurança operacional. Mas a esta altura, ele já havia reunido material suficiente para organizar um livro ao retornar aos EUA. Apesar de afirmar não ter sido essa sua motivação inicial – queria apenas “matar o tempo”<sup>257</sup> – o livro, que leva o mesmo nome do *blog*, acabou fazendo grande sucesso e chegou a receber, em 2007, o prêmio “*Blooker Prize*” de melhor livro que começou como um *blog* na internet. Hartley e Buzzell não são casos isolados. Eles fazem parte de uma geração de *milbloggers* que contribuiu para a ampliação desse novo gênero de literatura próprio das guerras contemporâneas. Assim, se na década de 1990, a Guerra do Golfo surpreendeu ao ser televisionada ao vivo para todo o mundo, na década seguinte, as guerras do Iraque e Afeganistão entraram para a história como as primeiras “guerras blogueadas” diretamente do *front*, reinventando a escrita de diários em situações extraordinárias.

As novas ferramentas de comunicação digital, cada vez mais diversificadas – se considerarmos que na época dos conflitos no Iraque e Afeganistão o *Twitter* e o *Facebook* ainda eram apenas projetos –, ao possibilitarem o compartilhamento de informações de maneira quase instantânea trouxeram também à tona novos problemas. A quantidade de informações sigilosas que, muitas vezes, inadvertidamente, foram publicadas em *milblogs*

---

<sup>256</sup> Disponível em <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL36424-5602,00.html>> Acesso em: junho de 2012.

<sup>257</sup> Id.

norte-americanos, aliada a não menos preocupante denúncia das condições vividas pelos soldados, de responsabilidade dos comandos, alarmou o Pentágono. O conteúdo das publicações passou a ser vigiado de perto, provocando um grande debate sobre o alcance da censura militar em tempos de guerra. Apesar do controle, muitas informações consideradas perigosas e sigilosas pelo alto comando militar acabaram sendo divulgadas, o que resultou na criação de um sistema de punições, baseado em rebaixamento de posto e multas que variam de US\$ 1 mil a US\$ 2 mil. Segundo notícia publicada no *Portal Terra* em janeiro de 2006<sup>258</sup>, a situação deixou o Pentágono em uma posição delicada porque, rapidamente, desde seu advento, os *milblogs* se tornaram uma das formas mais populares de comunicação entre os que estavam no *front* e aqueles que ficaram em suas casas ávidos por notícias, o que incluía, os parentes e amigos dos que estavam na guerra. Sendo assim, uma censura muito severa por parte do comando militar poderia acabar minando o apoio de milhares de famílias à causa da guerra, questionada em amplos setores da sociedade dentro e fora dos EUA. Na tentativa de advertir os *milbloggers*, em novembro de 2005, o Pentágono enviou para os militares em combate no Oriente Médio uma comunicação intitulada *Loose blogs may blow up BCTs* (“*Blogs indiscretos podem explodir patrulhas*”). O alerta fazia referência a um famoso slogan criado, durante a Segunda Guerra Mundial pelo governo norte-americano, a fim de evitar o vazamento de informações úteis para os inimigos: *Loose lips might sink ships* (“*Língua solta pode afundar navios*”).<sup>259</sup>

Como se sabe, a preocupação é antiga e sempre esteve presente no contexto das guerras por exemplo, na censura das correspondências dos soldados, no controle com a divulgação indevida de informações em entrevistas ou na fiscalização das notícias que eram veiculadas nos jornais. Mas as inovações tecnológicas dos últimos anos impuseram, com urgência, a busca de soluções para as quais, muitas vezes, os comandos militares não estavam preparados. Nesse contexto, a recente difusão dos *milblogs* adquire uma dimensão importante que não pode ser deixada de lado. Da mesma forma que, em tempos passados, os soldados que lutaram em outros *fronts* recorreram a papel e caneta para registrar suas alegrias, tristezas, necessidades e frustrações, os *milbloggers*, envolvidos em novas guerras, inscrevem dinamicamente suas experiências na crescente blogosfera mundial. Vale dizer que seus *blogs* equivalem, portanto, em larga medida, aos diários de guerra de outros tempos, pois, fundamentalmente, são escritas de si; acionadas pelas lembranças imediatas da guerra. A

<sup>258</sup> Disponível em <<http://www.iblnews.com/story/8837>>. Acesso em: junho de 2012.

<sup>259</sup> Id.

diferença é que, ao contrário dos diários, os *blogs* são imediatamente publicados em um meio que pode ser acessado por qualquer um, em qualquer lugar, seja amigo ou inimigo. Mas esta não é a única diferença. De acordo com pesquisa da major norte-americana Elizabeth L. Robbins<sup>260</sup>, que em 2008 atuou como relações públicas no Corpo Multinacional no Iraque, os soldados escrevem *blogs*, principalmente, porque esta é uma maneira eficiente e rápida de manter a comunicação com os familiares e amigos, fundamental para a qualidade de vida tanto dos que partiram em missões como daqueles que ficaram em seus países de origem. Além disso, tratar-se de um importante instrumento de veiculação de notícias para um público que tem se tornado cada vez mais desconfiado da mídia impressa (periódicos) ou mesmo rádio e TV, mais sensíveis às pressões governamentais. Desta forma, os *milblogs* assumiriam, primordialmente, a função de veículo de comunicação mais “verdadeiros” – no passado assumida pelas correspondências. Nesse sentido, diferenciam-se dos diários de guerra do passado, cujo único diálogo possível era o estabelecido com a própria consciência, só podendo ganhar leitores em futuro incerto, que dependia da sobrevivência do diarista e também do próprio diário.

Embora reporte a comunicação como a maior motivação dos *milbloggers*, Robbins reconhece que, em grande medida, os diários online também funcionam como válvula de escape para as tensões experimentadas no cenário de guerra. Isso é especialmente verdade nos casos, como o de Buzzell, em que o *milblogger* procura manter-se em anonimato. Apesar de ter chegado a receber centenas de e-mails por dia, de pais de soldados a serviço no Iraque, agradecendo por ajudá-los a entender a perspectiva de seus filhos durante a guerra, e, até mesmo, elogios de um leitor que disse ter encontrado no seu *blog* mais informações do que na cobertura do *The New York Times*, a própria esposa de Buzzell não sabia que ele era o blogueiro<sup>261</sup>. O anonimato, ao mesmo tempo em que assegura, em parte, uma liberdade maior para postagens – ainda que sejam monitorados de perto pelo comando das Forças Armadas dos EUA por terem o potencial de veicular críticas e informações não fundamentadas –, neutraliza a possibilidade de utilização dos *milblogs* para enviar notícias do *front* para casa. Assim, se por um lado, para os *milbloggers* anônimos, o potencial da utilização dos *blogs* como ferramenta de comunicação se enfraquece, por outro, a intenção de utilizá-lo como um instrumento de denúncia e catarse, ganha força. O que se percebe de fato é que algumas vezes

---

<sup>260</sup> Disponível em

<<http://usacac.army.mil/CAC2/MilitaryReview/Archives/oldsite/portuguese/JanFeb08/robbinsporjanfeb08.pdf>>

Acesso em: junho 2012.

<sup>261</sup> Disponível em <<http://cbftw.blogspot.com>>. Acesso em: junho 2012.

esses motivos podem se manifestar isoladamente ou combinados, haja visto que não são, *a priori*, excludentes. Como no caso do *blog* escrito por Buzzell, em que a função catártica era a primordial, mas, nem por isso, anulou a possibilidade de comunicação com outras pessoas, ainda que desconhecidas. Podemos concluir, então, que para os militares atualmente no *front*, os *milblogs* assumem, simultaneamente, as funções que as correspondências e os diários tiveram para os combatentes de outras guerras: a de comunicar (registrando e denunciando) e a terapêutica (aliviando tensões e se autoanalisando).

Mas independentemente da motivação, o fenômeno dos *milblogs* têm trazido, especialmente nos últimos dez anos, preocupações para o comando do Exército norte-americano, bem como o de outros Exércitos envolvidos em missões pelo mundo. Desde 2005, em resposta aos efeitos potenciais de *blogs* nas operações de informações, o Exército norte-americano começou a instruir as unidades desdobradas sobre este aspecto em desenvolvimento no campo das comunicações (ROBBINS, 2008:69). Nas gerações anteriores de soldados em guerras, o controle militar das comunicações públicas e privadas – publicação de livros, artigos, entrevistas e, principalmente, correspondências – era mais facilmente exercido porque seu alcance era infinitamente menor. Já no universo digital da internet, os riscos de vazamento das informações desafiam os comandos militares dada à diversificação de possibilidades e à velocidade proporcionada pelas novas tecnologias de informação. De acordo com Robbins (2008:72), “para permanecer relevante e eficaz no campo de informações o Exército tem que engajar o poder deste novo meio ao aceitar e controlar riscos”. Se por um lado, algumas postagens de soldados que usam os *milblogs* como um foro para “choramingar em excesso (...) desvirtuar, mentir, exagerar, apunhalar pelas costas, embaraçar outros soldados ou realizar disputas particulares,” são consideradas totalmente indesejáveis e inadequadas por seus comandantes (ROBBINS, 2008:73); por outro, existem aquelas que tem sido vistas como extremamente positivas, sendo até estimuladas pelo comando. Nessa perspectiva, a maior contribuição dos *milblogs* escritos nos *fronts* é poder oferecer aos leitores um testemunho valioso sobre a qualidade, os esforços e sacrifícios das tropas em combate, ajudando, assim, a consolidar uma imagem mais humana e até heroica das instituições militares. Quando escritos nesses moldes, os *milblogs* se constituem, não uma ameaça, mas um fator agregador na guerra de informações. Para tanto, Robbins lembra, que é fundamental que os comandantes orientem claramente seus subordinados no intuito de minimizar possíveis violações de segurança operacional. Em certa medida, assumir os riscos

de “bloguear” uma guerra, significa também se beneficiar das recompensas que essa novidade tem trazido para o campo das informações.

O recente sucesso dos *milblogs* pode ser conferido nas estatísticas publicadas no *Portal Milblogging.com.*, o maior agregador de *blogs* dessa natureza nas duas primeiras décadas do século XXI. O portal, que cunhou o nome dessa nova modalidade de diário militar online, foi criado em setembro de 2005 pelo analista de sistemas norte-americano Jean Paul Borda. Insatisfeito com a cobertura da mídia a respeito das guerras no Iraque e no Afeganistão, Borda – que havia sido ele próprio um soldado blogueiro baseado no Afeganistão em 2004/2005<sup>262</sup> – decidiu organizar um indexador de *blogs* militares de todo mundo, visando facilitar sua localização na internet. Em 2007, somente dois anos após ter sido criado, o *Milblogging.com* já reunia 2.079 blogueiros de 38 nacionalidades<sup>263</sup>, entre os quais se encontram também veteranos, cônjuges e pais de militares envolvidos em conflitos. Em junho 2012, os números do portal subiram para 3.439 *blogs* de 52 países diferentes. Dentre os países que contam com o maior número de *blogs* hospedados no portal estão não casualmente: os EUA, com 2.530, seguido pelo Iraque, com 447 e Afeganistão, com 143. Outros países, como Alemanha, Reino Unido, Canadá e Japão também estão representados no portal com, respectivamente, 70, 36, 31 e 21 *milbolgs*. Em zonas de conflito como o Kuwait e Israel, contudo, os números não são tão expressivos. No primeiro caso, é possível contar 11 *milblogs* e, no segundo, apenas 9. O Brasil possui três registros no portal, todos de autoria do militar Marcus Piffer, voltados para a discussão de temas referentes, principalmente, à aviação militar. Embora este seja um levantamento parcial, uma vez que não estão sendo contabilizados os *blogs* que se encontram fora do portal *Milblogging.com*, disseminados pela internet, ele traz indícios do inegável crescimento dessa modalidade de escrita de si na guerra, não deixando dúvidas sobre sua repercussão nos últimos anos.

No entanto, vale ressaltar, que desde os anos de 2002 e 2003, quando surgiram, até mais recentemente (entre os anos de 2011 e 2012), o universo dos *milblogs* mudou consideravelmente. O expressivo número de *milblogs* escritos por familiares de militares – sobretudo pais e cônjuges – é, em parte, representativo dessas mudanças. Em consulta ao *Portal Milblogging.com*, em agosto de 2012, o número de *milblogs* escrito por militares norte-americanos que lutavam na linha de frente ainda era de 1.427, sendo que a maior parte deles,

---

<sup>262</sup> De acordo com notícia publicada no The New York Times em 01 de maio de 2011. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/05/02/us/02bloggers.html>> Acesso em: junho 2012.

<sup>263</sup> Disponível em <<http://www.dw.de/dw/article/0,,3584640,00.html>> Acesso em: junho 2012.

922 no total, era do Exército, 175 da Aeronáutica e 330 da Marinha<sup>264</sup>. Os *milblogs* escritos por cônjuges de militares norte-americanos (796) e civis, entre norte-americanos (162) e de outras nacionalidades (63), tinham juntos 1.021 representantes. No portal, figuram ainda 13 *blogs* escritos por crianças, filhos de militares em combate, o que pode ser considerado um indicativo da amplitude que o universo dos *milblogs* adquiriu ao longo de sua existência e do acesso que dão ao universo da sensibilidade infantil. Há também muitos *milblogs* – no total 332 veteranos norte-americanos – sobre a vida após a guerra e, é possível que em face da retirada das tropas norte-americanas do Iraque (em fins de 2011) e das tropas da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) do Afeganistão (prevista para fins de 2014), esse número cresça muito mais. O levantamento desses dados não tem a intenção de ser conclusivo em relação ao universo dos *milblogs* – até mesmo, porque para isso seria necessário fazer uma análise bem mais criteriosa da abrangência das categorias que constam no portal –, mas apenas de mapear algumas possibilidades de entendimento sobre a atual configuração desse espaço na blogosfera.

Mas há quem diga, que a época dourada dos *milblogs* já teria passado. Outros aplicativos mais modernos da internet, como o *Twitter*, *Facebook*, *Tumblr*, que permitem aos usuários gerar e compartilhar conteúdos mais rapidamente do que os *blogs*, vêm ganhando espaço com velocidade. A plataforma de *microblogging*, mais direta e ágil, está se tornando uma alternativa bastante popular aos *blogs*. Para Borda<sup>265</sup>, os dias de glória dos *milblogs* não se foram, mas os *microbloggings* têm feito barulho. Não há como negar que esses novos canais de comunicação têm grande apelo entre os próprios *milbloggers* veteranos. No entanto, muitos deles possuem contas no *Twitter*, paralelamente às atividades nos *milblogs*. Em verdade essas práticas não são excludentes, sendo formas de comunicar diferentes. Os *blogs* são a maneira tradicional, mais longa; já nos *microbloggings*, a linguagem é mais objetiva e curta. De acordo com notícia publicada no *The New York Times*<sup>266</sup>, até mesmo “o Pentágono, que antigamente chegou a tentar controlar e calar blogueiros, juntou-se à mania das mídias sociais. Os generais postam em *blogs*, as Forças Armadas têm contas no *Twitter* e vários comandantes mantêm perfis no *Facebook*.” Assim, o que antes era visto como “independência insolente ou até rebelião secreta” virou tendência e chegou ao alto comando. Além disso, a disseminação do uso de *ipods*, *iphones* e similares entre os soldados facilitou ainda mais o

<sup>264</sup> Destes, 162 são Fuzileiros Navais.

<sup>265</sup> Ver em *Four years of Milblogging.com, a lot has changed, now there's Twitter*. Disponível em <<http://milblogging.com/index.php?category=10>>. Acesso em: junho 2012.

<sup>266</sup> Disponível em <<http://www.nytimes.com/2011/05/02/us/02bloggers.html>>. Acesso em: junho 2012.



acesso à internet, antes restrito às salas de computadores montadas nos *fronts*. O próprio governo norte-americano em parceria com empresas de tecnologia vem, nos últimos anos, investindo cada vez mais no desenvolvimento de aplicativos para *ipods* e *iphones* de uso militar. com o objetivo de fornecer informações detalhadas – distância, temperatura, pressão, umidade, velocidade e vento – coletadas por GPS; identificar suspeitos, com ajuda de uma base de dados biométrica, a partir de fotografias tiradas diretamente do *front*; armazenar dados relativos, por exemplo, à qualidade da água; localizar explosivos, minas e desativar bombas com auxílio de robôs; projetar imagens detalhadas do campo de batalha através de vídeos aéreos feitos por robôs voadores e disponibilizar instruções por meio de gráficos animados, mapas e vídeos com o intuito de auxiliar em treinamentos e missões.<sup>267</sup>

Diante de tantas mudanças, fica fácil entender porque a relação entre os militares e as mídias sociais tem sido alvo de discussões e polêmicas. Não por acaso, esse foi um dos temas da última Conferência Anual dos *Milblogs*<sup>268</sup>, realizada em Arlington, cidade vizinha a Washington, em maio de 2012. A ênfase do debate girou em torno da utilização dos canais de mídia social como fonte de notícias e dos efeitos dessa prática na divulgação e disseminação de informações na área de defesa. Algo bastante comum no caso de conflitos mais recentes como a chamada Primavera Árabe, onda revolucionária de manifestações e protestos que ocorreram no mundo árabe entre os anos de 2010 e 2012. Nesse encontro, também se discutiu as transformações pelas quais os *milblogs* vêm passando desde seu surgimento nas guerras do Iraque e Afeganistão, além de questões referentes ao processo de reintegração dos veteranos desses conflitos. Como já vimos acontecer em outros pós-guerras, depois de pouco mais de uma década do início dessas operações de combate, faz-se necessário avaliar a eficácia e o alcance dos programas de aposentadoria e assistência médica voltados para os veteranos.

Vale ressaltar que, ao longo dos anos e, especialmente após o retorno das tropas para casa, o universo dos *milblogs* foi cedendo espaço para a discussão de novas temáticas que resultaram numa flexibilização de suas fronteiras, antes restritas aos militares nas frentes de batalha. Assim, se por um lado, o término do conflito não necessariamente determina o fim da atividade dos *milbloggers* – já que existem veteranos que continuam mantendo seus *blogs* no pós-guerra e também aqueles que começam *blogs* nesse período – por outro, impõe mudanças no conteúdo do que se escreve. Para além da função catártica primordial, a escrita dos

<sup>267</sup> Informações disponíveis em <<http://revistagalileu.globo.com/Revista/Galileu/0,,EDG86920-8489-215,00-APLICATIVOS+DE+IPHONE+VAO+A+GUERRA.html>>. Acesso em: junho 2012.

<sup>268</sup> O programa completo da conferencia pode ser conferido em: <<http://milblogconference.milblogging.com/conference-panels/>>. Acesso em: junho de 2012.

*milblogs*, ao contribuir para a consolidação de uma memória da guerra que demanda a criação de políticas de reparação, afirma-se como um instrumento de reivindicação dos direitos dos veteranos. Nessa perspectiva, a escrita autobiográfica se constitui também numa prática de construção de identidade, de resistência e de demanda de grupos sociais que transforma o ato biográfico em dispositivo de luta. Desta maneira, mais uma vez, os *milblogs* se aproximam dos diários escritos por militares de gerações anteriores. O cenário é sem dúvida outro, mais tecnológico e dinâmico, como imaginava o major Ruy. Mas ainda assim, apesar dos mais de sessenta anos que os separam, podemos supor um diálogo entre eles. Afinal, quem são os “moços de hoje” aos quais o major Ruy se refere, senão os *milbloggers*? Diante disso, o alerta feito por ele na abertura do diário, se mostra mais *up to date* do que nunca: os tempos podem ser outros, mas a condição humana na guerra será sempre a mesma, limitada à ação do homem na vivência das circunstâncias que lhe são impostas.

### **6.3 Colecionando a própria existência: um diário em três suportes**

O arquivamento do eu não é uma prática neutra; é muitas vezes a única ocasião de um indivíduo se fazer ver tal como ele se vê e tal como ele desejaria ser visto. (ARTIÉRES, 1998:29)

A construção de uma narrativa autobiográfica pressupõe, como em diversas outras modalidades de escrita memorialística, um olhar ao mesmo tempo seletivo e aglutinador. Ao narrar as memórias de uma vida, não se pode ter a ilusão de que se vai contar absolutamente tudo o que aconteceu. Omitimos determinados acontecimentos, enfatizamos outros e os ordenamos de modo a conferir unidade à narrativa. Uma prática que se assemelha ao trabalho de seleção, rejeição, ordenação e classificação dos arquivistas. Como acontece nos arquivos e bibliotecas abertos ao público, a constituição pessoal de arquivos de vida também envolve o descarte e a preservação de papéis que documentam nossa existência – notas de compras, boletos de pagamentos, contracheques, extratos bancários, correspondências – e, mais recentemente, não podem ficar de fora desse conjunto os documentos virtuais, que se acumulam numa velocidade incrível em nossas caixas de correio eletrônico. Deste modo não seria exagero afirmar que hoje, no mundo conectado em que vivemos, com acesso fácil aos mais variados tipos de conteúdo via Internet, cada vez mais o trabalho de rejeição de

informações se torna tarefa tão importante quanto o de aquisição. Dilema experimentado atualmente pelos arquivos, o precário equilíbrio entre o que esquecer e o que lembrar é também um problema para aqueles que colecionam sua própria existência. Embora os microfimes e computadores minimizem alguns problemas como o do volume, conservação e armazenamento de documentos, ainda assim, é necessário selecionar e descartar.<sup>269</sup> Vale destacar portanto que a organização e conservação de documentos é fruto de uma prática intencional que atualiza o passado de maneira a dar-lhe contornos definidos e adequados à memória que se deseja consolidar.

Nesse sentido, o arquivamento da própria vida seria resultado de um investimento pessoal em construir uma imagem que se tem de si próprio, para si e para os outros – ao que Artières chamou de “intenção autobiográfica”. A escolha, classificação e ordenação dos acontecimentos numa narrativa determinam o sentido que desejamos dar à nossa existência, o que em certa medida faz da escrita autobiografia a prática mais aprimorada do arquivamento do eu. Para alguns indivíduos, essa existência pode se delinear – a exemplo do diário de guerra do major Ruy – a partir de um acontecimento extraordinário que, por ter sido experimentado intensamente, passa a definir sua identidade. Nesse sentido, não apenas a memória que guardam do episódio mas, em especial, objetos e documentos que lembrem essa experiência adquirem enorme centralidade nos arquivos do eu, transformando o próprio indivíduo em um “coleccionador de si”. Na constituição desse tipo de arquivo, tudo que se refere a experiência fundadora da identidade que se quer consolidar ganha status de souvenir e, como tal, merece ser preservado. Em contrapartida, os registros que remetem a outras experiências ficam em segundo plano, podendo até mesmo serem rejeitados como forma de apagar qualquer vestígio em dissonância com a identidade que se espera ver reconhecida.

A composição e ordenação do arquivo pessoal do major Ruy nos permite identificá-lo como um desses colecionadores. O diário é a peça central nessa coleção, não apenas porque é a partir dele que o major constrói sua identidade, mas também porque engendra outros elementos que registram sua experiência na guerra: cópias dos cartões de vacinas e de embarque, poesias copiadas de jornais que circulavam no *front*, fotos da campanha na Itália e alguns desenhos rascunhados pelo próprio major e outros por seus filhos – que ainda não estavam em idade escolar e, por não saberem escrever, enviavam desenhos para o pai<sup>270</sup>. Em

<sup>269</sup> Sobre o importante papel do “rejeitador profissional” de Heinrich Böll, ver o trabalho de Harald Weinrich (2001).

<sup>270</sup> Refiro-me aqui à versão do diário que foi editada e publicada mais recentemente, em 2002, embora muitos desses registros também estivessem presentes na versão datilografada e, igualmente, na versão original. Nos dois

diversos momentos citadas no diário, as correspondências são também parte importante da coleção. Ao todo são dezoito cartas recebidas pelo major no *front*, sendo dezessete de sua mãe e duas de seu irmão. As correspondências foram numeradas de acordo com a ordem cronológica em que foram escritas e separadas em dois grupos etiquetados como: “cartas de minha mãe” e “cartas de meu irmão” (*Figura 1*). Consta também na coleção uma carta de um combatente alemão que o major encontrou na frente de Bolonha e incorporou ao seus souvenirs, não sem antes tratar de registrar no envelope o local e a data da “descoberta”, 9 de março de 1945 (*Figura 2*). O fato de não dominar a língua alemã e, por isso, não ter entendido o que estava escrito na carta não o impediu de fazer algumas anotações especulando sobre a autoria da mensagem. Além do local e data, o major acrescentou mais duas notas ao envelope: acima do nome do destinatário escreveu “A carta que não chegou a ser enviada” e abaixo “Fritz<sup>271</sup> ... será que ... Ora, afinal você deve ser um rato como eu!”. Em entrevista, o major contou que por diversas vezes, ainda na Itália e posteriormente já no Brasil, procurou sem sucesso por alguém que traduzisse a carta. A grafia pouco legível somada a algumas palavras que não fazem parte do vocabulário corrente da língua alemã, dificultam o trabalho e o fazem suspeitar que a mensagem pode estar cifrada e, por um descuido do remetente, acabou ficando para trás. Apesar da ideia de ter em mãos uma mensagem importante de algum oficial alemão ser sedutora, o major não hesita em zombar de sua própria teoria, fazendo crer que, na verdade, ele mesmo parecia não levar o caso muito a sério. Se os desdobramentos do episódio não são muito esclarecedores no que diz respeito ao conteúdo da carta e à identidade de seu remetente, por outro lado, são bastante proveitosos para efeito de análise do grau de investimento do major em colecionar sua experiência na guerra. Nessa perspectiva, o teor da carta importa menos do que as práticas de arquivamento adotadas pelo major.

Práticas, que vale dizer, não se extinguem quando a guerra termina. Assim, ainda que o diário, enquanto elemento catalizador, assumia grande centralidade na coleção do major, ela não se limita a esse documento. No pós-guerra, outros registros que reafirmavam sua identidade como veterano também foram sendo incorporados à coleção. Fazem parte desse subconjunto: medalhas, entrevistas para jornais, artigos de sua autoria escritos para o Boletim da ANVFEB, fotos de homenagens recebidas na Itália e depoimentos em documentário e para o Projeto de História Oral do Exército. Cientes da coleção do major e de sua formação

---

últimos casos, mesmo quando o documento não constava nas páginas do diário, havia um espaço delimitado para ele.

<sup>271</sup> Apelido popular entre o exército britânico para designar os combatentes alemães, tanto na Primeira, quanto na Segunda Guerra Mundial.

profissional, seus pares na *Casa da FEB* foram unânimes em indicá-lo como depoente quando recorri à instituição, em 1999, para realizar entrevistas durante minha pesquisa de mestrado. Reconhecido entre o grupo de veteranos da associação como o depoente “ideal” porque “sabia de tudo”, o major não decepcionou e fez jus a sua reputação de guardião da memória de seu grupo.

Ruy de Oliveira Fonseca nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de março de 1915. Coursou o primário em escola religiosa na Penha e aos 12 anos ingressou no curso de humanidades do Seminário São José, no Rio Comprido, onde permaneceu até os 18 anos. Em meados de 1933 abandonou a carreira religiosa devido à morte de seu pai e às dificuldades econômicas familiares decorrentes desse fato. Neste momento se alista no Exército para obter o certificado de reservista exigido como pré-requisito para conseguir um emprego. Em 1934, com o certificado de reservista nas mãos, desligou-se do Exército e prestou concurso para trabalhar como laboratorista no Instituto Nacional de Tecnologia, repartição integrante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, onde permaneceu por seis anos. Aproveitava o tempo livre, para fazer os cursos de várias disciplinas que eram oferecidos pelo MEC. Assim, conseguiu sua habilitação para lecionar e começou trabalhar numa escola da Penha. Além disso, estudava à noite na Academia de Comércio, de onde saiu formado como economista, em 1940. Em parte por influência dos amigos da faculdade, em 1937 entrou para o CPOR e devido ao tempo de serviço prestado anteriormente, foi direto para o segundo ano do curso, formando-se em 1938. Sua sólida formação educacional e profissional e a maneira como constrói sua própria memória – entremeada com orações em latim praticadas no seminário, acontecimentos históricos marcantes do período e experiências surpreendentes vividas durante a guerra – fazem da leitura do diário uma tarefa prazerosa. É um relato sobre o cotidiano da guerra que não se reduz a um amontoado de notas sobre estratégias, deslocamentos de combate ou exercícios de treinamento. Elas estão lá, mas não são a tônica da narrativa. As reflexões pessoais sobre a essência do homem, os desígnios de Deus e as incertezas que o futuro reserva, entre tantas outras observações sobre as licenças para descanso na retaguarda, alimentação, vestuário e higiene, são algumas das questões registradas no diário, o que lhe confere uma dimensão humana e muito particular da guerra.

A cópia do diário que o major me cedeu, ainda durante a pesquisa de mestrado, foi datilografada e conta com 247 páginas que se encontram, evidentemente como em qualquer diário, divididas pela cadência dos dias mas que também seguem uma ordenação geográfica

estipulada pelo próprio autor, o que nos permite acompanhar desde o embarque das tropas da FEB no porto do Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1944 até o seu retorno ao Brasil em 17 de setembro de 1945, passando pela viagem de vinte dias para a Itália, o desembarque no porto de Nápoles, e a evolução de seu pelotão no cenário de guerra. É importante destacar que essa é, na verdade, a segunda versão do diário do major. Desde que foi escrito, o diário passou por duas conversões de suporte. O original era composto por três cadernos escolares pautados, um que o major levou daqui do Brasil e dois que foram comprados na Itália, cujo papel de segunda categoria se deteriorava rapidamente em contato com o fenol da caneta tinteiro. Somado a isso, a ação do tempo e a umidade das chuvas e da neve também contribuiu para acelerar esse processo (*Figuras 3 e 4*). Na primeira conversão de suporte, que de acordo com o major ocorreu por volta do final da década 1980, o material foi datilografado e reproduzido para ser arquivado na biblioteca da *Casa da FEB* (*Figura 5*). E, a segunda, se deu no ano de 2002, quando o diário foi editado e publicado por iniciativa da família do major e depois de nosso primeiro encontro e entrevista (*Figura 6*).

Como muitas outras produções autobiográficas de combatentes da FEB, o diário embora fosse praticamente desconhecido fora do universo febianos, era bastante popular entre os associados que frequentavam a *Casa da FEB* no final da década de 1990. Por muitas vezes em conversas com os veteranos, o diário foi citado como referência para o estudo da FEB. Os que já tinham lido, me recomendavam a leitura e, mesmo aqueles que não o haviam lido, ao menos sabiam de sua existência. Assim, até a publicação, sua circulação ficou limitada às cópias datilografadas, exemplares volumosos e encadernados com espiral de plástico, enquanto os cadernos permaneceram restritos ao universo privado do major. Embora tenha solicitado por mais de uma vez, não tive acesso aos originais. Sob alegação da precariedade do material, ilegibilidade e, mesmo ausência, de algumas páginas, o major refutava gentilmente meu pedido, afirmando que a segunda versão se encontrava, então, mais completa e acessível do que o original. Cabe ressaltar aliás, que a versão datilografada do diário traz na capa a designação “Originais”, corroborando a ideia de que o major a considerava – ou ao menos queria parecer considerar – uma versão fiel aos cadernos escritos na Itália (*Figura 5*). Em maio de 2010, durante a realização de nossa última entrevista, cujo o foco foi a produção do diário, o major afirmou que dos três, apenas o último havia sobrevivido à ação do tempo e ainda estava entre sua coleção. Sem dúvida, o precário estado de conservação em que os cadernos possivelmente se encontravam era, por si só, uma alegação legítima que justificava a

resistência à cessão do material para consulta. Mas, afinal, por que o major não tinha essa mesma reserva com nenhum outro documento da sua coleção? Documentos dos mais variados entre fotos, livros, filmes e, até mesmo, as correspondências – que também exigiam cuidados no manuseio por apresentarem desgastes em função do tempo –, todos, sem exceção, foram colocados a minha disposição desde o primeiro contato sem qualquer limitação. Nesse sentido, as constantes evasivas do major no que dizia respeito, exclusivamente, aos cadernos, me fazem crer que existiam razões mais profundas para isso.

A primeira vista, a restrição aos originais do diário sugeria uma relação de afetividade, característica da escritura pessoal, entre o autor e o suporte. A questão portanto, não se limitaria ao problema da conservação do objeto em si, mas sim, na investigação das representações que o autor constrói a partir das relações que estabelece com os suportes de sua escrita.<sup>272</sup> Ao eternizar as lembranças no papel, o diário se transforma em um aliado na resistência contra o esquecimento, especialmente, em tempos em que os mecanismos virtuais de interação criam, a cada dia, novas e efêmeras modalidades de escrita pessoal. O diário elege o que merece ser recordado, conferindo a “memória de papel” a força de testemunho. A comprovação disso vem das próprias palavras do major ao ser questionado se tinha o hábito de reler o diário: “(...) já li umas vinte vezes<sup>273</sup>. (...) Começo a ler vou até o fim, depois volto para o começo de novo. Justamente faço isso para ter a memória, para não esquecer.” Preservado como objeto relíquia o diário se configura, assim, em passaporte para o passado.

A constatação adquire ainda mais peso quando o major revela que o diário fica na sua cabeceira ao lado da Bíblia. Em se tratando de alguém que, como ele, foi seminarista esse não é, de forma alguma, um indicativo desprezível. Todas as noites antes de dormir o major lia, gostava muito do livro de Eclesiastes e do salmo 23 – “O Senhor é meu pastor, nada me faltará”<sup>274</sup> – que na tradição católica é reconhecido como uma das orações mais poderosas para afastar perigos e perseguições. Talvez, inconscientemente, a escolha tenha a ver com o fato de que muitas vezes o major não apenas lia sobre a guerra, mas também sonhava com ela, em especial, com episódios em que estava sendo perseguido por alemães. Sonhos recorrentes como um em que ele se encontrava novamente num abrigo onde ficou uns dias com seu

---

<sup>272</sup> Sobre a relação entre a escritura pessoal e seus suportes ver o trabalho de Jean Hébrard (2001). Disponível em: <<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/277>>. Acesso em: junho 2012.

<sup>273</sup> É importante deixar claro que o major refere-se aqui ao número de vezes que já leu o exemplar publicado que é o que tinha em mãos no momento da entrevista. Quanto às outras versões, é de se supor que também fossem relidas mas, talvez, não com a mesma frequência visto que esse exemplar traz determinadas particularidades que serão evidenciadas mais adiante.

<sup>274</sup> Também citado nos momentos de aflição registrados no diário (FONSECA, 2002:93).

pelotão – talvez uma escola, não sabe ao certo – e não consegue encontrar seus pertences deixados em uns escaninhos existentes no local, outros mais angustiantes, também citados no diário (FONSECA, 2002:74), em que é obrigado a correr para se esconder do fogo inimigo. No entanto, a despeito do risco de pesadelos, o major considerava a leitura do diário uma tarefa “repousante” e, porque não dizer, gratificante ao possibilitar, àquela altura da vida, reviver os feitos da juventude.

Mas sendo assim, se o diário era de fato, ao que tudo indica, um objeto relíquia para o major, porque a justificativa do apego ao suporte não é suficiente para entender a reserva em relação aos cadernos originais? Poque, na realidade, o exemplar do diário a que ele fazia referência nas citações anteriores é o que foi resultado da última conversão de suporte, ou seja, aquele que os filhos ajudaram a publicar. Considerando os processos de conversão pelos quais passou o diário, tanto da primeira vez quanto da segunda, o major fez questão de deixar registrado que, a partir de então, aquele exemplar substituiria o original. Na primeira vez, como já mencionado, explicitou isso na capa do volume com letras em caixa alta e a sua assinatura logo abaixo. Na segunda, talvez por julgar que tal recurso não seria necessário – uma vez que a própria editoração e publicação já asseguraria, em parte, uma legitimidade e credibilidade que a cópia datilografada não tinha –, fez apenas uma breve menção, nas páginas iniciais do diário, aos “três cadernos amarelecidos e manchados pelo suor e pela umidade das chuvas e da neve da Itália” que deram origem ao texto. Porém, isso não o impediu de anotar, de próprio punho, no exemplar editado que mantinha na prateleira de sua estante, que aquele registro, impresso por seus filhos, “é um relato fiel dos cadernos” que o acompanharam na campanha da Itália e servirá para ser transmitido às próximas gerações de sua família. A estratégia, além de deixar claro sua intenção de perpetuar-se na história familiar – “deixo na minha estante e eles sabem que esta lá” – revela também que a publicação do diário passou a ser, no fim da vida do major, um projeto familiar de preservação de sua memória. Nessa perspectiva, o novo suporte, que tem a orelha escrita pelo filho e a apresentação pelo neto do major, adquire uma importância até mesmo maior do que os próprios originais, porque expressa uma dimensão fundamental na construção da identidade do autor: o reconhecimento “impresso” pelo grupo familiar, ao que já existia por parte dos companheiros da *Casa da FEB*.

Apesar de não ter tido em mãos os originais do diário, tive a oportunidade de visualizá-los através de fotos em uma reportagem sobre os “pracinhas” da FEB, publicada, no



dia 27 de setembro 1998, na *Revista de Domingo do Jornal do Brasil* (Figuras 3 e 4). Deixando de lado a polêmica em torno da reportagem<sup>275</sup>, o registro é significativo porque permite observar, mais uma vez, as práticas de arquivamento adotadas pelo major. Em primeiro lugar, chama a atenção o fato do major se preocupar em numerar os cadernos, e também as páginas deles, como fez ao organizar as correspondências, indicando mecanismos que imprimiam à documentação uma lógica própria com vistas a um possível arquivamento. As páginas dos cadernos foram divididas, dia após dia, acompanhando o roteiro geográfico seguido por seu pelotão durante a campanha na Itália, exatamente da mesma maneira que consta no exemplar datilografado. Suponho que na tentativa de conseguir o máximo aproveitamento das folhas, uma única página era utilizada para registrar mais de uma entrada, servindo como indicação de um novo dia apenas um X na margem da folha. No início do primeiro caderno, o major anotou: “do início<sup>276</sup> até o dia 16 [de setembro de 1944], tudo foi registrado em meu caderno de pelotão, e, em seguida registrado a bordo aqui, assim”. A observação é um indicativo de que, embora tenha afirmado em entrevista que nunca manteve diários em outros momentos de sua vida, pelo menos no que diz respeito a sua trajetória militar, o major já tinha, mesmo antes da guerra, o hábito de fazer anotações no seu “caderno de pelotão”. Isso explica o fato de nas outras duas versões constarem, antes do início do diário propriamente dito, uma breve retrospectiva (de julho a setembro de 1944) dos dias de treinamento e instrução no Depósito de Pessoal da FEB em Caçapava (São Paulo) e, posteriormente, na Vila Militar do Rio de Janeiro, localizada no Morro do Capistrano. Logo após essas informações adicionais, o major escreve no dia do embarque, 20 de setembro de 1944: “Aqui começa o meu diário de guerra”. A sistematização e a clareza dos registros, não deixam dúvidas do caráter metódico, quase didático, com que o major coleciona os dias. “Vícios de professor”, como ele próprio reconhece procurando justificar as inúmeras citações

---

<sup>275</sup> A revista trazia na capa a manchete: “Guerra, vinho e mulheres: as lembranças dos pracinhas brasileiros dariam um filme de Spielberg”. Motivada pela estreia nos cinemas do filme “O resgate do soldado Ryan”, de Steven Spielberg, a reportagem enfatizava o lado pitoresco da guerra: as tochas (“escapadas” para passeios pelas cidades vizinhas aos acampamentos), a beleza das italianas, os amores que os brasileiros deixaram lá, as festas etc. Muitos dos veteranos citados na revista, dentre os quais estavam todos aqueles que havia entrevistado, negaram que tivessem dado aquelas declarações da forma como foram publicadas. A matéria registrou uma imagem da campanha da FEB na Itália que, de modo geral, desagradou aos ex-combatentes. Vários deles chegaram a enviar cartas para direção da *Casa da FEB*, também insatisfeitos com o resultado da reportagem, registrando sua indignação. O episódio acabou criando transtornos para os veteranos, que se sentiram na obrigação de se retratarem de suas supostas declarações diante da direção da *Casa da FEB*. Por conta das atividades de pesquisa dentro da associação, também fui chamada pelo presidente – o coronel Sérgio Gomes Pereira – para explicar quais eram os objetivos do trabalho. Esclarecida a questão, não sofri qualquer objeção para a continuidade das atividades na *Casa da FEB* (RIBEIRO, 1999:97-98).

<sup>276</sup> Refere-se aqui ao momento em que foi convocado para o serviço ativo do Exército em 1940.

e referências que permeiam o diário.

Talvez resida nessa erudição, a chave para o entendimento das restrições em relação aos cadernos originais. Leitor voraz de grande sensibilidade para a poesia e as artes plásticas, o major é também, extremamente, cuidadoso com sua escrita. A qualidade do texto e a preocupação em construir uma narrativa consistente e encadeada chama a atenção na leitura do diário. Nesse sentido, a possibilidade de estar escrevendo para a posteridade somada ao preciosismo linguístico seriam, em alguma medida, boas razões para explicar seu pudor em tornar público um texto que poderia não estar de acordo com os seus padrões de excelência. Outro indício que pode vir a reforçar essa ideia é que, na realidade, se observamos atentamente fragmentos dos três suportes do diário podemos notar algumas variações, mais no que se refere à forma, do que ao conteúdo. Em que pese a longa citação, acredito que a comparação pode ser esclarecedora.

Dia 21/9/44 – Quinta-feira

Permanecemos este dia todo a bordo, atracados no porto, digo, no cais. Do convés vemos as ruas desertas interditadas pela polícia e o morro da Favela ... e já começo a ter saudades da Cidade Maravilhosa ... e dos meus, principalmente os queridinhos ... mamãe, Paulo, Celso, Bertina ... enfim!<sup>277</sup>

A largada

21 de setembro de 1944 – Quinta-feira

Embarcados a 20 de setembro de 1944, permanecemos atracados no cais por todo o dia 21. Do convés do navio avistávamos as ruas desertas – acho que estavam interditadas pela polícia – o morro do Livramento e o da Favela. Nos olhos de cada um já se podia ver uma sombra de preocupação ou de saudade. Andávamos pelo navio até onde nos era permitido; voltávamos pelo mesmo caminho ao encontrarmos tabuletas que dissessem: “KEEP OUT”, “OFF LIMITS” ou “CAPTAIN ONLY”, pois já entendíamos e respeitávamos essas mudas advertências ...

Nesse mesmo dia travamos conhecimento com o marinheiro mais popular e importante de todo o barco; ele é uma espécie da faz-tudo ou sabe-tudo pois a todo momento ele é chamado pelos alto-falantes de bordo, cuja voz se espalha por todos os cantos: “Souza – Suza, dizem eles – Souza, report at the gangway! Souza, Souza, compareça ao passadiço!” ... Embora tão popular, nunca pudemos ver-lhe o rosto! Volta e meia, lá estavam os alto-falantes a gritar com a sua característica voz metálica e fanhosa: “Suza! Suza, report at the gangway!” - acredito que, se o Souza faltar, o navio vai ficar andando em círculos até ele aparecer ...<sup>278</sup>

---

<sup>277</sup> Paulo e Celso são os filhos do major Ruy que na ocasião tinham, respectivamente, quatro e dois anos. As crianças ficaram sob os cuidados dos avós maternos uma vez que sua esposa, Bertina, havia falecido devido a complicações no parto do terceiro filho apenas quatro meses antes de seu embarque para a Itália. O trecho do diário original foi retirado da reportagem da *Revista de Domingo* já citada anteriormente.

<sup>278</sup> Trecho da segunda versão do diário do major, p. 21.

A largada

21 de setembro de 1944, quinta-feira

Embarcados a 20 de setembro de 1944, permanecemos atracados no cais por todo o dia 21. Do convés do navio avistávamos as ruas desertas – acho que estavam interditadas pela polícia – os morros do Livramento e da Favela. Nos olhos de cada um já se podia ver uma sombra de preocupação ou de saudade. Andávamos pelo navio até onde nos era permitido; voltávamos pelo mesmo caminho ao encontrarmos tabuletas que dissessem: “Keep out”, “Off limits” ou “Captain only”, pois entendíamos e respeitávamos essas mudas advertências.

Nesse mesmo dia travamos conhecimento com o marinheiro mais popular e importante de todo o barco. Ele é uma espécie da faz-tudo ou sabe-tudo, pois a todo momento é chamado pelos alto-falantes de bordo: “Souza (Suza, dizem eles), *report at the gangway!* Souza, Souza, compareça ao passadiço!” Embora tão popular, nunca pudemos ver-lhe o rosto! Volta e meia, lá estavam os alto-falantes a gritar com a sua característica voz metálica e fanhosa: “*Suza! Suza, report at the gangway!*” Acredito que, se o Souza faltar, o navio vai ficar andando em círculos até ele aparecer (FONSECA, 2002:37).

Ao compararmos as três versões, uma observação notável é que a maior mudança se dá na primeira conversão de suporte uma vez que, nas duas versões subsequentes, quase não vemos diferenças especialmente no que diz respeito ao seu conteúdo. O registro original é mais lacônico e, por vezes, inconcluso – as anotações são, invariavelmente, entremeadas por reticências possivelmente numa tentativa de sinalizar reflexões e pensamentos que não se completaram – enquanto os posteriores se apresentam mais elaborados e detalhistas. A impressão é que nos cadernos originais foram feitos apontamentos, para não deixar escapar datas, lugares e acontecimentos, que posteriormente seriam reconsiderados e ganhariam um tom poético bem ao estilo do que o major aprecia. Na intenção de aprimorar o texto, algumas informações foram acrescentadas – o morro do Livramento, por exemplo, não aparece na versão inicial, bem como as referências às primeiras impressões após o embarque –, umas palavras substituídas, outras cortadas, tornando o fluxo da narrativa mais atraente e emocionante. Apesar dos ajustes, é possível reconhecer o texto original nas duas versões que o sucedem, porém a ele se somam outras memórias incluídas a posteriori. As tais reminiscências as quais o major se refere no título do diário: “Uma face da glória, reminiscências e diário de campanha.”

Assim, se em passagens como essa o diário se mostra um aliado da memória contra o esquecimento, em outras pode se tornar um intruso cujo testemunho se deseja abrigar, em nome das lembranças que se construíam com o passar do tempo. A constatação disso leva

alguns diaristas até mesmo a rasgar páginas na tentativa de apagar experiências que não desejam ver divulgadas ou que não desejam rememorar mais, ao menos, da forma originalmente registrada.<sup>279</sup> Talvez o major não chegue a tanto, mas nos fragmentos do diário citados anteriormente, é possível notar que a referência feita à família na versão original foi suprimida nas outras duas. A passagem melancólica da saudade de casa e da família – que adquire uma dimensão ainda maior quando se leva em conta que, há apenas quatro meses, o major havia perdido a esposa e o terceiro filho, mortos por complicações no parto – foi substituída pela narrativa bem humorada sobre o marinheiro Souza, enfatizando as experiências pitorescas da guerra e conferindo ao texto maior leveza. A razão disso pode estar relacionada à época da primeira conversão. Ao escrever os originais, o major estava ainda sob o terrível impacto de ter a família desfeita pela precoce morte da esposa, porém na segunda versão via-se já numa outra situação: casado outra vez e com filhos desse outro casamento. Talvez o novo horizonte o estimulasse, em alguma medida, a suavizar a carga saudosista do relato de outrora que, a partir de um novo presente – o da conversão de suporte – adquire outra perspectiva de futuro. As incertezas e os temores quanto ao próprio destino e ao dos filhos parecem ter dado lugar à tranquilidade de novos presentes e futuros mais promissores com a chance de reestruturar sua família; de refazer sua vida, na qual o diário é parte fundamental como materialização de sua experiência de guerra.

Isso não significa dizer que sejam poucos os momentos em que o major menciona sua primeira esposa – quase sempre referida como “minha querida morta”<sup>280</sup> – e a preocupação com os filhos, que corriam o risco de perder também o pai por causa da guerra. Como nessa passagem em que justifica um de seus muitos relacionamentos com as moças italianas como um subterfúgio para compensar a “saudade dos filhos” e a “dor da viuvez”.

7 de novembro de 1944, terça-feira

(...) Após o jantar, saí para levar a roupa “*da lavare*”, como se diz por aqui; não encontrei aquela que habitualmente me atendia, mas sim Margherita, que se prontificou a lavar-me *i panni* mediante o pagamento habitual: cigarros ou qualquer outra *scatolleta*. Fechei negócio, pois Margherita tem lindos e prometedores olhos. É natural que tenha que procurar um derivativo, pois além da saudade dos filhos, sinto uma verdadeira “dor” da viuvez. Sentado na cama, para escrever, fico olhando a parede de lona da barraca e ali, como em uma tela de cinema, vejo

<sup>279</sup> É conhecida a história do pai de Anne Frank que, antes de entregar o diário para a publicação, retirou todas as páginas em que ela abordava o despertar de sua sexualidade e questionava o relacionamento afetivo dos pais.

<sup>280</sup> O nome da esposa do major só aparece uma única vez no diário: na versão datilografada na p.206 e, na versão editada, na p.194.

como num filme cenas de minha tragédia pessoal; como saí de casa pela manhã feliz, deixando uma esposa adorável, com dois filhos lindos, em véspera de um terceiro, e ao regressar encontrei-me viúvo, sem lar, com meus filhos órfãos da mãe. Arrancada de nosso convívio, deixava-nos privados para sempre da presença da esposa dedicada e da mãe extremosa. Foi muito doloroso, realmente. E somente muito tempo depois é que posso dizer como Jó: o Senhor me deu, o Senhor me tirou. Bendito seja o nome do Senhor.

Olho para a cama do tenente Montanha, ao lado da minha. Ele está deitado, acordado, e tem nas mãos sobre o peito um quadrinho com fotografias que contempla: à luz baça que ilumina a barra, vejo que ele beija repetida vezes a foto e, então, discretamente, viro-me de costas e procuro entre minhas coisas as fotos dos meus entes queridos para também beijá-las. Por Deus, não é pieguice! É amor, é sentimento, é saudade. Sinto-me melhor assim. Obrigado, companheiro! (FONSECA, 2002:76-77)

A ideia da guerra e das aventuras amorosas como “derivativos” para a sua “tragédia pessoal” é invariavelmente mencionada tanto no diário, quanto na entrevista. Ao reavaliar sua participação na guerra, mais de 65 anos depois, o major afirma que foi uma experiência positiva uma vez que o ajudou “em alguma medida a superar a derrocada” da sua vida pessoal<sup>281</sup>. A constatação e precisa consciência do significado de seu engajamento fica evidente também na segunda conversão de suporte, na qual o major inclui, ao final do diário propriamente dito, um breve balanço da vida após a guerra: “(...) Meu envolvimento na guerra foi um derivativo, ou, como se diz na linguagem militar, uma ação diversória, para desviar-se das possíveis sequelas decorrentes do desmoraamento doloroso de meu lar” (FONSECA, 2002:231). Mais uma vez, da mesma forma que em diversos trechos do diário, a importância da família vem à tona como um imperativo na trajetória do major. Ele segue afirmando: “(...) consegui reorganizar minha família, casando-me com uma jovem que me aceitou com a sobrecarga de dois filhos, dando-me a seguir mais dois, e, juntos, passamos dos cinquenta anos de matrimônio” (FONSECA, 2002:231). A menção à segunda esposa aparece apenas na terceira versão do diário, juntamente à lembrança da mãe e dos filhos, reforçando a ideia de sua publicação como a concretização de um projeto familiar que reconhece a dedicação dos parentes vivos e, ao mesmo tempo, evoca a memória daqueles que estão mortos. Nas palavras do próprio major: “Agradeço, portanto, à minha falecida mãe, tantas vezes citada nesses escritos, e a meus filhos, que se hoje são o que são, não o devem a mim, mas sim à força, à energia e à dedicação daquela que os guiou, educou a meu lado e a quem todos amamos:

---

<sup>281</sup> Entrevista realizada em 15 de julho de 2010, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

mamãe Lia!” (FONSECA, 2002:232)

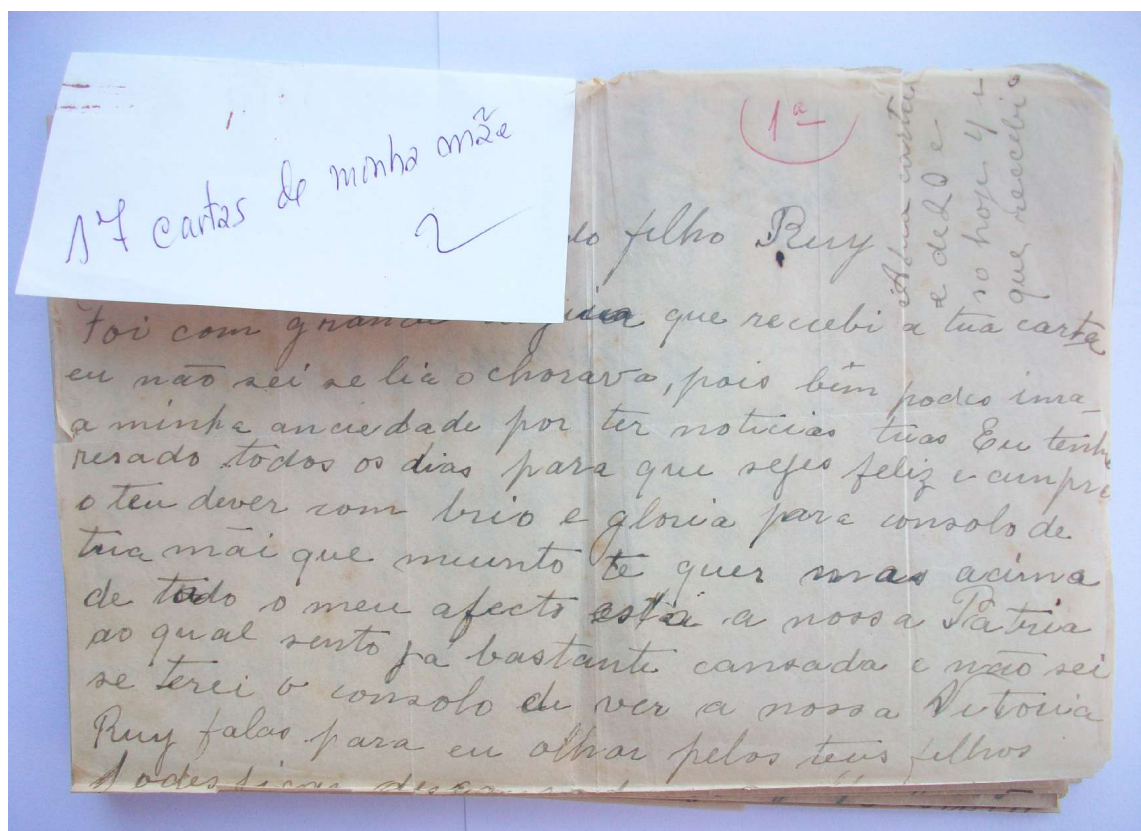
Antes da divulgação do diário editado, que ocorreu em 2002, o major já havia feito algumas tentativas frustradas de publicação do material. Numa dessas investidas, em fins da década de 1990, a própria editora da Fundação Getúlio Vargas chegou a ser consultada por intermédio da professora Ângela de Castro Gomes, No entanto, infelizmente, a ideia não foi levada adiante. Foi somente a partir do esforço coletivo dos filhos que, enfim, o diário do major ganhou sua versão mais recente. Visualmente bem diferente das anteriores, ela traz, além do texto, um anexo com trinta fotos do major em diferentes momentos de sua trajetória: antes do embarque para a guerra, ainda na fase de treinamento, durante a guerra, no dia de seu retorno ao Brasil e, posteriormente, em duas viagens à Itália para revisitar os lugares por onde havia passado com seu pelotão durante a campanha da FEB. Todas as fotos, inclusive a que ilustra a capa – o major no desfile da FEB no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1945, comemorando o regresso das tropas à pátria – foram escolhidas pelo major em conjunto com os filhos, especialmente, os dois mais velhos, Paulo e Celso, que estiveram a frente desse projeto.

A terceira versão do diário, diferentemente da anterior datilografada, traz também em suas primeiras páginas a reprodução da *Canção do Expedicionário* e do roteiro percorrido pelo Pelotão de Petrechos da 4ª CIA/11º R.I. – sob comando do então primeiro tenente Ruy de Oliveira Fonseca – com a indicação do local, das datas e da situação em que se encontravam naquele momento. Na contracapa do diário, foi incluído também um pequeno histórico da vida profissional do major que recupera desde a sua formação no Seminário São José (Rio de Janeiro), a entrada para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/RJ), a convocação para a FEB, a participação na guerra até a sua volta à vida civil como professor e sua atuação como vice-presidente e coordenador das seções regionais da Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB/RJ). No entanto, para efeito de análise, o grande diferencial dessa versão é, como já mencionado, o investimento da família, evidenciado não apenas no financiamento da publicação mas, em especial, nas reflexões do filho e do neto – respectivamente autores dos textos que compõem a orelha e a apresentação da obra – sobre o major e seu diário. Paulo Miguel, filho mais velho do major, chama a atenção do leitor para os aspectos mais intimistas do texto, destacando a importância de Deus e da família na trajetória do pai. Citando nominalmente cada um dos filhos, netos e bisnetos, Paulo procura evidenciar o orgulho do major em poder ver sua família reconstruída e, ao mesmo tempo, reforça a ideia

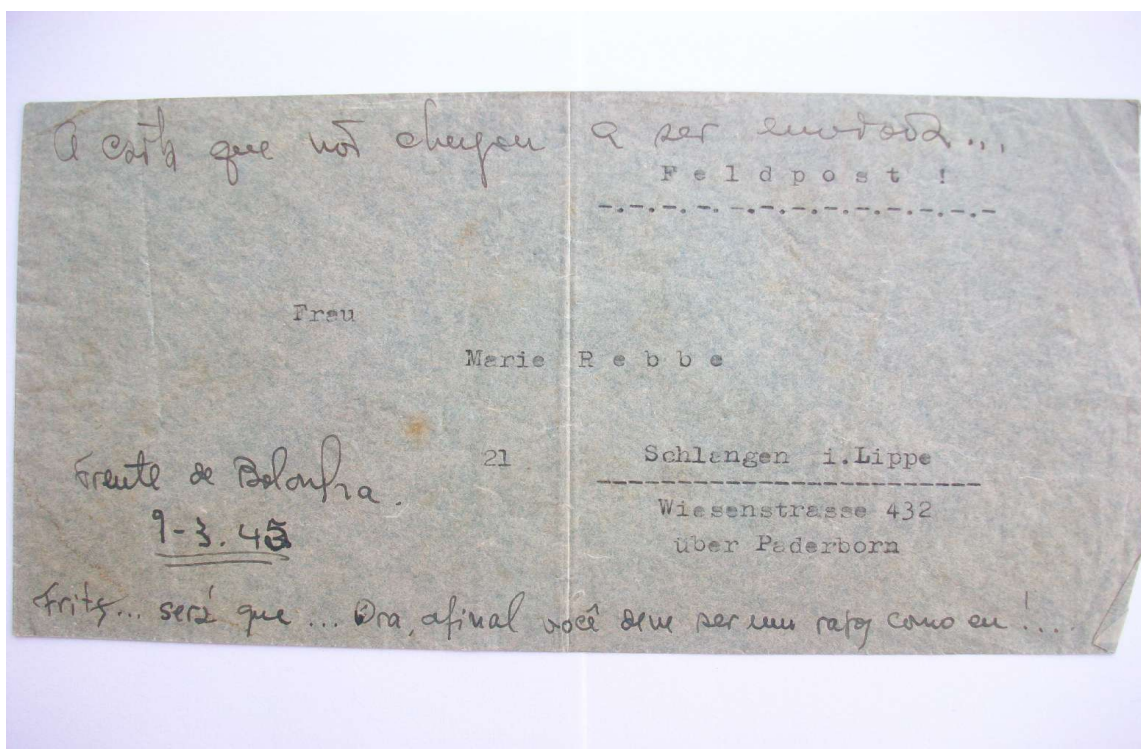
da publicação do diário como um projeto familiar “assinado” por todos ali representados. “Deus sabe o que faz, quando a semente é boa”, conclui, na tentativa de perenizar a memória do major entre as futuras gerações da família.

Já o neto, também chamado Paulo Miguel, busca, especialmente por sua formação como historiador, situar a obra do avô num cenário mais amplo que vai além do universo familiar, sem contudo perder de vista o caráter pessoal que a própria natureza do registro impõe. Anunciando de antemão que o leitor não deve esperar encontrar na narrativa uma “visão global da guerra”, mas sim a “visão de um soldado”, procura caracterizar o diário como um relato diferente “daqueles ensinados nas escolas.” Nesse sentido, sua publicação cumpre importante função, não apenas por registrar um ponto de vista “intimista e particular da guerra”, mas igualmente por permitir observar “aspectos da natureza humana em uma situação-limite”, como a que o major enfrentou. Paulo Miguel lembra ainda que, em especial no caso de seu avô, a prática diarística guarda também uma forte carga terapêutica, na medida em que ajudava a elaborar o medo e as tensões experimentadas no *front*. Sendo assim, ele encerra afirmando: “Mais do que escrever para ser lido, o autor escreveu para si próprio. O registro de um período tão triste e marcante serve como uma catarse, um exorcismo de traumas maiores.”

Sem dúvida, a função catártica é uma das tônicas em narrativas que têm sua origem em situações-limite como a morte ou a guerra. Mas, ainda que bastante relevante, essa pode não ser a única intenção deste tipo de escrita. Portanto, para uma análise mais profícua do diário como objeto de pesquisa, é preciso levar em conta, não somente essa, mas as outras possíveis intenções daquele que escreve. E mais que isso, procurar também investigar os usos que se pode atribuir ao diário ao longo do tempo, desde a sua primeira versão até os dias de hoje – tarefa da qual me ocuparei no capítulo a seguir.

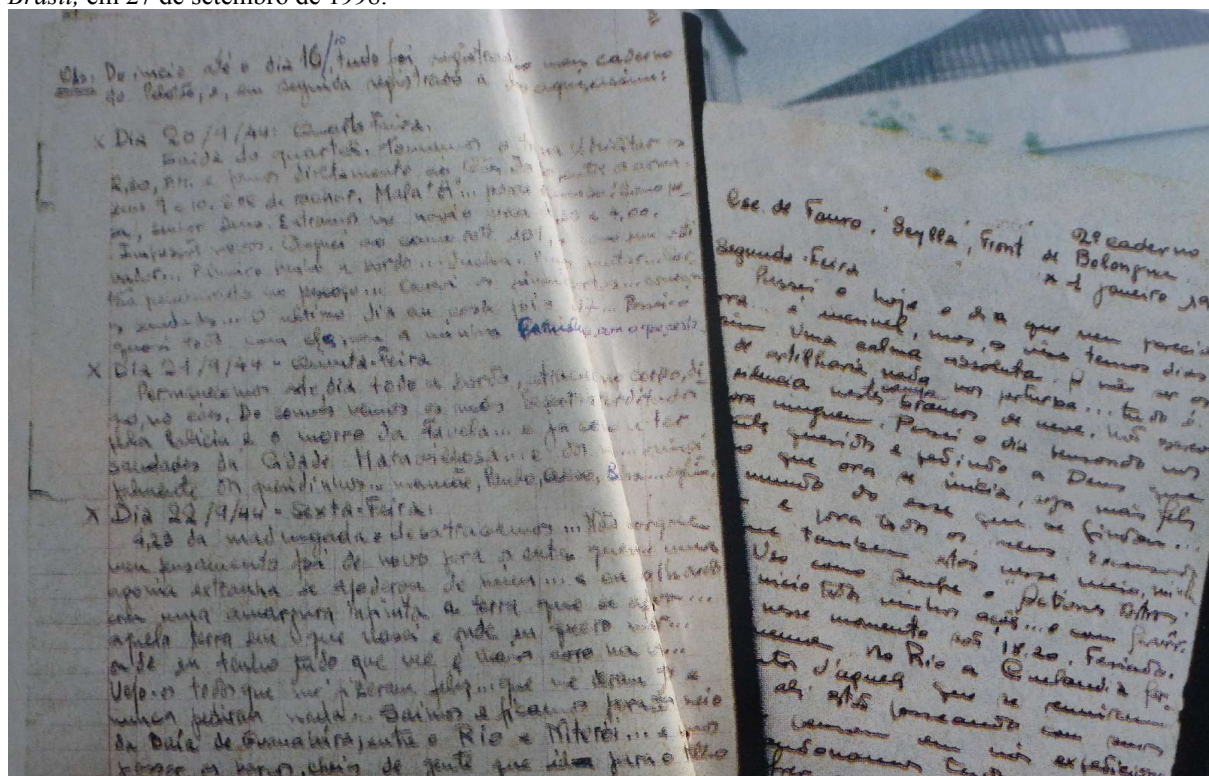
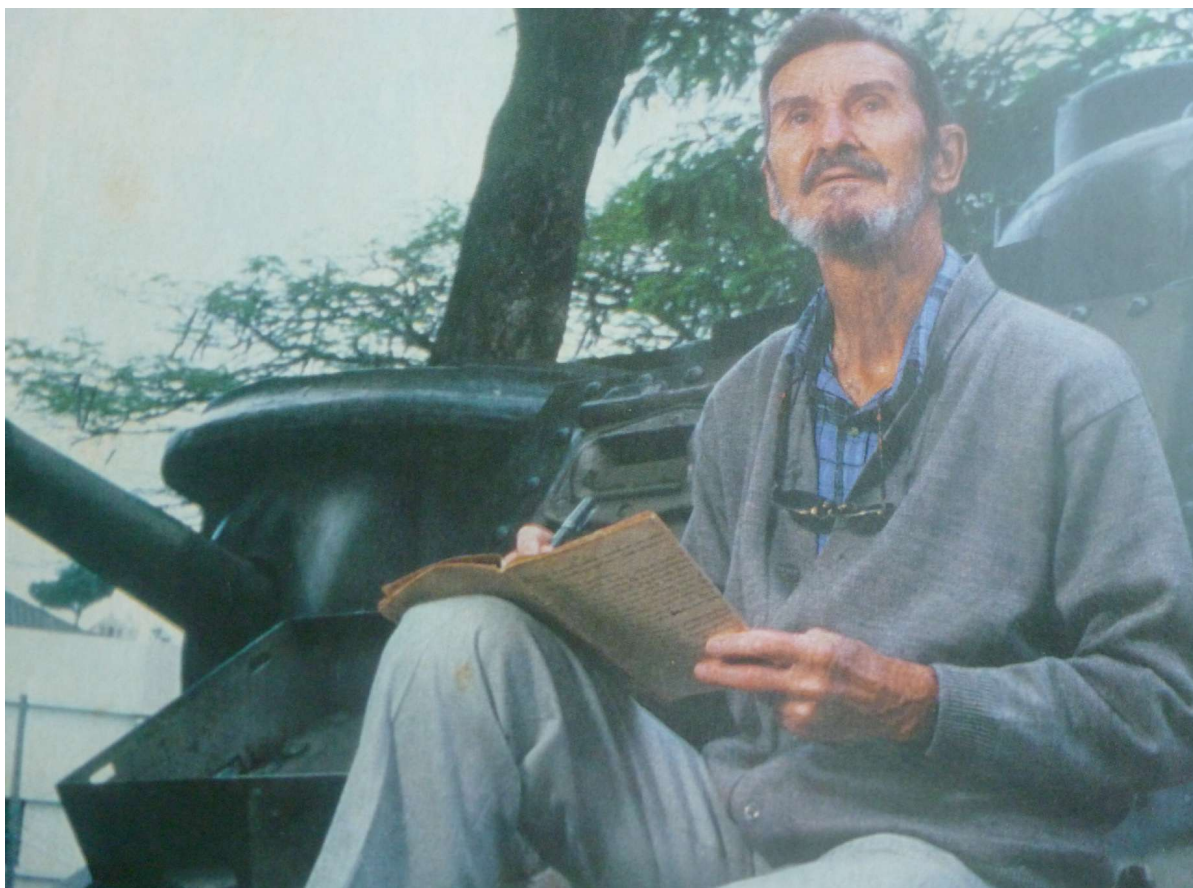


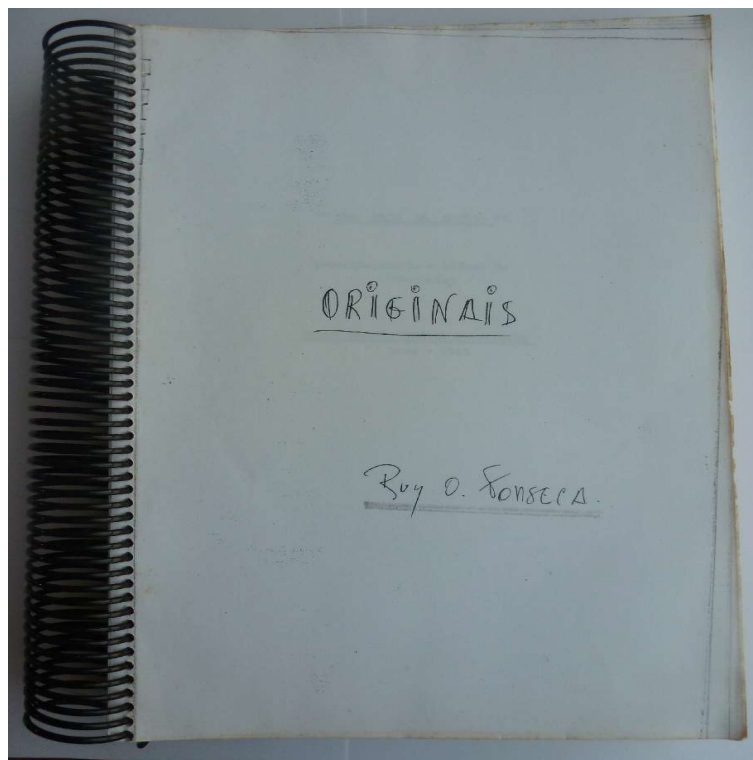
(Figura 1) Conjunto de cartas enviadas pela mãe do major. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.



(Figura 2) Carta de um combatente alemão na Segunda Guerra Mundial. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.







(Figura 5) Exemplar do diário datilografado, recebido do major Ruy em 1996.



(Figura 6) Exemplar do diário editado. Na capa, foto do desfile da 4ª Cia. do 11º R.I no Rio de Janeiro, em 17 de setembro de 1945, no regresso ao Brasil. O major Ruy é o primeiro à direita.

# Capítulo 7

---

***Os usos do diário no tempo:  
coleccionando os dias***

O diário está longe de ser o espelho da feiticeira, ele é, na verdade, um filtro. Seu valor se deve justamente à seletividade e às discontinuidades (LEJEUNE, 2008:296).

Nos estudos de literatura é recorrente a ideia de que os prefácios indicam simbolicamente a perspectiva que o autor pretende dar ao desenvolvimento de seu trabalho. Este caso, não é diferente. A escrita do prefácio que inaugura as páginas do diário do major – presente tanto na segunda, quanto na terceira versão –, e a sua reprodução na abertura do capítulo anterior assumem aqui uma dupla função: para o autor, de anunciar a motivação de sua obra inscrevendo-a em meio à produção memorialística da guerra como um texto autorreferencial edificador de sua identidade como combatente da FEB; para mim, de sinalizar a qualidade e riqueza do documento que me proponho a analisar. Longe de ser uma prática inocente, a escrita do prefácio é parte de uma estratégia adotada pelo autor de conduzir a leitura do texto e, por isso, anuncia muito sobre ele mesmo e sobre a intencionalidade de sua narrativa.

Não apenas o que está escrito, mas o próprio estilo do texto produzido – culto, coloquial, poético ou qualquer outra variação – depende da finalidade a que se destina: se o diarista tem somente a intenção de escrever para recuperar a memória ou se pretende escrever para atrair leitores. Esta finalidade pode até mesmo vir a ser, como no caso do major, determinante na conversão do suporte. Sendo assim, as formas e funções que os diários assumem podem ser tão variadas que seria um engano tratá-los como um todo. Ignorar sua diversidade equivale a reduzi-los a uma lista de registros datados. Muito embora, de fato, as datas sejam fundamentais, uma vez que são elas que determinam as “entradas” no diário. Assim, parece que a ordem do calendário é a única à qual os diários se encontram sujeitos. Nesse sentido, o mesmo princípio que lhe impõe unidade é também o que o condena à fragmentação. À continuidade do suporte, imposta pela cadência dos dias, opõe-se a discontinuidade da escrita porque, afinal, de tudo o que acontece em um dia, o que fica registrado no diário é apenas uma pequena parcela. Essa triagem que seleciona o que deve ser lembrado e esquecido é, em essência, o trabalho do diarista. Em geral, a maior parte do dia é descartada e os fragmentos restantes são rearranjados de forma a conferir-lhes um sentido. Não existem regras para isso. A escrita de um diário é, a princípio, uma tarefa livre. No entanto, a própria prática diarística faz com que o autor se acomode, em pouco tempo, a um



padrão de linguagem que serve de modelo para todas as entradas, sem que isso signifique, necessariamente, um engessamento dos temas que serão selecionados e da forma como serão selecionados.

Em se tratando de uma escrita livre, o diarista não se vê obrigado a voltar aos assuntos abordados no dia anterior ou mesmo a concluir pensamentos que podem ser abandonados no meio caminho sem maiores prejuízos a seu ver. Dessa forma, por mais que o leitor busque através dele se aproximar da intimidade alheia, nunca poderá saber o que realmente aquele texto significa para seu autor. Existe nas entrelinhas um mundo de outras lembranças em suspenso e somente o autor tem a chave para a sua plena compreensão. Para tentar penetrar nesse universo estritamente particular, é preciso ir além do texto e observar o que está implícito: descontinuidades, continuidades, repetição de temas e silêncios. Assim, embora fragmentada e descontinuada, a escrita do diário é também repetitiva e regular, em especial no que diz respeito às entradas e aos temas. A data, o tipo de cabeçalho, eventualmente o lugar e, por vezes, também as divisões temáticas compõem os modelos de entrada que anunciam o que será registrado. Acompanhando a ordem cronológica, as entradas têm, portanto, a intenção de encadear as descontinuidades do diário conferindo-lhe continuidade. Ordenados em série, os temas fragmentados e repetitivos ganham unidade e dão forma ao diário. É o que Lejeune (2008:297) classifica como “obsessões temáticas”, que reforçadas pela regularidade dos modelos de entradas, diferenciam o diário de todos os outros textos autobiográficos, em certa medida. Considerando essas peculiaridades, é inútil tentar definir qualquer tipo de abordagem que ignore esses dois elementos estruturais do diário: o tempo e os temas. Sendo assim, pretendo estabelecer uma estratégia de análise que ultrapasse à linearidade temporal e procure conjugar tais elementos, na tentativa de historiar os usos do diário ao longo dos processos de conversão pelos quais passou. Para isso, destacarei quatro finalidades – embora, evidentemente, possam existir outras, uma vez que é possível que um diário atenda a várias delas simultaneamente –, que se podem atribuir ao diário do major: para fins terapêuticos; para fixar/guardar o tempo; para servir como instrumento de resistência; e para se refugiar do medo, da dor, da saudade etc.

A estratégia de análise do diário, somada ao trabalho de crítica das entrevistas – com base na metodologia de História Oral – possibilitará evidenciar como o tempo adquire ritmos e significados que se alteram em função da dinâmica diacrônica/sincrônica inerente à tarefa da rememoração. O cruzamento dessas fontes, o diário e as entrevistas, permitirá investigar de

que maneira, através do processo de reconstrução das suas memórias, o major seleciona no passado elementos que fundamentam e reforçam os sentimentos de pertencimento ao grupo do qual participou, quando combatente, e participa atualmente, como veterano. A preservação de uma memória comum é fundamental para manter a coesão do grupo, mas é também a origem de sua transformação, na medida em que as referências e interpretações do passado variam em função do tempo, do espaço e das trajetórias de vida dos membros daquele coletivo, o que possibilita a construção de memórias plurais e complementares sobre as experiências da guerra. O esforço em manter a identidade do grupo através de suas memórias deve se concentrar em impedir que mudanças profundas – como as transformações pelas quais vêm passando a *Casa da FEB*, além da morte de seus membros – provoquem tensões que acabem por desintegrar essa unidade, inviabilizando sua existência como coletivo. Assim, a função primordial do registro das memórias daqueles que participaram da guerra seria, fundamentalmente, a de preservar a identidade desse grupo, reafirmando aquilo que ele constitui em comum. Em verdade, isso significa criar um quadro de referências para que essa coesão se concretize, ou seja, *enquadrar* a memória do grupo (POLLAK, 1989). Um trabalho que busca, na história compartilhada pelos seus membros, referências que podem ser combinadas e reinterpretadas em função do presente e que, portanto, é uma atividade em constante mudança.

Nesse contexto de mudanças, o papel do *guardião da memória* se torna essencial para a manutenção da identidade do grupo (BARROS, 1989). Ele é ponto de referência na memória construída pelo grupo e, por isso, ocupa uma posição de “narrador privilegiado” da história da qual participou e sobre a qual está autorizado a falar (GOMES, 1996). Ao que tudo indica, com a desmobilização das tropas da FEB, o major assumiu entre o seu grupo essa função. A posição de centralidade que adquiriu entre os membros da *Casa da FEB*, sendo apontado por eles como a “pessoa mais indicada” para falar sobre a experiência da guerra, e o fato de ser um “coleccionador” de objetos que guardam aquela memória – dentre os quais merece destaque seu diário –, podem ser indícios disso. Enquanto “objeto de memória”, o diário simboliza a materialização da própria identidade do grupo além, evidentemente, da do próprio major, o que lhe confere extrema importância.<sup>282</sup> Seu maior trunfo não se resume simplesmente à perpetuação dessa memória, mas em especial aos múltiplos e renováveis usos

---

<sup>282</sup> A posição de guardião da memória – de seu pai, Getúlio Vargas, e de sua família – assumida por Alzira Vargas do Amaral Peixoto e seu papel de destaque na preservação da memória nacional foram questões discutidas por Ângela de Castro Gomes no artigo citado na nota anterior.

que podem se fazer dela. O diário, como objeto de memória, possui um inegável potencial evocativo. No entanto, para que esse potencial se converta em força transformadora é necessário que ocorra um deslocamento que transcenda às supostas limitações impostas por “um” passado e garanta sua representação nos presentes que se sucedem. É fundamental, portanto, considerar as formas como o diário é apropriado e difundido pelo major e pelo grupo ao qual pertence, com o intuito de conferir-lhe significados ao longo do tempo. O diálogo com os vários presentes, é capaz de mobilizar discursos que ampliam as possibilidades cognitivas e simbólicas de usos do passado. Assim, se a comunicação que pode estabelecer com vários presentes habilita o “uso a posteriori” do diário, o que se pode dizer dos “usos imediatos” que esse tipo de escrita pode viabilizar?

### **7.1 O diário como catarse**

Talvez seja esse o primeiro e mais imediato tipo de uso que se pode fazer da escrita de um diário, sobretudo, de um diário de guerra. A prática diarística é, em muitos casos, uma atividade de crise. Escrever para expurgar: uma dor, uma perda, um trauma. Não é por acaso que a produção de textos é uma recomendação tão recorrente na terapia psicanalítica como descarga de emoções. O objetivo principal desse método é registrar situações ou experiências que causam algum tipo de desconforto para liberá-las por meio da escrita. Desabafar tendo o papel como confidente, da mesma forma que se faz com um amigo ou terapeuta, com o intuito de livrar-se dos sentimentos angustiantes. A princípio esse impulso pode estar relacionado à ideia de conservar mas, muitas vezes, está mais próximo do ímpeto de destruir. Pôr “para fora”, no papel, significa, de alguma maneira, separar-se daquilo que aflige. Nesse caso, a finalidade não é tanto recordar, mas esquecer. Como uma etapa seguinte desse processo de purificação pode-se chegar até mesmo a destruir o suporte que lembra o que deve/precisa ser esquecido. Em suas pesquisas com diários, Lejeune conta que ficou muito surpreso ao se deparar com pessoas que regularmente destruíam seus registros e continuavam a escrever. Essa prática obedece ao que ele chamou de “lógica da muda”: “Deixamos nossas peles velhas para trás. Livramo-nos delas para renascer! Como Fênix!” (LEJEUNE, 2008:276)

A intenção da catarse pode também estar relacionada à necessidade de escrever para enfrentar uma provação. A guerra é uma dessas circunstâncias extremas em que a resistência,

física e emocional, é testada vigorosamente até a exaustão. Um dos casos mais conhecidos desse tipo de registro é o, já citado, *Diário de Anne Frank*. Exemplo de determinação e coragem, é no ato da escrita que a adolescente se constrói e encontra forças para resistir a seu triste destino. As cadernetas de Sartre, escritas entre 1939 e 1940, são outra mostra disso. A escrita foi o caminho encontrado para superar a convocação que transformou o intelectual em soldado. Em se tratando de um homem de letras, é de se esperar que o gosto pela escrita tenha sido parte determinante nesse processo, assim como aconteceu com o major Ruy. Evidentemente, numa dimensão mais modesta, porém não menos significativa, a formação do major – os seis anos como seminarista e o magistério – foi, do mesmo modo, uma variável fundamental na sua prática diarística, influenciando não apenas a morfologia da narrativa, mas seu conteúdo.

Depois da guerra, embora não tenha voltado a escrever diários, produziu vários textos para os *Boletins Informativos da Associação Nacional de Veteranos da FEB* e publicou, em 2010, com auxílio da ANVFEB/JF, mais outros dois livros sobre a campanha na Itália: *Meu pelotão e eu* e *Vivências de guerra e paz*, ambos baseados nos registros do diário. O primeiro reúne fotografias pessoais e do Pelotão de Petrechos Pesados, da 4ª Cia do II Batalhão do 11º RI, comandado pelo major durante a guerra. Tais fotos ilustram as histórias que são contadas no segundo livro. Aos 96 anos, lúcido e disposto a falar, o major continuava sendo uma referência entre o grupo de veteranos. Dono de uma memória invejável e ótimo narrador, era invariavelmente convidado a contar sua experiência na guerra em solenidades que comemoravam a FEB, tanto no Brasil, quanto na Itália, onde esteve por duas vezes representando a ANVFEB.<sup>283</sup>

Assim como Anne Frank, Sartre e tantos outros desconhecidos, o major encontrou no diário uma estratégia para sobreviver à guerra. A convocação que mudou drasticamente sua vida, converteu, num curto espaço de tempo, um homem estudado e pacato, num combatente em país estrangeiro. As mudanças que, não foram poucas, ficaram registradas em várias passagens do diário.

31 de dezembro de 1944, domingo

Último dia do ano e que ano! ... Cheio de provações para mim, pois minha vida que era mansa e pacífica, risonha e franca, de repente levou uma reviravolta que, quando tornei a me encontrar, já estava aqui, a milhares de quilômetros de minha casa, de meus parentes e de minha pátria, e o que é

---

<sup>283</sup> Pela primeira vez 1999 e, posteriormente, em 2001.



pior, metido numa encrenca dos diabos, tendo até que matar para não morrer ... Logo eu, que pretendia ser um pregador da paz e do amor ao próximo. De qualquer forma, dou graças a Deus que me conserva com vida e saúde, pelo menos até este momento (...). Penso nos meus filhos e na minha querida morta (FONSECA, 2002: 111):

A guerra feria sua natureza pacífica, seus princípios religiosos e era ao diário que o major recorria para desabafar e colocar os pensamentos em ordem. Sempre muito resignado, procurava conforto espiritual na sua fé inabalável, aceitando o que lhe acontecia como um desígnio de Deus. Na realidade, sua situação impunha o enfrentamento de uma provação em dose dupla. A pulsão catártica pela morte da esposa se mistura à da guerra, como se vivesse intensamente uma dor para curar a outra. A esposa morta, os filhos e a mãe são constantemente citados em diversas ocasiões, mas sempre relacionados aos mesmos sentimentos: a saudade e a preocupação com o futuro. Algumas vezes, as lembranças aparecem nos momentos em que o major se sente ameaçado ou com a vida em risco, o que pode acontecer tanto nos combates no *front*, como em outros episódios mais corriqueiros, como na passagem abaixo, quando o jipe em que o major estava desgovernou e capotou, descendo um barranco que margeava a estrada Lucca-Pisa. Depois de constatar que ele e o cabo que dirigia o jipe estavam bem, registrou:

29 de novembro de 1944, quarta-feira  
(...) Só então ocorreu-me a enormidade do perigo que passamos. Tanto sofrimento para ter um fim tão inglório? Voltei o pensamento para Deus e repeti a oração que aprendi no seminário, para dar-Lhe graças: “*Agimos tibi gratias, omnipotens Deus...*” Boa noite, meus queridos meninos, e obrigado, meu Deus, por ter-me poupado para eles, que já não têm a mãezinha (FONSECA, 2002: 91).

Também nos momentos reflexivos, em geral quando o major se recolhia em seu “canto” para dormir, as memórias de casa e do Brasil afloravam mais intensamente.

26 de novembro de 1944, domingo  
(...) Meu pensamento me escapa e me transporta para o Brasil, a pátria que só agora sei como amo. Recordo-me dos dias felizes que lá passei com minha querida morta e meus queridinhos Paulo e Celso ... Recuo mais no passado e vejo meus pais e meu irmão, bem como todos os percalços que enfrentei, e venci, para abrir meu caminho e achar um lugar ao sol ... E eis o que conquistei: sou um candidato a carne para canhão! (FONSECA, 2002:87)

A proximidade com a população italiana é outro tema sempre recorrente. Se na retaguarda, as emoções ficam por contas das “tochas”, escapadas com ou sem permissão para passeios turísticos ou para *cercare signorine*, no *front* elas estão intimamente relacionadas à possibilidade de desfrutar do convívio familiar que supria, em alguma medida, a carência de casa. Por diversas vezes, o major registrou em seu diário as refeições que puderam, com satisfação, partilhar com as famílias italianas nas residências que serviram de abrigo para o seu pelotão. Em San Salvatore de Monferrato, alojado na casa da *signora* Irma, o major conta como os homens do pelotão rapidamente fizeram amizade com os moradores tornando as manhãs mais “alegres e descontraídas” com “todos à mesa do café, servido pela *signora* Irma (à nossa custa, é claro!), como qualquer boa mãe de família do Brasil. Essa reunião matinal faz bem a todos nós: é a família” (FONSECA, 2002: 193). Em Granaglione, almoçou com a família que hospedava seus homens, “gente humilde e camponesa” que preparava, com os ingredientes providos pelos soldados “– farinha, pó de ovos, margarina, óleo etc. – pratos deliciosos como os *gnocchi*” (FONSECA, 2002:111) que saboreou com um bom bocado de vinho. Na véspera do Natal de 1944, em *Case di Cordetta*, o major anotou: “Tomei as providências para que a nossa noite de hoje fosse a melhor possível” (FONSECA, 2002:109) (*Figura 1*). Em casa da *signora* Beatrice, esposa do sr. Gerardi, “nosso hospedeiro *per forse*”, foi preparada a ceia com vinho, maçãs, castanhas e uma torta feita pela matriarca. Também teve neve e “até um pinheirinho verdadeiro”, além das encomendas que o major recebeu de sua mãe – “goiabada, doce de leite e doce de batata doce” – e que vieram “reforçar a ceia natalina”. As celebrações religiosas não ficaram de fora da cerimônia, e o major, revivendo suas práticas como seminarista, conduziu o grupo.

24 de dezembro de 1944, domingo

(...) Rezamos o terço de Nossa Senhora, puxado pelo Sargento Vianna e eu, como nos tempos do seminário, recitei o “*Adeste fideles*”, explicando o significado aos homens, que, emocionados, mas alegres, confraternizaram, trocando entre si votos de Feliz Natal e Boas Festas, como numa grande família, presidida pelo sr. Gerardo e *signora* Beatrice, com os dois filhos pequeninos ao redor. Bela noite! Que Deus nos proteja, como até agora (FONSECA, 2002:109).

Dividir a mesa com as famílias italianas trazia as boas lembranças de seus próprios lares e o conforto, físico e emocional, dos quais os homens se encontravam privados naquelas circunstâncias. Para os italianos que passavam igualmente pelas privações que acompanham

as guerras, era uma possibilidade de ter uma refeição mais consistente, muitas vezes as únicas que faziam depois de um longo período de escassez. Era, na verdade, uma reunião de “miseráveis”, carentes cada qual ao seu modo, que buscavam no outro o consolo de que precisavam para seguir em frente. No diário, o major sempre enfatiza, consternado, a miséria dos italianos, realidade que pode constatar tão logo aportou em Nápoles quando os soldados, ainda dentro do navio, foram “saúdados” pelos italianos de maneira pouco usual: “*Brasiliani, sigaretta, cioccolato, cioccolato!*”

6 de outubro de 1944, sexta-feira

Pelos “cumprimentos” podíamos avaliar os males causados pela longa guerra que esse povo enfrentou; velhos, mulheres e crianças misturavam-se no afã de pedir e recolher o que lhes jogávamos do navio (...). Pobre povo italiano! Penso então nos meus entes queridos que estão no Brasil e dou graças a Deus por termos nascido e vivido lá (FONSECA, 2002:46).

Em outro momento, relata que o acampamento em San Rossore, primeiro lugar onde as tropas brasileiras estacionaram após o desembarque na Itália, amanheceu invadido por um “verdadeiro batalhão de mulheres e crianças” (FONSECA, 2002:52) pedindo roupa para lavar em troca de algum dinheiro ou alimento, serviço que, aliás, como pude constatar em diversas passagens do diário, tornou-se habitual para os soldados. Ao sair do acampamento em direção à cidade de Pisa, o major pode ver pela primeira vez em solo italiano os estragos causados pelos bombardeios que ocorreram na região. A destruição não o impediu de aproveitar a oportunidade para conhecer, como fez em vários outros momentos durante a guerra, monumentos históricos e locais que nunca imaginou que poderia visitar. Foi à catedral e viu de perto o “célebre candelabro, responsável pela ‘lei do pêndulo’ de Galileu”; encantou-se com o Duomo e o Batistério; e, como não podia deixar de ser, subiu até o topo da Torre de Pisa – que se encontrava escorada em sua base por sacos de areia, parecendo ter sido atingida por estilhaços de granadas – “onde se descortina uma belíssima vista de grande parte do vale do Rio Arno, bem como dos Apeninos” (FONSECA, 2002:52). O interesse em visitar lugares que só conhecia pelos livros, revela um aspecto marcante da personalidade do major, que se destaca em seus relatos: a ânsia em aprender qualquer que seja a circunstância imposta. A constatação fica ainda mais evidente quando, às vésperas do embarque para o Brasil, faz um balanço dos seus dias na Itália.

Agosto/setembro de 1945

Possivelmente, nunca mais retornarei aqui, onde o destino me arremessou, pela vontade de Deus, e se em algum momento me lastimei da sorte ingrata que me fez conhecer os horrores da guerra, hoje me penitencio humildemente e agradeço a Deus não somente por ter sobrevivido, mas também por ter podido desfrutar da oportunidade de ver e sentir momentos tão gratificantes e inatingíveis pelo engenho, arte e posses de um modesto jovem de minha geração (FONSECA, 2002:222).

Apesar de ter se tornado uma constante para o major, a destruição e pobreza com que se deparou logo na chegada à Itália não foi banalizada, despertando sempre, pelos lugares em que passou, sentimentos de compaixão e pesar. Em viagem a Florença para uma licença de quatro dias, depois de intensa atividade no *front* de La Torracchia, mais uma vez o quadro de penúria imposto aos italianos pela guerra se manifesta. Procurando um pouco de distração se dirigiu com capitão Américo Moraes, seu companheiro nessa licença, a matinê do *Music-box*. Era um centro de diversões para os oficiais e soldados aliados, instalado na cantina da Cruz Vermelha, onde o major já havia estado numa outra oportunidade em que visitou rapidamente a cidade.<sup>284</sup> Lá havia “boa música para ouvir e dançar e muitas *signorinas* também”. Fez amizade com duas italianas, Ana Maria e Inês, das inúmeras que circulavam pelo salão e conversou animadamente por longo tempo. De acordo com o que contaram, as moças que frequentavam o local eram selecionadas e recebiam um cartão de identidade e um passe que lhes garantia a entrada. Não recebiam nenhum tipo de remuneração, “mas podiam se servir da cantina para compras, além de poderem usar o restaurante se convidadas por militares” (FONSECA, 2002:167). O episódio denuncia a precariedade das condições em que se encontrava a população local e ao que, muitas vezes, tiveram que se sujeitar para sobreviver no cenário de guerra.

No dia seguinte à matinê no *Music-box*, o major marcou um encontro com Inês. O programa era o mesmo que já havia feito com outras moças italianas que conhecera na retaguarda e que, ainda voltaria a fazer, com mais algumas que conheceria em futuras oportunidades: foram ao cinema e dançaram no *Music-box*. O sugestivo título do filme, *Con la maschera nel cuore*, rendeu alguns comentários sobre o estado emocional do major que, apesar da aparente euforia, não era dos mais alegres.

---

<sup>284</sup> Aproveitando que estava de folga aceitou o convite do cabo cozinheiro do Exército norte-americano, chefe da cozinha do acampamento em San Rossore, para visitar Florença, onde teria de ir a serviço. O cabo, um canadense com o qual se comunicava em francês, tinha a sua disposição um jipe e, juntamente com eles, foram outros dois tenentes brasileiros amigos do major (FONSECA, 2002:55).

10 de abril de 1945, terça-feira

(...) É ... título bem apropriado para mim. Estou mesmo me escondendo atrás de uma aparência romântica, quando apenas sinto amargura e uma revolta não vencida. Mas deixa pra lá! Cinema com uma garota bonita é curativo para qualquer ferida, material ou espiritual (FONSECA, 2002:169).

Depois, foram jantar no Hotel Brasileiro e, novamente, aparece no diário a referência à miséria italiana. A fartura de comida “deslumbrou” sua convidada que, muito embora, tentasse disfarçar servia-se repetidas vezes, apreciando os pratos com prazer. “Era mesmo fome: fome acumulada de muitos dias ou anos, sei lá ... *Vae victis* – Ai dos vencidos! – cabe bem aqui” (FONSECA, 2002:169) Para as mulheres, em especial, o sexo era a moeda de troca. Não foram poucas as vezes que ouvi, nas entrevistas durante o mestrado (RIBEIRO, 1999:171), relatos sobre mulheres, entre elas muitas ainda meninas, que ofereciam aos soldados o próprio corpo em troca do que comer. No acampamento em Filetolle, o major relata que os homens tiveram muito trabalho para impedir a entrada de mulheres e crianças necessitadas em busca de qualquer coisa que “pudessem carregar”, especialmente, as “*signorinas* que desejavam *far l'amore* com *gli brasiliani che sonno tutti buona gente...*” (FONSECA, 2002:86). Diga-se de passagem, os prazeres da carne desfrutados em solo italiano parecem ter dado muito trabalho aos enfermeiros do *Pró-Station*, como eram chamados os postos antivenéreos espalhados pelas cidades e cujo tratamento de acordo com o major “espanta os maiores 'ganhões' do mundo” (FONSECA, 2002:62). Como pode comprovar por experiência própria, depois de visitar a casa da *signora* Monteleone, “onde , por 1.500 libras, moças e senhoras habilitadas dedicavam-se à mais antiga das profissões femininas” (FONSECA, 2002:169), o destino era, inevitavelmente, o *Pró-Station* para, entre outros constrangedores procedimentos profiláticos, engolir na presença do enfermeiro norte-americano oito comprimidos de sulfa “do tamanho de um tostão, com a espessura de dois (...) que não desciam na garganta nem com café quente” (FONSECA, 2002:63).

De pão a maços de cigarros, por onde passaram os soldados esbarraram em italianos pedindo coisas. Até as “guimbas” de cigarro que jogavam fora eram “imediatamente recolhidas por velhos e crianças que, ou prosseguem fumando-as até o fim, ou guardam-nas em sacolas para (...) desmanchá-las e juntar o fumo e utilizá-lo em cachimbos ou fazerem novos cigarros” (FONSECA, 2002:52). Os cigarros eram, aliás, artigo bastante disputado em tempos de guerra. Utilizados como moeda no pagamento da lavagem das roupas realizada pelas italianas (FONSECA, 2002:52), para dar de presente em retribuição a um favor

(FONSECA, 2002:61), para *cercare signorine* (FONSECA, 2002:59), ou, até mesmo, para o caso de uma “emergência” (FONSECA, 2002:149) como fazia o major que andava sempre prevenido levando consigo alguns maços. Algumas vezes, por não fumar, os maços de *Old Golds* do major tinham um destino menos nobre: serviam de “sobremesa” para o Pancho (FONSECA, 2002:162), o carneirinho que fazia as vezes de mascote do pelotão e era popular entre a criançada. Em passeio pela cidade de Lissano, o mascote chama atenção das crianças e o major se diz gratificado por poder proporcionar “um momento de suave descontração para a sofrida infância desta maltratada Itália. Penso nessas crianças como se fossem meus alunos. É o gratificante exercício do magistério que revive em mim!” (FONSECA, 2002:166)

Os *caramelle* e *biscotti* que o major carregava nos bolsos faziam tanto ou mais sucesso, entre as crianças do que o Pancho. A presença das crianças sempre remetia aos filhos deixados no Brasil, fazendo vir à tona uma enxurrada de lembranças e incertezas. Abrigado com seu pelotão na casa do pequeno Giulio, em Granaglione, registrou no diário:

30 de novembro de 1944, quinta-feira

(...) À noite o menino chora e esse choro me transporta; me transporta para muito longe ... para um passado – nem tanto – quando meus filhinhos também choravam e eram acalentados pela minha querida morta ... Parece que volto à minha casa e à minha vida. Reajo e fico pensando: se eu voltar, como poderei reconstruir a minha vida, o meu lar? E se eu ficar por aqui, vítima dessa luta que, como brasileiro e cidadão do mundo, sou obrigado a enfrentar? Sou um homem religioso e tenho fé. A confiança na Providência Divina está arraigada no meu ser desde menino, infundida primeiro por minha mãe e depois pela formação religiosa no seminário. Por isso, repito as palavras do salmo: “O Senhor é meu pastor e nada me faltará” (FONSECA, 2002:93).

Em outra passagem, ainda em Granaglione, é Giggino – “um cidadão de três anos de idade, a mesma do meu filho Celso, que fala pelos cotovelos” – que traz a lembrança dos filhos. Feliz, o major conta como conquistou o menino: “Comprei-o com uns *caramelle* e ele vive atrás de mim. Não me larga. Eu gosto e faço-o falar, pois ouvindo-o mato as saudades de meus queridinhos” (FONSECA, 2002:94). Muitos *caramelle* e *biscotti* depois, foi a vez de Franquito. A história se repete e o major anota em seu diário: “o gurizinho (...) chega ao cúmulo de dormir no meu colo – também, com tantos biscoitos que lhe dou!” (FONSECA, 2002:113). Num misto de tristeza e alegria, conta que Franquito quando o vê, abraça seus joelhos e começa: “*Biscotti, biscotti per me! Da mi biscotti!* – Pobre criança! Fico comovido porque lembro dos meus queridos Paulo e Celso” (FONSECA, 2002:117). Mas não são

apenas experiências na Itália que trazem lembranças da família, muitas vezes seu pensamento o “transporta” para o Brasil. O registro de datas familiares importantes – além do carnaval, da Páscoa, das festas de Natal e Ano Novo e dos dias comemorativos em homenagens aos santos, como São José<sup>285</sup>, padroeiro do seminário onde estudou – são mostras disso.

8 de outubro de 1944, domingo

Aniversário de meu filho Paulinho, completa hoje cinco anos e não tem os pais ao seu lado. A mãe, minha morta querida, já não pode assisti-lo, e eu, aqui, com o destino incerto e não sabido. Somente poderei rezar e pedir a Deus que o abençoe e guie seus passos no caminho do bem e da felicidade; envio-lhe com todo carinho e força do pensamento a minha benção: Deus te abençoe, meu filho muito querido! Escrevi cartas à família e, para o aniversariante, desenhei em quadrinhos uma história da viagem que acabo de fazer (FONSECA, 2002:46).

As datas de aniversário da mãe, dele próprio e do filho mais novo, Celso, também são mencionadas bem como, a da morte da esposa. Em homenagem à mãe pede ao amigo Frei Orlando que inclua seu nome na missa do dia e como quem manda um cartão de felicitações, escreve: “Parabéns para você, mãe querida, que Deus te conserve como sempre foste: lutadora, decidida, amiga e saudável, para que eu possa abraçar você quando eu voltar, se voltar” (FONSECA, 2002:80). O próprio aniversário “comemorado” em uma casamata, antes ocupada pelos alemães, no Monte La Torracchia, é novamente, como tantas outras vezes, motivo de reflexão.

12 de março de 1945, segunda-feira

(...) num rápido exame de consciência chego à conclusão de que, semelhante à parábola dos “talentos” do Evangelho, não serei aquele que multiplicou o que recebeu pelo dobro. Não. Mas também não sou aquele que enterrou o talento para devolvê-lo intacto. Estudei, cresci, fiz-me homem – talvez até de “bem” – e, já estou me encaminhando para me tornar um “senhor”. Trinta anos, com todos os defeitos e algumas qualidades dos jovens do meu tempo, de minha geração. Dada minha situação particular, oficial convocado, viúvo, dois filhos pequenos, certamente terei que tomar algumas decisões definitivas, caso consiga escapar com vida e saúde desta empreitada em que estou metido. Não poderia deixar de elevar meu pensamento a Deus, para agradecer-Lhe por tudo o que me tem concedido, mais pela Sua infinita bondade do que pelo meu esforço ou merecimento. Obrigado, Senhor (FONSECA, 2002:150).

A sopa do dia foi especial em sua homenagem. Enriquecida com batatas desenterradas

---

<sup>285</sup> Comemorado dia 19 de março.

em um campo cultivado próximo ao local em que se encontravam e acompanhada por uma garrafa de vinho que não sabe de onde veio: “(...) assim passei o meu natalício. Penso nos meus filhos: que eles estejam bem!” (FONSECA, 2002:150). O aniversário de um ano de morte da esposa, em 2 de maio de 1945, é mais um daqueles momentos em que o major busca na fé, o conforto e a paz de espírito de que precisa para seguir em frente. É nessa passagem que, pela primeira vez<sup>286</sup>, menciona o nome da esposa e a perda do terceiro filho do casal. Resignado de seu destino, limita-se a anotar:

2 de maio de 1945, quarta-feira

Faz hoje um ano que minha mulher faleceu, levando com ela a criaturinha que seria nosso terceiro filho. Desde então tenho vivido experiências nunca sonhadas por um pacato cidadão suburbano. Fui à missa em intenção à minha morta querida e tratei de dar expansão à minha amargura e à minha dor, naquele templo, cercado pelas habituais madrugadoras das missas que nós, com a irreverente liberdade da mocidade, chamamos de “velhas beatas”, e saí convencido de que ela, a minha Bertina, há de estar naquela mansão dos espíritos (...) (FONSECA, 2002:194).

Mais de dois meses depois, já terminada a guerra, o registro do aniversário de Celso, em 29 de julho de 1945, adquire outro tom, bem diferente dos natalícios lembrados até o momento. As dúvidas quanto à sobrevivência na guerra se dissiparam – afinal, ele estava vivo! – e as saudades de casa aumentavam com a proximidade do embarque para o Brasil. Ao menino que completava, então, quatro anos, o pai envia desenhos – era um hábito do major comunicar-se com os filhos, que ainda não sabiam ler, por desenhos<sup>287</sup> – e um cartão assegurando-lhe que logo estaria junto dele outra vez (FONSECA, 2002:218).

Mais do que revelar aspectos da personalidade do major – entre outros, o modo como encara os percalços da vida, o apreço pela família e sua religiosidade –, a breve cronologia observada, é, especialmente, interessante porque nos permite notar como o ânimo e o teor dos registros variam em função do curso da guerra. Se ao chegar na Itália, a vida se mostrava sombria e sem perspectiva, com o fim da guerra crescem as esperanças num futuro melhor. É como se a experiência da guerra, “materializada” pela escrita do diário, fosse em si um ato catártico que, ao mesmo tempo, expurga as dores e renova o espírito para outra jornada, antevista com incerteza e esperança, ao mesmo tempo. São as provações da guerra, impostas à mente e ao corpo, que proporcionam ao major esse sentimento de renovação. Paradoxalmente,

---

<sup>286</sup> Refiro-me aqui à segunda e terceira versão do diário, uma vez que, como já mencionado, não tive acesso aos originais.

<sup>287</sup> A correspondência do major será objeto de uma análise mais detalhada no próximo item deste capítulo.



é a exposição ao perigo iminente no *front* que o fortalece. Sobreviver à guerra assegura, então, mesmo que fugaz e transitoriamente, a ideia de que pode ser capaz de refazer sua vida. Escrito pouco antes do desembarque no Rio de Janeiro, o último registro no diário é emblemático nesse sentido, apesar das recorrentes dúvidas quanto a seu destino, em especial no que dizia respeito a permanecer no Exército ou retornar à vida civil. O major se dizia preparado, naquele momento, para o que tivesse de enfrentar: “(...) fico imaginando o que se sucederá de agora para frente. (...) Revisto-me de muita esperança e de muita energia para enfrentar o futuro que me aguarda. Será uma nova guerra e já estou preparado para ela” (FONSECA, 2002:230).

No entanto, ainda que *a posteriori* o saldo seja positivo, não é possível minimizar a carga traumática dos combates. Às vésperas do ataque à Castelnuovo, o major registra no diário impressões sobre o ânimo do pelotão: “noto uma inusitada alegria que trai o medo controlado. Ninguém quer parecer medroso, nem eu. (...) Que Deus nos ajude, principalmente a mim” (FONSECA, 2002:141). O medo tinha fundamento. Castelnuovo, assim como Monte Castello e Montese, foi uma das batalhas mais importantes enfrentadas pela FEB na campanha da Itália. Era uma posição particularmente difícil de ser ocupada em função das características do terreno acidentado dos Apeninos, como o major e seus homens puderam constatar nos dias que se seguiram. A operação de ataque e ocupação foi iniciada em 5 de março de 1945. Assim que começaram a subir a encosta, sob o comando do capitão Motta, os brasileiros foram hostilizados com “sistemáticos bombardeios” e “terríveis rajadas” das Lurdinhas<sup>288</sup>. Sobre o episódio, o major fez as seguintes notas:

(...) A luta entre a vontade de progredir e a de deixar-se ficar deitado de bruços, enterrado nas crateras, era incontrolável! Somente um esforço muito grande ou um medo maior de permanecer ali, despedaçados, nos impelia para a frente e para cima. (...) Durante seis horas andei, corri, caí, levantei, deitei, rastejei, gritei, rangi os dentes, ri e chorei, até que, já misturados com o pelotão do tenente Bezerra, conseguimos, exaustos, atingir e ocupar C. Bonzone, a leste de Castelnuovo, ao escurecer (FONSECA, 2002:144).

Mas essa não foi a estreia do major no *front*. Meses antes, por dezessete dias – entre 5 e 22 de dezembro de 1944 –, seu pelotão ocupou a “malfadada” posição de Case di Guanella, um casario em forma de “U”, localizado no topo de uma elevação da ordem de 750 metros, frontal ao Monte Castello e, por isso, exposta a tiros diretos dos canhões de 88mm dos

---

<sup>288</sup> Apelido dado pelos soldados brasileiros às metralhadoras utilizadas pelo Exército Alemão.

alemães.<sup>289</sup> Guarnecendo uma das posições mais avançadas ocupadas pelos brasileiros, com os alemães a pouco mais de quinhentos metros, o major foi tomado por profunda tensão. A primeira noite, rememorada como a pior desde que sua esposa faleceu, foi marcada por “estampidos e rajadas longínquas” que o impediram de dormir. A orientação era “manter a posição a todo custo” e, constantemente, o comando ordenava missões de reconhecimento do terreno que expunham os pelotões, causando indignação entre os soldados. O próprio major, insatisfeito com a situação, faz críticas ao comando.

10 de dezembro de 1944, segunda-feira

(...) Deus me perdoe, mas tenho que desabafar: não entendo a droga desses reconhecimentos ... estamos aqui há cinco dias, frente à frente com os alemães, ouvindo-lhes as vozes, os ruídos e recebendo diariamente uma boa dose de granadas, de morteiros, de canhão 88mm e de artilharia. Exagerando um pouco, podemos dizer que quase ouvimos suas respirações. De tudo fazemos (sic) cientes os escalões superiores interessados, e acham pouco ... Mandam-nos cutucar a fera no seu covil ... É braba a coisa, mas somos soldados e temos que ir lá ... (FONSECA, 2002:103).

Apesar das reclamações conforma-se, como de hábito, com o que julga ser uma arbitrariedade e se consola lembrando do ditado repetido por sua mãe quando encontrava dificuldade em fazer algo que lhe era ordenado: “O rei manda marchar; não manda chover ...” (FONSECA, 2002:103). Naquela mesma noite, o pelotão do tenente Montanha foi escalado para um novo reconhecimento. Resultado da operação: um morto e sete feridos. E como as ordens do “rei” não cessaram, no dia seguinte o pelotão do major foi designado a apoiar, “com os fogos que fossem necessários”, o ataque do 1º RI ao Monte Castello. A ofensiva, marcada para a manhã do dia 12 de dezembro de 1944, era a terceira da FEB na região. As duas primeiras, respectivamente, em 24 e 29 novembro de 1944, não obtiveram sucesso, dentre outros motivos, por conta de falhas estratégicas e das severas condições do inverno europeu. A operação foi marcada por um violento contra-ataque dos alemães que resultou na morte de dezenas de soldados e mais de uma centena de baixas entre os brasileiros.<sup>290</sup>

(...) às sete horas, já havia naquela manhã friorenta um pandemônio dos infernos. Os tedescos desencadearam sobre eles, e consequentemente sobre nós, tremendo bombardeio. Por sua vez, a nossa Artilharia também atirava em toda a frente. O fogo cruzado sobre nossas cabeças era desesperador, e pegando as sobras tivemos dois mortos. O pelotão que cruzara minhas

<sup>289</sup> A descrição detalhada do local é feita pelo próprio major em seu diário (FONSECA, 2002:99).

<sup>290</sup> De acordo com os dados divulgados pela ANVFEB, seção RJ.

posições pela manhã, lançando-se ao ataque, regressou pela tarde, com apenas sete homens e o tenente comandante (FONSECA, 2002:105).

Com a notícia do fracasso da operação, veio também a ordem de reforçar os postos para o caso de uma nova ofensiva alemã que não tardou a chegar. Durante toda a noite e o dia seguinte, os pelotões que ocupavam a Case di Guanella foram “martelados pelos morteiros e canhões do inimigo” em intervalos regulares que variavam entre 15 e 30 minutos. Atordoados com o estrondo das explosões que “doem nos ouvidos e (...) fazem tremer até a raiz dos cabelos”, os homens se colocam em alerta máximo. A cada explosão, olham em volta, conferindo se alguém foi morto ou ferido, ao que o major comenta: “Nesta hora nos sentimos tão pequeninos que só nos resta recorrer à Sua Santa Proteção. *'Libera nos Domine et miserere nobis!'*” (FONSECA, 2002:105). Alguns meses mais tarde, precisamente no dia 10 de março de 1945, em deslocamento até Monte La Torraccia, se emociona ao reconhecer em meio às ruínas, já bastante deterioradas, o casario em Guanella di Bombiana. Relembra os momentos de desespero que viveu ali – onde “verdadeiramente” se sentiu “morto a cada estrondo” e “sufocado no meio da poeira levantada pelos destroços das paredes que tombaram” – e, como tantas outras vezes, agradece a Deus por ter sobrevivido: “Guanella di Bombina, qual uma primeira namorada, você não será esquecida; nunca mais! Somente Deus nos tiraria vivos de lá ... e Ele o fez! Obrigado, Senhor” (FONSECA, 2002:148). A tomada de Monte Castello pelas tropas aliadas, somente viria a acontecer em 20 de fevereiro de 1945. O major e seus homens encontravam-se, então, em Bella Vista – à direita do alvo – entocados e “em condições de emprego a qualquer momento”. A notícia do sucesso da operação chegou no início da noite do dia seguinte. Não tendo sido chamado a tomar parte no ataque, manteve-se com seu pelotão em Bella Vista que, naquele momento, encontrava-se, assim como outras regiões vizinhas, sob violento bombardeiro desencadeado pelos alemães em resposta à ofensiva de Monte Castello.

Em Montese, mais uma vez o major passou por momentos de tensão ao ser designado para conduzir uma das patrulhas de reconhecimento. À frente de um grupo formado por doze homens, viu-se sozinho pela primeira vez, sem nenhum outro oficial, tendo que contar apenas com a própria “competência e decisão”. Angustiado pelo peso da responsabilidade, procura acalmar-se e pondera tendo o diário como interlocutor: “(...) estou nessa há quase cinco meses. Já tenho cancha. Aguentei Guanella, Santa Maria, Rocca Pitigliana e Castelnuovo. Respirei fundo, enchi o peito e dei a ordem: *'Atenção! Comigo em frente!'*” (FONSECA,

2002:174). Além do reconhecimento do terreno, era também parte importante da missão verificar um grupo de alemães que, segundo informações transmitidas pelo batalhão, se encontrava na Igreja de Maserno, disposto a se render. Às nove horas da noite, a patrulha partiu pela estrada de terra que ligava Albareli a Maserno, evitando a ponte sobre o rio Coveraie que, pelas marcas de destruição no entorno, poderia estar sob a mira dos alemães. Alguns metros a mais de caminhada na noite fechada, a patrulha chegou à porta principal da igreja de onde pode avistar vultos em seu interior. “E agora, seu Fonseca?” – pergunta o major a si próprio em tom irônico (FONSECA, 2002:175). A disposição de abordagem foi ajustada e, meio que no improviso, partiram para a ação. Encontrando a porta entreaberta, o major por um lado, e o sargento Júlio por outro, entraram de supetão com as armas engatilhadas e a cobertura do resto da patrulha. O desfecho da história deixa a cargo do protagonista: “Proteção de Deus – que é brasileiro – ou força das orações, o certo é que nada aconteceu. Quando metemos o foco de nossas lanternas para dentro do templo, constatamos que era um grande dormitório de velhos, mulheres e crianças” (FONSECA, 2002:176). Na igreja só havia refugiados que por ordem dos alemães, que “não queriam que ninguém andasse por ali de dia”, só se deslocavam à noite para buscar o que vestir e comer nos destroços de suas propriedades. Passado o susto, a patrulha retorna e, apesar dos tiros de morteiros e canhões, consegue chegar sem maiores alterações. Ao deixar Montese, – onde permaneceu por dez dias com a missão de dar suporte aos I e III Batalhões empenhados diretamente nessa ofensiva –, após um dia tranquilo “com clima de Brasil”, embalado “pela modorra deste *dolce far niente*”, o major conclui num exercício de autoanálise, sem pretensões heroicas:

24 de abril de 1945, terça-feira

Em Montese, por um terrível paradoxo, enquanto tantos sofreram e até perderam a vida, outros tiveram momentos de tranquilidade e de vivência amena e sem cuidados, e isso tudo em pouco mais de uma semana ... Tudo na vida tem seu preço, só que na guerra o preço é muito mais alto (FONSECA, 2002:182).

Em muitos casos pagava-se com a própria vida e por isso, como era de se esperar, o estado de ânimo dos homens se alterava diante da possibilidade de combate. Menos de um mês depois de desembarcar na Itália, durante seu estágio com a 8ª Cia/6º RI no *front*, o major já dava sinais de inquietação e confidenciava ao diário sonhos que, conforme contou em entrevista, viriam a se repetir décadas mais tarde: “(...) cochilava e sonhava com milhares de alemães me estrangulando. Acordava e sonhava de novo com alemães que me prendiam e iam

fuzilar-me. (...) agora eram os passos do sentinela no cimento que, no sonho, eram os alemães marchando para me pegarem” (FONSECA, 2002:74). Do mesmo modo que a fala e escrita, o sonho – em se tratando, como definem os estudos de psicanálise, de criações do inconsciente que muitas vezes o consciente consegue captar – pode ter, em alguma medida, um efeito catártico. Ao representar mentalmente fatos reais ou imaginários, os sonhos permitem que cheguem à consciência conteúdos carregados de angústia, medo, desejo, trauma e mais uma infinidade de sensações que, de outra forma, poderiam permanecer silenciados. Nesse sentido, podemos dizer que o relato dos sonhos no diário dá vazão a um exercício de dupla catarse, na medida em que elabora, através da escrita, representação simbólicas do inconsciente no consciente. E mais, ao assumir essa função terapêutica, o diário traduz também uma necessidade latente de comunicação.

Durante toda a campanha na Itália viajando no boral, o diário é o “amigo” inseparável que está sempre ao alcance das mãos. É como se o papel fosse capaz de acolher todo o fervilhar de acontecimentos e impressões daqueles dias. A parceira é tão intensa que, em alguns momentos, o major julga necessário dar satisfações por querer ficar “em silêncio”, tal qual se procede nas relações mais íntimas de amizade. Após o episódio da patrulha de reconhecimento em Montese, registrou: “Estou cansado e vou dormir um pouco; do que ocorreu, direi mais tarde, pois quero ordenar minhas ideias e gozar em silêncio, espichado no jirau, a alegria de estar vivo” (FONSECA, 2002:174). Assim, ainda que a escrita seja, por definição, um ato solitário – ele próprio, por diversas vezes, menciona que estava escrevendo recolhido em seu canto – sua prática podia, de alguma maneira, proporcionar a sensação de estar acompanhado. A tal ponto que, antes do deslocamento entre Ponte de Silla e Bella Vista, o diário parece ser tratado como um personagem e amigo coadjuvante na história: “São 18 horas e já vamos... Vai o diário para o boral e até lá, onde nos levar a sorte e Deus. Até mais ver” (FONSECA, 2002:131).

Considerando ser o registro passível de outras legítimas interpretações, cabe aqui uma ressalva. Em diversos momentos, incluindo essa última passagem, o major usa a primeira pessoa do plural para referir-se a ele próprio, juntamente, com o seu pelotão. Poderíamos supor, então, que seria mais um desses casos. No entanto, de forma distinta, o que chama a atenção não é apenas a menção explícita ao diário, mas a maneira como ele é referido. Certas vezes o major narra o ato da escrita: “(...) vou deitar-me muito tarde, depois de escrever estas linhas (...)” (FONSECA, 2002:162) ou “(...) enquanto escrevo nesta mesa improvisada (...)”

(FONSECA, 2002:163). Mas em poucas delas, cita textualmente o diário. No total, somente em quatro ocasiões<sup>291</sup>, porém, em nenhuma delas dessa forma específica. O fato do diário ser carregado todo o tempo no bernal não é irrelevante, uma vez que, para os soldados, esse equipamento é quase uma extensão do corpo. Sempre a tiracolo, o bernal, – onde transportavam a ração e “outros badulaques”<sup>292</sup> – era, juntamente com o cantil, uma dupla indispensável na guerra. Garantiam as provisões necessárias para a sobrevivência em meio a possíveis adversidades, motivo pelo qual os soldados nunca se separavam deles. Uma espécie de simbiose – à semelhança da que se estabelece entre o autor e seu diário –, que é celebrada inclusive na própria “*Canção do Expedicionário*”: “Nossa vitória final/ Que é a mira do meu fuzil/ A ração do meu bernal/ A água do meu cantil/ As asas do meu ideal/ A glória do meu Brasil.” Na passagem citada acima, a referência literal ao diário parece querer personificá-lo, demarcando sua individualidade em relação ao major e identificando seu papel como coadjuvante. Desse modo, qualquer que seja o motivo do registro, intencional ou ato falho, e o significado que a ele se queira atribuir, sua singularidade o faz digno de nota.

A despeito do tratamento que se dispense a um diário – seja o tradicional “Querido diário” ou ainda que não se tenha nenhum tipo de vocativo –, não se deve ignorar que o alívio emocional proporcionado pela sua escrita pode ser capaz de convertê-lo em valiosa fonte apoio e coragem. É nele que, muitas vezes, se busca a força necessária para elaborar perdas, superar obstáculos, e, até mesmo, por conta da capacidade regeneradora da escrita, transformar vidas. Em algumas circunstâncias, como as enfrentadas pelo major na guerra, a escrita do diário representa para o diarista o mesmo que a tábua de salvação é para um naufrago. Anos mais tarde, suas observações sobre essa prática são indicativos disso: “Toda a folga que eu tinha, eu escrevia. Porque na guerra o que você mais faz é esperar. Então, enquanto esperava, ia escrevendo para não ficar pensando em bobagens.”<sup>293</sup> Enquanto “matava o tempo”, como o soldado blogueiro Colby Buzzell faria algumas décadas depois em outro *front*, o major escrevia procurando manter-se mentalmente equilibrado. Escrever sobre seus pensamentos e emoções é também, em grande medida, uma experiência de autoconhecimento.

Espaço íntimo destinado à construção de uma imagem de nós mesmos, o diário pode, em alguns casos, vir a se configurar em mecanismo de introspecção. Considerando que seu

---

<sup>291</sup> Id., *ibid.*, p.116, 131, 134 e 185.

<sup>292</sup> Conforme contou o major em entrevista, em 15 de julho de 2010.

<sup>293</sup> Id.

elemento mais notável é a introversão, tende a se consolidar afastado do mundo à sua volta. Em certo sentido, podemos dizer que a escrita do diário reforça o isolamento de quem o escreve, determinando de maneira notável variações no ritmo com que se escreve. No caso do major, a constatação pode ser observada ao analisarmos a frequência dos registros. Nos momentos de maior angústia – como nos primeiros meses na Itália, quando a vida ainda parecia desalentadora, agravada pelo luto e pelos combates no *front* –, escrevia num ritmo regular e bastante produtivo. Seus registros são longos e não se limitam a um inventário do dia, estando permeados de reflexões sobre religiosidade, convívio familiar, vida e morte e, naturalmente, a guerra e suas mazelas. Embora estivesse convivendo diariamente como outros homens submetidos às mesmas condições, é ao diário que parece recorrer para desabafar. Nessa fase, as anotações mostram-se bastante reflexivas e, com exceção dos momentos de convívio com as famílias italianas e das obrigações da caserna que envolvem o trato com os soldados, mantem-se, ao que tudo indica, mais introspectivo e isolado.

Depois de terminada a guerra, o clima, como era de se esperar, foi mais festivo. Dissipada a tensão, os soldados voltam à vida de quartel: “alvorada, café, formatura matinal, expediente, almoço, 'tora'<sup>294</sup> regulamentar, expediente curto de tarde e toque de ordem. Aí começa a debandada geral. Cada um procura o que fazer” (FONSECA, 2002:200). A nova fase das atividades da FEB na Itália, nesse período em missão de ocupação, reflete-se no título da entrada do dia 13 de maio de 1945: “Amenidades, 'tochas', e romances” (FONSECA, 2002:201). Apropriadamente escolhido, o título, de fato, traduzia a sucessão de eventos no dia: missa pela manhã, rotina de quartel, piquenique no fim da tarde e, para encerrar a noite, festinha na casa do sr. Vescovi que recebera os oficiais que foram seus “hóspedes” durante a guerra. No mais, o major limitava seus passeios a lugares próximos do quartel em Alessandria, onde aguardava ansiosamente o embarque de volta ao Brasil.

Especificamente, a partir de junho de 1945, os registros tornam-se menos frequentes e mais reduzidos, como ele próprio explica: “Com a rotina quarteleira, as anotações diárias se tornam monótonas; assim, registrarei o que de mais interessante ou que de mais importante acontecer nesses dias de espera pelo movimento mais sonhado: a volta para casa” (FONSECA, 2002:209). As entradas passam, a partir daí, a designar os meses, entre junho e agosto de 1945, e não mais os dias como até então. Somente em setembro, com a proximidade do embarque para o Brasil – que ocorre no dia quatro desse mês – os registros voltam a ter a

---

<sup>294</sup> Como chamavam o repouso após o almoço.

frequência diária. A regularidade dos registros é mantida durante a viagem e se encerra no dia 17 de setembro de 1945, data do desembarque no Rio de Janeiro. Assim, podemos dizer que o curso da guerra dita, não apenas tom dos registros, mas também seu ritmo/cronologia.

Para além da monotonia, as discontinuidades podem ser determinadas por diversas outras possibilidades. Suspensão voluntária ou negligência no escrever; morte ou mesmo, como já foi dito, a destruição do suporte podem igualmente alterar seu ritmo. Como ponderou Lejeune (2008), a interrupção do registro não é grave; muito pior é correr o risco de se tornar o seu próprio burocrata. A obrigação da continuidade a todo preço pode acabar, em maior ou menor grau, engessando a personalidade do diarista e automatizando seus registros. Ainda que não de forma consciente, o major opta pela discontinuidade, em parte, para fugir dessa automação. A falta de ocorrências relevantes usada como justificativa para a interrupção, acabaria por resultar numa repetição exaustiva dos registros. Muito embora seja importante lembrar, que a suposta monotonia alegada pelo major não é por si só um argumento convincente, dado que em outras passagens, pequenos e, às vezes, até mesmo insignificantes acontecimentos deram margem a uma infinidade de reflexões pertinentes. Talvez a discontinuidade, assim como a continuidade, possa ser explicada também em função do próprio estado de ânimo do diarista. Com espírito renovado pelo fim da guerra e as novas possibilidades que estavam por vir, é possível que tenha interagido mais com o mundo em sua volta, o que acabou por reduzir a frequência dos registros. Escreve menos, muito provavelmente, porque passa a dividir com os outros o que antes ficava restrito ao diário. Não apenas os diálogos cotidianos, mas também as correspondências. Mais recentemente, as novas ferramentas de comunicação digital também podem afetar o ritmo de um diário ou, em casos extremos, vir a tomar seu lugar. Felizmente, no caso do major, as cartas parecem não ter tido esse efeito. Motivo de grande alegria para aqueles que estão em guerra, a intensa correspondência é constantemente mencionada no diário, deixando antever o diálogo que se estabelece entre esses dois tipos de escrita pessoal. Diante das circunstâncias impostas pela guerra, ambos se configuram em refúgios que oferecem a possibilidade de escapar às pressões do *front* e, como tais, merecem ser investigados.



## 7.2 O diário e as cartas como trincheiras

5 de abril de 1945, quinta-feira

Recebi cartas de casa – as cartas sempre me trazem confiança e vontade de viver. Elas me libertam da masmorra a que eu mesmo me condenei. Muito obrigado a vocês aí de casa (FONSECA, 2002:165).

A troca de correspondências pode, especialmente em situações de isolamento, transcender sua função primordial como veículo de comunicação. É o que podemos observar, por exemplo, no caso dos presidiários, exilados e combatentes. Se receber cartas pode ser, em geral, razão de regozijo, para esses destinatários elas adquirem uma dimensão ainda muito maior: são fundamentais para a manutenção de seu equilíbrio físico e psicológico. Inclusive por isso, são alvo de campanhas promovidas por instituições filantrópicas que estimulam a troca de correspondências como uma tentativa de proporcionar apoio emocional para pessoas que vivenciam situações de exclusão. Entre os combatentes da FEB teve grande sucesso a iniciativa da Legião Brasileira de Assistência (LBA) em promover a campanha das madrinhas de guerra. Mulheres, em geral da elite ou classe média, que se empenhavam em animar os febianos com cartas e presentes enviados para o *front*. Fenômeno que, aliás, parece ter sido relativamente comum na Segunda Guerra Mundial, não ficando restrito aos combatentes brasileiros, como aponta o trabalho de Simili sobre o papel da mulher brasileira no conflito (SIMILI, 2008). Mais recentemente, podemos destacar também a difusão dos *milbloggs* entre os combatentes norte-americanos que – muito embora, como se viu, tenha sido uma iniciativa particular e não institucional – segue, em grande medida, o propósito de trazer conforto emocional para aqueles que estão no *front*.

Nessa mesma linha, convém mencionar o trabalho desenvolvido pela *LifeLines*<sup>295</sup>, uma organização filantrópica britânica que, desde 1987, estimula a troca de correspondências entre presidiários que estão no corredor da morte e os *penfriends*, como são chamados os voluntários que participam do projeto. A iniciativa, que teve apoio entusiástico da Anistia Internacional, conta atualmente com a participação de presidiários de diferentes nacionalidades que buscam, nas cartas, o apoio de que necessitam para enfrentar a angústia da espera pelo fim.<sup>296</sup> Outra ação do mesmo tipo é desenvolvida através do site *writeaprisoner.com*. Segundo o diretor da organização, Adam Lovell, o site chega a ter mais

<sup>295</sup> Mais informações sobre a organização estão disponíveis em: <<http://www.lifelines-uk.org/index.htm>>. Acesso em: setembro 2012.

<sup>296</sup> Um conjunto composto por 170 cartas dessas cartas escritas por presidiários, sobretudo ingleses e norte-americanos, condenados à morte foi objeto de análise do trabalho desenvolvido por Janet Maybin (1999).

de dois mil acessos por dia. Fundado em 2000, o projeto nasceu na tentativa de ajudar presidiários norte-americanos, condenados à morte ou não, “a encontrar amizade e apoio moral fora das paredes das prisões”<sup>297</sup>. Mais de três mil detentos de diversas prisões nos EUA se beneficiam atualmente dos contatos que estabelecem com o mundo exterior. De acordo com informações disponíveis no site, entre as diferentes pessoas que se correspondem com prisioneiros se encontram, não por acaso, militares estacionados em missões no exterior, que vivenciam, por outras razões, a distância do lar e de seus familiares.

Isolamento semelhante ao que é imposto, evidentemente por motivos de outra natureza, aos exilados políticos. Ainda que, de modo geral, não sejam historicamente alvos de campanhas desse tipo – o que se deve a diversos fatores que envolvem não apenas as circunstâncias políticas vigentes, mas também, em grande medida, a condição de anonimato a que muitas dessas pessoas precisam se submeter –, experimentam igualmente a situação de solidão e exclusão. A respeito desse isolamento é oportuno mencionar o trabalho de Denise Rollemberg (1999) sobre as experiências dos exilados brasileiros entre 1964 e 1979, no qual a historiadora chama atenção para a recorrente associação entre o exílio e o desenraizamento. Nesse caso, da mesma forma que para os presidiários e combatentes, as cartas representam uma chance de conectar-se novamente com suas origens, como confirma Juarez Ferraz de Maia ao relatar, em depoimento concedido à historiadora, sua vivência no exílio: “(...) ligava para todo mundo, escrevia feito um louco, procurava as pessoas. Me enchia de prazer em saber dos detalhes das vidas contadas em cartas” (ROLLEMBERG, 1999:44). A necessidade quase compulsiva de manter contato era, para algumas dessas pessoas, uma maneira de driblar a solidão e a fragilidade emocional que o exílio impunha. O simples relato do cotidiano trazia para aqueles que viviam uma situação de exceção, a possibilidade de preservar algo estável, diante da instabilidade que se apresentava. Como em outras experiências de isolamento, a troca de correspondências se apresenta como uma chance de manter o vínculo com o “mundo” do qual faziam parte. Em alguns casos, como o dos presidiários, em que esse isolamento é levado ao extremo, elas chegam a ser a única alternativa para isso. Ao viabilizarem o contato com pessoas que experimentam, naturalmente, o curso das atividades cotidianas, as cartas trazem um “sopro de normalidade” para aqueles que se encontram, por diferentes razões e de diversas formas, banidos do convívio social a que estavam habituados.

Diante disso, as reflexões do major no trecho do diário que abre essa seção do capítulo

---

<sup>297</sup> Mais informações em: <<http://www.writeaprisoner.com/>>. Acesso em: setembro 2012.

ganham força. A concepção de que a carta oferece uma possibilidade de fuga da realidade vai ao encontro da ideia de que, em determinadas situações, seu uso estava além da necessidade de comunicação. Assim, como afirma o major, as cartas são capazes de libertar, porque permitem “escapar”, mesmo que por breves momentos, do *front* – seja ele um campo de batalha, uma prisão ou o exílio. Fugindo das circunstâncias que o aprisionam à guerra, busca, através da escrita/leitura das cartas e do diário, fôlego para, em seguida, voltar a submergir na própria existência. É, portanto, a escrita de si que fornece a chave para um refúgio onde o “eu” se reconhece, resgatando ou, até mesmo, refundando identidades. Sua prática revela, desse modo, uma dupla possibilidade: por um lado, como utilizada na clínica terapêutica, atende ao propósito da catarse que é o afastamento da fuga – em suma, um exercício de enfrentamento dos problemas – mas, por outro, representa também um refúgio, onde o indivíduo pode entrincheirar-se e, em alguma medida, ignorar a realidade que o cerca. Como faces da mesma moeda, catarse e fuga se combinam num exercício de produção do “eu” que torna possível o diálogo entre o diário e as cartas. Nesse sentido, de forma semelhante à escrita/catarse, a escrita/refúgio é uma prática que revela um outro tipo de uso imediato que se pode fazer da escrita pessoal. As emoções registradas pelo major no diário, nos diferentes momentos em que recebe cartas, denunciam a satisfação instantânea que esse contato proporcionava para quem estava lutando em terra estrangeira: “Recebi diversas cartas, sendo duas de minha mãe, e por isso estou contente e feliz, tanto quanto se pode estar aqui. Também muitos soldados do pelotão receberam correspondências e é bom quando todos estão eufóricos e alegres (...)” (FONSECA, 2002:117).

Contudo, ainda que na maioria das vezes, as cartas sejam mencionadas no diário com incontida alegria, esse não é o único tipo de registro que o major deixa sobre elas. Nessa perspectiva, interessam não apenas os assuntos que são tratados nas cartas, mas, principalmente, a confluência entre a escrita diarística e a epistolar. A análise dessa interação é importante na medida em que permite observar as anotações do major sobre a sua própria prática epistolar, como também sobre os significados da troca de correspondências no contexto da guerra. Observação especialmente válida, nesse caso pois o conjunto das cartas que está sendo considerado não é numericamente muito significativo – ao todo dezessete da mãe e duas do irmão – e conta somente com a correspondência passiva do major. A investigação das cartas na sua interface com o diário segue um recorte temático que orienta, daqui por diante, a disposição do texto. A principal questão de fundo é, sem dúvida, como já

mentado, o exame das reflexões acerca da carta como poderoso instrumento de suporte psíquico e emocional no *front*, a despeito das implicações e limitações impostas à troca de correspondências em tempos de guerra. Articuladas a essa questão, emergem outras duas que nos ajudam a dimensionar a importância da manutenção do pacto epistolar, para o major: os registros da sua preocupação recorrente em manter a correspondência em dia – assim como, também, o próprio o diário –, bem como das insatisfações com os atrasos e a censura do Serviço Postal da FEB.

\*\*\*

“Recebi cartas”. É assim que, invariavelmente, o major registra, sem disfarçar seu contentamento, a chegada da correspondência no *front*. Quase sempre a informação vem acompanhada do número de cartas recebidas e dos remetentes, como nessa passagem: “Recebi oito cartas. (...) Mamãe, meu irmão, parentes e amigos. Todas com expressões de carinho e amizade. (...) espírito tranquilo com as cartas de casa, estou realmente em condições de enfrentar qualquer imprevisto (...)” (FONSECA, 2002:136). Apesar da aparente sistematização, esse tipo de registro revela muito mais do que meros dados numéricos. O simples fato de anotar no diário que recebeu cartas é, por si só, um indicativo que denuncia, ao mesmo tempo, a intenção de colecionar aquela memória e, em grande medida, a própria necessidade de expressar, de alguma forma, a euforia que contagiava a todos quando o correio da FEB fazia suas entregas.

27 de fevereiro de 1945, quarta-feira  
(...) Recebi duas cartas. (...) os soldados também receberam, de modo que, felizes, fica mais fácil exigir deles as coisas mais difíceis. Ficam mais dóceis e aceitam com melhor ânimo as missões perigosas que, às vezes, temos que lhes confiar. É o domínio do moral sobre o físico. Quisera tê-los sempre assim com o *fair play* que nesse momento estão exibindo (FONSECA, 2002:141).

Ao confidenciar para o diário suas impressões “imediatas” sobre os efeitos das cartas – não somente se referindo as que recebeu –, o major enfatiza o sentimento de confiança e renovação que elas proporcionavam, sendo capazes de, até mesmo, fazê-los superar o desgaste físico e evidentemente emocional, a que estavam submetidos. Com o ânimo

revigorado, os homens tinham mais chances de enfrentar as situações-limite experimentadas nos campos de batalha, reafirmando, nesse sentido, a ideia das cartas como um refúgio para o corpo e a alma. Essa interpretação fica evidente em diversos momentos do diário e, desde a primeira vez que o major recebeu suas cartas na Itália, já havia se manifestado sobre isso de forma contundente. Tanto assim, que no dia 8 de novembro de 1945, data em que as primeiras cartas chegam para o major, o registro foi dedicado exclusivamente às reflexões sobre elas. Por sua representatividade, cabe citá-lo na íntegra.

8 de novembro de 1944, quarta-feira

Recebi as primeiras cartas de casa: três! Minhas mãos tremiam ao apanhá-las com o corneteiro Virgílio, o mensageiro da companhia.

– Tá nervoso, tenente?

– Tô, sim, negrão!

O bom crioulo, meu velho conhecido desde o 2º RI, riu gostosamente e me entregou as cargas, negaceando um pouco para brincar. – Quase arranquei-lhe das mãos as tão desejadas e esperadas missivas e me toquei para a barraca, para lê-las em paz.

Abri primeiro a de minha mãe. Cartas de mãe devem ser todas iguais, porque todas amam seus filhos do mesmo modo; saudade, recomendações, cuidados notícias, tudo nessa ordem. Li e reli, primeiro com pressa, depois mais devagar, depois lentamente, procurando nas entrelinhas algo mais que pudesse conter. A segunda, de meu ex-sogro, dava notícias de meus filhos, dos parentes em geral e de meus interesses.

A última, finalmente, consistia numa folha de papel cheia de garatujas e desenhos de meus queridos: barquinhos, casas, bandeiras, calungas e, por baixo de tudo, alguém guiara-lhes as mãozinhas para escreverem as palavras “Papai, saudades” e as assinaturas “Paulo e Celso”.

Bem, Deus seja louvado! Dia feliz! Sinto-me um novo homem, com uma enorme vontade de viver e de lutar para isto! (FONSECA,2002:77).

Não é possível saber se, de fato, como o major acredita, que “cartas de mãe devem ser todas iguais”, mas de fato as que recebia de D. Orminda, sua mãe, obedeciam a um padrão que combinava, ainda que não necessariamente naquela ordem, as características apontadas por ele no diário. Padrão ditado, em grande medida, pelas orientações do próprio Serviço Postal da FEB, que impunha restrições quanto ao conteúdo das cartas sob pena de que fossem censuradas. As restrições, tanto para os soldados como para seus familiares, se estendiam de questões militares estratégicas – que envolviam o posicionamento das tropas e dos armamentos –, a informações que pudessem afetar a moral dos combatentes, resultando numa impessoalidade que parecia conferir às mensagens um conteúdo, em geral, muito semelhante.<sup>298</sup>

<sup>298</sup> Sobre a atuação dos censores do Serviço Postal da FEB durante a guerra, ver o trabalho de Marco Antônio

As cartas de D. Orminda sempre começam desejando que o filho estivesse bem de saúde para logo em seguida dar notícias sobre a sua própria saúde e a dos netos, como nesta datada de 12 de outubro de 1944: “Meu querido filho Ruy, em primeiro lugar a tua saúde, eu e os teus filhos vamos bem graças ao onipotente, mas com muitas saudades tua (...)”<sup>299</sup> Como o major descreve em seu diário, as saudades, as notícias dos familiares, as encomendas e algumas questões de ordem prática – relacionadas ao envio de dinheiro, à manutenção da casa que deixou no Brasil e à documentação pessoal – são temas recorrentes nas cartas que, frequentemente, terminam com a benção materna e pedidos de proteção divina. A despedida de D. Orminda, na carta escrita em 2 de junho de 1945, é uma das muitas vezes em que vemos a repetição desse padrão: “(...) beijo e saudades de teus filhos e de tua mãe que não se esquece de ti um só instante. Em tudo eu te vejo, tudo teu está como deixastes e ficará até voltares, se Deus quiser. Aceite minha benção e o coração cheio de amor e saudades.”<sup>300</sup> Quanto às questões referentes ao cenário político interno e externo nenhuma menção é feita; as notícias do Brasil se limitam a eventuais resultados dos campeonatos de futebol<sup>301</sup>, e a carestia por conta da guerra – assunto que aparece em uma das breves cartas escritas por seu irmão. Apesar de parecerem previsíveis e repetitivas, as cartas eram ansiosamente esperadas, não apenas pelo major, mas também por seus familiares, em especial, a mãe.

Assim como o major, D. Orminda também lia e relia as cartas na tentativa de suprir a ausência do filho: “Não podes imaginar com quanta alegria leio as tuas cartas que são para mim bálsamo de minhas saudades; pois creias que todos os instantes que tenho de folga leio e releio as tuas cartas, já sei quase de cor.”<sup>302</sup> Recebidas igualmente com entusiasmo e alegria, as cartas eram, para os familiares dos combatentes, muito mais do que uma forma de minimizar as saudades, mas, essencialmente, a prova de sua sobrevivência. Ciente da importância dessas notícias, o major demonstra sempre grande preocupação em manter sua correspondência em dia, buscando alternativas para se comunicar, até mesmo com os filhos que ainda não sabiam ler. Manter contato com as crianças, era uma maneira de amenizar seu

---

Tavares de Costa (2009).

<sup>299</sup> Carta da mãe para o major, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1944. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.

<sup>300</sup> Carta da mãe para o major, Rio de Janeiro, 2 de junho de 1945. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.

<sup>301</sup> É o caso da carta escrita em 2 de janeiro de 1945 que traz uma extensa análise das disputas entre a seleção carioca e a paulista no Campeonato das Seleções Estaduais realizado em 1944. Vale ressaltar que essa é uma das cartas escritas por um amigo da família à pedido de D. Orminda que alegava, ao filho, já estar com “a vista muito cansada” para tal tarefa.

<sup>302</sup> Carta da mãe para o major, Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 1945. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.

sofrimento e o deles que também não tinham mais a mãe por perto. Para os meninos, ainda pequenos para compreenderem a ausência do pai, o major desenhava e, em diversas passagens do diário, menciona essa prática iniciada ainda durante a viagem para a Itália.

4 de outubro de 1944, quarta-feira

Aproveitei a calma que reina no barco e escrevi cartas para toda a família, as quais deverão ser remetidas do primeiro porto em que tocarmos. Para meus meninos, que ainda não leem, desenhei quadrinhos ilustrando minhas diversas atividades de bordo: papai no navio, papai no banho, papai comendo, papai de serviço, papai com saudade ... Tão absorvido nesse mister que não me dei conta da roda que se formou em volta de mim; eram os companheiros que, também saudosos dos seus, apreciavam os meus calungas, dando-lhes mais um pouco de vida (FONSECA,2002:44).

Quatro dias depois, no dia do aniversário do filho mais velho, remetia ao menino a história em quadrinhos que havia feito e, mais uma vez, menciona a escrita das cartas: “Escrevi cartas à família e, para o aniversariante, desenhei em quadrinhos uma historinha da viagem que acabo de fazer” (FONSECA,2002:46). Algum tempo depois, teria notícias, em carta enviada por sua mãe, de como fora comemorado o aniversário de cinco anos de Paulinho: “(...) Paulinho veio fazer o lanche aqui comigo e fiz um bolo de velinhas, ao qual ele ficou muito contente, já foi para a escola, disse que quer aprender para te escrever e fazer uns desenhos como os teus (...)”<sup>303</sup> Em entrevista, concedida em 15 de julho de 2010, o major lamentou a perda da maioria de seus desenhos, dos quais restaram apenas dois feitos por ele (*Figuras 1 e 2*).

Inversamente proporcional a alegria que as cartas propiciavam, os constantes atrasos no correio da FEB causavam grande insatisfação. Nos momentos de maior angústia, essa insatisfação crescia diante da impossibilidade de se valer das cartas como “válvula de escape” à pressão do *front*. Em Bella Vista, sob forte bombardeio da artilharia alemã, o major expressou claramente esse sentimento: “(...) Com esta movimentação toda não temos recebido cartas, e a julgar por mim mesmo, começamos a sentir falta desse lenitivo, que é a correspondência” (FONSECA,2002:139). Acrescenta ainda que “para aliviar um pouco a tensão e a fome de notícias”, o capitão Motta enviara uns jornais que passavam “de mão em mão” especialmente as mensagens do *Globo Expedicionário* “que mesmo sendo para outros destinatários, cada qual recebe como se fosse para si próprio.” Situação que o major julgava

---

<sup>303</sup> Carta da mãe para o major, Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1944. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.

ser de certa forma “benéfica e benfazeja” uma vez que era capaz de reavivar “a fé e a esperança de dias melhores, valorizando os sacrifícios e os dias difíceis que ora atravessamos” (FONSECA,2002:139). Ainda em Bella Vista – mais precisamente na casa retratada no desenho em anexo ao final deste capítulo (*Figura 2*) –, o registro do dia 23 de fevereiro de 1945 segue a mesma linha e revela, num tom ao mesmo tempo amargo e irônico, um major momentaneamente ressentido diante de seu destino.

23 de fevereiro de 1945, sábado

No Rio de Janeiro serão 12 horas – o Bar Amarelinho deve estar lotado, lá na Cinelândia, e os estrategistas de botequim estarão discutindo e resolvendo as operações dos aliados no Teatro de Operações europeu, riscando no mármore das mesas os 'planos' que nos levarão à vitória, com a derrota total dos alemães. É, mas aqui, onde não chega este 'raio' do correio da FEB, nem uma só carta; estamos em volta da lareira rústica dos *contadini* Francesco e *signora* Ema, dividindo com eles as nossas rações e nossas palavras de esperança na vitória e na volta breve aos lares no Brasil. A sala é escura e esfumaçada, mas a presença feminina e maternal da *signora* Ema, servindo-nos a refeição, nos transporta às nossas casas, com a mãe à cabeceira da mesa, presidindo-a. Assim é: temos que manter vivos nossos valores morais e espirituais, pois aqui nunca se sabe se um dia é véspera de outro e se uma noite realmente separa dois dias (FONSECA,2002:139).

A carência pela falta de notícias de casa é, mais uma vez, suprida pelo convívio com as famílias italianas. E apesar de não estar, nesse período, recebendo cartas e nem sequer ter possibilidades de enviá-las em breve, o major continua a escrevê-las como indica a anotação feita no dia seguinte, 24 de fevereiro de 1945: “A frente está calma. (...) Aproveito para escrever umas cartas e desenhar outra para meus filhinhos. Guardo-as para enviá-las na primeira oportunidade.” (FONSECA,2002:140). Em passagens como esta, fica explícito como as cartas, do mesmo modo que o diário, se configuram em espaços onde o eu se permite escapar à realidade que o cerca, concretizando assim o exercício da escrita de si na dupla chave apontada anteriormente: catarse e fuga. A constatação é válida, tanto para quem escreve, quanto para quem lê. Particularidade especialmente evidente no caso da escrita epistolar, em que o remetente e o destinatário são pessoas distintas e não coincidentes, como na prática diarística. Em se tratando de uma prática fundamentalmente relacional, a escrita epistolar pressupõe a ideia de um pacto que envolve não apenas a troca de correspondências, mas também a decisão de guardá-las ou não. Atividade que exige, de ambos os lados, dedicação e disciplina, escrever cartas impõe a urgência, ou no mínimo a expectativa, de ser



correspondido. Comprometido em honrar o pacto epistolar (GOMES, 2004), o major demonstra em diversos momentos do diário uma grande empenho em responder as cartas, ainda que em condições adversas. Às vésperas do ataque a Monte Castello, anotou no diário: “Respondi às cartas bem cedo porque sabia que hoje ia ser um dia muito movimentado. O capitão Motta reuniu todos os comandantes de pelotão ao telefone e nos pôs a par das missões de cada um, para os próximos dias (...)” (FONSECA, 2002:137). Em outra passagem, logo ao chegar em Montese, já na retaguarda, a preocupação em manter a regularidade na escrita das cartas se manifesta, outra vez, enfaticamente: “Assim que me instalei, tratei de botar em dia a correspondência, respondendo a todas as cartas que recebi” (FONSECA, 2002:182). Os registros frequentes no diário sobre a recepção e emissão das correspondências são um indicativo, não apenas do grau de comprometimento do remetente e de seus destinatários com o pacto epistolar, como também das práticas de arquivamento adotadas pelo major. Isso porque a documentação em questão composta pela sua correspondência passiva, tendo cabido somente a ele a decisão de preservar ou não esses registros.

No entanto, toda essa dedicação não foi capaz de impedir, em determinados momentos, a interrupção do fluxo das correspondências entre o major e seus interlocutores, motivo de angústia e descontentamento como se viu. Em parte, isso se devia às dificuldades de se manter a regularidade na entrega de correspondências em áreas de risco iminente, como no *front*, mas sobretudo ao trabalho dos censores do Serviço Postal da FEB. Para que não fossem censuradas, as cartas deviam se restringir às notícias sobre o estado de saúde dos combatentes e de suas famílias e aos assuntos de interesse pessoal, excluindo-se, por orientação da própria Censura Postal Militar, qualquer informação que pudesse abater o ânimo dos soldados, bem como questões referentes à política nacional ou ao cenário de guerra europeu.

O regulamento para envio de correspondências, amplamente difundido entre os combatentes e também entre os familiares no Brasil, por meio dos jornais (COSTA, 2009), orientava que era proibido mencionar assuntos que pudessem interessar ao inimigo – tais como posição, objetivos, organização das tropas e localização de armamentos – ou informações que pudessem fomentar desarmonias entre a FEB e os aliados. Não era permitido o uso de códigos, evitando toda e qualquer notícia que pudesse comprometer o sucesso das operações. Em vista disso, e também visando auxiliar a comunicação entre os soldados analfabetos e suas famílias, o próprio Serviço Postal da FEB colocava à disposição dos

combatentes diversos modelos de telegramas, que podiam ser enviados nas mais diversas situações – aniversários, mortes, Natal, Páscoa – ou mesmo que fosse apenas com a intenção de dar notícias para tranquilizar a família, o que evidentemente conferia à correspondência grande impessoalidade (RIBEIRO,1999:168). Os combatentes deviam entregar as cartas abertas para fiscalização e, caso fossem censuradas, eram devolvidas ao remetente com as restrições necessárias. As correspondências que recebiam também era invariavelmente censuradas, gerando protestos como registrou o major, em 13 de janeiro de 1945, quando os soldados do seu pelotão em êxtase por terem recebido cartas, após vários dias sem notícias de casa, foram surpreendidos pela ação dos censores.

(...) como não há felicidade completa, alguns receberam as cartas com recortes da censura e, é claro, não gostaram e xingaram os censores do Serviço Postal da FEB, dos piores nomes em português e em italiano. Também não é pra menos. É preciso sempre explicar-lhes que eles, da censura, tem também um dever a cumprir. É o que faço, sem muita convicção (FONSECA,2002:117).

Embora as cartas enviadas ao major, não tenham sido alvos de censura, o comentário não deixa dúvidas de que, apesar de tentar convencer seus soldados de que a Censura Postal também “tinha um dever a cumprir”, ele próprio concordava que nem sempre os cortes eram necessários. O grande volume de correspondências para ser verificado por um reduzido número de censores – mais de 3.500 por dia para apenas 15 militares – acabava não só por atrasar as entregas, como também, muito possivelmente, por resultar em cortes infundados, uma vez que, na dúvida, a ordem era censurar (COSTA,2009:175). No entanto, com a proximidade do fim da guerra parece que a atuação dos censores foi se tornando mais flexível, o que era de se esperar em função dos preparativos para a retirada das tropas da FEB do Teatro de Operações na Itália.

Apenas dois dias depois do 8 de maio de 1945, data da rendição incondicional da Alemanha aos exércitos aliados, o major escreveu: “(...) Recebi muitas cartas, que respondi. Agora as cartas chegam mais rapidamente. Acho que é porque não há mais o que censurar, abreviando, assim, o fluxo no correio da FEB. Ainda bem” (FONSECA, 2002:200). Posteriormente, durante pouco mais de três meses, entre junho e o início de setembro de 1945, de estadia das tropas no acampamento em Francolise – que segundo o major mais se parecia com um “campo de concentração melhorado” – e a espera do retorno ao Brasil, as funções do Serviço Postal da FEB adquiriram constância. “(...) Tenho recebido regularmente cartas de

casa, que respondo logo, e agora, já com a certeza da volta, a saudade aumenta e vou ficando impaciente e, às vezes, irritado. Noto que todos estamos assim, mas temos que esperar, esperar ...” (FONSECA, 2002:212). Nesse período de longa espera, em que as atividades se dividiam entre a caserna e as “tochas”, o ócio, o calor e a poeira foram os piores inimigos das tropas. A essa altura, conforme registra o major, as cartas já começam a dar conta do retorno dos primeiros escalões ao Brasil, o que contribuía para aumentar a ansiedade daqueles que ainda aguardavam o dia do embarque: “Cartas de casa contando como foi a recepção que o povo do Rio de Janeiro deu aos nossos companheiros que já chegaram. Imagino-me com eles e começo a vibrar com a volta. Aqui tudo na mesma: calor e poeira (...)” (FONSECA, 2002:221).

A regularidade na chegada das cartas coincide, de maneira inversa, com a irregularidade dos registros no diário. A suposta monotonia alegada pelo próprio major como justificativa para a redução das entradas, pode ser entendida, de certo modo, como uma fase de transição silenciosa da identidade combatente para a ex-combatente. A ausência dos combates impunha, então, novas circunstâncias ao major. O término da experiência na guerra poria fim, não só ao diário, mas à própria identidade como combatente. Assim, na medida em que o retorno ao Brasil se aproxima, o diário parece ao poucos deixar de exercer as funções que tivera até então, passando a acenar com outras possibilidades de usos no tempo.

### **7.3 O diário como memória de papel**

1º de janeiro de 1945, segunda-feira

Ano novo, vida nova ... velho dito que sempre ouvi lá em casa, pelo meu avô e repetido por minha mãe. Realmente, acho que os tedescos resolveram mudar de vida, pois hoje nem parece que há uma guerra por aqui. Um dia lindo, de sol iluminando a neve que cobre tudo ... Uma paz absoluta, a não ser a perturbação pelos tiros de artilharia bem longínquos, tudo paz e silêncio nestes alvos campos, cobertos de neve. Passei o dia pensando nos meus entes queridos e pedindo a Deus que este ano que ora se inicia seja melhor para o mundo do que este que agora se finda. Que todos nós possamos reviver os anos de paz e harmonia que até então desfrutamos no Brasil, nossa pátria. No Rio, neste momento devem ser 18 horas, feriado, os cinemas cheios e a Cinelândia fervilhando de gente. Muitos daqueles que se reuniram em comícios pedindo a entrada do Brasil na guerra nem se lembram mais disso. Mas nós, expedicionários, que abandonamos tudo para vir aqui lutar, sofrer e quiçá morrer, é que lhes garantimos o direito de bater pernas ou ir ao Metro, ao Plaza, ao Vitória ou ao São Luiz. E, por incrível que pareça, eu sou um desses ... otário ou herói, só a história dirá! (FONSECA, 2002:113).

Ao delegar à história o julgamento sobre sua participação na guerra, o major demonstra ter plena consciência de estar vivenciando um momento digno de nota e deixa antever o peso que atribui ao seu registro. Sendo assim, ele escreve também para conservar a memória daquela experiência e fixar no tempo sua identidade como combatente da FEB. Preocupado em atestar a veracidade dos registros, anexa ao diário diversos documentos – dentre eles, o roteiro de seu pelotão com as respectivas datas e a atividade desempenhada por eles, cartões de vacinas e de embarque e fotos da campanha na Itália – que denotam, de maneira enfática, seu caráter colecionador. Entenda-se por isso, não apenas guardar “provas” documentais da participação na guerra, mas também por colecionar experiências que podem, na sua própria perspectiva, alcançar o *status* de qualificação profissional. Durante a viagem para a Itália, ao ouvir o anúncio dos alto-falantes do navio de que cruzariam em breve a linha do Equador, o major registrou: “ (...) Embora sabendo que essa é uma linha imaginária, todos querem olhar na direção da proa, para ver tal cruzamento. (...) Para mim, particularmente, como professor de Geografia, a passagem da linha equatorial é um ponto para meu currículo” (FONSECA, 2002:40). Seja como qualificação profissional ou experiência de vida, para o major a guerra foi, sem dúvida, uma aprendizagem enriquecedora. Já no acampamento em San Rossore, após receber o equipamento – fuzis Springfield Garand, fuzis-metralhadoras leves e pesadas, morteiros 60 mm e 81 mm, lança-granadas, bazucas, bússolas, relógios, lanternas, fogareiros, uniformes, capacetes de fibra para serem usados na retaguarda e de aço para o *front*, galochões, capotes, capas etc.<sup>304</sup> –, que seu pelotão faria uso durante a campanha, deixou a seguinte anotação.

24 de outubro de 1944, terça-feira

(...) Voltando ao capacete de aço, aprendemos que ele tem mais utilidades que a específica: será nossa pia e tanque portátil, pois nele poder-se-á armazenar água para higiene individual e lavar pequenas peças de roupa. Aqui, a cada dia se aprende algo novo! (FONSECA, 2002:60).

A formação e atuação como professor somada à natureza curiosa de sua personalidade, fazem do diário uma fonte rica, tanto do ponto de vista da pesquisa empírica, quanto da documental. Por ter consciência de que estava participando de um episódio excepcional na história do país e do mundo, o major se preocupava também em registrar tudo aquilo que acreditava ser-lhe útil para o exercício do magistério. Reúne assim, informações sobre os

---

<sup>304</sup> Os equipamentos foram listados pelo major em seu diário (FONSECA, 2002:60).

lugares por onde passou em combate ou nas “tochas” e experiências da caserna, do *front* e da retaguarda, até o contato com a população italiana e com o Exército norte-americano. A constatação dessa prática, vem do próprio major que, ao ser questionado sobre o que motivou a escrita do diário, afirmou em entrevista, já em 2010: “Como professor, de Geografia e História, (...) me interessava anotar tudo que pudesse e que me valesse para dar aula.”<sup>305</sup> Nesse sentido, além das finalidades imediatas que o diário pode assumir no ato de sua escrita, é possível que outras surjam com o transcorrer do tempo. No caso do major, uma das possibilidades que se apresentava a longo prazo, era o uso pedagógico desse material. O comprometimento com a fidelidade dos registros e a importância que atribui a eles, reforçam essa ideia. Em 26 de abril de 1945 – portanto, já bem próximo da data da rendição alemã –, ao entrarem na cidade de Traversetolo<sup>306</sup>, durante uma patrulha de reconhecimento para verificar a situação face à retirada dos alemães, essas preocupações se revelam mais claramente.

(...) Ao alcançarmos o casario compacto que ladeava a estrada, uma multidão – acho que toda a população ali estava – cercou a viatura e começou a empurrá-la, enquanto nos abraçavam e nos entregavam flores e abriam garrafas de vinho espumante, que esguichavam sobre nós. Foi uma verdadeira marcha triunfante. (...) Havia gente chorando enquanto todos batiam palmas e, até a saída da cidade, um grande número de pessoas nos seguiu e não cessavam de nos desejar felicidades, exclamando: “*Auguri! Auguri!*” – Realmente, vivi momentos inesquecíveis.

De volta a San Polo, dei contas do reconhecimento e tratei de descansar e pôr em dia o diário, para não esquecer nada do que tem me acontecido nestes agitados e históricos dias que estou vivendo (FONSECA, 2002:184-185).

A escrita de si, no seu ato ou releitura, se constitui, assim, num importante fator de construção/consolidação da memória. Ao pressupor uma seleção e ordenação do vivido, o registro do cotidiano garante-lhe uma identidade narrativa que torna aquela vida memorável. Cristalizar sua memória no papel seria, portanto, uma tentativa sobreviver à própria morte, de inscrever-se no tempo. Reconhecendo-se como uma pessoa que vivia dias “históricos” e “inesquecíveis”, o major julgava importante registrá-los, não apenas para ele próprio, mas para a posteridade. A intenção de usar o diário em sala de aula sugere essa ideia: “ (...) Hoje fui conhecer Alessandria. (...) Gosto de andar a pé, e assim circulo pelos bairros, pois quero ver coisas e lugares que me sirvam para explorar nas aulas que ainda pretendo dar quando voltar à minha vida normal, querendo Deus.”<sup>307</sup> O desejo de fazer do diário uma fonte de

<sup>305</sup> Entrevista realizada, em 15 de julho de 2010, em Juiz de Fora, Minas Gerais.

<sup>306</sup> O major se encontrava então em deslocamento entre Montese e Vignola, ao sudeste de Bolonha.

<sup>307</sup> O major se refere aqui ao período em que a FEB já estava em missão de ocupação na Itália e os brasileiros

consulta para suas aulas confere aos registros, algumas vezes, um tom quase didático. Narrativas minuciosas sobre o manejo dos equipamentos, os uniformes e as ocasiões apropriadas para utilizá-los, o cotidiano no *front* (tipo de alimentação, alojamento, higiene etc), acompanhadas de descrições detalhadas sobre a geografia dos lugares pelos quais passou – durante a viagem, por exemplo, além da emoção pela travessia da linha equatorial, o major dedica várias linhas à passagem pelo Estreito de Gibraltar (FONSECA, 2002:43), a entrada no Mar Mediterrâneo<sup>308</sup> e na baía de Nápoles – e das diversas atrações turísticas que teve a oportunidade de visitar ao longo da campanha. Tudo isso é indicativo do fascínio que aquelas novidades exerciam sobre ele e, ao mesmo tempo, do possível interesse em utilizar esses registros na prática da docência.

6 de outubro de 1944, sexta-feira

Levantei-me cedo para apreciar a entrada na baía de Nápoles – nosso destino confirmado oficialmente – e não me arrependi. Foi maravilhoso! Às sete horas da manhã estávamos passando pela Ilha de Capri e pude apreciar as suas costas escarpadas e os paredões verticais, batidos pelas ondas que formavam leques de espuma e uma poeira irisada pelos raios de sol dessa manhã deslumbrante.

Nesse momento senti a estupenda sensação da grandeza e da beleza do Universo. Pensei imediatamente na onipotência do Criador e adorei-o no recôndito do meu coração, com a jaculatória que, naturalmente, meus lábios disseram: “*Sanctus, Sanctus, Sanctus, Dominus Deus Sabaoth. Pleni Sunt Caeli et terrae, majestatis gloriae tuae.*” – coisas que conservo dos tempos de seminário – mas fiquei feliz e satisfeito por ter-me unido a Deus nesse momento de rápido êxtase. Deixamos Capri (...) ao longe, divisamos o monte do Vesúvio, mas não havia nenhuma fumacinha para nos dar as boas vindas. Fiquei decepcionado! (FONSECA, 2002:45).

O cuidado na escolha das palavras e no desenvolvimento do texto revela não apenas erudição, mas também o prazer e a competência em escrever. Não era suficiente, obviamente, para alguém como o major, anotar telegraficamente o que viveu. Desse modo, multiplicam-se pelo diário: orações em latim, citações em italiano e inglês, letras de músicas, informações geográficas e históricas sobre as cidades, monumentos, igrejas e museus que teve a oportunidade de conhecer, outorgando à narrativa uma bela dose de lirismo. Gozando de oito dias de descanso em Roma, após a rendição alemã, o major escreve: “Pude então dar-me ao

---

aproveitavam a “relativa folga” para fazer “pequenas tochas” pelas vizinhanças do acampamento (FONSECA, 2002:197).

<sup>308</sup> Na ânsia de assistir a entrada do navio no Mediterrâneo, o major comete até uma pequena transgressão, como registra no dia 3 de outubro de 1944: “(...) Fiquei emocionado e foi, para mim, um maravilhoso espetáculo, que valeu a transgressão que cometi, de ficar escondido no convés após o 'darken ship', e assim fiz minha entrada no *Mare nostrum*. ” (FONSECA, 2002:44).

luxo de fazer turismo pela Cidade Eterna, disposto a usar cada minuto que a sorte me concedera” (FONSECA, 2002:218). Começando pelo museu do Vaticano, onde compareceu a uma das audiências que o Papa Pio XII concedeu às tropas aliadas, seguiu em visita ao Castelo de Santo Ângelo para apreciar as galerias dos uniformes militares e das armas de guerra. Nas Termas de Caracala, assistiu a ópera *Aída* e, por fim, subiu a escadaria da Catedral de São Pedro de onde “descortina-se um belíssimo panorama da cidade” (FONSECA, 2002:218). Todos os registros são entremeados de comentários que procuram dar conta não só da descrição do que se via mas, principalmente, das impressões que guardava daquelas experiências. No Vaticano, a benção do Papa, falando em “português correto” aos brasileiros, emocionou a todos “com suas carinhosas palavras”. Já o espetáculo nas Termas de Caracala impressionou pela “suntuosidade dos cenários e interpretação dos atores”. No topo da Catedral de São Pedro, a grande surpresa foram os belos jardins do Vaticano – “coisa que não é dada a qualquer cristão apreciar” (FONSECA, 2002:219-220). De volta a Roma, no mês seguinte, novamente de licença para descanso, anota: “(...) Nos meus passeios matinais volto aos lugares que mais apreciei: Piazza di Spangna, Trinitá dei Monti, Piazza Veneza, Piazza del Popolo, Termas de Caracala, enfim, quero levar na lembrança a visão destes lugares, para que eles nunca se apaguem da minha memória.” (FONSECA, 2002:222).

Mas não é apenas à “lembrança” que o major delega a memória destes lugares. Em algumas passagens, os próprios registros transformam o suporte em testemunha do ato da escrita de si, como em Case di Fauro onde, sob constante bombardeio alemão, deixou registrado:

10 de janeiro de 1945, quarta-feira

Dentre os jornais que aparecem por aqui, há um chamado *Cruzeiro do Sul*, e, como é natural, todos gostam de lê-los. Neste último, além das notícias, veio uma bonita poesia que apreciamos muito. Seu autor é Simonov, poeta russo e correspondente de guerra. Quero guardá-la, por isso vou copiá-la no meu diário:

Espere por mim que eu voltarei!  
Mas é preciso espera com fê e de todo o coração!  
Espere por mim!  
Na tristeza infundável dos dias de chuva,  
Espere por mim!  
Nas horas uivantes em que a neve cai,  
Espere por mim!  
Na ânsia sufocante que vem do calor,  
Espere por mim!  
Mesmo que os outros

Que esperaram por outros,  
Já tenham cessado de esperar ...  
Espere por mim!  
Espere sim,  
Que hei de enfrentar a morte ...  
Mas voltarei! (FONSECA, 2002:116)

Desconfiando da memória, o major credita ao diário a tarefa de “guardar” – a exemplo do que faz com outros vestígios – a poesia, e, desse modo, constrói para si uma “memória de papel” que congela o tempo no evento fundador de sua identidade combatente. Assim, escrevendo para ajudar a memória e, ao mesmo tempo, seduzir possíveis leitores, cristaliza uma identidade pela qual se reconhece e deseja ser reconhecido. Vale ressaltar que a tentativa de fixar o tempo através da escrita do diário, não resulta numa limitação de seu uso para diferentes finalidades, *a posteriori*. Uma vez legitimados no papel, os registros podem ser e, em geral, são apropriados por diferentes indivíduos ou grupos que se orientam de acordo com os interesses do tempo presente. O próprio autor pode assumir essa posição e fazer uso desses registros com intenções distintas daquelas que o originaram. É, então, o momento presente que, em parte, define os usos que se farão deles. Nesse sentido, o exame do diário não pode restringir-se apenas ao que ele é, mas precisa levar em consideração o que pode vir a ser. Embora datado em função de sua intenção de reter o tempo, o diário é também um porvir. Não raro, conforme indicam os estudos de Lejeune (2008:263), os diários, em especial os temáticos, podem terminar com prognósticos. Encerrada a experiência excepcional que motiva sua escrita, começam a surgir conjecturas sobre o que virá. Além disso, o ato da escrita íntima ao impor a formulação de reflexões e desafios, deixa registros que futuramente, numa releitura, podem ser reconsiderados ou, até mesmo, ressignificados. Portanto, entre o diário que é escrito e o que é lido – pelo próprio autor ou por outros leitores –, é provável que existam sensíveis variações de sentido. Enfim, seja atendendo a necessidades terapêuticas mais imediatas, seja sofrendo apropriações ao longo do tempo, o diário se configura, simultaneamente, em prática de arquivamento e instrumento de ação. Desse modo, ele não determina, necessariamente, uma forma de fixação, mas uma abertura para o movimento e a atividade. Entre muitas incertezas, o major conclui seu diário anunciando essas possibilidades de futuro.



## 7.4 O diário como instrumento de ação

17 de setembro de 1945, segunda-feira

Sentado aqui no beliche descrevo estes últimos momentos que passamos no 'AP-116 – Gen. Meighs', encerrando este diário da minha participação na II Guerra Mundial como integrante da Força Expedicionária Brasileira na Itália.

(...) Prontos para desembarcar, aguardamos a hora prevista com ansiedade; recolho-me com meus pensamentos (...). O Exército deverá me dispensar e, voltando à vida civil, começo a preocupar-me. Será que o meu emprego no Ministério do Trabalho me será restituído? Voltarei à luta no magistério, correndo escolas à procura de vaga de professor? Também não descarto a ideia de continuar no Exército, se houver oportunidade. Enfim, tudo se afigura nebuloso e me causa uma ponta de revolta íntima, pois a razão, deturpada ainda pelos percalços que sofri, sugere que tenho direitos especiais e que devo reclamá-los. O bom senso, porém, me alerta que os sofrimentos e os riscos da guerra foram cobertos pelos vencimentos triplicados, pela boa alimentação, pelo armamento moderno e pela excepcional oportunidade de servir à pátria, que tudo me proporcionou para que eu me criasse, me educasse e me tornasse um cidadão.

Vou ao convés para acalmar-me e vejo a multidão que nos aguarda no cais. Na volta ao *lounge* escrevo estas palavras finais. Gostaria de fazê-las com letras de ouro e, no momento, volto o pensamento para Deus. Agradeço-Lhe do fundo do meu coração por ter-me protegido todo esse tempo e rendo-Lhe graças pelas vitórias que alcançamos; peço-Lhe pelo repouso eterno dos companheiros mortos da nossa 4ª Companhia: sargento Miguel, soldados Américo Rocha, Costa, Nogueira, Carmo, Borges, Jamil e Simião. (...) Como no Capistrano, aguardo a ordem do Comandante Supremo da Vida: Em frente, marche! (FONSECA, 2002:229-230).

O balanço de sua participação na guerra e as suposições sobre o futuro registradas na última página do diário, permitem colocar em perspectiva a força mobilizadora que a escrita de si pode assumir em determinados contextos. Tal contingência nos remete, por sua vez, ao que se convencionou chamar, na historiografia francesa, de “dever de memória”. Motivo de polêmica entre os próprios historiadores – que assumem posições divergentes quanto ao “bom uso” ou “abuso” da memória nas sociedades contemporâneas –, os debates sobre o dever de memória sugerem questões relevantes que atualizam antigas disputas memórias sobre a FEB. Com sua gênese datada na década de 1990, a categoria ultrapassou os limites das discussões acadêmicas, difundindo-se rapidamente no espaço público, principalmente através de discursos que evocam “a ideia de que as memórias de sofrimento e opressão geram obrigações, por parte do Estado e da sociedade, em relação às comunidades portadoras dessas memórias” (HEYMANN, 2007:18). Por isso, torna-se especialmente interessante analisar, por um lado, as relações dos ex-combatentes da FEB com suas próprias memórias e, por outro,

seus desdobramentos em demandas por políticas de reparação.

Preocupação explícita na citação do diário, a luta por direitos era sentida, como razão e emoção, e já se anunciava como uma necessidade para os ex-combatentes, antes mesmo da chegada no Brasil. No entanto, as reivindicações do grupo não se limitariam ao campo da reparação material e, pouco tempo após o retorno à pátria, avançariam rapidamente no caminho do associativismo como forma de obter, para além das indenizações, pensões e outros “benefícios”, como visibilidade e reconhecimento. É nessas circunstâncias que a primeira associação de ex-combatentes foi criada no Rio de Janeiro, ainda em outubro de 1945 e, em curto espaço de tempo, várias outras do mesmo tipo se espalham por diversos estados brasileiros. Enquanto agentes fundamentais para o exercício do dever de memória – compreendido não somente em sua perspectiva de culto ao passado, mas igualmente em função de ações visando ganhos no campo político e judicial – as associações e seus associados, através de seus discursos e práticas, conferem à memória o atributo de legitimar reivindicações. Dentre essas práticas, a escrita de si assume grande centralidade, revelando-se, assim, como importante recurso mobilizador para a luta. Desse modo, se por um lado, o uso do diário, considerado em sua forma mais primordial – a do arquivo e da guarda de memória propriamente dita – pode sugerir, equivocadamente, inércia; por outro, sua utilização como instrumento de luta potencializa o efeito catalisador que a escrita de si assume em determinados contextos.

Escrever é também, nesses casos, uma maneira de resistir. Resistência entendida não apenas como luta contra o esquecimento, mas como investimento que se projeta no futuro, demarcando territórios no campo das disputas e demandas memoriais. A questão situa-se, portanto, nos limites do debate acerca do dever de memória, contrapondo o “excesso” de lembrança ao esquecimento. Dois extremos que variam em função das diversas leituras a que estão sujeitas às memórias nas histórias nacionais. Assim, se em determinados países, como por exemplo a França, o excesso de memória, traduzido pela política das grandes comemorações e rememorações, pode levar a abusos; em outros, como é o caso dos países marcados pela experiência do totalitarismo, o “perigo” do esquecimento, imposto pelo próprio regime, pode favorecer a manipulações político-ideológicas da memória. Nesse sentido, a problemática do culto à memória – ou do esquecimento – e, consequentemente, de sua vulnerabilidade a usos e manipulações, se estabelece através do próprio caráter seletivo da lembrança. Lembrar e esquecer são, dessa forma, práticas que se situam fora do campo da

passividade porque, em ambos os casos, o que temos é um trabalho ativo de escolha e incorporação. Esquecer não significa assim extinguir, mas reter seletivamente, para usar a metáfora nietzschiana, digerir (NITZCHE, 2006). Isso porque a digestão não determina o aniquilamento e, sim, pressupõe a assimilação. Como no trabalho de esquecimento, nem tudo é dispensado e nem tudo é retido. Assim, o esquecimento incorpora à memória aquilo que foi “digerido” e dispensa o que não pode ser assimilado. No entanto, ele não deve ser visto como uma ameaça à memória, na medida em que, ela própria é também seletiva. A pretensão de uma memória total, que nada esquece, seria comparável a anomalia de um trabalho de digestão que tudo assimila. Esquecer é, nessa perspectiva, uma atividade que torna possível lidar com a própria característica da memória, que é de não processar e reter todas as experiências. Insistindo na metáfora, pode-se dizer então que o excesso de memória seria como uma “incapacidade digestiva” e, conseqüentemente, que o esquecimento é, em grande parte, responsável por regular os possíveis abusos da memória.

Dai a indissociabilidade entre trabalho de memória e trabalho de esquecimento, reafirmado por Todorov (2000), ao criticar o que considera excessos do dever de memória. Procurando distinguir o “bom” uso do abuso da memória, o autor identifica duas formas de reminiscência de um acontecimento, as quais classifica como “literal” e “exemplar”. No primeiro caso, a memória é cultuada em sua literalidade, na tentativa de estabelecer uma continuidade entre o passado sensível e o presente através da projeção dos traumas experimentados outrora e na atualidade. É nesse contexto que, segundo Todorov, o discurso da vitimização ganha força entre os defensores do dever de memória. Na busca por reconhecimento, assumem o papel de vítimas, reivindicando políticas de reparação por parte do Estado e da sociedade, na tentativa de assegurar benefícios e privilégios – acusação que constantemente recai sob os ex-combatentes em geral e, em especial, os da FEB, por conta do “esquecimento” que consideram sofrer. Já no caso da memória “exemplar”, a intenção é, sem negar a singularidade dos fatos que a originam, considerá-la de forma generalizada, transformando o passado em princípio de ação para combater as injustiças no presente. Diferentemente da memória “literal”, cuja finalidade se resume a perenizar as lembranças contra toda forma de esquecimento – não encontrando assim propósito fora de si mesma o que, para Todorov, caracterizaria seu “mau uso” ou abuso –, a memória “exemplar” se aproxima mais do senso de justiça, deixando de lado o discurso da vitimização. No entanto, vale ressaltar que a fronteira entre esses dois tipos de memória é fluida. Isso equivale a dizer

que, se na teoria, essa separação pode ser proposta; na prática, é uma tarefa difícil, porque, constantemente, existem deslocamentos.

Nesse sentido, para que a memória sirva de “exemplo” e que se possa tirar dela uma “lição”, é necessário fazer um trabalho semelhante ao do luto, que consiste na assimilação da dor, e não no seu esquecimento, como forma de reconciliação com o passado traumático – desafio que, a despeito de terem transcorridos mais de 60 anos do término da Segunda Guerra Mundial, continua sendo motivo de polêmicas, como foi possível acompanhar<sup>309</sup> nas disputas memoriais que se travaram no início do século XXI em torno da questão de fechamento da *Casa da FEB*. Vencendo os traumas, seria possível construir uma memória “pacificada” e se valer dela como aprendizado, abrindo caminho para as generalizações. Ao se libertar do trauma que remete ao passado, a memória assume, portanto, seu valor exemplar, orientando ações para o futuro.

As discussões acerca do dever de memória esbarram, invariavelmente, na fronteira das relações entre história e memória, promovendo a renovação de antigos debates ao contribuir para a revisão da clássica oposição entre a memória carregada de sensibilidades e subjetividades e a história detentora da verdade. Para Ricoeur (2007), reside justamente na verdade, apontada muitas vezes como o principal elemento de distinção entre história e memória, sua característica comum. Isso porque, na pretensão de ser fiel à verdade histórica, a busca pelo passado acaba por colocar em cheque a falsa ideia da equivalência memória e imaginação. Ao contrário da imaginação que se relaciona à ficção e à ilusão, a memória – apesar de sua vulnerabilidade a usos e manipulações – visa à realidade e à verdade. É, portanto, em nome da ambição pela verdade que memória e história se encontram, mesmo que seus sentidos de verdade não sejam os mesmos.

Por um lado, criticando o excesso de memória e, por outro, o de esquecimento, Ricoeur (2007) questiona também a própria concepção do dever de memória, defendendo o que nomeia como uma “política de justa memória”. O autor opõe ao dever de memória, a ideia do trabalho de memória que se afasta do imperativo da obrigação, libertando as vítimas da história de sua posição de credores da memória. Sua crítica se concentra no fato de que o dever de memória, ao mesmo tempo em que se origina de uma necessidade da sociedade, se constitui numa imposição relacionada à ideia de justiça. Nessa perspectiva, o dever de memória combinaria a dimensão “veritativa” da memória com as possibilidades de uso dessa

---

<sup>309</sup> Tal questão foi discutida mais detalhadamente na introdução deste trabalho.

memória. Por estar essencialmente relacionada à gestão de passados sensíveis e às disputas identitárias em busca de reconhecimento e reparação, a categoria – que em sua origem remonta à memória traumática da França de Vichy – torna-se bastante útil na análise da construção da memória dos ex-combatentes da FEB, na medida em que permite investigar a relação lembrança/esquecimento na chave do reconhecimento/ressentimento.

Nesse caso, a afirmação do dever de memória remete à ideia de que os ex-combatentes, especialmente aqueles que se filiaram às associações enquanto grupo vitimado pela dor – seja no passado pelos traumas da guerra, seja no presente pelo esquecimento a que se sentem relegados pela sociedade, de modo geral, e pelo Estado e Exército, em particular – pode reclamar não apenas o direito de comemorar sua memória, como também de reivindicar o reconhecimento público de seu sofrimento e a adoção de políticas de reparação. Argumentar em favor do dever de memória significa, desse modo, afirmar que o reconhecimento da dor autoriza determinadas reivindicações, sobretudo quando os responsáveis por esse sofrimento são instituições públicas nacionais. Assim, sejam de natureza material ou simbólica, as políticas de reparação conferem visibilidade aos grupos vitimados pelo sofrimento, possibilitando que, enfim, encontrem espaço no cenário nacional. Mais atuantes, tais grupos aumentam as chances de agregar forças em prol de suas causas e pressionar o poder público a adotar medidas que alterem a condição de exclusão e esquecimento a que se encontram submetidos. A adoção de políticas de reparação por parte dessas instituições equivaleria, por assim dizer, a um “pedido de perdão” que, se aceito, resultaria na superação do trauma e na consolidação de uma memória pacificada com o passado. Um exercício de anamnese que Ricoeur compara ao de luto, e que não se resume ao esquecimento do passado sensível. Ao contrário, ele o rememora, sem cólera, em uma luta por justiça.

É portanto, através do trabalho de memória, que a vivência do luto cria condições para a luta e, nesse combate, a escrita de si pode ser uma poderosa aliada. Enquanto estratégia de mobilização para a ação, é capaz de assegurar espaços de resistência em meio a diferentes grupos portadores de memórias concorrentes, responsáveis por demandas, materiais e memoriais, evocadas pela ideia do “*dever*”. No caso do diário do major, esse tipo de uso se dá *à posteriori* – orientado a partir das necessidades do presente – sem o imediatismo que podemos identificar quando a finalidade é a da catarse ou do refúgio. Nesse sentido, os registros do diário em que se pode identificar claramente essa intenção são escassos, a exemplo da citação em destaque na abertura desse tópico. Mas, ainda assim, são bastante

significativos, no sentido de anunciar tal possibilidade. Em meio às incertezas no que diz a respeito da readaptação à vida civil, que ficam explícitas na última página do diário – “Será que o meu emprego no Ministério do Trabalho me será restituído? Voltarei à luta no magistério (...)?” (FONSECA, 2002:229-230) –, figura a certeza de que os riscos que correu no *front* italiano deveriam lhe assegurar “direitos especiais” e o major se diz pronto a reclamá-los. Muitos anos mais tarde, ele próprio observa, a título de balanço, algumas reflexões sobre sua produção, que vão ao encontro da premissa do uso da escrita de si como instrumento de luta, no prólogo de seu diário publicado em livro:

Aos oitenta e tantos anos, relendo o que registrei há mais de 50, em três cadernos amarelados e manchados pelo suor e pela umidade das chuvas e da neve da Itália, surpreendo-me com um sorriso maroto, meio de saudade, meio de prazer, por me reconhecer sem neuroses, sem revolta e até mesmo orgulhoso por ter resistido e superado as possíveis sequelas que os dias de combate no *front* deixaram em tantos companheiros.

Com minhas atuais circunstâncias, sinto que sou o mesmo indivíduo e não me considero um predestinado, embora admita que somente com a proteção de Deus, em quem sempre confiei, me tenha preservado a vida e a saúde.

Cioso de minha condição de veterano da FEB, descarto toda a pretensão material, além daquelas que as leis me asseguram pelos modestos serviços que pude prestar ao Exército e à pátria na luta contra a opressão, e é justamente por isso que reivindico uma das faces da glória, assinaladas em livro<sup>310</sup>, por um jovem e vibrante jornalista. Refiro-me àquela que põe à prova a fé, o valor, a coragem, o brio, o desprendimento e a vontade inexorável de cumprir o dever, mesmo com o empenho da própria vida, e tudo isso com o *fair-play* e a versatilidade do brasileiro.

Assim, reclamo e assumo a minha face da glória (FONSECA, 2002).<sup>311</sup>

Longe de representar a prática da escrita como uma forma de passividade, o registro revela que, mesmo depois de mais de cinquenta anos, a luta por reconhecimento do major e, consequentemente, do grupo no qual ele se insere, ainda estava em curso. Mais do que uma luta por direitos – que a essa altura já não era uma grande preocupação, uma vez que a maior parte deles se encontravam assegurados por lei<sup>312</sup> – o que está em jogo é o esforço em conferir visibilidade e reconhecimento públicos à memória daqueles que, durante a Segunda Guerra Mundial, combateram na Itália como integrantes da FEB. Sendo assim, a memória não é apenas fruto da capacidade de armazenar, recuperar e adquirir informações, mas de um desejo ativo de permanecer na lembrança que transforma sua preservação em projeto de vida. O

<sup>310</sup> O major refere-se aqui à obra de William Waak (1985), intitulada “As duas faces da glória”, que teve grande repercussão entre os ex-combatentes da FEB.

<sup>311</sup> Prólogo do diário publicado.

<sup>312</sup> Fiz referência à legislação do ex-combatente no quinto capítulo deste trabalho.

envolvimento e dedicação do major, e de tantos outros ex-combatentes, à ANVFEB do Rio de Janeiro e, posteriormente, a ANVFEB de Juiz de Fora evidenciam o investimento, material e emocional, na luta por esse reconhecimento. Em meio a ela emergem questões relacionadas às políticas de reparação que atuam decisivamente no processo de consolidação de leis e de ações afirmativas, ao mesmo tempo, abrindo caminho para as disputas pela inclusão nos debates históricos e no calendário de comemorações nacionais, na intenção de reverter o “excesso de esquecimento” que define a inexistência dessas memórias. Assim, se em parte, o ato de lembrar e comemorar a memória de um determinado grupo está intimamente ligado ao reconhecimento público de seu valor – aumentando as chances de reparação e “glória” –, em contrapartida, é sua invisibilidade social resultante do “excesso de esquecimento” que, em grande medida, alimenta ressentimentos.

Ainda hoje uma questão a ser superada, os ressentimentos constituem uma das marcas das memórias construídas pelos ex-combatentes da FEB. A repetição exaustiva do passado traumático cria entraves para a compreensão e o perdão, dando origem ao que, psicanaliticamente, se chama de recalque. Nesses casos, em que lembrar é mais importante do que esquecer, os ressentimentos se manifestam fundamentando uma memória resistente a entendimentos. Diante da impossibilidade de compreender, o indivíduo torna-se também incapaz de perdoar. Ressentir-se é, portanto, não querer compreender, o que inviabiliza o perdão. Preso a um “passado que não passa”, para usar a expressão cunhada por Henry Rousso ao discutir a “síndrome de Vichy”, o ressentido não é capaz de se desligar das lembranças dolorosas. A impotência na superação da dor, obstáculo no qual reside o ressentimento, representa então um impeditivo para a reconciliação com o passado. Processo essencial para a construção de uma “memória feliz” (RICOEUR, 2007), a reconciliação só é possível através da realização do trabalho de luto que busca superar a dor, deslocando o foco da perda para a compreensão da ruptura que ela representa.

Do alto dos seus “oitenta e poucos anos”, a reivindicação imperativa do major por reconhecimento soa quase como um protesto. A despeito dos esforços empreendidos pelos agentes envolvidos nos processos de construção da memória da FEB – entre outros: o Estado, o Exército e as associações de ex-combatentes –, a urgência em reclamar “uma face da glória” denuncia, por um lado, que em alguns casos os ressentimentos podem ainda não ter sido totalmente superados e, por outro, que a luta por reconhecimento não parece ter obtido, ainda, o resultado esperado. Enfim, plenas de nuances e variações, pode-se concluir que as memórias

que se guardam sobre a FEB e seus combatentes se encontram, mesmo após quase setenta anos, em permanente disputa e resignificação.





(Figura 1) Desenho do major da Casa di Cordetta, Natal de 1944. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.



(Figura 2) Desenho do major lendo cartas ao pé da lareira em Bella Vista, fevereiro de 1944. Coleção privada do major Ruy de Oliveira Fonseca.

# Epílogo

---

Juiz de Fora, setembro de 2008.

À professora Patrícia, mestra em História, que por primeiro pensou e até tentou a publicação destas “Reminiscências”; entrego-lhas agora, com bastante atraso, mas ainda a tempo de serviço como achegas a sua tese de doutorado.

Assim espero, com cordial abraço, Ruy de Oliveira Fonseca.

É recorrente no campo científico a discussão sobre as relações entre o pesquisador e seu objeto de pesquisa. Vulnerável à ação da subjetividade, o pesquisador não está livre de produzir, invariavelmente, interferências no campo que investiga. A dedicatória do diário publicado em livro que o major Ruy me ofertou quando voltamos a estabelecer contato, em 2008, por ocasião da minha preparação para o exame de ingresso no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais da Fundação Getúlio Vargas, é um indício disso. A partir daquele nosso primeiro contato, há doze anos atrás, a publicação dos originais do diário passou a figurar como uma possibilidade que, nos anos seguintes, se transformou num projeto familiar de reconhecimento e preservação memorial e, como tal, se encontra contemplado nesta tese. Assim, de forma análoga, o próprio pesquisador é, direta ou indiretamente, afetado pelas mudanças que ocorrem no campo sobre o qual se debruça. De modo que, ao escrever sobre o major Ruy, escrevo também, em alguma medida, sobre mim – sobre a relação intersubjetiva pesquisador/pesquisado.

Vale destacar, que o comentário não guarda qualquer pretensão egocêntrica, nem se presta a justificar uma possível ausência de rigor acadêmico. Na verdade, demarcar tais mudanças e interferências, é fundamental para acompanhar as novas configurações que redefinem constantemente os contornos do campo memorial sobre a FEB. A mais recente delas, para efeito deste trabalho, foi a morte do major Ruy, em 20 de outubro de 2012, aos 97 anos. O falecimento teve pouca repercussão fora do círculo de sociabilidade das associações de ex-combatentes.<sup>313</sup> O segundo tenente Sérgio Pinto Monteiro, presidente do Conselho Nacional de Oficiais R/2 do Brasil (CNOR), instituição que mantém uma relação próxima com as associações, declarou luto oficial de cinco dias.

---

<sup>313</sup> Algumas delas estão disponíveis em: <<http://olapaazul.com/2012/10/21/major-ruy-e-os-olhos-do-mundo/>> e <<http://colunaacontecendo.blogspot.com.br/2012/10/nota-de-falecimento.html>>. Acesso em: dezembro de 2012.

Até o final da vida, o major manteve-se atuante na associação de veteranos em Juiz de Fora (ANVFEB/JF), onde estive em julho de 2010, para realizar, o que viria a ser, nossa última entrevista. Às vésperas de uma viagem de 15 dias para a Itália, mostrava-se bem disposto e entusiasmado. Acompanhado da esposa, do filho e da nora, iria refazer o caminho que percorreu com seu pelotão há sessenta e cinco anos atrás. Essa aventura encerrava, para o veterano de 95 anos, o desejo de reviver, ainda que fortuitamente, o vigor e brio do jovem tenente de infantaria que, em 1944, foi enviado para lutar no *front* italiano durante a Segunda Guerra Mundial. Um esforço desta monta, que precisou do aval de um laudo médico, não deixa dúvidas quanto à relevância da experiência da guerra na construção de sua identidade. Sua morte, juntamente com a de muitos outros companheiros de *front* nas últimas décadas, fecha mais um capítulo da história da FEB, deixando no ar a possibilidade de novas redefinições neste campo de pesquisa.

Atualmente, as associações buscam alternativas para sobreviverem à morte dos veteranos. Em alguns casos, como na Associação Nacional de Veteranos da FEB (ANVFEB), seção Juiz de Fora, a solução encontrada foi a fusão com a Associação Militares da Reserva (AMIR). Em tese, a permanente renovação dos quadros de militares na reserva garantiria a preservação da memória da FEB. Na prática, a “presença” da FEB, se limita à frequência de um número cada vez mais reduzido de associados e à manutenção de uma modesta biblioteca e uma sala, chamada de museu. Nela estão em exposição alguns cartazes e medalhas que registram a participação da FEB na guerra: ou seja, a ultrapassada noção de museu como cemitério de coisas mortas. Assim, sem o devido investimento, financeiro e humano, em estratégias que assegurem a perenidade dessa memória, possivelmente, esta “solução” está fadada ao fracasso, ao esquecimento.

No caso da ANVFEB do Rio de Janeiro, buscou-se parceria com uma empresa privada, *Tecnolach*<sup>314</sup>, que financiou a reforma de todo o espaço interno do prédio, instalando equipamentos modernos que, em nada lembram, os móveis da década de 50 que dividiam espaço com os veteranos quando visitei a associação, em 1997, pela primeira vez. A sala de convivência, onde existiam mesas de sinuca e de carteadado e, por isso, ponto de encontro dos associados, também deixou de existir, dando lugar a uma espaçosa sala de reuniões. Como se vê e sente, a caracterização da associação enquanto lugar de sociabilidade não cabe mais nesse contexto. Por outro lado, pode-se dizer que a associação enquanto instituição de guarda

---

<sup>314</sup> Fiz referência ao episódio na introdução deste trabalho.

de memória se fortaleceu. No entanto, cabe perguntar qual é o projeto memorial que se pretende preservar? Alguns investimentos têm sido feitos nos últimos dois anos, especialmente, com o intuito de incentivar e atrair pessoas interessadas na preservação das memórias da FEB. Esses investimentos, ao mesmo tempo que atraem novos associados, acabam sendo motivos de divergências e novas cisões internas. O episódio descrito na introdução deste trabalho, ocorrido em 2009, é um bom exemplo.

A heterogeneidade na composição da atual diretoria da associação também é um indicativo das mudanças que estão em curso. De acordo com o último boletim informativo da ANVFEB, de agosto 2012<sup>315</sup>, dos doze cargos que compõem a direção central – entre outros, presidência, vice-presidência, secretaria e tesouraria, patrimônio, educação cívica e cultural, coordenação das seções regionais, biblioteca e arquivo da FEB – apenas um é ocupado por um veterano. O cabo José Cândido da Silva, citado nas páginas desta tese, ocupa o setor de promoção social e recreação, função que já exercia desde a época em que o entrevistei, em 1998, durante o mestrado. Os outros, são ocupados por viúvas e filhos de veteranos, um advogado e a presidência e vice-presidência, respectivamente, pelo general da reserva Márcio Rosendo de Mello<sup>316</sup> e João Henrique Barone<sup>317</sup>. Dos outros trinta e três cargos que compõem o Conselho Deliberativo, o Conselho Fiscal e seus suplentes, somente dez são veteranos da FEB. O boletim anuncia também o II Ciclo de Encontros Febianos<sup>318</sup> realizado no segundo semestre de 2012. No entanto, além das reuniões periódicas do Conselho Deliberativo e da festa de final de ano, a única palestra confirmada no planejamento era a que seria apresentada pelos irmãos Barone, sob o título “A FEB na Segunda Guerra Mundial”. Indiscutivelmente, configura-se desse modo, um universo bastante distinto daquele de fins da década de 1990, em que os veteranos eram uma maioria atuante.

Quais serão os impactos dessas mudanças na preservação das memórias da FEB e no papel das associações? A pergunta permanece ainda sem resposta. Entretanto, se é muito cedo para arriscar algumas hipóteses, já é possível notar que com a morte dos veteranos, as

---

<sup>315</sup> É possível conferir no boletim a lista completa dos cargos e nomes que ocupam no mandato atual (2011-2013). Disponível em: < <http://www.cml.eb.mil.br/informativos/informativoanvfeb.pdf> >. Acesso em: dez de 2012.

<sup>316</sup> Segundo vice-presidente do Clube Militar.

<sup>317</sup> Irmão do baterista da banda “Paralamas do Sucesso”, João Barone, um “entusiasta” da Segunda Guerra Mundial e da FEB. Em 2006, lançou o documentário “*Um brasileiro no dia D*”, sobre as comemorações dos 60 anos do desembarque aliado na Normandia. Ambos são filhos de ex-combatente da FEB.

<sup>318</sup> O I Ciclo de Encontros Febianos, realizou-se no segundo semestre de 2011. A maioria das palestras foi proferida por oficiais da ativa e da reserva. Mais informações sobre o encontro disponíveis em: < <http://www.portalfeb.com.br/encerramento-do-primeiro-ciclo-de-encontros-febianos-2011> >. Acesso em: dez 2012.

memórias da FEB vêm passando por um novo tipo de enquadramento. Novos sujeitos políticos se fazem presentes nesse campo ainda marcado pelas disputas memoriais. Investigar essas disputas, equivaleria a sempre caminhar no fio da navalha, correndo o risco de reproduzir versões memoriais antagônicas que, na maioria das vezes, não dão conta de explicar o quão diversificado e fragmentado se configura esse campo de batalha. Em determinados contextos históricos, esses antagonismos ganham cores fortes, como se viu no pós-1945, especialmente após 1947; em outros se dissolvem, em alguma medida, sob a forma de barganha por direitos, como no período do regime civil militar. Em outros ainda, podem adquirir contornos mais conciliatórios, como se delinearam, em parte, após a Constituição de 1988, porém, nunca isento de tensões.

Assim, esse epílogo não quer apresentar conclusões. Prefere imaginar novas perguntas. As sucessivas transformações nesse campo memorial, – espaço de embate e interação entre sujeitos que o integram – estão diretamente ligadas aos usos políticos dessa memória ao longo do tempo. Desse modo, delineiam um processo de disputa que permanece inconcluso. Nesse contexto, a morte dos veteranos da FEB passa a ser um ponto de inflexão. Podemos supor que essa ausência resulte no seu silenciamento e, por fim, no seu esquecimento. Ou, a exemplo do que ensina Saramago, considerar que suas memórias engendrarão novos diálogos.

A viagem não acaba nunca. Só os viajantes acabam. E mesmo estes podem prolongar-se em memória, em lembrança, em narrativa. (...) O fim de uma viagem é apenas o começo de outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o que se viu já, ver na primavera o que se vira no verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol onde primeiramente a chuva caía, ver a seara verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de lugar, a sombra que aqui não estava. É preciso voltar aos passos que foram dados, para repetir e para traçar caminhos novos ao lado deles. É preciso recomeçar a viagem. Sempre (SARAMAGO, 1997:387).

## Referências Bibliográficas

### 1. Fontes Primárias

#### 1.1 Livros

ARRUDA, Demócrito C. et al. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Cobraci, 1949.

FONSECA, Ruy de Oliveira. *Uma face da glória. Reminiscências e diário de campanha*. Rio de Janeiro: Ed. Ágora da Ilha, 2002.

MORAES, João B. Mascarenhas de. *A FEB pelo seu comandante*. São Paulo: Ipê, 1947.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Rio de Janeiro. B.E.E e J. Olympio, 1969.

#### 1.2 Periódicos

*A Manhã*, Rio de Janeiro, julho/1945.

*A Noite*, Rio de Janeiro, julho/1945.

*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, julho/1945.

*Diário Carioca*, Rio de Janeiro, julho/1945.

*Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, julho/1945.

*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, julho/1945.

*O Globo*, Rio de Janeiro, set/1957.

*O Jornal*, Rio de Janeiro, julho/1945.

## 2. Livros e Artigos

ABREU, Marcelo Santos de. *Os mártires da causa paulista: culto aos mortos e usos políticos da Revolução Constitucionalista de 1932 (1932-1957)*. 2010. 310 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2010.

ALVES, Vágner C. *Da Itália à Coreia: decisões sobre ir ou não à guerra*. 2007. Tese – Universidade Federal da Minas Gerais. Belo Horizonte. 2007.

ALLPORT, Alan, *Demobbed. Coming Home After the Second World War*. New Haven, CT., London: Yale University Press, 2009.

ALTSCHULER, Glenn C. & BLUMIN, Stuart M. *The G.I. Bill: A New Deal for Veterans*. New York: Oxford University Press, 2009.

ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 10ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

ARTIÈRE, Philippe. Arquivar a própria vida In: Arquivos pessoais. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, vol 11, nº 21, 1998.

BARBOSA, João Felipe Sampaio. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e consequências. *A Defesa Nacional*. Rio de Janeiro, Ano 71, Nº 719, mai./jun. 1985.

BARROS, Myriam Moraes Lins de. Memória e família. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. vol. 2, nº 3, 1989.

BATISTA, Patrícia Pereira. Semelhanças e diferenças entre *blogs* confessionais e diários íntimos. *Contemporânea*, Rio de Janeiro, ed. 15, v.8, n.2, 2010. p . 53-69.

BENNETT, Michael J. *When Dreams Came True: the G.I. Bill and the Making of Modern America*. Washington: Brassey's, 1996.

BICHUETTE, Stela de Castro. Sebastianópolis, ou o Rio de Janeiro em vários tons. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, v. 2, p. Artigo número 9, 2008.

BONAFÉ, Luigi. *Como se faz um herói republicano: Joaquim Nabuco e a república*. 2008. 280 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BONALUME NETO, Ricardo. *A nossa Segunda Guerra, os brasileiros em combate 1942-1945*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

BORGES, Jorge L. *Elogio da sombra*. Porto Alegre: Ed. Globo, 2001.

BORGES, Vavy Pacheco. *Memória paulista*. São Paulo, Ed.USP, 1997.

BOSI, Ecléia. *Memória e sociedade*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.; AMADO, J. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

BRAYNER, Floriano de Lima. *A Verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

CALLIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998

CÂMARA, Riram de Freitas. *Marechal José Pessoa: a força de um ideal*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. 10ª ed. São Paulo: Editora Pensamento Ltda., 1997.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da Malandragem. In: *O Discurso e a Cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo, Brasiliense, 1981.

CARLYLE, Thomas. *Os heróis*. Lisboa: Guimarães Ed., 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.



CASTRO, Celso. *O espírito militar: um antropólogo na caserna*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 14, 1994.

\_\_\_\_\_. Entre Caxias e Osório: a criação do culto ao patrono do Exército Brasileiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, nº 25, 2000.

\_\_\_\_\_. *A invenção do Exército Brasileiro*. RJ: Jorge Zahar Ed., 2002.

\_\_\_\_\_. O diário da Bernardina. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. e LEIRNER, Piero. *Antropologia dos militares*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, José Amado e CATROGA, Fernando (orgs.). *História da história em Portugal, sécs. XIX – XX*. Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. p. 547-671.

CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa, Difel, 1989.

CORSI, Francisco L. Política externa, projeto nacional e política econômica ao final do Estado Novo. *Política & Sociedade*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 7, nº 12, abril de 2008.

COSTA, Márcio B. 2006. 250 f. *A memória entre duas guerras: uma história da memória dos veteranos da FEB*. Dissertação (Mestrado em História), UFMG, 2006.

COSTA, Marco Antônio Tavares de. *A Força Expedicionária Brasileira: memórias de um conflito*. 2009. 256f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora/MG, 2009.

CUNHA, Paulo R. da. *Um olhar à esquerda. A utopia tenentista na construção do*

*pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/Fapesp, 2002.

\_\_\_\_\_. Um manifesto elaborado no calor das batalhas. In: PENNA, Lincoln (org.). *Manifestos Políticos do Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p. 181-199.

\_\_\_\_\_. Comunismo e Forças Armadas: uma relação dialeticamente conflituosa. *Revista Mourão*. Ano 3, nº. 05, julho de 2011. p. 105-116.

CYTRYNOWICZ, Roney. *Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Geração Editorial/Edusp, 2000.

DALE, Robert. *Re-adjusting to life after war: the demobilization of Red Army veterans in Leningrad and the Leningrad region 1944-1950*. 2010. 319 f. Tese (Doutorado em História) – Queen Mary, University of London, 2010.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O fio da meada. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.17, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Era Vargas*. São Paulo: Moderna, 1998.

DERRIDA, J. *Pardoner: l'impardonnable et l'imprescriptible*. Paris: Ed. Galilée, 2012.

ELÍADE, Mircea. *Mito e realidade*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FERRAZ, Francisco C. A. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945–2000)*. 2002. 396 f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2002.

\_\_\_\_\_. As Guerras Mundiais e seus veteranos: uma abordagem comparativa. *Revista Brasileira de História*, v. 28, p. 463-486, 2008.

FERREIRA, Marieta de M. Diário pessoal, autobiografia e fontes orais: a trajetória de Pierre Deffontaines. In: *X International Oral History Conference*, 1998, Rio de Janeiro. Oral History: Challenges for the 21st Century. Rio de Janeiro: Editora FGV/Fiocruz, 1998.

FICO, Carlos. *Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GARCIA, Eugênio V. De como o Brasil quase se tornou membro permanente do Conselho de Segurança da ONU em 1945. *Revista brasileira de política internacional*. Vol. 54, nº1, Brasília, 2011.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e Mitologias Políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOMES, Ângela de Castro (dir.). *Regionalismo e centralização política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *A invenção do trabalhismo*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Relume Dumará, 1994.

\_\_\_\_\_. A guardiã da memória. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v.9, n.1/2, 1996.

\_\_\_\_\_. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

\_\_\_\_\_. “Propaganda política, construção do tempo e do mito Vargas: o Calendário de 1940.” In: BASTOS, Elide Rugai; RIDENTI, Marcelo; ROLLAND, Denis (orgs.). *Intelectuais: sociedade e política, Brasil-França*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 112-145.

\_\_\_\_\_. Escrita de si, escrita da história: a título de prólogo. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

GONÇALVES, João Felipe. *Vida, glória e morte de Rui Barbosa: a construção de um herói nacional*. Rio de Janeiro: UFRJ / MN / PPGAS, 1999.

HANSEN, P. S. Em marcha! Olavo Bilac e as trajetórias da Liga da Defesa Nacional e da Liga Nacionalista de São Paulo. SILVA, G. B.; MATOS, J. S.; SCHURSTER, K. (orgs.) *Campos da Política: práticas e discursos*. São Paulo: Editora LP-Books, 2012, p. 159-181.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia hist.* [online]. 2006, v. 22, n. 36, p. 261-273.

HÉBRARD, Jean. Por uma Bibliografia Material das Escritas Ordinárias: o espaço gráfico do caderno escolar (França - Séculos XIX e XX). *Revista Brasileira de História da Educação*, SBHE, n. 1, jan./jun. 2001. p. 115-142.

HEYMANN, L. Q. O "devoir de mémoire" na França contemporânea: entre memória, história, legislação e direitos. In: Ângela de Castro Gomes. (Org.). *Direitos e cidadania: memória, política e cultura*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 15-43.

\_\_\_\_\_. Memórias da elite: arquivos, instituições e projetos memoriais. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, 2011. p. 77-94.

HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil: a espionagem alemã e a contra espionagem aliada no Brasil, 1939-1945*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

HUMES, Edward. *Over Here: How the G.I. Bill Transformed the American Dream*. Orlando, Harcourt, 2006.

HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

KOMESU, Fabiana C. *Entre o público e o privado: um jogo enunciativo na constituição do escrevente de blogs na internet*. 2005. 1v. 258p. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*. De la guerre d' Espagne à la Liberation. Paris, Seuil, 2003.

LEJEUNE, Philippe. O pacto autobiográfico. De Rousseau à internet. Trad. Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOVE, Joseph. *A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1989-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1982.

LUNA, Sandra; SOUSA, Harlon Homem de Lacerda. Carnavais e malandros: os heróis. In: *XI Congresso Internacional da ABRALIC*. São Paulo, USP-SP, 2008.

MARQUEZ, Gabriel García. *Viver para Contar*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MARTINEZ, Mônica. *Jornada do Herói: a estrutura mítica na construção de história de vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2008.

MATTOS, Hebe M; GRINBERG, Keila. Lapidário de si: Antônio Pereira Rebolças e a escrita de si. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MAUAD, Ana M. Discurso sobre a morte consumada – Monumento aos pracinhas. In: *Cidade Vaidosa. Imagens urbanas do Rio de Janeiro*. RJ, Editora Sete Letras, 1999.

\_\_\_\_\_.; MUAZE, Mariana. A escrita da intimidade: história e memória no diário da viscondessa do Arcozelo. In: GOMES, A. de C. (Org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

MAYBIN, Janet. Death row penfriends: some effects of letter writing on identity and relationships. In: BARTON, David and HALL, Nigel (eds). *Letter Writing as a Social Practice*. Amsterdam: John Benjamins, 1999. p. 151–177.

MELLO, J. L. R. (Org.). *A legislação do ex-combatente*. Compilada e organizada pelo Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Expedicionário, 1983. p. 149-153.

MERON, Luciano B. *Memórias do front: relatos de guerra de veteranos da FEB*. 2009. 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade

de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2009.

METTLER, Suzanne. *Soldiers to Citizens: The G.I. Bill and the Making of the Greatest Generation*. New York, Oxford University Press, 2005.

MOORE JR, B. *Injustiça: as bases sociais da violência e da revolta*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOREIRA, Regina L. A vida longe do front: comida racionada, blecautes em Copacabana, carros movidos a gasogênio. A isso se resumiram, basicamente, os efeitos da guerra no Rio de Janeiro. *Nossa História*, Rio de Janeiro, p. 36 - 38, 15 jan. 2005.

MOURA, Gérson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

\_\_\_\_\_. *O Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural norte-americana*. SP: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Sucessos e Ilusões - Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NASS, Sirlei de Fátima. *Legião paranaense do expedicionário: indagações sobre a reintegração social dos Febianos Paranaenses (1943-1951)*. 2005. 148 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

NEVES, Luiz Felipe Baêta. *O paradoxo do Coringa e o jogo do poder e saber*. Rio de Janeiro: Ed. Achiamé, 1979.

NITZSCHE, Friedrich. *A Genealogia da Moral*. Trad.: Antonio Carlos Braga, São Paulo: Escala, 2006.

NORA, P. Entre memória e história. A problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: Projeto História n.10. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História, 1993.

PARADA, Mauricio. *Educando corpos e criando a nação: cerimônias cívicas e práticas disciplinares no Estado Novo*. Tese (Doutorado em História Social) – IFCS, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PAULO, Jeziel de. *1932: imagens construindo a história*. Campinas, Ed.UNICAMP; - Piracicaba, Ed.UNIMEP, 1998.

PEREIRA, Maria Elisa. *Você sabe de onde eu venho? O Brasil dos cantos de guerra (1942-1945)*. 2009. 148 f. Tese (Doutorado em História). USP, São Paulo, 2009.

PERRONE-MOISÉS, Cláudia. O perdão e os crimes contra a humanidade: um diálogo entre Hannah Arendt e Jacques Derrida. In: CORREIA, Adriano (org). *Hannah Arendt e a Condição Humana*. Salvador: Ed. Quarteto, 2006.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo de sensibilidades. *Nuevo Mundo Mundos Nuevos: I Journée d'Histoire des sensibilités*, EHESS, 2004.

PIASON, José Alfio. Nosso último dever na FEB. In: ARRUDA, Demócrito. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial S.A. Ed, 1950.

PIMENTEL, Carlos Henrique L. A esquerda militar no Brasil: os veteranos comunistas da FEB. *Veredas da História*. Ano III, Ed. 2, 2º semestre de 2010.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989.

POMAR, Pedro E. da Rocha. *Comunicação, cultura de esquerda e contra hegemonia: o jornal Hoje (1945-1952)*. 2006. 186 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2006.

POPE, Rex. British Demobilization after the Second World War. *Journal of Contemporary History*, Vol.36, Nº.1, January 1995. p.65-81.

PRADO, Maria Ligia Coelho. *A democracia ilustrada (o Partido Democrático de São Paulo, 1926-1934)*. São Paulo, Ática, 1986.

PRANGE, Ana Paula L. *Da literatura aos blogs: um passeio pelo território da escrita de si*. 2003. 1v. 95p. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

PROCHASSON, Christophe. “Atenção: Verdade!” Arquivos privados e renovação das práticas historiográficas. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

PROST, Antoine. *Les Anciens Combattants et la Société Française: 1914-1939*, 3 vols. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 1977.

PUTTON, Maria Esther. *O espaço urbano em alguns contos de Adelino Magalhães*. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Letras), Paraná, Universidade Estadual de Londrina, 2006.

QUEIROZ, Maria Helena de. *A variedade literária na obra poética de Guilherme de Almeida*. 2003. 202 p. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Portuguesa) – UNESP, São Paulo, 2003.

RAMOS, Sílvia e PAIVA, Anabela (coords). *A blogosfera policial no Brasil: do tiro ao twitter*. Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Cândido Mendes, Série Debates CI, Brasília, outubro de 2009.

RIBEIRO, Patrícia da S. *As batalhas de Memória: uma História da memória dos Ex-combatentes brasileiros*. 1998. 217 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, Niterói. 1999.

RIBEIRO, Renato J. Memórias de si, ou ... . *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v.11, n. 21, 1998.

RICOEUR, Paul. O Perdão pode curar? In: HENRIQUES, F. (org.) *Paul Ricoeur e a simbólica do Mal*. Porto: Afrontamento, 2005.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2007.

RIZZO, Wagner A. *Fina(s) estampa(s): o suporte representacional das Estampas Eucalol na encenação cotidiana brasileira e na memória publicitária nacional: 1ª metade do século XIX – tempo presente*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

REIS, Aarão Daniel. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.



\_\_\_\_\_. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: REIS, Aarão Daniel; RIDENTI, Marcelo & e MOTTA, Rodrigo Pato de Sá (org.). *O golpe e a ditadura militar 40 anos depois (1964- 2004)*. Bauru: Edusc, 2004, p. 29-52.

\_\_\_\_\_. A República da ditadura, 1964-1985. In: Maria Helena Versiani. (Org.). *A Res publica brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Museu da República, 2011, v. 1, p. 126-151.

ROBBINS, Elizabeth L. Operações de Informações pé de poeira: o aumento de blogs por soldados. *Military Review*, jan./fev. 2008.

ROLLEMBERG, Denise. *Exílio. Entre raízes e radares*. Rio de Janeiro, Record, 1999.

\_\_\_\_\_. Exílio. Refazendo identidades. *Revista da Associação Brasileira de História Oral*. nº 2. Rio de Janeiro, jun. 1999. p. 39-73.

ROSA, Alessandro dos Santos. *A reintegração social dos ex-combatentes da Força Expedicionária Brasileira (1946-1988)*. 2010. 103f. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, 2010.

ROUSSO, Henry. *Le Syndrome de Vichy de 1944 à nos jours*. Paris: Seuil, 1990.

\_\_\_\_\_. A história do tempo presente, vinte anos depois. (Trad. Norma Domingos). In: PORTO JR, Gilson. (org.). *História do tempo presente*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

\_\_\_\_\_. *Les Années noires. Vivre sous l'Occupation*. 9ª ed. Paris: Gallimard, 2009.

SALUN, Alfredo. *Zé Carioca Vai à Guerra: história e memórias sobre a FEB*. São Paulo: Editora Pulsar, 2004.

SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SANTOS, Andréa Paula dos. *À esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história*

oral de vida de militares nacionalistas de esquerda. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

SARAMAGO, J. *Viagem à Portugal*. São Paulo, Cia das Letras, 1997.

SCHITTINE, Denise F. de Araújo. *Blogs: comunicação e escrita íntima na internet*. 2002. 1v. 174p. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

SCHNEIDER, Birgit. *From soldiers to citizens: the civil reintegration of demobilized soldiers of the German Wehrmacht and the Imperial Japanese Army after unconditional surrender in 1945*. 2010. 268 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – Washington State University, 2010.

SCHUTZ, Alfred. Aquele que retorna ao lar. In: WAGNER, Helmut R.(org.) *Fenomenologia e Relações Sociais. Textos escolhidos de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979. p. 289-302.

SCHWARCZ, Lílían Moritz. Complexo do Zé Carioca: notas sobre a identidade mestiça e malandra. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, ano 10, nº 29, Caxambu, 1995. p. 49-63.

SIBILIA, Maria P. *O show do eu: subjetividade dos gêneros confessionais na internet*. 2007. 1v. 240p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SILVA Jr, Gonçalo. *A guerra dos gibis: a formação do mercado editorial brasileiro e a censura aos quadrinhos, 1933-1964*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

SILVEIRA, Joel. *Segunda Guerra Mundial: todos erraram, inclusive a FEB*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

SIMILI, Ivana Guilherme. *Mulher e política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945)*. São Paulo: UNESP, 2008.

\_\_\_\_\_. Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial: as voluntárias da LBA. *Cad. Pagu* [online]. 2008, n.31, p. 439-469.

SOUZA, Túlio C. Campello. Instantâneos de um tenente em campanha. In: ARRUDA, Demócrito. *Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB*. São Paulo: IPÊ – Instituto Progresso Editorial S.A. Ed, 1950.

SPARROW, James T. *Warfare State: World War II Americans and the Age of Big Government*. New York: Oxford University Press, 2011.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Paidós, 2000.

TOMSON, Alistair. *Anzac memories: living with the legend*. Melbourne: Oxford University Press, 1994.

VALENSI, Lucette. *Fábulas da memória. A batalha de Alcácer Quibir e o mito do sebastianismo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1994.

VOGLER, Christopher. *A Jornada do Escritor*. Rio de Janeiro, Ampersand Editora, 1997.

WAACK, William. As duas faces da glória. A FEB vista pelos seus aliados e inimigos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

WIEVIORKA, Olivier. *Divided memory: french recollections of world war II from the liberation to the present*. Califórnia: Stanford University Press, 2012.

WEINRICH, Harald. *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.